

II SEMINÁRIO NACIONAL

Mulheres e a escrita da História:

ESTUDOS DE GÊNERO E
EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

II Seminário Nacional Mulheres e a Escrita da
História (2. : 2021 : on-line)
Anais II Seminário Nacional Mulheres e a Escrita
da História [livro eletrônico] : estudos de gênero e
epistemologias feministas. -- Juiz de Fora, MG :
Silvana Mota Barbosa, 2022.

PDF

Vários autores.
Vários organizadores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-00-39308-8

1. Desigualdades sociais 2. Epistemologia social
3. Identidade de gênero 4. Mulheres - História
5. Teoria feminista I. Título.

22-100659

CDD-305.409

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : História 305.409

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

II Seminário Nacional

*Mulheres e a
escrita da História*

Juiz de Fora
25 a 27 de agosto de 2021

Errata

BARBOSA, Silvana Mota (org). Anais II Seminário Nacional Mulheres e a Escrita da História [livro eletrônico]: estudos de gênero e epistemologias feministas. Juiz de Fora, 2022.

Inclusão do texto KUHN, Mariana Schulmeister. “O talento não tem sexo”: Júlia Lopes de Almeida e a defesa das mulheres no meio artístico”, no Anais II Seminário Nacional Mulheres e a Escrita da História [livro eletrônico]: estudos de gênero e epistemologias feministas. Juiz de Fora, 2022, 221 - 231.

Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP)
Linha de Pesquisa “Mulheres e a escrita da História”

Comissão Organizadora:

Caroline Farias Alves
Cristiane de Paula Ribeiro
Flaviana Aparecida da Silva
Kathleen de Oliveira Maia
Laura Junqueira de Mello Reis
Natália Lopes de Souza
Olga Mattos de Lima e Silva
Silvana Mota Barbosa

Apoio:

Programa de Pós-Graduação em História (UFJF)

Design editorial:

Caroline Alves

Capa:

Edição de Stanley Kubrick. Student at Columbia University, 1948.

Sumário

I. Mulheres, artes e representações

Entre o tradicional e o moderno: representações de mulheres na revista feminina *Querida* (1960).

Cibeli Grochoski 8

Malu Mulher: a representação da mulher feminista na televisão brasileira.

Laise Lutz Condé de Castro 24

Duas artistas uruguaianas no circuito artístico e a escrita da história da arte.

Maria de Fátima Fontes Piazzza 37

A margem lésbica do Sena: retratos marginais do centro moderno.

Mariana Franco Pacor 52

II. Mulheres, ativismo e questões de terra

Reflexões sobre gênero no âmbito indígena: intersecções e práticas atentatórias

*Alesandra Christian Abrantes, Raine Clavisso Pereir,
Fred Maciel* 61

Com a viola e na militância: a trajetória de Maria da Soledade Leite.

Dayane Nascimento Sobreira 72

“Entremos na nossa vida nova”: a atuação feminina no interior do território de São José do Piauí, século XVIII.

Rosamaria de Sousa Fé Barbosa 81

III. Mulheres, imprensa e fontes escritas

As dimensões educativas pela imprensa feminina e a relação com a carreira docente: revista *vida doméstica* no Rio de Janeiro (1920-1926).

Fernanda Cabral de Oliveira 96

Ditadura e Feminismo: a resistência feminista presente no jornal *Nós Mulheres* (1976-1978).

Isadora Graser Marasquin 104

Fuga de Escravizadas(os) dos Estados Unidos para o Canadá e Imprensa negra no século XIX: O Engajamento de Mary Ann Shadd.

Marcelle Carvalho 119

Cadernos de receitas como “objetos de si”: a construção de identidades femininas nas cozinhas domésticas em São Paulo (1880-1940).

Viviane Soares Aguiar 130

IV. Mulheres, produção intelectual e história

Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva: Historiadora?

Elen Biguelini 146

Julieta Kirkwood e a escrita da História das Mulheres.

Iasmin do Prado Gomes 156

“A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil” e “Mulheres, militância e memória”: Contribuições de duas obras para o rompimento dos silêncios.

Paula Ribeiro Ciochetto 166

V. Mulheres e política

Presidentas latino-americanas e a mídia misógina: Dilma Rousseff e Cristina Kirchner descrevem como foram noticiadas durante seus respectivos mandatos enquanto chefes de Estado.

Adriana Silvestrini Santos 180

Mulheres, política e representação: uma análise do perfil das deputadas da bancada feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988.

Bibiana Terra 195

Dilma Rousseff, a trajetória de uma mulher política.

Tatiana Scali Abritta 206

I.

*Mulheres,
artes e representações*

Entre o tradicional e o moderno: representações de mulheres na revista feminina *Querida* (1960)

Cibeli Grochoski¹

Resumo: O presente trabalho pretende discutir os resultados de uma pesquisa sobre a revista *Querida* durante a década de 1960. O objetivo é analisar como as mulheres foram representadas nas propagandas da revista. *Querida* foi criada em 1953 no Rio de Janeiro e tinha circulação nacional, publicada num momento em que o Brasil desejava se tornar moderno e as mulheres progressivamente conquistavam espaço nas universidades (MARTINS, 1991). Entretanto, alguns valores e atributos que estavam associados ao papel feminino na sociedade brasileira permaneceram, criando uma tensão entre o moderno e o tradicional no que tange aos comportamentos definidos às mulheres. A modernidade estava mais associada ao consumo de produtos tecnológicos e de beleza, enquanto que a mensagem veiculada pela revista era a de que as mulheres deveriam ser atraentes para conquistar um marido, e para mantê-lo deveria ser exímia dona de casa e mãe.

Palavras-chave: Revista feminina. Propagandas. Mulheres. Representações.

Abstract: The present work intends to discuss the results of a research about *Querida* magazine during the 1960s. The objective is to analyze how women were represented in the magazine's advertisements. *Querida* was created in 1953 in Rio de Janeiro and had national circulation, published at a time when Brazil wanted to become modern and women progressively conquered space in universities (MARTINS, 1991). However, some values and attributes that were associated with the female role in Brazilian society remained, creating a tension between the modern and the traditional regarding the behavior defined by women. Modernity was more associated with the consumption of technological and beauty products, while the message conveyed by the magazine was that women should be attractive in order to win a husband, and to keep him they should be a housewife and mother.

Keywords: Women's magazine. Advertisements. Women. Representations.

¹ Doutoranda na linha de pesquisa “Espaços e Sociabilidades”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Graduada e mestra em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: cibeli_grochoski@yahoo.com.br

Introdução

Os modelos de feminilidade sempre estiveram presentes nos meios de comunicação e na mídia, as revistas, a televisão e o cinema, cada vez mais influentes construíram, reproduziram e disseminaram representações de mulheres.² No fim do século XIX e ao longo do XX foram criadas diversas revistas femininas, para este artigo foram analisados os periódicos da revista *Querida* produzidos na década de 1960.

Em 1953 no Rio de Janeiro a Rio Gráfica Editora lançava o primeiro periódico de *Querida*, suas páginas continham artigos sobre a família, o matrimônio, a maternidade, o lar, comportamento, moda, beleza, decoração, entre outros temas classificados como “assuntos femininos”.³ O tipo de linguagem utilizada era mais pessoal e afetiva, tratava a leitora como uma amiga, oferecendo conselhos a ela.

Optar pela análise dos exemplares da revista da década de 1960 se justifica pelo fato de que neste período ocorreram muitas transformações econômicas e sociais no país. As mulheres tiveram mais acesso a educação e ao mercado de trabalho o que afastou a representação feminina da “rainha do lar”, as jovens desejavam se tornar “modernas”, entretanto apesar do processo de emancipação da mulher na sociedade, ainda existiam formas de retrocesso com relação à representação feminina, sobretudo na revista *Querida* que reproduzia padrões de feminilidade tradicionais vinculando o moderno ao consumo, podemos notar estes aspectos nas propagandas de marcas de alimentos, eletrônicos e de vestuários .

As propagandas veiculadas pela revista *Querida* e as representações de feminilidade

Segundo Eric Hobsbawm (1995) no decorrer do século XX ocorreram diversas transformações na sociedade, após a Segunda Guerra Mundial (1939- 1945) os países capitalistas mais fortes saíram com vantagens. Emerge uma economia mundial única, integrada e universal ultrapassando as fronteiras, de acordo com o historiador foi entre 1947 e 1973 que ocorreu a fase de ouro do capitalismo.

A Era do Ouro foi marcada pela revolução tecnológica, pela modernização e pela produção e consumo em massa. O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como nunca antes. Nos grandes centros urbanos foram construídos *shoppings centers*, imensos centros comerciais que ofereciam diversidade de produtos e lazer como cinema e praça

² BUTTONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009. p. 12.

³ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 37.

de alimentação para a população.⁴ O mundo capitalista pós-guerra alterou o hábito de consumo, e como afirma Hobsbawm trouxe anseio de modernização aos países e aos sujeitos.

No Brasil entre 1956 e 1961 o governo nacionalista-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek lançou o Plano de Metas e como propaganda o lema “50 anos em 5”. Incentivando os setores industriais mais avançados, tais como energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção da nova capital “moderna” Brasília, para promover estes empreendimentos atraiu para o país capital estrangeiro em troca de grandes facilidades.

João Manuel de Mello e Fernando Novais (1998) apontam que:

Os mais velhos lembram-se muito bem, os mais novos podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna.⁵

Os brasileiros almejavam que o Brasil se tornaria um país de “Primeiro-Mundo”. A autoestima nacional modificou-se, marcada pelo entusiasmo, otimismo, progresso e pela esperança de modernização caracterizam esse período. Os anos de 1945 a 1964 significam muito para a história do Brasil, época que teria sido “dourada”.⁶

Os anos que vão de 1946 a 1964 costumam ser vistos como um período democrático. Comparados aos anteriores e aos imediatamente posteriores, eles delimitam um intervalo de tempo com maior liberdade de expressão. (...) Do ponto de vista econômico (...), nos anos 1950, o Brasil ingressa numa fase de desenvolvimento mais acelerado. A urbanização e a industrialização avançam com vigor. A produção cultural diversifica-se.⁷

A historiadora Carla Pinsky destaca que apesar do salário mínimo ser insatisfatório possibilitava aos trabalhadores um acesso maior aos produtos industrializados. Cada vez mais grupos sociais puderam usufruir dos bens de consumo como da indústria automobilística, de alimentos e de vestuários, e o consumismo passa a ser incentivado.

Começaram a emergir novas oportunidades para as mulheres das camadas médias, sobretudo nas chamadas “atividades femininas”, que eram profissões que permitissem conciliar o

⁴ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. (coord.), SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 560.

⁶ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 15.

⁷ *Ibid*, p. 16.

trabalho com os afazeres do lar.⁸

Querida era uma revista conservadora, mas que se intitulava moderna, ela divulgava muitos artigos exportados dos Estados Unidos. Os brasileiros foram muito influenciados pelo estilo de vida americano. De acordo com Thomas Paine (1992) os Estados Unidos criaram um *American way of life* influenciando culturalmente outros países, e o cinema e a imprensa eram os principais veículos propagadores desse novo modo de vida.

Segundo Buitoni com o desenvolvimento da fotografia e das técnicas de impressão as revistas femininas se tornaram cada vez mais visuais. Ainda:

Nos periódicos para a mulher, as fotos de pessoas que possam ser individualizadas, seja a artista famosa ou a mãe de família, buscam documentar a realidade. (...) Recheadas de ilusão e imaginação, elas estimulam, induzem, conduzem.⁹

Em *Querida* era comum as capas trazerem representações de mulheres como noivas, mães ou ao lado do esposo passando a impressão que o casamento deu muito certo. Anúncios de variadas marcas também utilizavam a representação de casamento feliz e de mulher “rainha do lar” como *marketing*.

Durante os Anos Dourados os padrões tradicionais estavam bem definidos. No espaço privado cabia ao homem, considerado o “chefe da casa”, o sustento, a autoridade e o poder sobre as esposas e filhos. Em oposição à esposa era a responsável pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com a família.

As tarefas de cozinhar, limpar, lavar, passar, cabem à mulher. (...) Os homens, dentro de casa, são responsáveis apenas por pequenos consertos ou tarefas esporádicas que exigem muita força física. (...) *Ajudar* a esposa em casa não é visto como uma obrigação do marido ou questão de justiça; colaborar com a mulher nas tarefas do lar é considerado apenas favor, gentileza ou forma de distração. Do mesmo modo, a *contribuição* monetária da mulher para o orçamento familiar não é encarada como fundamental ou obrigatória e, muitas vezes, sequer é cogitada.¹⁰

Para Michele Perrot a distinção entre o público e o privado ocorreu no século XVIII, o público passou a ser considerado um espaço masculino e o privado associado às mulheres. A família tornou-se a célula base da sociedade, ela era a garantia da moralidade natural. A

⁸ MARTINS, Ana Paula Vosne. “*Um lar em terra estranha*”: A aventura da individualização feminina. A casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. Curitiba, 1992. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 1992. p. 26.

⁹ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009. p. 19.

¹⁰ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 213-214.

historiadora denomina essa mudança de Teoria da Domesticidade, na qual emerge as figuras de “chefe da família” e da “rainha do lar”.

Entretanto no início do século XX começam a ocorrer transformações econômicas, sociais e culturais principalmente envolvendo as mulheres. De acordo com Nancy Cott (1991) neste período começa a emergir uma nova imagem de mulher não apenas atrelada às funções de esposa e mãe, essa nova representação era a de “mulher moderna”, marcada pela liberdade e individualidade. As jovens conseguiram ter mais acesso a educação e no mercado de trabalho.

Em uma sociedade cada vez mais urbana e industrializada as mulheres começaram a agir de forma “moderna”, em 1920 elas adquiriram novos hábitos, começaram a fumar, deixaram de utilizar espartilhos, diminuíram o comprimento das saias, começaram a frequentar a universidade e a construir carreiras. Entretanto, enfrentaram obstáculos uma vez que o discurso conservador sexista ainda era presente, mas foi nessa década que a dona de casa, a “rainha do lar”, começou a passar por transformações que alevaram a representação de “mulher moderna”. Contudo, na década de 1960 a revista *Querida* e as propagandas continuavam exibindo imagens tradicionais de homens e de mulheres. Como no anúncio a seguir:



Fonte: *Querida*, fevereiro de 1960. Disponível em Acervo CEDOC/UNICENTRO, *campus* Irati.

Aqui notamos que os papéis domésticos continuam os mesmos, a mulher é retratada como a responsável por preparar as refeições. A indumentária do homem também remete a ideia de trabalho, logo, podemos imaginar que a esposa esperou o marido voltar do trabalho com a janta pronta e servida a sua espera.

Esse modelo de família era muito comum nas propagandas veiculadas pela revista *Querida*, como podemos notar no próximo anúncio da marca “Ninho”.



Fonte: *Querida*, nº 135, janeiro de 1960. Disponível em Acervo CEDOC/UNICENTRO, *campus* Irati.

Na ilustração, o leite em pó era apresentado como um produto moderno, integrando os bens de consumo que facilitavam a vida moderna. A comercialização de produtos industrializados tinha muito destaque, no governo de Juscelino Kubistchek, durante os anos de seu mandato, ele “vai promover a abertura do mercado a empresas estrangeiras, oferecendo vantagens econômicas para aquelas que desejassem se estabelecer no Brasil”.¹¹ Essas mudanças, na economia, permaneceram com notoriedade nos anos que seguiram, e a sociedade ansiava em ser moderna.

Apesar de o produto moderno, o papel destinado à mulher, dentro de casa, continuava o mesmo, o tradicional. O discurso publicitário apelava para o amor e dedicação da mulher pela família, com o intuito de oferecer o melhor para eles. Aliás, ter uma família era projetado como o

¹¹ QUADROS JR, Itanel B. A propaganda no Brasil: uma brevíssima resenha do século XX. In: *XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Campo Grande*, 2001, Campo Grande - MS. Anais do XXIV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Campo Grande, MS,, 2001. V. 01. p. 04.

futuro de toda “boa moça”, era o maior sonho e realização. De acordo com a historiadora Maria Paula Costa:

O casamento oferecia acesso da mulher ao lar e à maternidade, as concepções de mulher moderna não rompiam com esse estigma. O homem aparecia como o “sexo forte” e a mulher como “frágil”, aquela que sofria por amor e deveria se esforçar para cuidar bem do seu marido, sendo, (...) a sacerdotisa do templo culinário, responsável pela boa organização da casa, pela fidelidade do seu companheiro, estando atenta para as suas necessidades materiais, como roupas e acessórios, já que essas funções indicariam seus dotes de esposa e dona de casa.¹²

Assim a “mulher moderna” não estava liberta das suas funções dentro do lar, continuava desempenhando o papel tradicional, agora ela se tornava uma mulher desdobrável. Na propaganda de “Ninho”, é perceptível, tanto na descrição quanto na ilustração, o papel reservado à mulher, enquanto o casal de filhos e o marido estão sentados, ao redor da mesa, bebendo o leite, a mulher aparece feliz em servir a família, todos bem arrumados, o marido usando terno e gravata, remetendo a ideia de trabalho, casa organizada, e biscoitos, certamente, preparados pela esposa, acompanhados pelo leite que ela serviu.

Outra observação a ser feita é a representação da composição familiar, quase sempre a família moderna é formada por um homem (marido/pai), uma mulher (esposa/mãe) e, no máximo, três filhos. Geralmente, as ilustrações trazem dois: um menino e uma menina. Esse é um dos aspectos da modernidade, a redução do número de filhos, as famílias planejadas se tornavam cada vez mais comum. Os casais utilizavam vários meios para controlar a natalidade, tais como: a tabelinha, preservativo, coito interrompido e, mais tarde, a pílula.¹³

Mas o que caracteriza a “mulher moderna”? *Querida* tinha como alvo leitor a mulher moderna, mas quem era ela?

Definir o que seria uma mulher moderna para a época mostrava-se um caminho árido, pois essa modernidade apresentava várias facetas: moderna consistiria em aderir e aceitar os novos comportamentos femininos no que se referia à liberação sexual antes do casamento? Ou mulher moderna seria aquela que não aceitava e questionava os papéis fixos de homens e mulheres na família e no trabalho? Ou simplesmente poderia ser considerada moderna a mulher que se identificasse e se incluísse a sociedade de consumo, usufruindo das novidades

¹² COSTA, Maria Paula. *Entre o sonho e o consumo: As representações femininas na revista Claudia (1961-1985)*. 2009. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciência de Assis – UNESP, Assis. p. 66.

¹³ PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 250.

da indústria equipando seu lar e sua família com objetos que facilitassem sua vida, apoiando-se muito mais no ter do que numa modificação do ser? ¹⁴

Não temos as respostas para todas estas questões, mas analisando os exemplares da revista publicados durante a década de 1960 percebemos que a moderidade estava relacionada ao consumo de produtos modernos. Durante este período surgiram diversas novidades para as donas de casa, as propagandas da marca *Singer* estavam sempre presente nas páginas de *Querida*, exibindo suas tecnológicas máquinas de costuras, como na imagem a seguir:



Fonte: *Querida*, novembro de 1960. Disponível em Acervo CEDOC/UNICENTRO, campus Irati.

Nessa propaganda da máquina de costura *Singer* traz a economia proporcionada pelo aparelho, já que a mulher costuraria as roupas da família em casa sem gastar com o serviço oferecido por uma costureira. Esse anúncio também envolve a maternidade, a filha observa e auxilia a mãe assim aprendendo desde pequena o “ofício feminino”.

O casamento oferecia acesso da mulher ao lar e à maternidade, as concepções de mulher moderna não rompiam com esse estigma. O homem aparecia como o “sexo forte” e a mulher como “frágil”, aquela que sofria por amor e deveria se esforçar para cuidar bem do seu marido, sendo, (...) a sacerdotisa do templo culinário, responsável pela boa organização da casa, pela fidelidade do seu

¹⁴ COSTA, Maria Paula. *Entre o sonho e o consumo: As representações femininas na revista Claudia (1961-1985)*. 2009. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciência de Assis – UNESP, Assis. p. 71.

companheiro, estando atenta para as suas necessidades materiais, como roupas e acessórios, já que essas funções indicariam seus dotes de esposa e dona de casa.¹⁵

A maternidade é um dos assuntos mais recorrentes na revista *Querida* os filhos eram uma certeza depois do casamento, as moças casadoiras sonhavam com esse futuro. A mulher idealizava a felicidade depositando suas esperanças onde a tradição lhe ensinou a depositá-las: no Matrimônio, no lar e na maternidade. Ao casar-se a mulher “recebia um pacote de tarefas e uma multiplicidade de funções que haviam sido incutidas às mulheres desde a infância: uma preparação necessária que a sociedade patriarcal, (...) desenvolvera muito bem na consciência feminina”.¹⁶

“Ficar para titia” amedrontava as jovens moças da época e as marcas apostavam neste temor em suas propagandas, como é o caso da *Colgate*, que deste a década de 1950 utilizada a imagem da “solteirona” como *marketing*, como podemos observar no exemplo a seguir:



Fonte: *Querida*, fevereiro de 1960. Disponível em Acervo CEDOC/UNICENTRO, *campus* Irati.

¹⁵ Ibid, p. 176.

¹⁶ Ibid, 189.

Nessa propaganda a pasta de dente *Colgate* é relacionada ao casamento, o anúncio traz uma história em quadrinho no qual a jovem assiste um romance na televisão, quando o sobrinho zomba da tia, o menino diz que ela tem mau hálito. Ela vai a uma consulta com o dentista que a ensina sobre a higiene bucal, coincidência ou não ela logo arranja um pretendente. As tirinhas terminam com o menino assistindo um programa de caubói olhando para a tia que parece estar vestida de noiva, dizendo: “Colgate melhorou o programa agora não tem mais drama”.

A marca sempre trazia a referência de casamenteira em seus anúncios, contava histórias de moças solitárias que depois de usarem o produto encontravam o “par ideal”. As histórias acabavam com frases do tipo: “Colgate não é boato – Faz casamento de fato!” (*Querida*, 1959, p. 34) ou “Colgate entrou em ação e melhorou logo a situação” (*Querida*, 1960, p.78).

Não casar era motivo de zombaria, as mulheres solteiras com mais de 25 anos recebiam o rótulo de “solteironas”. Essa situação era um estigma, uma situação social indesejável. A mulher solteira era vista como “incompleta”, nem esposa nem mãe.¹⁷

Os casamentos e principalmente as noivas também eram bastante utilizados pela publicidade, como podemos notar a seguir:

¹⁷ PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 112.



Fonte: *Querida*, maio de 1960. Disponível em Acervo CEDOC/UNICENTRO, campus Irati.

No mês de maio os anúncios e os artigos da revista se dedicavam a representações e assuntos relacionados ao matrimônio, maio o chamado mês das noivas e das mães. No anúncio anterior a marca *Arno* faz uma sugestão de presente de casamento com os produtos da marca. Uma mulher presenteando outra com eletrodomésticos, as donas de casa adquiriam produtos modernos para auxiliar em funções femininas tradicionais.

Dessa forma, *Querida* propagava a representação da mulher através de papéis femininos tradicionais (mãe, dona de casa, esposa) e características que compunham a essência feminina (beleza, moda, culinária, doçura, recato etc.) criando padrões de beleza e feminilidade.

Com seus inúmeros conselhos às esposas sobre como cumprirem a sua “função” relativa à “harmonia doméstica e conjugal”, as revistas se dizem favoráveis à mulher. No entanto, uma análise mais profunda das revistas da época pode revelar formas de manutenção da dominação masculina sem enfrentamentos diretos, conflitos ou questionamentos nas relações homem-mulher. Estas se traduzem, por exemplo, no controle da sexualidade feminina, na divisão rígida de atribuições e tarefas no casamento (relegando às mulheres espaços menos valorizados socialmente), na “dupla moral sexual”, na

submissão, na falta de diálogo entre iguais e nas responsabilidades distintas atribuídas ao feminino e ao masculino com relação à “felicidade conjugal”.¹⁸

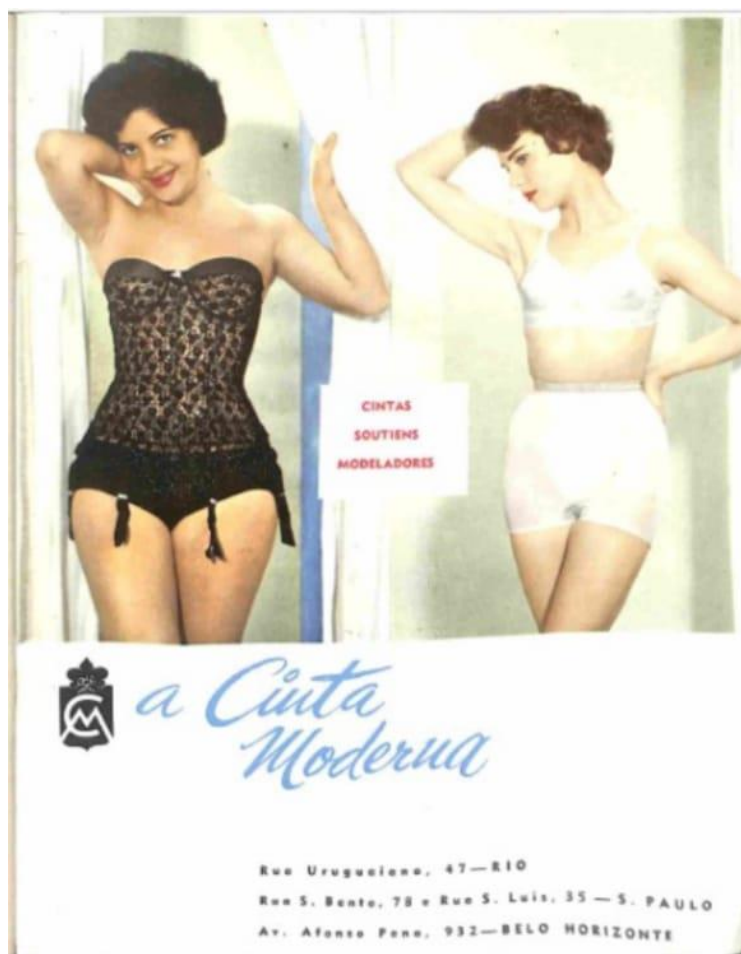
Nas páginas analisadas foram encontrados aspectos de uma cultura machista e conservadora, além de criar e reproduzir padrões presentes nos Anos Dourados, tudo era sempre para agradar ao sexo masculino e muitas páginas foram escritas por eles, mas outras por mulheres que pensavam igual aos homens.

Para as mulheres a modernidade não estava presente na modificação do ser, na maneira de pensar, mas sim na forma de consumo. Para torna-se modernas as mulheres precisavam adquirir os produtos modernos: eletrodomésticos, maquiagens, produtos de higiene, acessórios, enfim deveriam “ter para ser”.¹⁹

Para tornarem-se mulheres modernas as leitoras de *Querida* eram persuadidas a adquirirem, como já vimos vários produtos eram apresentados como novidades indispensáveis para uma vida moderna. Além das novidades para o lar haviam muitos itens novos para o público feminino, como novas maquiagens, cremes, tratamentos estéticos e na moda. Como na propaganda a seguir:

¹⁸ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto: UNESP, 2006. p. 144.

¹⁹ COSTA, Maria Paula. *Entre o sonho e o consumo: As representações femininas na revista Claudia (1961-1985)*. 2009. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciência de Assis – UNESP, Assis. p. 115.



Fonte: *Querida*, janeiro de 1960. Disponível em Acervo CEDOC/UNICENTRO, *campus* Irati.

A cinta modeladora do anúncio é atrelada ao moderno, as “mulheres modernas” a utilizavam para diminuir medidas e para ficar elegantes, “na moda”. A mulher além de saber cozinhar, costuras, organizar e cuidar do lar e da família, também precisava zelar da beleza e da aparência, manter-se atraente para o marido.

Na música, os *Beatles* influenciaram milhares de jovens com suas roupas, cortes de cabelo e estilo de vida. No Brasil, a Jovem Guarda, além da música, ditava comportamento e moda, a cantora Wanderléia serviu de inspiração para as jovens brasileiras, ao usar a minissaia, e Roberto Carlos, o “rei da brotolândia”, usando calças coladas ao corpo e roupas coloridas, viraram ídolos e grandes influenciadores dos adolescentes da época. *Querida*, em 1968, traz uma divulgação da revista para adolescentes *Garôtas* com o seguinte anúncio: “Você, garôta, que é moderna e avançada, que está sempre na crista da “onda”, que usa mini-saia e gosta de iê-iê-iê”.²⁰ Desta forma, relacionando modernidade ao *rock and roll* e à indumentária. Wanderléia apareceu diversas vezes ao longo da década de 60 na revista *Querida*, conforme no anúncio a seguir da marca de

²⁰ *QUERIDA*, nov., nº 354, 1968, p. 69.

roupas Vigotex:



Fonte: *Querida*, julho de 1966. Disponível em Acervo CEDOC/UNICENTRO, *campus* Irati.

A Jovem Guarda era sinônimo de modernidade, a cantora Wanderléia era um exemplo seguido pelas jovens da época, mas em *Querida* a imagem moderna da cantora estava sempre associada à moda e não em atitudes ou estilo de vida.

De acordo com Luciana Rosar Fornazari, o estranhamento dessas novidades à adoção, todos pareciam querer ser modernos, porém sem “exageros”.

É importante atentar para o fato de que a moda comercial, publicada nas revistas e jornais, é sugerida e atrelada à modernidade - mas seu uso depende de regras específicas de aparição, como o debate acerca da altura ideal das saias, ou se seria de ‘bom tom’ uma mulher casada trajar calças compridas. O controle sobre o corpo feminino (e moderno) parecia interessar às colunas e reportagens na imprensa, numa tentativa de incorporar elementos de feminilidade à mulher moderna, mantendo, porém, a divisão, ou modelos assimétricos, sem que houvesse trocas de papéis, ou ainda, de imagens.²¹

O uso da calça pelas mulheres, e a minissaia e tantas outras peças e formas de agir enfrentaram barreiras para a aceitação social em lugares tradicionais, nas quais as mulheres eram

²¹ FORNAZARI, Luciana Rosar. *Gênero em revista: imagens modernas de homens e mulheres na revista O Cruzeiro do segundo pós-guerra*. Florianópolis, 2001. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.p. 55.

modernas, mas nem tanto. Apesar das brasileiras desejassem ser modernas, quisessem agir e se vestir igual aos ídolos da época, era tudo sem exageros e, em seus espaços privados, a maneira de viver continuava a mesma, a tradicional.

Conclusão

Em meados do século XX ocorreram muitas mudanças na sociedade brasileira no âmbito social, econômico e principalmente na vida das mulheres, foi um período de transição nas representações femininas nas propagandas e nas mídias em geral. O casamento e a maternidade deixaram de ser o único futuro possível. Elas conquistaram o direito de se profissionalizar e de construir uma carreira.

Desta maneira buscamos analisar a forma como as propagandas representavam em suas publicidades a mulher e os papéis de gênero puderam ser problematizados. *Querida* era uma revista tradicional e que representava as mulheres mais na esfera doméstica, atarefada com os cuidados da casa e da família, a mulherera veiculada ao papel de esposa e mãe, notamos que as marcas como *Arno*, *Colgate* e outras também utilizavam esta representação de feminilidade. Apesar dos ares de modernidade a revista não rompeu com esses padrões, ela anexou em seus conteúdos o moderno, mas relacionado a produtos, ao ter e não ao ser, o consumismo estava no auge e as páginas de *Querida* funcionavam como uma vitrine.

Referências

Fontes:

REVISTA QUERIDA, Junho de 1959, 2ª Quinzena, nº 122. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA *QUERIDA*, Janeiro de 1960, nº 135. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, *Campus* Irati.

REVISTA *QUERIDA*, Fevereiro de 1960, nº 137. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, *Campus* Irati.

REVISTA *QUERIDA*, Setembro de 1960, nº 152. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, *Campus* Irati.

REVISTA QUERIDA, Novembro de 1960, 1ª Quinzena, nº 155. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA *QUERIDA*, Novembro de 1968, nº 354. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, *Campus* Irati

Bibliografias:

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto: UNESP, 2006.

BUTTONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

_____. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

COTT, Nancy F. A mulher moderna: o estilo de vida americano dos anos 20. In: THÉBAUD, Françoise. *História das mulheres: o século XX*. Porto: Afrontamentos, 1991.

COSTA, Maria Paula. *Entre o sonho e o consumo: As representações femininas na revista Claudia (1961-1985)*. 2009. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciência de Assis – UNESP, Assis.

FORNAZARI, Luciana Rosar. *Gênero em revista: imagens modernas de homens e mulheres na revista O Cruzeiro do segundo pós-guerra*. Florianópolis, 2001. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “*Um lar em terra estranha*”: A aventura da individualização feminina. A casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. Curitiba, 1992. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 1992.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. (coord.), SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 559-658.

PAINE, Thomas. Uma vida francesa segundo o modelo americano. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (org.). *História da vida privada, 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PERROT, Michelle. Os atores. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 1991. p. 89-304.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

Malu Mulher: a representação da mulher feminista na televisão brasileira

*Laise Lutz Condé de Castro*¹

Resumo: O presente trabalho investiga a aparência da protagonista Malu, do seriado *Malu Mulher*, que foi ao ar em 1979-80 pela Rede Globo de Televisão no Brasil. Reconhecendo a influência direta das pautas feministas na construção da narrativa e da própria heroína, analisa-se aqui como foi construída a imagem de uma mulher identificada como feminista (arquétipo com uma forte carga negativa) que foi levada aos televisores dos brasileiros em um momento de onda conservadora promovida pelo regime ditatorial instaurado.

Palavras-chave: Representações Femininas; Gênero e Televisão; *Malu Mulher*, Feminismos Brasileiros.

Résumé: Le présent travail analyse l'apparence de la protagoniste Malu, de la série *Malu Mulher*, diffusée en 1979-80 par la chaîne Globo de télévision au Brésil. Reconnaisant l'influence directe des agendas féministes dans la construction du récit et de l'héroïne elle-même, il est important d'analyser comment s'est construite l'image d'une femme identifiée comme féministe (un archétype porteur d'une forte charge négative) qui s'est produit dans les télévisions brésiliennes au moment d'une vague conservatrice due au régime dictatorial en place.

Mots-clés: représentations féminines; Genre et télévision; *Malu Mulher*; Les féminismes brésiliens.

Introdução

O recrudescimento de movimentos feministas organizados em países ocidentais na década de 1960 influenciou diretamente na chegada desses ao Brasil, na década seguinte. Mesmo em meio ao caos, com a violência e a censura instauradas pelo regime militar que comandou o país a partir de 1964 (e que durou até 1985), as mulheres tomaram o protagonismo de suas lutas em prol de uma vivência menos tutelada. A partir disso, a década de 1970 ficou marcada como o momento onde o feminismo floresceu, ganhando corpo principalmente a partir da segunda metade.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens na Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil). Mestre pelo mesmo Programa e Bacharela em Moda pela mesma Instituição. E-mail: laiselutz1@hotmail.com. Bolsista CAPES.

Será nesse cenário que o objeto desse trabalho se encontra. O seriado *Malu Mulher* estreou em 1979 na grade da Rede Globo de Televisão, e contava a história de Maria Lúcia Fonseca, a Malu (Regina Duarte), que acabara de se separar do seu marido e buscava reconstruir sua vida, agora emancipada, se deparando com as dificuldades encontradas nesse novo caminho. A partir da heroína, muitas discussões que eram debatidas nos grupos feministas e nos protestos ao redor do país foram apresentadas a uma parcela maior da população brasileira. Malu falou abertamente de pílula, orgasmo, homossexualidade, violência doméstica e aborto em um Brasil onde até 1977 a mulher não podia se divorciar e seu assassinato poderia ser justificado se ferisse “a honra” de seu marido.

A partir da análise do figurino da personagem central, esse trabalho visa conhecer a imagem de uma protagonista que rompeu com os modelos hegemônicos propagados na televisão brasileira até aquele momento. Considera-se que a aparência feminina, pautada principalmente pelo vestuário, é uma importante “arma” utilizada contra as feministas, classificando-as como “feias”, “mal amadas” e “machas”, a fim de enquadrá-las em um estereótipo depreciativo. Sendo assim, analisar o figurino de uma protagonista que bradava discursos provenientes desses movimentos nos televisores do Brasil, torna-se relevante para compreender como foi apresentada para a telespectadora essa mulher tão “demonizada” nas ruas e na imprensa, não só pelos conservadores como, até mesmo, pelas alas ditas revolucionárias no período.

De acordo com Heloísa Almeida (2007), a figura de Malu impactou tanto na perspectiva da teledramaturgia brasileira quanto na hibridação entre os conteúdos televisivos e a vida social. Ao se debruçar sobre os estudos em torno do gênero no Brasil de pesquisadoras como Mariza Côrrea, Joana Maria Pedro e até mesmo nos jornais da imprensa alternativa feminista como o *Mulherio* (1981-88), *Malu Mulher* sempre é lembrado como um importante difusor das pautas dos movimentos feministas, que ampliou a visibilidade das discussões sobre a condição feminina para uma parcela maior da população.

Conhecendo o seriado

Os movimentos feministas no Brasil possuem características particulares que tornaram os caminhos desta luta tortuosos e mais tardio que em outros países ocidentais. Apesar de o país ter em seu histórico atuações em prol dos direitos das mulheres no início do século XX, considera-se que foi a partir da década de 1970 que estes se consolidaram de forma mais organizada. Mais especificamente, em 1975, quando a ONU – Organização das Nações Unidas – instaurou mundialmente o início da *Década da Mulher*, período que ajudou a fomentar discussões sobre o

tema em diversos países do globo e, no caso brasileiro, possibilitou espaços de discussão sem a censura do governo².

Alguns fatores foram cruciais para evidenciar as discussões em torno da mulher ao final da década de 1970 e início de 80. A entrada massiva das de classe média no mercado de trabalho contribuiu fortemente para uma maior emancipação feminina, assim como em 1977, a aprovação do divórcio no Brasil que retirava a completa tutela masculina. Casos de violência também vieram à tona. O assassinato da *socialite* Ângela Diniz, cometido por seu companheiro conhecido como Doca Street no *réveillon* de 1976, atraiu grande atenção da sociedade. O réu confesso foi inocentado em seu julgamento em 1979 alegando a referida “defesa da honra”, fazendo com que muitos protestos feministas eclodissem no país³.

Atentos às mudanças que ocorriam no país, a Rede Globo lançou, dentro do pacote *Séries Brasileiras*, uma narrativa que abordava a condição feminina a partir de um novo modelo de heroína: *Malu Mulher*. Daniel Filho, diretor geral da série, destacou que “o seriado em televisão não pode deixar de ter um senso de oportunidade, de momento”⁴. Para ele, na verdade, todas as histórias com mulheres são oportunas, pois essas são o maior público da televisão, merecendo uma atenção além. *Malu Mulher* foi inspirada no filme norte-americano *An Unmarried Woman* (1978), traduzido como *Uma Mulher Descasada*, do diretor Paul Mazursky. No filme, o marido de Erica (Jill Clayburgh) pede o divórcio, fazendo com que ela tivesse que reestruturar sua vida e até mesmo sua personalidade e noção de independência. No seriado, Malu é quem decide se separar após perceber que seu casamento já não a satisfazia mais, representando a vontade de emancipação feminina que rondava no período.

É notável que havia um olhar da produção para com os fatos que ocorriam no Brasil e no mundo naquele período. O *boom* no número de desquites no Brasil, além das discussões em torno do divórcio que culminaram na aprovação da lei em 1977, contribuía efetivamente na remodelação da vivência feminina. Mesmo Regina Duarte e o diretor Daniel Filho, passavam no período pelo término de seus casamentos. Essa preocupação com a contemporaneidade do

² PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, 2006, p. 249-272. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011> Acesso em: 16 set. 2021.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, 2013, p. 38-47. Disponível em: 58 <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182>> Acesso em: 16 set. 2021.

³ ACERVO FOLHA DE S. PAULO. *Há 40 anos assassinato de Ângela Diniz parou o país*. Disponível em:<<https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2016/12/30/ha-40-anos-assassinato-de-angela-diniz-parou-pais/>>.

Acesso em: 18 set. 2021.

SERPONE, Fernando. *Caso Lindomar Castilho*. Disponível em: <

<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/crimes/caso-lindomar-castilho/n1596992278497.html>> Acesso em: 18 set. 2021.

⁴ FILHO, Daniel. *O circo eletrônico: fazendo TV no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.59.

seriado procurava construir uma protagonista verossímil com a ideia da mulher de classe média em busca de emancipação, a quem o seriado se endereçava.

A profissão de Malu foi outra escolha crucial para os rumos que a narrativa tomaria. Ela era socióloga, portanto, poderia analisar a vida do povo brasileiro, assim como estar inserida nas discussões de determinadas minorias e movimentos sociais, mesmo diante da ordem ditatorial. “Assim, Malu se aproxima das questões sociais, esmiúça o coletivo, se torna consciente da ‘condição da mulher’ na época e passa a refletir e discutir sobre os vários temas que afligiam as mulheres”⁵. Sua profissão fazia com que a discussão diante de alguns temas se tornasse mais credível para o espectador. Mesmo quando o tom era de crítica ou denúncia nas falas de Malu ou outros personagens, o seriado contrapunha duas visões paralelas: a tradicional e a progressista⁶.

Ressalta-se que nem sempre Malu se encaixava prontamente nos moldes progressistas. No episódio “Ainda não é hora”, em que a heroína ajuda uma jovem a abortar clandestinamente, ela inicia sendo contra o ato, se questionando e mudando de posição após ser convencida pela moça. Isso demonstra que Malu era mais tridimensional, não apresentando uma cartilha pronta a todo o momento; ela evoluía, compreendendo determinados problemas e modificando suas crenças, assim como poderia acontecer com o espectador.

Criar um vínculo com o público é de extrema importância em qualquer produção audiovisual, mas nesse caso era fundamental. Afinal, além do Brasil se encontrar em um regime ditatorial, ainda possuía (e possui) raízes tradicionalistas e patriarcais. Como aproximar, então, o público de uma protagonista que defendia alguns assuntos “polêmicos”? Primeiramente, pela escolha da atriz. Regina Duarte era conhecida no período como “a namoradinha do Brasil”, tamanha sua popularidade, conquistada a partir de papéis de “mocinhas” nas telenovelas brasileiras durante toda a década de 1970. Daniel Filho, em entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo*, ressaltou que Regina era fundamental:

A escolha de Regina Duarte era muito importante para mim. Como ela era tão querida como a menina, a namoradinha da novela das oito, eu queria colocá-la como uma desquitada, tomando porrada do marido. Isso ia tocar direto nas pessoas. Briguei bastante para que ela fizesse o papel⁷.

⁵ SÁ, Cristiane Ferreira; ALVES, Ivya. *Malu Mulher (1979/80) e Mulher (1998/99): dois seriados que dialogam com o feminismo*. In: SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e; ARAS, Lina Brandão de (Org.). *Mulheres e movimentos: estudos interdisciplinares de gênero*. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2014, p.198.

⁶ Id.

⁷ FOLHA DE S. PAULO. *'Malu Mulher' não votaria em Bolsonaro, afirma Daniel Filho, criador da série, que completa 40 anos*. Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2019/05/malu-mulher-nao-votaria-em-bolsonaro-afirma-daniel-filho-criador-da-serie-que-completa-40-anos.shtml>> Acesso em: 09 set. 2021.

A figura carismática da atriz, juntamente com seu histórico televisivo, contribuiu para criar uma aliança do público com a personagem, que Mittel⁸ denomina como relação parassocial. Isso era importante para fazer com que o espectador “perdoasse” Malu quando esta apresentava comportamentos que destoavam do moralismo burguês que rondava (e ronda) o Brasil. Malu ajuda em um aborto, se relaciona com um homem casado, mas mesmo o simples fato de pedir o divórcio já era considerado um comportamento subversivo da ordem tradicional no momento em que o seriado foi ao ar. Para Pelegrini e Silva⁹ é o efeito cumulativo dos deslizos, como esses casos citados acima, que tem a capacidade de modificar o comportamento de audiências conservadoras. Mas é importante mencionar que em alguns momentos mais delicados, Malu é resguardada, principalmente para fazer com que sua aliança com o público se mantenha. No episódio do aborto, por exemplo, não é Malu que decide interromper a gravidez, não é ela que protagoniza uma cena que poderia ferir as “crenças morais” de muitos de seus telespectadores.

Mesmo com posicionamentos apropriados das agendas dos movimentos, não era mencionado o fato de Malu ser feminista. Almeida¹⁰ destaca que posteriormente, todo o material para a promoção do lançamento do DVD do seriado e as entrevistas que rememoram a obra, evita-se ao máximo associar Malu ao feminismo, preferindo dizer que a série retratava problemas “femininos” e a “emancipação da mulher”. Na trama, a protagonista se declara feminista raríssimas vezes, mesmo apresentando um leque de atuações que corroboram com essa perspectiva. No entanto, é notável que com o passar dos anos e do *boom* que a temática teve nas décadas de 1970 e 80, a emissora resolveu se distanciar ainda mais do termo, que só voltou às discussões na mídia com mais ênfase na segunda década do século XXI. Ainda no período de exibição, a nomenclatura era recusada até mesmo por algumas militantes com clara identificação com a teoria dos movimentos, preferindo se afirmarem como parte integrante de grupos “femininos” ou de mulheres¹¹.

Apesar do caráter revolucionário do seriado, outros temas que estavam em debate nos grupos femininas não foram abordados como as questões referentes às lutas de classes provenientes dos discursos da esquerda marxista e a luta pela anistia dos presos políticos. Claramente eram assuntos que seriam barrados pela censura, portanto não é possível considerar

⁸ MITTEL, Jason. *Complex TV: the poetics of contemporary television storytelling* (kindle edition). New York: New York University Press, 2015.

⁹ PELEGRINI, Christian; SILVA, Beatriz. Os sitcoms engajados dos anos 1970: uma análise de *The Mary Tyler Moore* e *All in the family*. In: ALMEIDA, Rogério de; BECCARI, Marcos (Org.). *Fluxos culturais: arte, educação, comunicação e mídias*. São Paulo: FEUSP, 2017, p. 108-132.

¹⁰ ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *Pedagogia feminista no formato da teledramaturgia. Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: EDUSP, 2014.

¹¹ CASTRO, Laise Lutz Condé de. *O vestir é político: Discussões acerca dos ideais de vestuário na imprensa alternativa feminista brasileira nos anos 1975-85*. Juiz de Fora, 2018. 160 páginas. Dissertação. Universidade Federal de Juiz de Fora (Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens).

que não era de interesse dos roteiristas algumas abordagens (alguns episódios foram censurados). Há ainda a questão que era complexo atacar diretamente a estrutura capitalista, visto que a Rede Globo é uma empresa que visa o faturamento que advém, em grande parte, de seus anunciantes.

Foi uma grande conquista para as mulheres o surgimento de uma heroína mais “real”, com dramas que giravam além da projeção da família. O aparato midiático tem uma função imprescindível na reiteração dos papéis de gênero. Teresa de Lauretis pontua que a construção destes se dá através de várias tecnologias, como o cinema e discursos institucionais que possuem a capacidade de controlar o campo do significado social a fim de “produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero”¹². Dessa forma, a televisão é fundamental para reiterar e legitimar o discurso binário e patriarcal no Brasil, que difunde modelos de representações “femininas” limitadores e mantém uma ordem compulsória consolidada.

Por detrás das ombreiras e rendas de Malu

Importante fonte auxiliar na definição dos elementos narrativos, o figurino é um marcador do espaço-tempo em que a trama se insere e indica as características sociopsicológicas dos personagens retratados. Trata-se de um poderoso elemento visual que, se descuidado, é capaz de comprometer diretamente a verossimilhança narrativa. É ele que auxiliará na distinção ou similitude dos personagens, além de identificar que arquétipo, ou clichê, o personagem se insere¹³. Pensando nisso, como construir a imagem de uma personagem que rompe com o arquétipo da mocinha dos melodramas tradicionais das telenovelas brasileiras, ou melhor, como criar o visual da mulher emancipada e feminista, que é tão cara para os movimentos e tão inédita nos televisores do país?

O mito da mulher feminista foi amplamente divulgado na imprensa brasileira já no início do século XX, criando um estereótipo, ainda enraizado, de que esta pretende “ser homem”, se “masculinizar”, e só resolveu se identificar com tais ideais por ser “feia”, “mal amada” e

¹² LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 228.

¹³ COSTA, Francisco Araujo da. O figurino como elemento essencial da narrativa. *Sessões do imaginário*, v. 7, n. 8, 2002.

“frustrada”¹⁴. Essas ideias foram propagadas até mesmo pela imprensa alternativa, como destaca Rachel Soihet¹⁵ em seu artigo sobre as charges do jornal *O Pasquim*.

Considerando esse histórico, Marília Carneiro, a figurinista responsável pelo seriado, tinha uma árdua tarefa na construção visual de Malu. É possível reconhecer dois guarda-roupas diferentes criados para a heroína de acordo com as atitudes da personagem. O primeiro deles deriva de peças compreendidas socialmente como masculinas, como calças, *blazers* de corte mais reto, laços que imitam gravatas, camisas sociais, além de uma paleta de cores neutra e discreta. Os cabelos de Malu aparecem com uma aparência mais natural e no seu rosto, uma maquiagem leve compõe o visual.



Figura 1 Malu em diferentes momentos “subversivos”: confrontando o ex-marido sobre a guarda da filha, na vara da família, conversando com a esposa de seu amante, explicando para o ginecologista a necessidade do aborto e na saída da clínica clandestina. Fonte: capturas de tela do seriado *Malu Mulher* retiradas de acervo pessoal.

Esses elementos do vestuário surgiram com a ascensão da burguesia após a Revolução Francesa, a fim de compor o guarda-roupa do homem moderno – o burguês. O novo papel masculino tinha novas necessidades, gerando modificações estruturais nas formas e na pompa dos trajes representativos da aristocracia, abdicando de qualquer resquício dessa classe. De acordo com Harvey¹⁶, no período do Antigo Regime, os dois sexos acabavam permitindo traços de masculinidade no feminino e de feminilidade no masculino. Mas a ascensão da burguesia causou uma mudança radical. Os homens passaram a adotar ternos, gravatas, e cartolas de tons sóbrios. As roupas deveriam ser eficientes, dinâmicas, capazes de transparecer a austeridade, o repúdio às frivolidades da nobreza, além de se distanciar de vez do feminino, que continuou permitindo a ornamentação, visto a permanência delas no lugar da beleza e não da “razão”.

¹⁴ CASTRO, Mayra Corrêa. Feminismo prêt-à-porter-significação da aparência na imprensa feminina e feminista do Brasil. *Cadernos AEL*, v. 2, n. 3/4, 1996, p. 111-152. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2615>> Acesso em: 19 set. 2021.

¹⁵ SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *ArtCultura*, v. 9, n. 14, 2007.

¹⁶ HARVEY, John. *Homens de preto*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

Considera-se que o vestuário do homem burguês ser o ideal para o trabalho permeou e ainda permeia o imaginário social ocidental. A escolha da figurinista Marília Carneiro¹⁷ era, segundo a própria em seu livro, fazer um figurino “realista”, mais próximo dos trajes vistos no cinema do que na televisão. Para ela, a última exige mais destaque nos personagens, tendo uma aparência mais ousada e carregada nos elementos. Mas no caso de Malu, não poderia ser assim. Ela deveria representar a brasileira de classe média, distanciando-a de qualquer semelhança à mulher ornamentada, comum na televisão. Isso poderia deixá-la com o aspecto de burguesa, o que era um pesadelo pra muitas feministas do período.

Faz sentido considerar que, se a ideia era representar a mulher que trabalha, apropriassem desses elementos do guarda-roupa convencionalmente masculino, visto que esse visual se tornou referência como roupa de trabalho, mais especificamente de cargos mais elevados. Inclusive, segundo Diana Crane¹⁸, as mulheres de classe média que trabalhavam fora no século XIX já faziam uma hibridação desses componentes. As gravatas, chapéus, paletós, coletes e camisas eram incorporadas por elas e usadas separadamente ou combinadas, mas sempre em conjunto com peças femininas da moda, compondo um estilo alternativo ao hegemônico.

Porém, Malu não utiliza ternos e gravatas enquanto trabalha, pelo contrário. É fora do escritório que tal figurino se destaca. Seria pertinente associar a escolha desses elementos na composição de algumas cenas como algo que destaca o masculino como local de afirmação. Malu se veste assim quando é necessário agir, questionar, se impor ou enfrentar os obstáculos da condição feminina. Em episódios emblemáticos como o do aborto, a protagonista aparece com o seu visual mais “masculinizado”, justamente no momento em que tem uma das atitudes mais subversivas, que é levar Jô (Lucélia Santos) a uma clínica clandestina.

Entretanto, esse não é o único visual da heroína. Ela também possui outro guarda-roupa, bastante distinto, composto por rendas, bordados, estampas, cores mais claras, decotes e saias. Em alguns desses momentos, o figurino é complementado com uma maquiagem forte e os cabelos bem penteados. Essa versão composta por uma série de elementos associados constantemente ao feminino, era menos frequente na série, porém ainda sim aparecia em determinados momentos na trama, tendo uma função muito clara. Essa aparência surge na primeira cena, quando ela ainda é casada; quando tenta reatar seu casamento ou tem uma recaída; quando viaja para o casamento de uma prima e se vê mentindo sobre seu estado civil para a família conservadora; e no episódio do aborto, no momento em que dá um sermão em Jô sobre

¹⁷ CARNEIRO, Marília. *Marília Carneiro no camarim das oito*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2003.

¹⁸ CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade nas roupas*. São Paulo: Senac, 2006.

como ela não deveria interromper a gravidez. Nessas ações, os paletós e gravatas perdem espaço para as peças tradicionalmente associadas à ideia de feminilidade e docilidade.



Figura 2 Malu em momentos “conservadores”: ainda casada, em uma recaída antes de assinar o divórcio, em um jantar de família e tentando convencer Jô a seguir com a gravidez. Fonte: capturas de tela do seriado *Malu Mulher* retiradas de acervo pessoal.

Apropria-se aqui de Laura Mulvey¹⁹ e suas teorias acerca do papel das mulheres no cinema para fazermos uma consideração. De acordo com a autora, o prazer visual é dividido entre o ativo/masculino e passivo/feminino. Os homens olham e as mulheres são observadas. Isso pode ser aplicado na imagem construída para Malu. Quando a personagem está agindo - considerando a relação ativo/passivo de Mulvey, se afirmando, subvertendo uma ordem tradicional, ou seja, tendo atitudes de protagonismo no espaço público, ela surge com seu visual “subversivo”. Isso acaba por reforçar a ideia de que o masculino é local primário. Caso a mulher esteja a reproduzir um comportamento desviante, não deve se vestir com as “frivolidades” reservadas e específicas desse gênero, e sim com o vestuário que simboliza o local do poder. O “feminino” surge apenas com a Malu passiva, amorosa, frágil, incerta, que deseja ser contemplada, onde sua imagem se apoia nos mais tradicionais códigos de feminilidade hegemônicos.

Mas é importante salientar que o figurino provavelmente se inspirou em um filme emblemático do cinema *bollywoodiano*. *Annie Hall* (1977), dirigido por Woody Allen, narra a história de Alvy Singer (Woody Allen), um humorista judeu e divorciado que se apaixona por Annie Hall (Diane Keaton), uma cantora em início de carreira. O romance caminha de forma tranquila até o surgimento de algumas crises conjugais. A personagem apresentou ao cinema norte-americano *mainstream* uma protagonista que não tinha um apelo sensual. Annie tinha uma

¹⁹ MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

beleza peculiar, trajada com várias peças provenientes do guarda-roupa masculino e mantendo seus cabelos naturais, com um rosto com pouquíssima maquiagem. Há no figurino de Annie uma hibridação de peças masculinas e femininas, assim como em Malu, mas que são usadas de forma mais coesa, durante toda a película, sem determinadas funções nas ações da personagem. O figurino do filme fez bastante sucesso e ainda é lembrado como um visual inovador para o período.



Figura 3. Annie Hall em algumas cenas da película. Fonte: capturas de tela do filme *Annie Hall* retiradas de acervo pessoal.

Considerando o estereótipo em torno da feminista, era mais seguro para Marília Carneiro se inspirar em modelos que já haviam passado por uma aprovação internacional. Importante enfatizar também que Malu era fruto de um programa televisivo que dependia da audiência do público, o que fez com que sua imagem fosse higienizada em prol da aceitação. Desde que o movimento feminista surgiu, as militantes devem se provar como mulheres, afinal, são décadas de árduo trabalho do patriarcado em prol da desmoralização destas. Logo, apresentar ao público a figura de uma feminista completamente “masculinizada” poderia não ter apelo com as espectadoras, além disso, poderia soar caricato, afinal, não é possível considerar que exista um vestuário ou uma aparência feminista. As militantes possuem diversos corpos, rostos e vestes, demonstrando a falácia que é o mito da feminista, criado para afastar as mulheres da militância em prol de seus direitos. Elizabeth Wilson (1989) já destacava isso dizendo que as feministas se vestiam, em sua grande maioria, com peças presentes nos guarda-roupas e vitrines femininas do período, ainda que incorporassem alguns componentes do masculino.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou conhecer como era a aparência de uma mulher feminista representada na televisão brasileira em meio ao auge dos movimentos no século XX no Brasil. A partir disso, perceber se esta rompia com os estereótipos propagados acerca da imagem da mulher feminista.

Considerou-se que a imagem traçada pela figurinista transitava entre a masculinidade e a feminilidade de formas bem delineadas. Como bem ressalta Laura Mulvey (1983), os homens são condicionados a ação enquanto as mulheres ao deleite, a passividade. Pensando nisso, as roupas utilizadas em Malu refletem essa dicotomia, fazendo com que seu visual transite entre o binarismo de gênero, reforçando os papéis femininos e masculinos que são atribuídos socialmente.

Partir de uma fonte de inspiração como o cinema *hollywoodiano*, que já havia legitimado o visual da mulher moderna, era mais seguro para Carneiro, pois ter em suas mãos a responsabilidade de criar uma imagem para uma mulher feminista não era uma tarefa fácil. Enfrentaria, de um lado, os estereótipos depreciativos consolidados no imaginário social e, de outro, os plurais movimentos feministas com suas distintas opiniões acerca da feminilidade.

A junção das peças femininas e masculinas que já tinha sido propagada nos Estados Unidos foi uma escolha acertada. O figurino perde um pouco sua potência audaciosa ao ser aplicado de forma tão binária, perpetuando os locais do masculino e do feminino, onde um tem mais peso que o outro. Apesar disso, Malu ficou marcada por suas ombreiras, como uma referência de mulher emancipada/feminista na televisão brasileira, que apresentou a telespectadora um novo modelo de feminilidade, mais plural.

Referências:

ACERVO FOLHA DE S. PAULO. *Há 40 anos assassinato de Ângela Diniz parou o país*. Disponível em: < <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2016/12/30/ha-40-anos-assassinato-de-angela-diniz-parou-pais/> >. Acesso em: 18 set. 2021.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *Pedagogia feminista no formato da teledramaturgia. Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: EDUSP, 2014.

CARNEIRO, Marília. *Marília Carneiro no camarim das oito*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2003.

CASTRO, Laise Lutz Condé de. *O vestir é político: Discussões acerca dos ideais de vestuário na imprensa alternativa feminista brasileira nos anos 1975-85*. Juiz de Fora, 2018. 160 páginas. Dissertação.

Universidade Federal de Juiz de Fora (Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens).

CASTRO, Mayra Corrêa. Feminismo prêt-à-porter-significação da aparência na imprensa feminina e feminista do Brasil. **Cadernos AEL**, v. 2, n. 3/4, 1996, p. 111-152. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2615>> Acesso em: 19 set. 2021.

COSTA, Francisco Araujo da. O figurino como elemento essencial da narrativa. *Sessões do imaginário*, v. 7, n. 8, 2002.

CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade nas roupas*. São Paulo: Senac, 2006.

FILHO, Daniel. *O circo eletrônico: fazendo TV no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FOLHA DE S. PAULO. 'Malu Mulher' não votaria em Bolsonaro, afirma Daniel Filho, criador da série, que completa 40 anos. Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2019/05/malu-mulher-nao-votaria-em-bolsonaro-afirma-daniel-filho-criador-da-serie-que-completa-40-anos.shtml>> Acesso em: 09 set. 2021.

HARVEY, John. *Homens de preto*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

MITTEL, Jason. *Complex TV: the poetics of contemporary television storytelling* (kindle edition). New York: New York University Press, 2015.

MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: XAVIER, Ismail (Org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, 2006, p. 249-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011> Acesso em: 16 set. 2021.

PELEGRINI, Christian; SILVA, Beatriz. Os sitcoms engajados dos anos 1970: uma análise de The Mary Tyler Moore e All in the family. In: ALMEIDA, Rogério de; BECCARI, Marcos (Org.). *Fluxos culturais: arte, educação, comunicação e mídias*. São Paulo: FEUSP, 2017, p. 108-132.

SÁ, Cristiane Ferreira; ALVES, Ivya. Malu Mulher (1979/80) e Mulher (1998/99): dois seriados que dialogam com o feminismo. In: SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e; ARAS, Lina Brandão de (Org.). *Mulheres e movimentos: estudos interdisciplinares de gênero*. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2014, p.195-215.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, 2013, p. 38-47. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182>> Acesso em: 16 set. 2021.

SERPONE, Fernando. *Caso Lindomar Castilho*. Disponível em: <
<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/crimes/caso-lindomar-castilho/n1596992278497.html>>

Acesso em: 18 set. 2021.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *ArtCultura*, v. 9, n. 14, 2007.

WILSON, Elizabeth. *Enfeitada de sonhos: moda e modernidade*. Tradução: Maria João Freire. Lisboa: Edições 70, 1989.

Duas artistas uruguaias no circuito artístico e a escrita da história da arte

Maria de Fátima Fontes Piazza¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo estudar a trajetória artística de duas uruguaias Raquel Aliseris Bernadá (1923-1986) e Amelia Bassanta, sendo que a última foi preceptora da primeira. A trajetória de Raquel Aliseris apresenta sinais de distinção social, teve uma esmerada formação educacional e cultural, expôs em importantes espaços e teve uma vida vinculada ao campo intelectual e artístico devido ao papel de seu pai, Carlos Washington Aliseris como artista, diplomata e mediador cultural. Ao passo que, os indícios sobre Amelia Bassanta apontam que foi professora, escritora e pintora e poucos registros foram encontrados. As discussões sobre a História da Arte corroboram que existe nesse caso uma questão de classe social, gênero e de parentela vinculando as mulheres a figura masculina do pai, irmão, companheiro ou amante.

Palavras-chave: arte uruguaia; escrita da história; Raquel Aliseris; Amelia Bassanta.

Abstract: The present article has the objective to study the artistic trajectory of two Uruguayan Raquel Aliseris Bernadá (1923-1986) and Amelia Bassanta, the last one being the preceptor of the former one. Raquel Aliseris trajectory shows signs of social distinction, she had a careful educational and cultural background, exhibited in important exhibition spaces and had a life linked to the intellectual and artistic field due to the role of her father, Carlos Washington Aliseris. Aliseris as an artist, diplomat and cultural mediator. Whereas the evidence on Amelia Bassanta points out that she was a teacher, writer and painter and few records were found. Discussions about the History of Art corroborate that there is, in this case a question of social class, gender and kinsfolk, linking women to the male figure the father, partner or lover.

Keywords: uruguayan art; history writing; Raquel Aliseris; Amelia Bassanta.

Mujeres que escriben, mujeres que pintan, mujeres que actúan, mujeres que bailan, mujeres que mandan, que conspiran, que aman ..., que sueñan ..., que escandalizan... Mujeres que investigan y narran historias de mujeres?

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professora aposentada da UFSC. E-mail: md.piazza@uol.com.br

² RODRÍGUEZ, Blanca. Prólogo *Mujeres uruguayas v. 1*. Montevideo: Penguin Random House Grupo Editorial, 2020. p. 13.

Assim, Blanca Rodríguez inicia o prólogo da segunda edição do primeiro volume de *Mujeres uruguayas*, no qual constam onze biografias e memórias de mulheres que compõem a história do Uruguai. Sendo que as protagonistas desse estudo: Raquel Aliseris Bernadá e Amelia Bassanta não estão incluídas nessa e nem em outras coletâneas.

Quando se pensa em escrever sobre mulheres artistas, a primeira questão que nos vem a mente é a formulação da crítica de arte Linda Nochlin, no ensaio publicado originalmente em 1971, sob o título “*Why there have been no great women artists?*” ou, em uma tradução livre: “Por que não existiram grandes mulheres artistas?”, no qual a autora questionou as causas da aparente inexistência das mulheres artistas na história e debitou tal ausência à exclusão das mulheres das principais instâncias de formação de carreiras artísticas, do que a uma ausência “natural” de talentos para as artes, levando a uma reflexão sobre o lugar das mulheres na arte³. A pesquisadora Ana Paula Simioni atribuiu a exclusão de mulheres no circuito artístico ao historiador da arte, crítico, museólogo e curador que são os profissionais que definem “um destino para as obras de arte e seus criadores” e também, “a emergência de um cânon” e “o ápice de tal processo ocorre quando os museus – espaços de consagração por excelência – os adquirem ou os exibem”⁴.

Reside aqui, um ponto de inflexão: a exclusão, obscurecimento ou invisibilização de artistas mulheres na história da arte, prende-se a vários fatores, como: muitas não têm obras musealizadas, não integram circuitos artísticos, não têm biografias e nem verbetes em enciclopédias de arte, a sensação que temos é que não deixaram arquivos, logo não pertencem à História. Esta questão é corroborada por Georgina Gluzman, que afirma que “*La historia del arte es un universo muy complejo: es una disciplina marcada por cuestiones excluyentes em términos raciales, de clase. Es un universo conservador por excelência, quizás la disciplina más conservadora, porque su objetivo es justamente resguardar el ‘patrimonio’*”⁵.

A partir dessas constatações, perscrutei a trajetória de duas artistas uruguayas: Amelia Bassanta e Raquel Aliseris Bernadá, sendo que a primeira foi preceptora da segunda. Ao que parece estão à margem do circuito artístico, mas os indícios apontam que as exclusões no mundo das artes passam por muitas clivagens, como relações de poder que envolvem questões de gênero, capital social, econômico e cultural, relações de parentesco, injunções políticas, temas de obras de arte, salões, entre outros aspectos.

³ NOCHLIN, Linda. *Why there have been no great women artists? Art and sexual politics*. 2. ed. New York, MacMilan, 1973.

⁴ SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 36.

⁵ GLUZMAN, Georgina. El canon accidental. Disponível em: <<https://www.conicet.gov.ar/una-muestra-inedita-sobre-mujeres-invisibilizadas-en-la-historia-del-arte-es-curada-por-una-investigadora-del-conicet/>>. Acesso em 22 ago 2021.

Amelia Bassanta e Raquel Aliseris

A comunicação pretende estudar duas artistas uruguaias: Raquel Aliseris Bernadá e Amelia Bassanta. Os indícios apontam para algumas hipóteses: como uma fotografia ou uma obra de arte ajudam a desvelar as mulheres na história e na sociedade em que viveram? Quem foram Amelia Bassanta e Raquel Aliseris Bernadá? Em que condições estabeleceram suas carreiras? A que tipo de produção se dedicaram? E por que sabemos tão pouco sobre elas?

Até recentemente, as carreiras artísticas de mulheres eram vistas como a ideia do “eterno amadorismo” que na opinião de Ana Paula Simioni “foi um dos grandes fatores de obscurecimento das trajetórias das artistas”⁶ e a ausência de mulheres reconhecidas pela história da arte. Será que a crítica de arte e os seus pares as viam como amadoras? Os indícios apontam que Amelia Bassanta foi preceptora de Raquel Elena Aliseris Bernadá (1923-1986), que coincide com o período em que o pintor Carlos Washington Aliseris fez o seu retrato. O que se sabe do retrato é por uma fotografia em preto e branco, medindo 15,5 x 19 cm, que pertence a coleção Ignacio Labaure, Montevideo, Uruguay. O retrato de *Amelia Bassanta* (Figura 1) é o óleo sobre tela, de 1932, medindo 0,73 x 0,60 cm, assinado no canto inferior direito “Aliseris”, coleção desconhecida e do retrato *Mi hija Raquelita* (Figura 2), óleo sobre tela, de 1932, medindo 0,90 x 0,75 cm, coleção particular, Buenos Aires.



Figura 1. Fonte: Coleção Ignacio Labaure, Montevideo. Figura 2. Fonte: Coleção particular, Buenos Aires.

Estes quadros integraram várias exposições de Aliseris, na Argentina, Brasil e Uruguai, foram reproduzidos na imprensa platina e brasileira e objeto de críticas e comentários de personalidades do campo cultural latino-americano. A análise do pesquisador Gabriel Peluffo

⁶ SIMIONI, op.cit., p. 30.

Linari apontou a importância dos retratos de Raquelita e Amelia Bassanta na produção pictórica de Aliseris:

Con relación al retrato de su hija Raquelita, quizá se trate de una de las primeras obras de este género junto con el de la escritora Amelia Bassanta donde Aliseris concreta con prodigio la “descripción espiritual” del retratado, al tiempo que minimiza y sintetiza los recursos pictóricos necesarios para construir esa atmósfera poética que acompaña la melancólica altivez de su modelo. Hay detalles relacionados con la idea de “virginidad”, tanto en sentido religioso como en uno más amplio de “pureza” afectiva, que pueden encontrarse en la gracia de la mano derecha similar a la que Aliseris imprimirá a las manos de vírgenes en cuadros religiosos, siguiendo un detalle propio de la pintura barroca y rococó, y también en la blancura sedosa de la vestimenta. Esta niña, nacida en 1923, comenzaría también a exponer sus propias pinturas de flores y pájaros, rostros humanos y dibujos de arlequines en 1936, estimulada por el tesón paterno, y obtendría un premio Medalla de Bronce en el Segundo Salón Nacional de Bellas Artes, realizado en 1938, con una obra titulada Patos Pekineses.⁷

A professora e a aluna retratadas por Aliseris tinham a mesma inclinação para as artes visuais. Ao que parece, ambas as trajetórias artísticas apresentam questões muito distintas, desde a formação, o circuito artístico em que se apresentaram e os nomes de intelectuais que escreveram nos catálogos de exposições e os comentários que constituem a fortuna crítica.

Raquel Aliseris Bernadá

Raquelita frequentou precocemente o ateliê do seu pai e aprendeu o fazer artístico e como qualquer criança filha de artista:

O acesso às técnicas do desenho dava-se prematuramente para meninos e meninas cujos pais fossem artistas. Desde a tenra infância habituavam-se às paletas, às cores, viam as composições surgindo aos poucos nas telas e, caso demonstrassem interesse, eram incitados a realizar desenhos, aprendendo as técnicas da linha, do claro-escuro e da representação dos objetos, as bases de formação de um artista acadêmico. As questões técnicas vinham perpassadas de posições estéticas, que com o tempo eram interiorizadas pelas crianças, tornando-se quase “naturais”⁸.

A trajetória artística de Raquel sempre esteve vinculada à de seu pai, Carlos Washington Aliseris, desde os exercícios que executou ao longo do seu aprendizado, como aparece numa fotografia, numa praia em Nazaré, Portugal, c. 1941 realizando pintura em *plein air*, que é um exercício de pintura de paisagem tal como fizeram os impressionistas. Também, a imprensa

⁷ PELUFFO LINARI, Gabriel. Aliseris. Buenos Aires: Eduardo Cohen Watkins, 2005. p. 30.

⁸ SIMIONI, op. cit., p. 143.

associava seu nome e sua arte ao de seu pai, como uma matéria em *Anales: Revista Mensual Ilustrada*, de dezembro de 1937, chamou à atenção para a exposição da Srta. Raquel Aliseris Bernadá, na *Sociedad Amigos del Arte de Buenos Aires* em que relaciona a sua inclinação para a arte “*Por el padre, Carlos W. Aliseris, sin disputa uno de nuestros mejores pintores, le viene en la sangre y en el alma, esa inclinación irresistible al arte plástico*”. Esta vinculação da trajetória artística de Raquel ao seu pai, segue a perspectiva estudada por Barbillon (2017) o que de certa maneira condicionou o seu papel enquanto artista e restringiu a sua independência ou liberdade de criação. Esta prática era recorrente nas relações sociais e de poder, de vincular às mulheres aos pais, maridos, irmãos, amantes, companheiros.

A trajetória de vida de Raquel foi privilegiada, filha única do casal Elena Cândida Bernadá Durán de Aliseris (1898-1991) e Carlos Washington Aliseris Genta (1898-1974), teve como preceptora Amelia Bassanta. Sua educação formal ocorreu no *Colegio Sagrado Corazón*, da ordem francesa da *Congregación des Religieuses du Sacré Coeur de Jésus*. Na primavera de 1934, quando estava com seus pais em São Paulo, participou do I Salão Infantil de Desenho, sob os auspícios da Sociedade Paulista de Bellas Artes, entidade presidida pelo Professor Alexandre Albuquerque e, com quinze anos de idade, viajou com a família para uma estada na Europa, onde morou de setembro de 1938 a fevereiro de 1943, nas cidades de Bruxelas, Paris e Madri.

No continente europeu frequentou museus e fez cópias de obras canônicas. No *Musée Royal des Beaux Arts de Bruxelles*, copiou um detalhe do painel central do “*Triptyque de la Confrèrie de Sainte-Anne à Louvain*”, de Quentin de Metsys, e, no *Museo Nacional del Prado*, em Madri, copiou “*La Anunciación*” de El Greco e um detalhe de “*Las tentaciones de San Antonio Abad*”, de Hieronymus Bosch. Em Paris, concorreu a uma vaga em um curso de História da Arte, na Sorbonne, mas não se sabe se era um curso de extensão universitária e nem quem ministrava, e, segundo entrevista de Aliseris para *Atlántida: ilustración argentina*: André Lothe “*que dió un curso de lecciones de pintura a mí hija Raquelita*”⁹.

A única matéria que se refere a ela como pintora é a que noticiou o seu casamento:

(...) Raquel Elena (Raquelita) que conosco tem convivido bastante, tornando-se muito querida e admirada pelos seus dotes de grande finura e bondade, a par de ser uma pintora de sensibilidade que se impõe, bem merece todas as felicidades cujos votos, sinceramente, daqui lhe enviamos.¹⁰

Como apontou a pesquisa, Raquelita começou precocemente sua vida artística. Com apenas quinze anos de idade foi laureada com a menção Medalha de Bronze, no *Salón Nacional* de 1938,

⁹ SOTO, Antonio (Boy). El pintor Carlos W. Aliseris y su experiencia europea. In: *Atlántida: Ilustración Argentina*. Buenos Aires: Editorial Haynes, enero 1944. p. 50 e 83.

¹⁰ TROMPOWSKY, Gilberto. Notas Sociais. *O Jornal*. Rio de Janeiro. 30 set, 1952. p. 7.

realizado no Teatro Solís, sob os auspícios da *Comisión Nacional de Bellas Artes do Ministerio de Instrucción Pública del Uruguay*, com o óleo sobre madeira “Patos Pekineses” (Figura 3), medindo 61 x 48 cm, datado de 1938, e integra o acervo do *Museo Nacional de Artes Visuales*, em Montevideo. O ensaísta Fernando Loustaunau chamou à atenção que “*Algunas de las obras de Raquel, tal su “Patos pequineses”, y el tratamiento del pincel a mano alzada, permiten inferir que el aura de Foujita se plasma en el arte de la uruguaya*”¹¹.



Figura 3. Fonte: Coleção Ignacio Labaure

Ao que parece, esta obra de Raquel Aliseris tenha sido influenciada pela técnica de pintura do pintor japonês, naturalizado francês Tsuguharu Foujita (1886-1968), que esteve na região platina em 1932, durante um périplo pela América Latina, onde conheceu Aliseris e acredita-se que Raquel conheceu sua obra.

Numa coluna publicada em *El David*, de Montevideo, que teve como *Redactor-responsible* Edmundo Prati fez críticas contundentes ao *Salón Nacional de 1938* em comparação ao salão do ano anterior, devido ao número excessivo de mais de 700 obras, o que conforme análise resultou um conjunto de caráter eclético do salão e a ausência de nomes distinguidos. Depois de elencar vários nomes da pintura uruguaia ressalta que: “*Raquel Aliseris Bernadá, que este año se presenta como “animalier”, con finas y características impresiones de animales, ganó una mención con sus “Patos Pekineses”, construidos con volumen, pintados con soltura, y acierto.*”¹²

Os indícios apontam que realizou várias exposições, como a *Exposición Raquel Aliseris Bernadá*, realizada no Club Católico, em Montevideo, cuja vernissage ocorreu no dia 12 de junho de 1936, às 18 horas e a apresentação do catálogo é do jornalista e escritor vanguardista Alfredo

¹¹ LOUSTAUNAU, Fernando. *El canon oriental*. In: Blog Extramuros, n. 34, set. 2021. Disponível em: <extramurosrevista.com> Acesso em 27 set 2021.

¹² PRATI, Edmundo. El Salón en su conjunto. *El David: Publicacion Mensual de Artes Plasticas*. Montevideo: ago.-set. 1938. p. 2.

Mario Ferreiro e, está sob o título “*Razón de esta pintura*”; uma exposição coletiva na *Sociedad Amigos del Arte* em Buenos Aires, sobre a qual existe matéria de uma página na *Anales: Revista Mensual Ilustrada*, de dezembro de 1937, sob o título “*Exposición de Raquel Aliseris Bernadá en Buenos Aires*”, cujo estilo do texto lembra o de Juana de Ibarbouru na apresentação da exposição de Barcelona; *Exposición Raquel Aliseris Bernadá: óleos*, realizada na *Librería Mediterránea*, em Barcelona, que ocorreu no período de 3 a 16 de maio de 1941, onde expôs “*paisajes, flores, animales*”, com apresentação do catálogo da poeta uruguaia e uma mostra coletiva Exposição Feminina Inter-Americana de Bellas Artes, sob os auspícios do Comitê Nacional da Comissão Inter-Americana de Mulheres, do Itamaraty e do Ministério da Educação e realizada no edifício modernista que abrigava a pasta da Educação, no Rio de Janeiro, no período de 1 a 15 de setembro 1948, onde expôs flores e frutas.

No acervo do IEB/USP, na Coleção de Artes Visuais do Arquivo de Mário de Andrade, constam de Raquel Aliseris: um guache sobre papel “Morangos”, medindo 21,4 x 29,1 cm e reproduções fotográficas de algumas obras. Por uma carta de Aliseris para Mário de Andrade, sabe-se que a obra da sua filha passou pelo crivo do autor de Macunaíma:

*Encantado con su juicio sobre el dibujo de mi hijita Raquel. Tiene trece años y sus cosas responden solo a su deseo pues bien he cuidado de no influenciarla, no he querido tener un mono, que repetiera peor lo malo de mis cosas. Con ese concepto, ella siempre ha hecho cosas nuevas y de interés. Yo espero que mantenga esa independencia que, por otra parte es la única garantía del arte.*¹³

Este julgamento ou apreciação de que fala Aliseris, deveria estar numa carta de Mário de Andrade para o pintor uruguaio, só que não se encontrou o epistolário de Aliseris. Raquel Aliseris Bernadá figura num verbete da Coleção Mário de Andrade de Artes Plásticas, junto com o do seu pai, Carlos Washington Aliseris.¹⁴ Todos os comentários sobre sua trajetória artística dão ênfase a infância de Raquelita como uma menina que trocou as bonecas pelos pincéis, conforme Juana de Ibarbouru: “*Como bien lo expresan los animalitos y sus flores, Raquelita Aliseris es candorosa y buena hasta lo angélico*”. A narrativa da poeta uruguaia enfatizou que a obra da artista pode ser vista como “*un dibujo de niña, en el que ya había una potencia, “algo” que día a día se nos está haciendo más claro en la labor artística de esta tímida y mansa chiquilla: talento, garra, personalidad*”¹⁵

A trajetória artística de Raquel demonstra que o ambiente artístico e intelectual em que viveu e conviveu, pode ser aferido nos catálogos das suas exposições e na maneira com que ela

¹³ ALISERIS, Carlos Washington. Carta para Mário de Andrade, datada de Montevideo, 28 jul. 1936. MA-C-CPL n. 124, IEB/USP.

¹⁴ BATISTA, Marta Rossetti; LIMA, Ione Soares de. Coleção Mário de Andrade de Artes Plásticas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 293.

¹⁵ IBARBOURU, Juana de. In: Catálogo Exposición Raquel Aliseris Bernadá. Barcelona: Librería Mediterránea, mayo 1941 (Coleção Ignacio Labaure).

escreveu para Portinari e foi presenteada com “Negro” desenho a caneta tinteiro sobre papel, medindo 16 x 17,2 cm., com dedicatória na metade inferior à direita “Para Raquelita do seu collega Portinari 1934”, coleção desconhecida.¹⁶ A pesquisa evidenciou que Raquel estava inserida nas redes de sociabilidade intelectual e nas políticas de amizade de seu pai.

O repertório iconográfico de Raquel prende-se às flores, animais, natureza-morta e autorretratos, muito embora, tenha obras inovadoras como “*Mujer*” que se assemelha aos chamados “primitivos franceses” como Camille Bombois e Seraphine Louis e ao óleo sobre tela de Petrona Viera “*Autorretrato*”, uma Nossa Senhora com manto preto e um óleo sobre tela “*Square Sainctelette*”, pintados em Bruxelas em 1939, coleção Ignacio Labaure.

Raquel casou-se em 30 de setembro de 1952, com o advogado Luciano Labaure Casaravilla, com quem teve três filhos. O último quadro que pintou ou que se tem notícia foi uma paisagem de San Carlos de Bariloche, onde passou sua lua de mel. O último registro que existe do seu envolvimento com a arte é um recorte de um jornal montevideano de dezembro de 1958, em que ela aparece como secretária da *Sociedad Amigos del Arte de Montevideo*, na reunião de encerramento das atividades anuais daquela instituição cultural.

Amelia Bassanta

A imagem que se tem de Amelia Bassanta apareceu na imprensa montevidiana, em uma fotografia da inauguração da *Exposición C. W. Aliseris* (óleos y acuarelas) – *Obras inéditas del año 1932, 3 exposición del pintor nacional*, realizada em outubro de 1932, sob os auspícios da *Sociedad Amigos del Arte de Montevideo*, no *Palacio de la Musica* (Gioscia Hnos.), na Avenida 18 de julio, n. 988, em Montevideo, constam no número 287 – *Mi hija Raquelita* e no número 291 – *Amelia Bassanta*. Esta fotografia (Figura 4) foi reproduzida em periódicos, onde Amelia Bassanta aparece num grupo no *Palacio de la Musica* no *vernissage* da exposição, com Aliseris, Dona Elena, Raquel, entre outras pessoas.

¹⁶ Dados do Projeto Portinari/RJ. Disponíveis em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/4002/detalhes>> Acesso em 06 abr 2020. <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/documento/8407/detalhes>> Acesso em 06 abr 2020. <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/documento/14806/detalhes>> Acesso em 19 jul 2020.



Figura 4. Fonte: Coleção Ignacio Labaure, Montevidéo, Uruguay.

A relação de Amelia Bassanta com Raquel pode ser percebida no guache sobre papel, medindo 35 x 25,5 cm, sem assinatura e sem data, provavelmente c. 1931 e 1932, em que a aluna faz o retrato da preceptora. É evidente que é um retrato infantil de Amélia Bassanta (Figura 5) e pode ter sido feito concomitantemente ao de Aliseris, quando Raquel tinha entre oito e nove anos de idade. É um retrato suave em tons pastéis, em que ressalta os olhos claros da mestra, as características fisionômicas, o rosto magro, o comprimento do cabelo, a risca do cabelo do lado esquerdo da cabeça, falta somente a comprovação da retratada.



Figura 5. Fonte: Coleção Ignacio Labaure.

Os indícios apontam que Amelia Bassanta integrou um “corrillo”, no qual participavam as escritoras e poetas Edgarda Cadenazzi (1908-1991) e Blanca Luz Brum (1906-1985), as três tinham em comum uma ideologia de esquerda, segundo apontou o Professor José Gómez-Rifas. Cadenazzi tem poemas publicados em importantes periódicos sulamericanos, como *Amauta*, e *La Cruz del Sur*, sua obra tem sido revisitada com a publicação de *“El tobogán solitario”*, e a Biblioteca Nacional

do Uruguay, no ciclo “*Letra de Mujer*”, dedicou um episódio a ela, narrado por Andrea Arismendi, em 23 de março de 2021, onde destacou sua poesia vanguardista. Luz Brum foi escritora, jornalista, poeta e ativista política e é sempre apresentada com uma vida turbulenta. Essas mulheres são personagens da história, descritas pela imprensa e pelos contemporâneos. Ao passo que Amelia Bassanta, nunca é citada e não se encontrou até o momento nenhum registro da sua escrita e “Quizás esta no sea una historia real porque está construida sobre silencios [como muchas otras]. Y, sobre todo, porque en esta historia los silencios son más importantes que las voces”¹⁷.

Alguns anos depois, o nome de Amelia Basanta é citado no periódico da *ALAPE*, cujo lema era “*Por la Defensa de La Cultura*”, que tinha como *Redactor Responsable* Roberto Ibañez. Na rubrica *Página de Crítica y Polémica*, assinada pelas iniciais de J. M. P., cujo nome é do escritor, crítico de cinema e diplomata José Maria Podestá¹⁸, que falou de *Las Exposiciones – El Salón Femenino de Artes Plásticas*, onde faz uma digressão interessante sobre o masculino e o feminino nas artes visuais:

*Un grupo de pintoras y escultoras presentó en la Asociación Cristiana de Jóvenes esta excelente muestra artística. Lástima – y lástima grande – que hayan temido la malhadada idea de presentarla como “Exposición Femenina”, desdichado rótulo que nada significa y que no hace sino menoscabar la seriedad de aquella muestra. No hay pintura sustantivamente femenina ni masculina; no hay tampoco razones de escuela o de tendencia que justifique esta ocasional agrupación. Y las artistas que a ella acudieron tienen sobrada calidad para necesitar cobijarse bajo un título que hace, inevitablemente, pensar en labores de aguja y en almohadones decorados. Es digna de notarse la numerosa concurrencia a esta exposición, síntoma por demás halagüeño. Amalia Nieto exhibe una naturaleza muerta de bella plasticidad que revela su fina y fuerte sensibilidad pictórica. Junto a ella, una plaza de tonos sordos, muy bien organizados, y una acuarela de Minas de viva frescura y gozoso colorido.*¹⁹

O escritor e crítico Podestá desmontou a ideia da separação entre arte feminina e masculina e acertou ao criticar a denominação de salão feminino, mostrando que a arte é feita por homens e mulheres. A categoria “arte feminina” foi criada no século XIX e teve uma longa duração na História da Arte.

Podestá chamou à atenção para as obras da gravadora e escultora Amalia Nieto e da pintora Petrona Viera, artistas que no século XXI tem obras musealizadas e suas obras continuam no circuito artístico com exposições, além de nominar inúmeras artistas:

¹⁷ PEREIRA, Cielo. Cuando desde que él se fue... In: CHOUHY, Lil Bettina et alii. *Mujeres uruguayas: v. 2*. Montevideo: Penguin Random House Grupo Editorial, 2021. p. 105.

¹⁸ José Maria Podestá (1898-1983), conhecido como Pepe, escritor, crítico de cinema, diplomata e membro atuante da *Agrupación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores (ALAPE)*, sección uruguaya. Foi para Roma com sua esposa a advogada, professora, dramaturga e ativista feminista Clotilde Luisi (1882-1969) e se radicaram na capital italiana. O casal tem várias obras dramáticas e uma antologia em coautoria, como *Juguetes* (1938), *La Fragua* (1938), *Sinfonia de los heroes: El artista y el hombre* (1943), *Una mujer que se asoma por la ventana* (1949), *Reencuentro* (1955) e *Treinta jóvenes poetas italianos* (1958).

¹⁹ J.M.P. *ALAPE: Organo de la Agrupacion de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores (Sección uruguaya)*. Montevideo: año I, n. 9, oct.-nov., de 1937. p. 9.

La brevedad de esta nota no permite hacer el comentario de toda la labor expuesta: solo queremos recordar, un poco al azar, las telas y dibujos de Amelia Bassanta²⁰, Aída Carelli, Isabel Ferro, Nieves Gil, M. L. [María Luisa] Gil Janeiro, Delia [Esther] Gioscia, Mercedes Massera, Beba Touscons (...) Se han hecho acreedores de aplauso estas jóvenes artistas. Pero es desear que no se aparten de sus colegas hombres creando un agrupamiento que a nada responde y que predispone al ánimo a una menor valoración que por cierto, ellas no merecen.²¹

Muitos dos nomes citados acima, no século XXI são desconhecidas ou as trajetórias artísticas foram obscurecidas, invisibilizadas e olvidadas. No periódico da AIAPE, a crítica e os comentários de Podestá são inovadores para a década de 1930, desmonta a ideia da separação da arte segundo gênero:

Vientisiete pintoras y escultoras se reunieron para exponer en la Asociación Cristiana un conjunto de calidad digna y simpática. Estas agrupaciones de artistas por sexos separados – lo hemos dicho otras veces – a nada responden. Ni a una natural afinidad, ya que no existe aquí una pintura esencialmente femenina, ni a una necesidad de defensa, ya que todos los caminos están abiertos por igual a todos los plásticos, hombres o mujeres. Sin embargo, en esta oportunidad, las expositoras de la Asociación Cristiana han tenido por lo menos el buen tino de no llamar a su Salón “Salón Femenino”. Mejor así. De esta suerte evitaron el riesgo de ser injustamente confundidas con las señoras que simultáneamente expusieron en el Club Banco República.²²

Ee as artistas citadas, chama à atenção de “Amalia Nieto [1907-2003] exhibió dos telas de inspiración constructivista, pero donde la pintora se siente ahora algo ligada al poderoso atractivo de la figuración” e “Amelia Bassanta expuso un motivo de coloración algo arbitraria y bella ordenación: además, unas acuarelas muy delicadas”. Quando Podestá, fala pejorativamente de exposição de senhoras no Club Banco República, deve estar se referindo as costumeiras exposições anuais de artes decorativas onde apresentam de pinturas a crochets, cuja renda geralmente é revertida para instituições filantrópicas.

Outro indício da vida artística de Amelia Bassanta é uma carta de Leonardo Cantú Sienra (1911-?) para Aliseris – vizinho na Calle Alejandro Chucarro, 1178, em Pocitos e datada de Montevideo, 12 de junho de 1939. O remetente era filho do pintor e escultor Luís Pedro Cantú (1883-1943), e concorreu no III Salón Nacional de 1939, na categoria pintura e desenho, com o guache “Urrucay y Federal” e “Animales”.

Nesta carta-relatório, escrita em papel de carta para avião, de cor verde água, medindo 28 x 22 cm., coleção Ignacio Labaure. Cantú teceu vários comentários sobre a vida montevideana, o

²⁰ Grifo nosso.

²¹ J.M.P. Op. Cit., p.9.

²² PODESTÁ, José Maria. *ALAPE*: Organo de la Agrupacion de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores (Sección uruguaya). Montevideo: año II, n. 21, nov., de 1938. p. 10.

campo artístico, pessoas ligadas ao remetente e ao destinatário, novidades e a página numerada 7 é dedicada à atuação artística de Amelia Bassanta:

Tengo el grato placer de contestar a su pedido de informaciones sobre las actividades artísticas de esta Sta. Artista.²³ –

En mi anterior carta bago saber a Vd. que la Sta. Bassanta había concurrido a los salones femeninos que en forma simultanea y en la misma fecha se efectuaron en Montevideo el pdo. año, y en los cuales es justo confesarlo tuvo dignísima figuración la Sta. en cuestión, de estas exposiciones envío a Vd. dos catalogos que le servirán para ilustrarse más al respecto. –

Ahora le voy a pasar a Vd. un ligero comentario de las obras expuestas en ambas exposiciones. En el Salón que respondía a la pintora Geille Castro²⁴, expuso un autorretrato que en verdad era la mejor obra del salón, bastante bien dibujado y el color bastante armonizado en todo el cuadro, en fin una obra de empuje, dentro de la capacidades de la autora, la cual, con esta obra a mi modo de ver subio varios puntos.

En la exposición femenina efectuada en el Salón de la Asociación Cristiana de Jovenes, y que creo respondía al señor enano Brughetti²⁵, la presentación de la Bassanta no es tan fuerte como en el anterior salón, puesto que a este concurre si la memoria no me falla con las flores que envío al Salón Nacional último, y las cuales obras Vd. conoce perfectamente.

Este año no ha concurrido al salón femenino que se efectua en el Club Catolico, y del cual remito material en forma aparte.

Pero si ha concurrido a el salón que se acaba de clausurar ha poco, que era en beneficio de las victimas del terremoto de Chile y del cual Vd. habra tenido noticias, esta artista, concurrio a este salón con la obra que paso a esbozar a Vd. –

Cantú Sienra ao se debruçar sobre as obras de Amelia Bassanta apresentadas nas exposições acima citadas, apontou para os temas e deficiências na fatura da obra de Bassanta. Ao que parece, Cantú era cioso do seu conhecimento sobre as regras da arte.

A carta é vista por especialistas como escrita de si. A troca epistolar é uma forma de comunicação que se dá no âmbito da esfera privada, que a principio ficaria restrita ao remetente e ao destinatário e, portanto, não viria à público. Entretanto, passados mais de oitenta anos da escrita dessa epístola, quando os dois missivistas já faleceram e a carta transformou-se em objeto de estudo. Ao perscrutar as páginas da carta, devem ser ressaltadas as opiniões contundentes sobre a obra de Amelia Bassanta e a sua personalidade:

Una cabeza de virgen, inspirada en una que tiene Vd. en tonos azules y violetas es ha la base ha principal de la obra²⁶

Creo que en verdad esta Sta. ha metido las de caminar en forma pronunciada haciendo un trabajo a la disparada faltó en absoluto de dibujo, y de fineza de color, puesto que esta obra no tiene nada en absoluto que se pueda alabar a mi modo de ver, pues a mas de los defectos ya

²³ Grifo nosso.

²⁴ Renée Geille Castro Sayagués Lasso (1882-1959), nascida no Uruguay, autodidata, expôs em salões anuais de artistas independentes do Uruguay, Galeria Moretti, entre outros espaços expositivos uruguaios e no exterior. Tem obras em coleções no Uruguay e no exterior.

²⁵ Romualdo Brughetti (1912-2003), nasceu na Argentina, filho do pintor Faustino Brughetti (1877-1956), foi crítico e historiador da arte, ensaísta, poeta e professor. Com uma prolífica produção sobre o campo artístico e escreveu na revista católica Criterio, de Buenos Aires.

²⁶ Grifo nosso.

apuntados tiene una dureza general y sobre todo una dureza extrema en los paños generales del cuadro y sobre todo en el que le cubre la cabeza a la virgen, Vd. cuando venga a esta podrá comprobar la justeza de mi comentario y critica, y se percatara de todo lo dicho por mi, se entiende siempre que la artista no lo acomode en el tiempo que resta para su vuelta. Esta Sta. me parecio que tenía garra con las flores y con el autorretrato, pero ahora con esto y después de haberla oído hablar no le tengo mucha fé para el futuro veremos pero creo que estoy en lo cierto, me da la impresión, de que es media desequilibrada. – Es todo lo que tengo que comunicar a Vd. de la artista Amelia Bassanta.

A carta de Cantú merece uma análise, ele apontou para a obra de Amelia Bassanta exposta nos salões em que participou e foi um crítico mordaz das obras apresentadas. Primeiro, ressaltou o salão feminino da *Asociación Cristiana de Jóvenes*, deixou transparecer que não tinha a mesma envergadura e visibilidade do *Salón Nacional*; segundo, ressaltou que as obras de Amelia Bassanta apresentaram deficiências no desenho e na escolha dos tons da paleta; terceiro, ao que parece Amelia Bassanta se inspirou numa Nossa Senhora pintada por Aliseris que ao longo de sua trajetória fez muitas. Tudo indica que a de Amelia Bassanta se inspirou em “*La virgen de la Noche*”, óleo sobre tela, de 1934, medindo 0,41 x 0,34 cm, coleção desconhecida e que integrou inúmeras exposições no Brasil, Uruguay e Argentina. Isto aponta para um diálogo das imagens, no caso entre a Nossa Senhora pintada por Aliseris e a de Amelia Bassanta ou denota uma aproximação entre discípula e mestre?

Pela narrativa de Cantú, Amelia Bassanta tinha inclinação e força para a pintura de flores e autorretrato e os estudos apontam que as mulheres “acreditava-se, estavam mais propensas a alguns gêneros artísticos, como a pintura de flores, a paisagem, as miniaturas, a natureza morta, os quadros do cotidiano, as pinturas decorativas (...)”.²⁷

Os autorretratos de artistas desde Durer a Artemísia mostram a necessidade de construção de uma autoimagem de si. Segundo análise de Anchieta:

Eis uma importante hipótese: que não só Durer mas também outros artistas de seu tempo tenham descoberto, por meio de autorretratos, a importância das imagens para conferir publicamente um valor a si mesmo, ainda que não pertencessem a um grupo social de prestígio. Legitima-se ou mesmo cria-se uma personalidade pública. Percebem, assim, que não só a obra, mas, também, a autoria passa a ser valorizada. Um individualismo que possibilitava a autoconsciência por meio do reconhecimento público.²⁸

²⁷ SIMIONI, op. cit., p. 62

²⁸ ANCHIETA, Isabelle. *Imagens da Mulher no Ocidente Moderno*, v. 1: Bruxas e Tupinambás Canibais. São Paulo: Edusp, 2019, p. 56-57.

No continente americano, a maioria das artistas “o gênero escolhido para se exibir (o autorretrato é, por excelência, um signo de afirmação profissional)”,²⁹ que serve tanto para Abigail de Andrade como Amelia Bassanta ou Raquel Aliseris.

Cantú teceu um comentário na carta para Aliseris de que a pintora “me da la impresión de que es media desequilibrada”, o que mostra uma expressão usual para desqualificar as mulheres e prosseguiu “*después de haberla oído hablar no le tengo mucha fé para el futuro veremos pero creo que estoy en lo cierto*” e que “*esta obra no tiene nada en absoluto que se pueda alabar a mi modo de ver*”.

Ao que parece, as previsões de Cantú se concretizaram. Não se encontram obras musealizadas, fortuna crítica e a trajetória de vida é um grande enigma: não se tem dados de local e datas de nascimento e morte, filiação, formação, vida profissional entre outras questões. A história de Amelia Bassanta parece um *puzzle* em que faltam muitas peças para completar o tabuleiro. O pintor Leonardo Cantú também, não é consagrado no seu país e ao que parece, não teve uma fortuna crítica considerável.

A diferença entre as trajetórias artísticas das duas uruguaias pode estar no capital cultural e social que Raquel Aliseris era detentora, com uma formação esmerada e sempre vinculada às políticas de amizade e redes de sociabilidades do seu pai. Poder-se-ia enquadrá-la no “patriarchivo” a que se refere Griselda Pollock (2008, p. 44). Apesar da sua breve trajetória artística até o seu casamento em setembro de 1952. Ao passo que, Amelia Bassanta saiu de cena em silêncio. Os indícios apontam para a sua carreira no magistério, seja no arquivo do Instituto Normal María Stagnero de Munar ou Museo Pedagógico José Pedro Varela, em Montevideú. Talvez, os seus escritos possam ser encontrados em periódicos uruguaios, especialmente no semanário *Justicia*, vinculado ao Partido Comunista del Uruguay.

Na história dessas mulheres, as trajetórias da preceptora e da aluna apontaram para o silêncio ou ausência das fontes de pesquisa. Raquel como tinha capital social e cultural deixou muitos indícios na imprensa e com a família. Na opinião de Michelle Perrot:

A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. [...] As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. Eis aí outra razão para o silêncio e a obscuridade: a dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas (...) Existem, entretanto, muitas fontes. Fontes que falam delas. Fontes que emanam delas, nas quais se pode ouvir suas vozes diretamente. Podem ser achadas em bibliotecas, local do impresso, dos livros e dos jornais; como nos arquivos públicos e privados.³⁰

²⁹ SIMIONI, op. cit., p. 198.

³⁰ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2. ed. 4 reimpress. São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 17, 25-26.

Referências:

BARBILLON, Claire et alii. Parent-elles, compagne de, fille de, soeur de...: Les femmes artistes au risque de la parenté. Poitiers: Actes de Colloque/Université de Poitiers, 2017. Site: awarewomenartists.com. Acesso em 11/02/2021.

CHOUHY, Lil Bettina (Org.). Mujeres Uruguayas, v. 2. Montevideo: Penguin Random House Grupo Editorial, 2021.

GLUZMAN, Georgina G. Trazos invisibles: Mujeres Artistas en Buenos Aires (1890-1923). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Biblos, 2016.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2. Ed. 4. Reimpres. São Paulo: Contexto, 2017.

POLLOCK, Griselda. Desde las intervenciones feministas hasta los efectos feministas en las historias del arte. Analisis de la virtualidade feminista y de las transformaciones estéticas del trauma. In: ARAKISTAIN, Xavier; MÉNDEZ, Lourdes (Ed.). Producción artística y teoria del arte. Nuevos debates 1. Vitoria-Gasteiz: Centro Cultural Montehermoso, 2008. P. 42-63.

RODRÍGUEZ, Blanca (Org.). Mujeres Uruguayas. V. 1. Montevideo: Penguin Random House Grupo Editorial, 2020.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.

Fontes

Obras de arte, fotografias, catálogos de exposições e carta. Coleção Ignacio Labaure, a quem agradeço a colaboração.

A margem lésbica do Sena: retratos marginais do centro moderno

Mariana Franco Pacor¹

Resumo: Este artigo busca descrever um corpo heterotópico que desloca a masculinidade de seu espaço moderno, o sexo percebido masculino. Este corpo é feito no que chamaremos de imagem-sapatão. Para tal, usamos retratos de Romaine Brooks, pintora e participante assídua do salão-lesbos de Natalie Barney na Paris modernista do século XX.

Palavras-chave: lesbianidade, masculinidade, modernidade, história da arte, imagem.

Abstract: This article describes a heterotopic body that displaces masculinity from its modern space: the sex perceived as masculine. This body is made of what we call sapatão-image (butch/dyke). For that, as starting point, we'll use portraits from Romaine Brooks, painter and frequent at Natalie Barney's lesbian-salon in the XX century modernist Paris.

Keywords: lesbianity, masculinity, modernity, art history, image.

Poder-se-ia supor não digo uma ciência, pois é um termo demasiado desgastado, atualmente, mas uma espécie de descrição sistemática que teria por objeto, em uma sociedade determinada, o estudo, a análise, a descrição, a “leitura” – como se gosta de dizer hoje – desses espaços diferentes, esses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço onde vivemos: tal descrição poderia ser chamada de heterotopologia. (FOUCAULT, p.4, 2013)

Neste breve ensaio, apresentamos um círculo lésbico que se estabeleceu na Paris do único do século XX, e que foi fundamental para a efervescência cultural da metrópole. Dessa forma, tensionaremos a escrita de um modernismo de vanguardas androcêntricas e a produção de poder em suas imagens. Assim, vamos fazer uma heterotopologia do salão de Natalie Barney, ao mesmo tempo que pretendemos identificar nos retratos de Romaine Brooks o que chamamos de imagem-sapatão², um corpo heterotópico. Um corpo outro em um espaço outro.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Artes Visuais. Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”.

Endereço de e-mail: mariana.pacor@unesp.br

² “Sapatão” é uma gíria brasileira que designa aquilo que é visível (ou a visibilidade) da lesbianidade. Pode ser usada para descrever um corpo designado feminino ao nascer, que se veste de signos marcados como masculinos.

Romaine Brooks pinta uma série de retratos de seu ciclo social. Em tons de cinza, íntimos, esfumados, os retratos revelam e ao mesmo tempo escondem, são segredos a serem desvelados. Entre nuances, destacam-se figuras poderosas, vestidas com seus pesados sobretudos pretos em contraposição aos fundos brancos, vazios. Nesta série de pinturas, lésbicas preenchem um espaço, uma lacuna histórica, imágética ou sígnica.

A imagem-sapatão perturba, nas suas representações, a aparente permenência das oposições nas imagens: homem/mulher, sujeito/objeto, artista/musa, eu/outro. A lacuna é preenchida por dúvidas: o que é mulher, o que é homem? Desordenada em sujeito e objeto, a lacuna continua: o que é um artista, o que é uma musa? Esta imagem-sapatão funciona como um multiplicador em um mundo mecânico e compartimentado, é exatamente na fronteira que ela opera, no espaço entre, no corte, na lacuna. Seu texto parte do não-dito, do meio do caminho, está na esquina de uma cidade que pretende desenhar limites entre os sujeitos: é um cruzamento. Nem homem, nem mulher³, na contramão de uma modernidade que insiste na produção destes binômios, a sapatão produz significação outra, imagens outras e espaços outros.

O salão de Natalie Barney é um exemplo destes espaços. No salão, se justapõem as regras formais e a presença de lésbicas, que são convidadas a ocupar o centro do evento. Mítico e real valem alternando a condução dos passos dados no jardim da Rue Jacob de uma Paris outra.

A produção cultural lésbica é diversa e profícua no período da arte que chamamos modernismo. Entretanto, a lacuna discursiva que parece esconder essa presença se materializa em ausências lésbicas perpetradas pela escrita da história, mesmo que essas artistas tenham sido fundamentais para desenvolvimento do próprio modernismo. Aqui os compassos acelerados da novidade moderna passarão sincopados pela simultaneidade de um mundo outro. Buscamos inscrever nas lacunas linhas de fugas possíveis. Mas, antes, voltemos ao fazer deste movimento.

Ilustrada pelas vanguardas, a novidade é o modelo temporal da agitação artística que toma as primeiras décadas de 1900. A virada do século XIX para o XX é profundamente marcada pela ideia de progresso, do novo. Nas exposições universais podemos ver condensado o espírito do tempo (*zeitgeist*): projetos de futuro concorrem em feiras de exposição tecnológica. Cada Estadação apresenta sua utopia, pretendendo demonstrar sua superioridade. Enquanto a exposição delimitava o industrial como o mais civilizado, forjava as fronteiras primitivas do exótico, do outro. Os feitos do homem ocidental se fazem visíveis na velocidade do novo transporte subterrâneo, o metrô, ou na monumentalidade da Torre Eiffel, ambos apresentados nessas feiras. Ao mesmo tempo, indivíduos trazidos das colônias são exibidos como em um zoológico

³ WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.

humano, o que funciona marcando a sua inferioridade. As exposições universais cartografam um mapa do mundo moderno avançado. Paris, Chicago, Londres, cidades que abrigaram a feira, são o epicentro da modernidade, medida pela capacidade técnica urbana. Usamos a exposição universal aqui, para entender a cidade que se faz ali: discrimina-se que corpos pertencem a que espaço e quais valores são inculcados nos sujeitos. É a racionalidade operacional que serve apenas à dominação técnica dos corpos não-civilizados, o sistema capitalista hegemônico que se solidifica e marcha para um eterno futuro pavimentado por crises que apontam para o colapso total do humano, exaurido de suas capacidades produtivas.

Fica evidente: o novo está à frente do resto e guia todo o mundo em uma fantasia universal de avanço técnico. Assim, podemos entrar no campo que nos interessa, o modernismo na arte. O modernismo é feito por uma distinção de gênero; como o progresso, é masculino, e, nele, as experiências da guerra, do campo de batalha e do fragmentado espaço público urbano parecem ter importância central. Ezra Pound, de Paris, informa⁴ ao novo mundo, aos Estados- Unidos, dos avanços da nova arte, através de artigos nas revistas *Egoist*, *Poetry* e *Little Review*. A última foi a primeira a publicar trabalhos surrealistas e dadaístas. O modernismo é filho da indústria, e a indústria veste calças.

As vanguardas⁵ modernistas são definidas por um grupo de artistas que partilha um estilo, comumente defendido em um manifesto⁶. Picasso e Braque são figuras centrais do cubismo, Dali e Breton, do surrealismo, Tristan Tzara, do Dadaísmo, e por aí vai. Mesmo que alguns destes grupos conte com a presença de mulheres, essas são frequentemente reduzidas a parceiras dos homens com quem mantêm relações amorosas; é o caso exemplar de Berthe Morisot, a sempre esposa de Manet. Lésbicas, nesses grupos, frequentemente, não são sequer citadas, podemos designar para essa lacuna Hanna Hoch, dadaísta e precursora da fotomontagem. No entanto, é nessa modernidade que as mulheres conquistam o direito de se matricularem em escolas de artes, antes restrito ao público masculino.

Nos últimos parágrafos ambientamos o modernismo em um mundo chamado real, antes de passarmos ao nosso objeto heterotópico e quase imaginário, faremos uma pequena incursão na ciência médica da sexologia. Saber nascente na virada para o século XX, a sexologia fabrica

⁴ Incluímos na palavra breve reflexão sobre o declínio da experiência. A informação substitui o saber, e a explicação a narrativa. Assim, a experiência é tomada pelo consumo indeterminado de “novidades”, que não serão interpretadas, experienciadas, mas apenas absorvidas sem reflexão crítica. (BENJAMIM apud MARTINS FONTES, 2019, p.6). O esforço dessas revistas é criar um público, uma audiência, e, em última estância, um mercado consumidor.

⁵ Vanguarda parte de *avant-garde*, jargão bélico que indica o primeira linha de combate de um batalhão, aquela que vai à frente, abrindo caminho. Vemos sempre reforçado o desejo do novo.

⁶ E porque não dizer, em uma utopia?

categorias para os sujeitos considerados desviantes. Vamos apresentar essas categorias, agora, *fazendo* o lesbianismo.

As práticas de sexo homossexual tinham sido, no Ocidente, reguladas pela igreja católica, como sodomia, ou sodomia feminina. Apenas as práticas homossexuais em si mesmas eram consideradas pecados, essas práticas não definiam ontologicamente o sujeito pecador. No início do século XX, porém, isso começa a mudar. A prática de sexo homossexual passa a informar um desejo homossexual, que diz da identidade daquele sujeito. Sexólogos nomeiam esses sujeitos desviantes: invertidos/invertidas congêntos, uranianos/uranianas, homossexuais, perversos/perversas, sadistas e masoquistas.

A saber: Karl Heinrich Ulrichs, em 1862, inventa a categoria uriano/uriana (*urning/urningnen*) para designar homens que tinham presa no seu corpo a alma de uma mulher, ou mulheres que tinham presa no corpo a alma de um homem. Essa inversão de alma, justificaria o desejo homossexual. Ulrich se correspondia com outro Karl, Karl-Maria Kertbeny, quem cunha as palavras homossexual e heterossexual, parte de uma campanha para a descriminalização do sexo homossexual, em 1869. Ambos eram homens gays, que buscavam um lugar de enunciação. Tendo lido a teoria de Ulrichs, Havelock Ellis, um sexólogo, em *Sexual Inversion*, 1900, cunha o termo invertido congênito para designar a atração homossexual, um homem invertido, ou uma mulher invertida, no corpo errado. Krafft-Ebing, em *Psychopathia Sexualis*, 1886, investigava esta inversão como um tipo de perversão sexual, junto do sadismo e do masoquismo, termos que também surgem neste livro. Além da sexologia, a psicologia está investida da regulação do sexo feminino através dos estudos das histéricas no Hospital *Salpêtrière* de Charcot.

Antes, foi preciso organizar os corpos em femininos e masculinos. Determinar qual o comportamento adequado para cada sexo, brevemente, fazer sexos em gêneros. Na *ordonance IX* do 16 de brumário, 7 de novembro de 1800, lemos que o abuso do travestismo poderia fazer mal a saúde da mulher, transformar seus hábitos. Assim, a ordem informa: toda mulher que deseja vestir roupas “não apropriadas” para seu sexo, deve pedir ao chefe de polícia uma permissão de travestismo (*permission de travestissement*), portando uma justificativa médica. A divisão vitoriana do comportamento apropriado para cada sexo é inculcada no corpo urbano. Na cidade, todo o espaço é disposto em lugares determinados, que demandam um modo-de-ser específico. Temos as esferas pública e privada, do trabalho e do doméstico, da produção e da reprodução, do masculino e do feminino. As fronteiras eram feitas no visível, mas poderiam ser atravessadas se reguladas pelo Estado. A permissão de travestismo da pintora Rosa Bonheur, em 12 de maio de 1857, nos serve de exemplo de transgressão. Rosa partilhou a vida com a grande parceira Natalie Micas, a quem declarou seu amor em inúmeras cartas pessoais.

O “travestismo” aparecia ao mesmo tempo como sintoma do lesbianismo e como causa do lesbianismo. As práticas sexuais são discriminadas entre sintomáticas, saudáveis ou doentes, como são os hábitos. A sexualidade é um campo coringa, de uma só feita causa e efeito destes hábitos. A própria histeria é um índice da sexualidade transformada em doença, pelas proibições da masturbação, pelos cintos de castidade ou pelo tratamento das “perversões”⁷. Vemos como uma série de saberes e poderes marcam os corpos desviantes.

Natalie Barney, herdeira de uma fortuna, exercia algum poder sobre os escritores modernistas que frequentavam a margem esquerda do Sena. Seu poder foi usado para colocar mulheres no centro de seu salão literário. O número 20 da Rue Jacob abrigava um mundo em que lésbicas criavam uma auto-imagem positiva, aquela que lhes era negada na sociedade. Barney recusava as teorias sexológicas: inversão, patologia, histeria, paranoia. Junto delas, recusava as práticas do “travestismo”. Sua lesbianidade remontava uma tradição, ela aprende grego e revisita os fragmentos de Safo⁸, de quem passa a seguir o estilo poético. Esforça-se para escrever uma história lésbica longe da *scientia sexualis*⁹, mergulha na possibilidade de uma cultura lésbica, uma cultura outra, desviante, mas profundamente *feminina*. Nega a imagem de autodestruição, abuso de drogas, suicídio e sofrimento que os discursos medicinais pretendem implantar no lesbianismo, feito em patologia. No salão estão justapostos tempos e espaços, regras aristocráticas, bolos e chás o deslocam em direção à feminilidade vitoriana, no mesmo momento, escritores modernistas e sapatões fraturam as regras comportamentais desta feminilidade antiquada. Um espaço fora do tempo, de tempos sobrepostos, o salão é uma heterotopia. Barney criou também uma Academia das Mulheres, em resposta à, tão masculina, Academia Francesa. Abertamente lésbica, feminista e não monogâmica, mesmo se opondo a mulheres que tomassem para si signos de masculinidade, Barney se relacionou por 50 anos com Romaine Brooks e outras lésbicas que usavam roupas marcadas como masculinas.

Seguimos, agora, em Romaine Brooks. Observamos seu autorretrato (Figura 1): uma pessoa branca, pálida, de cabelos curtos e boca cerrada, veste um sobretudo preto, camisa branca, luvas cinzas, provavelmente de couro, e uma cartola. A figura faz frente ao observador, mesmo que a sombra da cartola cubra seus olhos; somos encarados de frente. A imagem nos olha nos

⁷ PRECIADO, Paul. Manifesto contrassexual. São Paulo, n-1 edições, 2014.

⁸ Safo, a poeta grega, que cria em Mytilene, capital da ilha grega de Lesbos, uma academia de mulheres, da qual deriva a palavra “lésbica”.

⁹ Foucault distingue entre *scientia sexualis* e *ars erotica* os discursos construídos sobre o sexo. A vontade de saber biomédica se expressa através de discursos científicos, frequentemente patologizantes, cada vez mais específicos que determinam ontologicamente um sujeito a partir de suas práticas sexuais. Em *ars erotica* o saber sobre o sexo é transmitido como um segredo, não se pretende esmiuçar os significados das práticas, mas garantir o papel central do prazer nas práticas sexuais.

olhos, não é mais só alvo do olhar mas observa. Sujeito e objeto trocam de lugar. No fundo, vemos as manchas de uma cidade escura contrastar o nublado do céu quase branco. Sobrepondo-se a cidade, Brooks faz uma auto-imagem em ambiguidade, contra-atacando as fronteiras nítidas da modernidade. Podemos dizer que Brooks inscreve uma imagem nas significações da sexualidade feitas no período. Tomando códigos da masculinidade hegemônica de assalto, projeta-se uma linha de fuga, fragmentando a hegemonia em outras masculinidades possíveis. No corte das palavras “invertida”, “lésbica” e “homossexual”, Brooks insere uma imagem, que chamo de imagem-sapatão. Feita nos interstícios dos discursos modernos tecidos sobre a lesbianidade, a imagem-sapatão de Brooks abre a possibilidade do espaço do corte, o “entre”.



Figura 1: Autorretrato, 1923, Romaine Brooks.

Fonte(s): Imagem disponível em <https://americanart.si.edu/artwork/self-portrait-2916>

Uma série de retratos é dedicada a fazer imagens-sapatão, pintando lésbicas que frequentavam o salão de Natalie Barney, algumas das modelos são: Renata Borgatti, Una

Vincenzo e Hannah Gluckstein¹⁰. Mais obviamente no título da obra “Peter (uma jovem garota inglesa)” (Figura 2), num retrato de Gluck, enuncia-se uma existência que é em tudo uma contradição, um outro espaço de significação: *peter*, nome masculino, é dado a uma garota. Aí não se pretende a inversão, mas sim uma encruzilhada, um cruzamento, uma esquina. Nesta esquina, peduramos a placa: imagem-sapatão. Peter é retratada de perfil; emoldurada pelos cabelos curtos, a pele branca, pálida, é coberta de novo por um sobretudo preto, camisa branca, mas dessa vez, vemos um tecido listrado em azuis que parece uma gravata, ou um lenço, o corpo está abraçado por um cinto grosso e uma cartola aparece na mão direita. A modelo olha para fora da tela, parece pensar, mas não nos encontramos com seus olhos. A mão é pintada em detalhes, é uma mão hábil, segura sem dificuldade, com poucos dedos e de maneira desvolta, um pesado e grosso chapéu de lã. Toda a série de retratos é pintada em estilo similar, Romaine aponta para uma permanência em um modo-de-ser, uma sobrevivência na imagem que a sapatão faz de si.



¹⁰ Renata Borgatti, pianista erudita lésbica. Una Vincenzo, escultora e biógrafa da parceira Radclyffe Hall, autora do clássico da literatura lésbica moderna: “O Poço da Solidão”. Ambas identificavam-se como invertidas congênicas. Hannah Gluckstein, pintora, assinava sempre Gluck e pedia que não usassem pronomes para introduzir sua obra.

Figura 2: Peter (Uma jovem garota inglesa), 1923-24, Romaine Brooks.
Fonte(s): Imagem disponível em <https://americanart.si.edu/artwork/peter-young-english-girl-2909>

Partindo das breves descrições acima, pensamos esse corpo feito em imagem-sapatão como um corpo heterotópico. Um corpo onde convivem múltiplos espaços e tempos, masculinidades e feminilidades, um corpo totalmente outro, no qual se abrem linhas de fuga para o processo organizador da cisgeneridade. Na heterotopia de Barney, destacamos a negação da organização. Chamamos de organizar: ordenar nos órgãos sexuais o comportamento dos corpos. No salão conviviam a ode à feminilidade lésbica, na tradição cultural de Safo e a apropriação de uma masculinidade chamada de invertida. Romaine Brooks faz em imagem o que lemos como terceira hipótese: nem invertida, nem lésbica, mas sapatão. Ação no espaço do corte. No corpo da imagem-sapatão ou no salão de Barney, a heterotopia aparece como abertura ao múltiplo em um espaço-tempo moderno que insiste na discriminação do mundo em sistemas de compreensão binários.

Referências:

- BENSTOCK, Sheri. *Women of the left bank*. Texas: University of Texas Press, 1986.
- CONNEL, Robert W. e MESSERSCHMIDT, James W. *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: 424, 2013.
- FERREIRA DE FREITAS, Lídia dos Santos e GONÇALVES, Eliane. *Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista*. Cadernos Pagu, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Scientia Sexualis*. História da sexualidade: 1. A vontade de saber. São Paulo: Editora Paz&Terra, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico; As heterotopias*. São Paulo: n-1 Edicoes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *De espaços outros*. Estudos avançados, 2013.
- MARTINS FONTES, Yhuri. *Crise da modernidade em perspectiva histórica: da experiência empobrecida à expectativa decrescente do novo tempo*. História da Historiografia, 2019.
- PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual*. São Paulo, n-1 edições, 2014.
- WITTIG, Monique. *Não se nasce mulher*. Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.

II.

*Mulheres,
ativismo e questões de terra*

Reflexões sobre gênero no âmbito indígena: intersecções e práticas atentatórias

Alessandra Christian Abrantes¹

Raine Clavisso Pereira²

Fred Maciel³

Resumo: No âmbito indígena, importante apresentarmos algumas reflexões sobre o contexto tradicional e o moderno no que tange à inserção de políticas de gênero nesse âmbito e questões que envolvam práticas violentas contra as mulheres indígenas. Para tanto, unimos os objetos de pesquisa das dissertações em andamento e apresentamos um contexto bibliográfico voltado às intersecções de gênero, pois a mulher indígena acaba sendo vítima por sua condição de ser mulher, combinada com a etnia, a raça, a classe e outros. Nesse sentido, essas mulheres enfrentam a discriminação, a violência de gênero, a doméstica, a sexual e o feminicídio. Esse cenário se agrava pela inserção de costumes da sociedade externa, como o alcoolismo e drogas, e pela ausência de assistência especializada e de acesso à essas mulheres que são sujeitos de direito, com um amplo amparo legal contra práticas atentatórias à dignidade humana.

Palavras-chave: Intersecções de gênero; Mulheres indígenas; Violência; Sujeitos de direito.

Abstract: In the indigenous scope, it is important to present some reflections about the traditional and modern context with regard to genre politics in this area and questions that involve violent practices against indigenous women. Therefore, we united the research objects of ongoing dissertations and we show a bibliographic context facing to gender intersections, because the indigenous woman ends up being the victim because of her condition of being woman, arranged with etnia, the race, the class, etc. Therefore, these women face the discrimination, gender violence, domestic violence, sexual violence and femicide. This scenery gets worse by the insertion of customs from the external society, such as alcoholism and drugs, and by the lack of specialized assistance and access to these women who are subjects of rights, with legal ample to protection against practices that violate human dignity.

Keywords: Gender intersections; Indigenous women; Violence; Subjects of rights.

¹ Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Campus de Campo Mourão-PR, Brasil. E-mail: alesandrachristian@msn.com

² Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Campus de Campo Mourão-PR, Brasil. E-mail: raine.clavisso@hotmail.com

³ Professor Doutor vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Campus de Campo Mourão-PR. E-mail: fred.maciell@ies.unespar.edu.br

Introdução

Esse trabalho apresenta reflexões sobre a inserção de políticas de gênero no universo indígena e perpassará por questões relativas principalmente às discriminações e práticas atentatórias contra as mulheres indígenas, pela existência de intersecções entre raça, gênero e etnia. Apresentaremos alguns amparos legais existentes, a fim de que o preconceito étnico seja coibido, proporcionando o respeito mútuo à toda a diversidade.

Nesse sentido, demonstra-se fundamental situar a questão de gênero no contexto dos povos indígenas, pois, a inserção de políticas de gênero, tal como a instituição de associações de mulheres indígenas, leva às preocupações sobre uma possível fragmentação das comunidades, já que a fronteira entre os direitos modernos preconizados de fora para dentro e a força das tradições é tênue e complexa⁴.

Metodologicamente, esse trabalho é fruto da união entre os objetos de pesquisa das dissertações em andamento das autoras, que inter-relacionou recortes da temática sobre os povos indígenas e sobre as violências perpetradas contra as mulheres. Dessa união, ministramos uma palestra no V Seminário do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura – GEPEDIC/CNPq 2021, com a participação especial de uma Professora indígena, denominando-a nesse momento ficticiamente de N.M.R., e que apresentou algumas vivências pessoais e também como presidente da Associação Arandu Aty – ARA, localizada em Campo Mourão no Paraná.

Por conseguinte, no presente trabalho apresentamos um contexto bibliográfico, nos baseando em temáticas como as intersecções de gênero, discriminação e violência doméstica contra as mulheres indígenas, casando tais questões com a vivência de N.M.R., que descrevemos ao final.

Discussões e resultados

A ideologia que se tem socialmente sobre as aldeias indígenas, é aquela constituída de um modo tradicional, na qual suas lideranças são formadas pela presença de um cacique, sendo esse posto herdado por seus ancestrais e aceitas pelo grupo.

Nesse contexto, sua base cultural pode ser formada por diversas etnias que estão organizadas por funções de subgrupos (etários, pajés e outros), e articulados entre si conformam um grupo étnico, com princípios culturais fundamentais para a existência étnica e que possibilita o equilíbrio

⁴ LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

e controle sociopolítico⁵. Existem funções fundamentais para a existência do grupo⁶, e no caso das mulheres indígenas, elas são reconhecidas como o centro para a reprodução da cultura⁷.

A cultura não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela⁸. Assim, a diversidade cultural é reconhecida pela ONU (Organização das Nações Unidas), através da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), como patrimônio da humanidade e a interculturalidade é a convivência e coexistência entre culturas e identidades. Sua base é o diálogo entre diferentes, visando superar a intolerância e a violência⁹, pois, sabemos que “a situação dos povos indígenas no Brasil é marcada por preconceitos historicamente enraizados e situações de relações sociais de dominação-sujeição altamente assimétricas entre ‘índios’ e ‘brancos’”¹⁰. Contudo, os povos indígenas são considerados um movimento de resistência contra a opressão, marginalização e exclusão¹¹.

Todavia, o que pouco se sabe é que tem surgido novos modos de organizações indígenas que modificam essas funções existentes no modelo considerado como tradicional. A título de exemplo, temos o surgimento das organizações indígenas formalizadas por estatutos, onde elegem membros, indígenas ou não, para representá-los internamente e externamente, tal como é o caso da Associação Arandu Aty – ARA, comunidade indígena da etnia Guarani, no Tekohá Verá Tupã’i, espaço rural do município de Campo Mourão, no interior do estado do Paraná, liderada atualmente por uma mulher indígena, que ocupa o cargo de presidente da associação.

Diante dessa prévia, é fundamental situarmos a questão de gênero no contexto dos povos indígenas¹², pois como mencionado anteriormente, nas aldeias tradicionais existem funções fundamentais para a existência do grupo, tal como as mulheres indígenas são conhecidas como o

⁵ LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

⁶ LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

⁷ CIDH. *Mulheres indígenas*. Resumo gráfico das principais ideias e conceitos do Relatório “As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas”, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/2018/Brochure-MujeresIndigenas-pt.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

⁸ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

⁹ LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

¹⁰ BAINES, Stephen G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena*, v. 2, n. 7, 2001.

¹¹ SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

¹² LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

centro para a reprodução da cultura¹³. Então, essa inserção de políticas de gênero, como a instituição de associações de mulheres indígenas, leva a preocupações sobre a possível fragmentação das comunidades¹⁴.

Prosseguindo com o raciocínio, elaboramos no Quadro 1, de forma sucinta, duas linhas de posicionamentos existentes perante essas questões da inserção de políticas de gênero no âmbito indígena, qual seja, o fortalecimento dos direitos específicos das mulheres indígenas ou o enfraquecimento comunitário pela fragmentação na luta cotidiana por seus direitos coletivos.

REFLEXÕES: POLÍTICAS DE GÊNERO	
<u>VERTENTE 1</u>	<u>VERTENTE 2</u>
Surgem para o fortalecimento dos direitos das mulheres indígenas.	Desafios aos modos tradicionais; Enfraquecimento comunitário.
Associações específicas fornecem maior visibilidade à luta e ao seu papel; Avanços em políticas públicas setorializadas.	Concepção fragmentada dos segmentos (etário, profissional, de gênero e religioso), destacados da coletividade; Entende-se que são distintos e concorrentes entre si.
As mulheres indígenas no meio urbano possuem maior interesse pela criação das associações pois são vítimas de toda a ordem de violência, discriminação e preconceito.	As mulheres das aldeias participam e somam forças na luta junto à comunidade. Em razão da tradição.

Quadro 1 – Reflexões sobre políticas de gênero no âmbito indígena
 Fonte: LUCIANO, 2006¹⁵. Quadro organizado pelos pesquisadores.

Diante dessas questões expostas, não é necessário tomar partido de uma única vertente, pois precisamos harmonizá-las para a compreensão de que as mulheres indígenas são sujeitos de direito sim e necessitam dessa participação ativa em todos os processos em que há influência em seus

¹³ CIDH. *Mulheres indígenas*. Resumo gráfico das principais ideias e conceitos do Relatório “As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas”, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/2018/Brochure-MujeresIndigenas-pt.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

¹⁴ LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

¹⁵ LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

direitos, quais sejam, os direitos civis e políticos, o direito a aceder à justiça, até os direitos econômicos, sociais e culturais, e o direito a uma vida sem violência¹⁶.

Ocorre que, essas linhas de posicionamentos, acabam se compatibilizando e se harmonizando, pois, as mulheres indígenas representam os seus direitos enquanto mulheres, mas também como membros de seus povos étnicos e culturalmente diferenciados¹⁷. Para melhor compreensão do que está sendo dito, um exemplo a se trazer a tona, refere-se ao direito territorial, pois cabe à mulher indígena reivindicá-lo em razão de seu próprio direito para tanto, assim como de reivindicá-lo em favor e para o seu grupo étnico, conforme bem expõe a indígena Sônia Guajajara¹⁸, “nós defendemos a vida, nós defendemos a nossa identidade. E nós vamos derramar até a última gota de sangue para defender nosso território”.

Adiante, esse protagonismo da mulher indígena é fundamental, em razão de uma série de desencadeamentos histórico-sociais que envolvem as mulheres indígenas de discriminação por motivos de sexo, gênero e está unida de maneira indivisível a outros fatores, como a raça, a origem étnica, a religião ou as crenças, a saúde, o status, a idade, a classe, a orientação sexual e a identidade de gênero, ou seja, é o que chamam de interseccionalidade, que nada mais é do que a superposição de várias camadas de discriminação, que gera uma forma de discriminação agravada e potencializada¹⁹. Para Crenshaw²⁰, a interseccionalidade é como uma associação de sistemas múltiplos de subordinação (descrita como discriminação composta, dupla, tripla, cargas múltiplas).

Nesse sentido, as mulheres indígenas costumam enfrentar formas diversas e sucessivas de discriminação histórica que se combinam e se sobrepõem, resultando na sua exposição a violações de direitos humanos em todos os âmbitos da vida cotidiana. Ressaltando desde já que possuem o

¹⁶ CIDH. *Mulheres indígenas*. Resumo gráfico das principais ideias e conceitos do Relatório “As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas”, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/2018/Brochure-MujeresIndigenas-pt.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

¹⁷ LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

¹⁸ Sônia Guajajara é formada em Letras e Enfermagem, especialista em educação especial pela Universidade Estadual do Maranhão. Luta em nome dos direitos dos povos originários. Mulheres de Todas as Lutas. 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/category/Social-Service/Mulheres-De-Todas-As-Lutas-105116491649130/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

¹⁹ CIDH. *Mulheres indígenas*. Resumo gráfico das principais ideias e conceitos do Relatório “As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas”, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/2018/Brochure-MujeresIndigenas-pt.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

²⁰ CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 1806-9584.

direito a uma vida sem violência²¹. Devemos destacar a importância da Lei Maria da Penha²², aplicável à mulher indígena vítima de violência doméstica, nos termos do artigo 2º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o qual estabelece que:

Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.²³

De acordo com Leia Bezerra do Vale²⁴, do povo indígena Wapichana e Coordenadora de Gênero e de Assuntos Geracionais da Funai, em entrevista ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, além dos fatores de opressão externos à sua cultura, a mulher indígena ainda convive com fatores de opressão próprios da sua cultura ou com fatores que apesar de não serem próprios à sua cultura, são inseridos pelo contato com a sociedade envolvente, o que vem contribuindo para o aumento da violência doméstica e que tem vitimado as mulheres indígenas. Nesse raciocínio, a introdução de fatores violentos externos às aldeias, tais como o alcoolismo, o uso de drogas e outros fatores que também tem sido preponderantes para o aumento da violência doméstica, tais como a falta de terra, programas eficazes com benefícios para os jovens, ausência de políticas públicas e a frustração dos homens que saem para trabalhar fora da aldeia, contribuem para o aumento violência doméstica perpetrados contra as mulheres indígenas.

Em reportagem para a Folha de São de Paulo²⁵, sobre a violência doméstica e o alcoolismo, o líder da Aldeia Bororó (Dourados-MS), relata que “tem dia que somos chamados para atender até 15 casos de violência doméstica. Quase todos provocados por bebedeiras”.

O que se percebe é que os homens indígenas, interagindo em maior grau com a sociedade dita ‘dominante’, têm sido fortemente impactados pelo machismo, que é um pano de fundo das

²¹ CIDH. *Mulheres indígenas*. Resumo gráfico das principais ideias e conceitos do Relatório “As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas”, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/2018/Brochure-MujeresIndigenas-pt.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

²² BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

²³ BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

²⁴ VALE, Léia Bezerra do. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Entrevista. Povo indígena Wapichana*. Disponível em: <<http://cmdmjoinville.blogspot.com.br/2011/08/>>. Acesso em: 7 out. 2021.

²⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. *Aldeias indígenas onde menina de 11 anos foi estuprada e morta vivem favelização*. São Paulo: Grupo Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/aldeias-indigenas-onde-menina-de-11-anos-foi-estuprada-e-morta-vivem-favelizacao.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2021.

relações de gênero nas sociedades ocidentais. A desestruturação das sociedades indígenas, de modo geral, tem incidido nos elos mais fracos dessa sociedade: as mulheres e as crianças.²⁶

As violências perpetradas às mulheres indígenas baseadas em gênero são perversas, a “exemplo de feminicídios, exploração sexual, tráfico de pessoas e agressões de outras naturezas que se acentuam na medida em que elas afirmam o seu protagonismo político em defesa dos seus povos e seus direitos”²⁷.

A exemplificar a realidade das violências contra as mulheres indígenas, apresentamos um relato sobre a questão da violência doméstica, de uma mulher indígena Guarani, indicada nesse texto como N.M.R.:

A gente tem todos esses problemas para nós mulheres que somos liderança e temos dentro da aldeia também a violência doméstica. Inclusive eu me separei pela violência doméstica, que estava insuportável, exatamente pelo alcoolismo. [...] Aldeias muito grandes têm o problema do alcoolismo, então é uma coisa que nós mulheres enfrentamos muito dentro da aldeia, e muitas vezes a gente tem que enfrentar sozinha porque ninguém se envolve, isso é uma coisa comum, você ver uma mulher sendo agredida sendo espancada por um marido alcóolatra, hoje na aldeia como eu estou a frente, nós não temos bebida alcóolica, não temos nenhum alcóolatra hoje dentro da aldeia. E a gente vai trabalhando com as crianças, com os meninos essa situação.²⁸

Diante do exposto, elencamos algumas fontes de proteção aos direitos fundamentais dos povos indígenas e das mulheres indígenas, dentre os quais estão: a) Constituição Federal do Brasil de 1988²⁹, sobre os direitos dos povos indígenas e para a mobilização da política indígena no Brasil; b) Organização Mundial do Trabalho – OIT³⁰, que aprovou em 1989 a Convenção 169 sobre os povos indígenas e tribais; c) Fundação Nacional do Índio – FUNAI³¹, que é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, sendo a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. A

²⁶ KAXUYANA, V. P. P.; SILVA, S. E. S. A lei Maria da Penha e as mulheres indígenas. In: VERDUM, R. (Org.). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília, DF: Instituto de Estudos Socioeconômicos. 2008. Disponível em: <<http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Mulheres-ind%C3%ADgenas-direitos-e-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas.-WERDUM-Ricardo-org.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2021.

²⁷ ONU MULHERES. *Alerta para violência contra mulheres indígenas e conclama garantia de direitos*. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-publica-onu-mulheres-alerta-para-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-conclama-garantia-de-direitos/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

²⁸ GEPEDIC. V Seminário do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura. *Interseções de gênero, raça e etnia: conversas sobre mulheres indígenas*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JX_0laxQiYdASvcGzRv4a0C7f5HkiGuI/view>. Acesso em: 06 jun. 2021.

²⁹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

³⁰ OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 13 out. 2021.

³¹ FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 20 dez. 2020a.

FUNAI instituiu um fundo no seu orçamento de 2006 destinado a desenvolver atividades com mulheres indígenas, onde foi realizado um encontro nacional de mulheres indígenas em Brasília com o apoio do INESC e da OXFAM Brasil, para ampliar o protagonismo feminino no movimento indígena³²; d) Organização das Nações Unidas – ONU³³, criou a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas em 2007³⁴.

Para finalizar, sobre a aplicação prática desses direitos às mulheres indígenas, Saffioti³⁵ expõe sobre a necessidade de se formularem diretrizes a serem seguidas pelas delegacias especializadas no atendimento à mulher, para assegurar um tratamento de qualidade e homogêneo a todas as vítimas de violência, já que a modalidade visa que as policiais conheçam a área das relações de gênero e compreendam a ambiguidade feminina. Todavia, apresenta que para um atendimento inicial à vítima seria viável que fosse realizado em sala separada por uma assistente social ou psicóloga, e assim fazer essa triagem para o encaminhamento correto dos serviços jurídico, policial e de saúde física e mental.

Ademais, a falta de especialização para um atendimento adequado às mulheres indígenas é um dos problemas enfrentados para o combate à violência doméstica que atinge esse grupo em todo território nacional, é o que expõe Campos³⁶, pois a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), verificou a dificuldade dessas mulheres em acessar a rede, já que as DEAMs (Delegacias de Atendimento à Mulher), por exemplo, não possuem profissionais que possam traduzir as demandas das mulheres indígenas feitas na língua de origem. Assim, o acesso à rede de atendimento e proteção a mulher em situação de violência muitas vezes não chega às mulheres indígenas, o que torna os dados da violência contra esse grupo incapaz de demonstrar os números que poderiam quantificar essa extrema fragilidade.

Portanto, há um longo caminho a ser percorrido para que a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, a Lei 13.104/2015 – Lei do Feminicídio e outras, possam atender na prática às necessidades das mulheres indígenas, com eficácia na implementação de assistência humanitária, a fim de que

³² LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

³³ ONU BRASIL. Nações Unidas. Disponível em: <<https://brasil.un.org/>>. Acesso em: 13 out 2021.

³⁴ DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. UNIC: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

³⁵ SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Graphium Editora: Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20-%20livro%20completo.pdf/view>>. Acesso em: 7 out. 2021.

³⁶ CAMPOS, Carmen Hein de. *Desafios na implementação da lei Maria da Penha*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/gMFCnKzQdJzX3hLvv7pPdKf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 out. 2021.

esses instrumentos legais sejam eficazes no combate à violência contra as mulheres indígenas. De forma que, uma rede de apoio fortalecida e em sintonia com o protagonismo de mulheres indígenas, também permitirão melhor diálogo dessas mulheres e vítimas no contexto da violência doméstica, a fim de prevenir seu desdobramento no feminicídio que tem origem na violência de gênero.

Considerações Finais

Concluimos que as mulheres indígenas são sujeitos de direito, com a participação ativa em todos os processos que há influência em seus direitos, seja por associações específicas que fornecem maior visibilidade à luta e ao seu papel pois são vítimas de toda a ordem de violência, discriminação e preconceito, nas cidades como nas comunidades, e conseqüentemente aos avanços em políticas públicas, que muitas vezes irão somar forças à toda a comunidade indígena que esta mulher pertence, como é o caso da reivindicação do direito territorial.

Em um contexto de defesa de territórios e exclusões sociais, as mulheres indígenas têm sido alvo de violências perversas baseadas em gênero, a exemplo de feminicídios, exploração sexual, tráfico de pessoas e agressões de outras naturezas que se acentuam na medida em que elas afirmam o seu protagonismo político em defesa dos seus povos e de seus direitos³⁷. Sendo que, as violências desferidas contra as mulheres indígenas, estão relacionadas a diversos fatores que são chamados de intersecções, pois ocorrem pelo motivo de ser mulher ou gênero relacionado indivisivelmente a outros fatores como a raça, a origem étnica, a religião ou as crenças, a saúde, o status, a idade, a classe, a orientação sexual e a identidade de gênero, ou seja, uma superposição de várias camadas de discriminação, que gera uma forma de discriminação agravada e potencializada.

Nesse sentido, aplica-se à mulher indígena vítima de violência doméstica a Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, onde toda mulher dispõe dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana para viver sem violência. No entanto, a ausência de políticas públicas adequadas para o atendimento às mulheres indígenas vítimas de violência doméstica, impõem um olhar crítico para que esse grupo seja atendido nos termos do que determina o art. 2º da Lei citada.

Portanto, para dar efetividade às políticas públicas ao atendimento das mulheres indígenas em situação de violência, é necessário mais do que o acesso por tradutores da língua nativa dessas vítimas, é necessário a compreensão do contexto em que elas estão inseridas, para a elaboração de formas de acesso e atendimento da rede de proteção de assistência social, psicológica, jurídica,

³⁷ ONU MULHERES. *Alerta para violência contra mulheres indígenas e conclama garantia de direitos*. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-publica-onu-mulheres-alerta-para-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-conclama-garantia-de-direitos/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

policial e de saúde, oportunizando o protagonismo das mulheres indígenas na construção desses mecanismos fundamentais.

Referências:

BAINES, Stephen G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena*, v. 2, n. 7, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. *Lei do Feminicídio*. Lei nº 13.104/2015. Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República. *Mulheres do Campo e da Floresta Diretrizes e Ações Nacionais*. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <www12.senado.leg.br>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Desafios na implementação da lei Maria da Penha*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/gMFCnKzQdJzX3hLv7pPdKf/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 11 out. 2021.

CIDH. *Mulheres indígenas*. Resumo gráfico das principais ideias e conceitos do Relatório “As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas”, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). 2017. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/2018/Brochure-MujeresIndigenas-pt.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 1806-9584.

DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. UNIC: Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf>. Acesso em: 13 out 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 20 dez. 2020a.

_____. *Nossas ações: Direitos sociais*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/direitos-sociais>>. Acesso em: 20 dez. 2020b.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Aldeias indígenas onde menina de 11 anos foi estuprada e morta vivem favelização*. São Paulo: Grupo Folha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/aldeias-indigenas-onde-menina-de-11-anos-foi-estuprada-e-morta-vivem-favelizacao.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GEPEDIC. V Seminário do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura. *Interseções de gênero, raça e etnia: conversas sobre mulheres indígenas*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1JX_0laxQiYdASvcGzRv4a0C7f5HkiGuI/view>. Acesso em: 06 jun. 2021.

GUAJAJARA, Sonia. *Mulheres de Todas as Lutas*. 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/category/Social-Service/Mulheres-De-Todas-As-Lutas-105116491649130/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

KAXUYANA, V. P. P.; SILVA, S. E. S. A lei Maria da Penha e as mulheres indígenas. In: VERDUM, R. (Org.). *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília, DF: Instituto de Estudos Socioeconômicos. 2008. Disponível em: <<http://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Mulheres-ind%C3%ADgenas-direitos-e-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas.-WERDUM-Ricardo-org..pdf>>. Acesso em: 7 out. 2021.

LUCIANO, Gersm José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 13 out. 2021.

ONU BRASIL. *Nações Unidas*. Disponível em: <<https://brasil.un.org/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

ONU MULHERES. *Alerta para violência contra mulheres indígenas e conclama garantia de direitos*. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-publica-onu-mulheres-alerta-para-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-conclama-garantia-de-direitos/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Graphium Editora: Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20-livro%20completo.pdf/view>>. Acesso em: 7 out. 2021.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.

VALE, Léia Bezerra do. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. *Entrevista. Povo indígena Wapichana*. Disponível em: <<http://cmdmjoinville.blogspot.com.br/2011/08/>>. Acesso em: 7 out. 2021.

Com a viola e na militância: a trajetória de Maria da Soledade Leite

Dayane Nascimento Sobreira¹

Resumo: A partir do trabalho com a memória, dessas, as mulheres, (dantes) excluídas da história, a lembrar Michelle Perrot (1989), intenciono costurar elementos da trajetória de vida da poeta, violeira e sindicalista feminista Maria da Soledade Leite, paraibana natural de Alagoa Grande-PB. A partir da metodologia da história oral, de entrevista realizada com ela, além de suas poesias reunidas no livro *Nossa História em Poesia* (2016), objetivo trazer à tona um histórico de lutas contra o machismo e o latifúndio na Paraíba a partir de sua história de vida. Destaco que as epistemologias feministas me permitem escrever uma história posicionada também no campo dos afetos, fazendo desse um espaço interessante para falar sobre o encontro potente com Soledade Leite em um dia de julho de 2019, em sua casa. Uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo na década de 1980, Soledade Leite é contemporânea de outras sindicalistas históricas da região, como Margarida Maria Alves e Penha Nascimento, e segue resistindo através da sua história e de seus versos.

Palavras-chave: Soledade Leite; História de Vida; História Oral; Militância.

Abstract: Starting from the work with the memory of these women, (formerly) excluded from history, as Michelle Perrot (1989) reminds us, I intend to sew elements of the poet's life trajectory, guitarist and feminist unionist Maria da Soledade Leite, born in Paraíba from Alagoa Grande-PB. Based on the methodology of oral history, interviews with her, as well as her poetry collected in the book *Our History in Poetry* (2016), objective to bring to light a history of struggles against machismo and large estates in Paraíba from its life story. I emphasize that feminist epistemologies allow me to write a history also positioned in the field of affects, making this an interesting space to talk about the potent encounter with Soledade Leite on a day in July 2019, in your house. One of the founders of the Swamp Rural Women's Movement in the 1980s, Soledade Leite is contemporary with other historical unionists in the region, such as Margarida Maria Alves and Penha Nascimento, and continues to resist through its story and its verses.

Keywords: Soledade Leite; Life's history; Oral History; Militance.

¹ Mestra em História (UFPB); Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA), sob orientação da prof^a Dra. Lina Maria Brandão de Aras. Historiadora e cientista social, é integrante dos grupos de pesquisa ProjetAH – História das Mulheres, Gênero, Imagens, Sertões, e CIGE – Ciência, Gênero e Educação, além do GT de História Agrária da Bahia. É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: dayanesobreira26@gmail.com.

Preâmbulo

Acordei cedo e através das paisagens retornei à minha origem agreste. Antes, tomando café com meu pai e minha mãe, escutava eles revoltados com os rumos que o país está tomando e, em particular, seus direitos como trabalhadores rurais. Segui ao Brejo paraibano cheia de esperança, ansiosa para conversar com Soledade. Percebo que “por ser de lá (...) do interior do mato, da caatinga, do roçado”, para citar os mestres Gil e Dominginhos (1975), dias como esse fazem eu me reconectar comigo mesma.

Me pergunto todos os dias a quem servirão as pesquisas que faço e que contribuições deixarei no aqui, no agora, nesse contexto de reafirmação de lutas, por si só cheio de desafios, de medos adormecidos.

Desci a serra rumo a Alagoa Grande e logo senti a quentura (como fala-se por aqui), fiquei imaginando o desafio para os que ainda vivem do corte da cana. Terra da cultura e luta, de Margarida Maria Alves e Jackson do Pandeiro, um dos palcos fundantes do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste.

Tive um encontro potente com Soledade. Hospitaleira e bem-humorada, me acolheu em sua casa em uma manhã de quarta-feira, dia de feira na cidade. Dia de encontros, portanto. Lá pude conhecer mais da história dessa mulher-artista-militante enquanto provava um delicioso doce feito com mel de engenho, adentrar suas memórias, seus álbuns de fotografias, acessando memórias de glórias e até memórias que se desejava esquecer. Senti-me como uma invasora, que em nome do conhecimento, filtrava dali somente o que lhe interessava. É uma luta constante entre o peso de uma tradição que diz que sermos neutros/as em nossas análises, e aquela não qual me aproximo, cuja proposta entende o mundo como um todo holístico e, portanto, parcial – as epistemologias feministas.

Ao tempo em que conversava com Soledade, pensava nesse lugar, nos saberes-poderes, nas expectativas e assertivas do/a pesquisador/a em campo. Não parei de pensar naquilo que ela já me acenava desde o primeiro contato por telefone: “vocês me procuram na hora que precisam e depois somem” e quando depois fez questão de falar das pesquisas em que não teve o mínimo de retorno. Reencontrei Soledade no outro dia, quando do Encontro Estadual de Preparação à Marcha das Margaridas 2019².

² Considerada a maior ação de mulheres da América Latina, a Marcha das Margaridas reuniu 100 mil mulheres em Brasília-DF em suas últimas edições. A marcha acontece desde 2000 e é inspirada no legado de luta de Margarida Maria Alves, sindicalista assassinada em 1983 a mando de latifundiários da região do Brejo, o chamado Grupo da Várzea.

Paraíba, julho de 2019

Quem é Maria da Soledade Leite?

Maria da Soledade Leite nasceu em 1942 em Alagoa Grande (PB). Teve uma infância pobre no Sítio Genipapo, tendo conhecido desde cedo os desafios impostos pela classe e pelo gênero. Estudou até a quarta série primária em uma escola rural que ficava a aproximadamente dois quilômetros da casa de seus pais. Ia para a escola muitas vezes em jejum natural; em época de frutas, levava na sacola uma banana, uma manga para “tapear” a barriga. O trabalho braçal da roça fazia parte de sua rotina, que ainda gosta de realizar, o que não gosta mesmo é “ir pro fogão fazer comer”; me disse isso rindo, buscando uma compreensão da subversão do “papel” culturalmente construído para ela, mulher rural.

Sintetizou muito articuladamente sobre as fases iniciais de sua vida; disse, taxativa: “foi assim que me criei, lavando roupa, passando roupa, limpando roça, cavando terra, apanhando feijão, quebrando milho, a luta cotidiana, até que me destinei trocar tudo isso pela viola” (Soledade Leite, 2019) (Informação verbal).

Se fora fácil fazer uma escolha decidida, não foi fácil lidar com o desprezo da família, que entendia que “viola não era coisa pra mulher”. Tendo casado duas vezes, teve três filhas – uma delas já não se encontra mais entre nós. É divorciada e mora em Alagoa Grande, para onde retornou após passagem pela capital federal.

Trabalhadora rural, sindicalizou-se ainda na década de 1970, quando reivindicou espaço para as mulheres nessas instâncias de luta. Era época em que mulheres como Margarida Alves e Penha Nascimento também estavam em atuação, no limiar entre o novo e o velho sindicalismo (FERREIRA, 2010) e na luta contra a *lei do patrão* (NOVAES, 1997). Era a *lei da necessidade* que dava o tom à atuação dessas mulheres, por sua vez, combatente à ditadura, à misoginia e ao próprio latifúndio na Paraíba (ROSA, 2015).



Figura 1 – Maria da Soledade Leite na I Marcha das Margaridas (2000)³

Ao passo em que se sindicalizava, Soledade começava a perceber as amarras de gênero na sua vida e na vida das companheiras, interseccionadas a maquinarias de relações de poder e opressões. Estudo de Paola Cappelin (1989), aponta para o fato de que entre as décadas de 1970 e 1980, o número de mulheres nos estados da Paraíba e Pernambuco compondo as diretorias (em suas complexidades hierárquicas) dos sindicatos foram aumentando progressivamente. Nesse mesmo período, grupos feministas emergiam no Estado, a saber: o Grupo Maria Mulher, em João Pessoa, o Grupo de Mulheres de Campina Grande, na rainha da Borborema, e o Grupo Sertão Mulher, em Cajazeiras (SOBREIRA, 2017). Bem como os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo (MMB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), movimentos que se mesclaram na década de 1990, se afinando ao Movimento da Mulher Trabalhadora do Nordeste (MMTR-NE).

Soledade teve um protagonismo interessante nesses movimentos, e sobre isso, avaliou:

Minha vida sempre foi de movimento pra todo lado, movimento de viola, movimento de mulheres, movimento sindical, depois assumi também o Sindicato e nossa vida foi essa. (...) para enfrentar o grosso da luta mesmo de latifundiários, essa coisa toda, foi a Margarida, Penha e eu. Fui ameaçada também, mas graças a Deus tô aqui e continuo aqui (Soledade Leite, 2019) (Informação verbal).

De sangue forte, como ela mesmo diz, irrompeu duplamente por meio da fala – através da militância e da viola, não se cala diante das injustiças e das ameaças, diz a verdade sem medo, a lembrar o conceito de *parrésia*, discutido por Foucault a partir dos gregos (GROS, 2004). A arte é

³ Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2019/08/12/conheca-margarida-alves-simbolo-da-luta-por-direitos-para-as-trabalhadoras-do-campo/>>. Acesso em: 29 set. 2021.

um recurso utilizado para falar também da condição de vida das companheiras. No poema abaixo, de sua autoria, fala do “gênero” e da pluralidade constitutiva da categoria *mulheres*:

Gênero pra mim minha gente
É palavra problemática
Pra ela precisa prática
Quando não internamente
Porque a mulher carente
Tem outra realidade
Mesmo longe da verdade

Da qual lhe foge a razão
De gênero e concepção
Pra viver com igualdade

Trabalhadora rural
Que limpa que cava o chão
A que luta no fogão
A que varre o hospital
A mulher do tribunal
Vestida decentemente
A mãe faminta doente
A mãe solteira sofrida
Cada mulher nesta vida
Vive gênero diferente

(...)

São tantas desigualdades
Machismos e desilusões
Nos gêneros e concepções
Quer nos campos ou nas cidades
Mas as nossas qualidades
Só nega mesmo quem quer
Sujar a nossa conduta
Negando sucesso à luta
Dos trabalhos da mulher

Só vamos ficar contente
Quando houver a igualdade
Sem homem ser majestade
Sem mulher ser deprimente
Mas sim uma corrente
Sem cor branca ou amarela
Mas só um quadro na tela
Circulado com marfim
O Brasil só ganha assim
Respeitos pra ele e ela (LEITE, 2016, p. 77-79).

Vida artística

Vivemos de improviso
Cantando ao som da viola
Feita de madeira e cola
Mas no momento preciso
Na mesma mando um aviso
Trancado no verso quente
Do cantador de repente
A arte não tá segura
Precisamos cobertura
Pra esta arte da gente
(LEITE, 2016, p. 04)

Violeira e repentista, Soledade Leite publicou em 2016 uma reunião de seus versos no livro *Nossa História em Poesia*. Na publicação, suas poesias são divididas em três eixos: vida e luta de mulher; questão social; e, outros poemas e orações, refletindo o teor de suas produções, recitadas ou cantadas. Lançou os CDs *Mulheres no repente* (volumes 1 e 2) e *Vozes que se misturam* (volumes 1 e 2), gravados com os poetas e poetisa Santino Luiz, Agamenon Santos e Minervina Ferreira.



Figura 2 – Maria da Soledade Leite no Festival de Mulheres do Improviso (2020)⁴

Sempre em movimento, como se definiu, Soledade não deixa de estar na ativa mesmo em meio à pandemia. Em julho de 2021 coordenou uma *live* cultural de repentistas. Hoje com 79 anos, sempre está disposta a contribuir com quem a procura. Um dia após nossa conversa, em 2019,

⁴ Disponível em: <<https://reporterjunino.com.br/2020/03/09/1-festival-de-mulheres-do-improviso-enaltece-a-forca-das-repentistas-na-profissao/>>. Acesso em: 29 set. 2021.

estivemos juntas no Encontro Preparatório Estadual para a Marcha das Margaridas daquele ano. Ela esteve dividindo mesa com outras companheiras como Dilei Schiochet, do Movimento Sem Terra, Carmelita Pedroza, sua contemporânea, e a professora da Universidade Federal da Paraíba, Ana Paula Romão Ferreira (Figura 3).



Figura 3 – Maria da Soledade Leite em mesa no Encontro Preparatório Estadual para a Marcha das Margaridas 2019⁵

Algumas considerações

Não foi minha intenção analisar a trajetória de Soledade Leite sob lentes puramente teóricas. Minha intenção foi trazer considerações sobre sua vida e sobre sua militância a partir de uma dimensão histórica e dos afetos. Sua memória é muito evocada para tratar dos movimentos de mulheres da região do Brejo paraibano ou para falar de Margarida Alves e Penha Nascimento; sua história pessoal, portanto, se mistura à história dessas outras mulheres, que, como ela, lutaram por justiça social e de gênero no estado. Trabalhos como os de Janaína Vicente da Silva (2016), Susel Oliveira da Rosa (2015), Emmy Duarte Lira (2014), Laianny Cordeiro de Souza (2019), Jadson Pereira Vieira (2016), Ana Paula Romão Ferreira (2006; 2010) e pesquisas que venho desenvolvendo (SOBREIRA, 2018), são referências e veem abrindo frestas na tessitura das histórias de mulheres rurais paraibanas, tal como Soledade.

⁵ Disponível em: <<https://aspta.org.br/2019/07/19/mulheres-paraibanas-se-reunem-em-encontro-de-preparacao-a-marcha-das-margaridas-2019/>>. Acesso em: 29 set. 2021.

Referências:

- DUARTE, Emmy Lira. *Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- FERREIRA, Ana Paula Romão de S. *A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o novo e o velho sindicalismo rural*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- FERREIRA, Ana Paula Romão de S. *Margarida, margaridas: Memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas*. João Pessoa: EDUEPB, 2006.
- GROS, Frédéric. A parresia em Foucault (1982-1984). In: *Foucault - a coragem da verdade*. ARTIÈRES, Philippe [et al]. (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- LAMENTO SERTANEJO. Intérprete: Gilberto Gil. Compositores: Gilberto Gil e Dominginhos. In: Refazenda. WEA; Philips Records, 1975. (04 min. 22s).
- LEITE, Maria da Soledade. *Nossa história em poesia*. Crato: Edson Soares Martins Editor, 2016.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 18, p. 09-18, 1989.
- ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres *versus* ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 309-324, 2015.
- SILVA, Janaína Vicente da. *Margaridas da resistência: movimentos de mulheres na Paraíba (1970 a 1980)*. 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em História, Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira.
- SOBREIRA, Dayane Nascimento. *A Cunhã Coletivo Feminista: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- SOBREIRA, Dayane Nascimento. Das muitas margaridas: a construção de um feminismo rural no estado da Paraíba, Brasil. *Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público*, Coimbra, v. 7, p. 47-60, 2018.
- SOLEDADE, Maria da Soledade. *Entrevista 1*. [17 jul. 2019]. Entrevistadora: Dayane N. Sobreira. Casa da entrevistada, Alagoa Grande-PB, 2019. 7 arquivos. mp3. (1h 48 min.).

SOUZA, Laianny Cordeiro Silva de. *Mulheres trabalhadoras em movimento: MMT e MMB na Paraíba nos anos de 1980*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

VIEIRA, Jadson Pereira. *Engenho de memórias: mulheres camponesas, escritas de si e a força da amizade (1975-1984)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

“Entremos na nossa vida nova”: a atuação feminina no interior do território de São José do Piauí, século XVIII

Rosamaria de Sousa Fé Barbosa¹

Resumo: O presente trabalho parte da análise de duas confissões inquisitoriais realizadas pelas escravizadas Custódia Abreu, Joana Abreu na Capitania de São José do Piauí, em meados da década de cinquenta do século XVIII. Nessa ocasião, as supraditas confessam terem realizado um ritual para fins sexuais, por meio da invocação de um sujeito incógnito cuja alcunha varia entre Homem e Tundá, apesar de ser compreendido subjetivamente, do ponto de vista dos envolvidos, como demônio. Apesar de contarmos com apenas duas confissões, por meio delas podemos rastrear pouco mais de uma dezena de envolvidas, cuja suas vidas foram atravessadas pelo referido rito em meio a uma rede de sociabilidades principalmente no que dizem respeito a mulheres escravizadas e/ou de pertencente a grupos de qualidade baixa. Nesse interim, buscamos compreender por como tais contatos se estabeleceram e viabilizaram a incorporação destas ritualísticas, escoando a visão enrijecida da escravidão, bem como estes nos possibilitam pensar para além da objetificação dessas sujeitas escravizadas. Em outras palavras, ensejamos percebê-las como potentes fontes de desejo, afeição, afecção, vivências, estratégias de pertencimento/assujeitamento, em suma, seres carregados de culturas e signos próprios de um tempo e espaço.

Palavras-chave: Mulheres; Agenciamentos; Piauí Colonial.

Abstract: The present work starts from the analysis of two inquisitorial confessions made by the enslaved Custódia Abreu, Joana Abreu in the Captaincy of São José do Piauí, in the mid-fifties of the 18th century. On that occasion, the aforementioned confess to having performed a ritual for sexual purposes, through the invocation of an unknown subject whose nickname varies between Man and Tundá, despite being subjectively understood, from the point of view of those involved, as a devil. Although we have only two confessions, through them we can track little more than a dozen of those involved, whose lives were crossed by the aforementioned rite amidst a network of sociabilities, especially with regard to enslaved women and/or those belonging to low quality groups. In the meantime, we seek to understand how such contacts were established and made possible the incorporation of these rituals, draining the stiffened vision of slavery, as well as how these enable us to think beyond the objectification of these enslaved subjects. In other words, we

¹ Mestranda em História pelo PPGHB da Universidade Federal do Piauí – CMPP com bolsa CAPES, sob a orientação da professora doutora Elizangela Barbosa Cardoso. Especialista em História Afro pela Faculdade Dom Alberto e Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí – CSHNB. Email: rosamaria.barbosa97@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0134675387379450>.

want to perceive them as powerful sources of desire, affection, affection, experiences, belonging/subjection strategies, in short, beings loaded with cultures and signs of time and space.

Keywords: Women; Agencies; Colonial Piauí.

INTRODUÇÃO

Plural e complexo foi o espaço colonial do Estado do Grão-Pará e Maranhão, na época eminente a sua povoação. Essa complexidade dizia respeito ao emaranhado de sujeitos para cá vindos – forçosamente, ou não – e que aqui repousaram suas crendices e perspectivas. Assim, são muitos os historiadores que se preocuparam em adentrar esse universo e explorar suas vastas possibilidades. Gilberto Freyre um dos mais conhecidos e criticados por tal elemento, observou em seu livro *Casa Grande e Senzala*² sobre o cotidiano, as famílias, as comidas e os contatos no ambiente que deu origem ao Brasil, debruçando-se principalmente acerca das questões de sexualidade. Assim, os atravessamentos por meio do sexo, foi para o autor um elemento primordial na formação sociocultural desse ambiente. Essa assertiva também reverberou nos trabalhos de Ronaldo Vainfas,³ que analisando documentos inquisitoriais observou os contrastes do desejo por uma implementação dos dogmas tridentinos e o comportamento da população a ela sujeita.

Nessa esteira, enquanto temos uma sociedade culturalmente diversa visto as ascendências dos sujeitos aqui assentados estarem distribuídos por variados conjuntos relacionais, a saber grupos diversos de africanos, grupos diversos de nativos, portugueses, franceses, holandeses, observamos também uma conjuntura misógina e patriarcal que irmanam os homens dentro deste território, legando-lhes um universo particular, nos quais as mulheres não tinham acesso. É sob essa afirmação que Ronaldo Vainfas articula a ideia de uma solidariedade feminina calcada em diferentes prismas, como: curandeirismo, feitiçarias e homoerotismos. Neste sentido, é sobre estes dois últimos aspectos que pretendemos nos debruçar no presente texto.

Nosso palco é o território referente ao Piauí Colonial e nossos personagens são quatro mulheres “desclassificadas”, cujo habitavam as paragens da freguesia da Mocha e de Parnaguá. Cecília, Josefa, Joana e Custódia, foram duas denunciadas e duas confessas, respectivamente, que disseram estarem envoltas em um ritual de motivação sexual, cuja proximidade com um ritual

² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

³ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.

sabático incitaram os historiadores Luiz Mott⁴ e Carolina Rocha⁵ a denominarem tal rito como um congresso de bruxas e feiticeiras, projetando-as dentro desse imaginário católico promovido através das dualidades entre Deus e o Diabo. No entanto, nosso intuito aqui não passa por descortinar as origens desse rito, ou mesmo problematizar os regimentos da Igreja, mas, compreender como se davam os possíveis processos de solidariedade e agenciamentos entre mulheres no território piauiense. Assim como suscitar as maneiras pelos quais os rituais sexuais promoveram os ajuntamentos das supraditas e outras mulheres pertencentes a capitania.

Posto isso, nosso trabalho está dividido em dois momentos, no qual, no primeiro versaremos acerca da instituição do ritual e seu assentamento na Capitania do Piauí. Bem como o cenário vicejou o encontro das mulheres praticantes do mesmo, realçando o aspecto escravocrata e de uso dos corpos para o labor, correntes ao período. Seguidamente trataremos mais precisamente acerca das maneiras no qual o ritual foi disseminado, conceituando-o como uma possível “herança” arreigada ao gênero.

“ESTA CERIMÔNIA LOCAL DA IGREJA COM A QUAL SE AJUNTAVA A FORMALIDADE DE INFINITAS BLASFÊMIAS HERÉTICAS”: INCORPORANDO O RITO

A Capitania do Piauí, bem como o restante do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a era um local de economia eminentemente agrária, especializada principalmente na criação de gado Vacum e Cavalar. Posto isso, diante dessas atividades homens e mulheres dedicavam seu dia a dia. Escravizados, fazendeiros e autônomos se cruzavam nesse ambiente com suas obrigações, demandas e ambições. É nesse espaço rural que o Capitão José Bacelar de Abreu residia com sua sobrinha Anna Maria, a filha dela Maria Leonor e demais escravizados e escravizadas que cuidavam do labor de sua casa e terras. Embora sua fazenda fizesse parte da vila de Parnaguá, foi a Mocha que ele se dirigiu para negociar com Antônio da Silva dos Santos, vulgo Pitomba, com o intuito de adquirir novos serviçais. Um ato recorrente, visto observarmos que em dois anos, José de Abreu mercadejou pelo menos duas escravizadas através das mãos desse mesmo Antônio Santos, a saber Joana Pereira e Josefa Linda, de quem falaremos mais tarde. Neste ínterim era em torno do trabalho e das demandas da vida agrária que girava a dinâmica social do referido ambiente, conectando pessoas, e a partir delas, experiências e culturas.

⁴ MOTT, Luiz. *Transgressão na calada da noite*: um sabá de feiticeiras e demônios no Piauí colonial. Texto de História, v. 4, n. 1/2, 2006.

⁵ ROCHA, Carolina. *O sabá do sertão*. Paco Editorial, 2016.

Assim, apesar das numerosas léguas que distanciavam as freguesias, ou mesmo, as fazendas umas das outras, isso não era impedimento para um intenso trânsito de sujeitos dos mais diversos lugares naquele espaço entendido como sertão.⁶ Fator vicejado pelo sistema de povoamento no qual vivia a colônia. Em vista disso, sujeitos da Bahia, Pernambuco, Ceará Grande, ou mesmo do reino de Portugal e africanos advindos do trânsito atlântico resultante da escravização, entre tantos outros povoavam esse ambiente com suas atividades, sociabilidades, tradições, crenças e costumes. As conexões pessoais que permeavam esse sertão davam sentido ao ambiente. Essas trocas não derivavam de uma lógica própria, apesar dos esforços de certas instituições de incorporar na colônia o modo operandi europeu.⁷ A lei, a fé e a devoção ao rei eram pouco a pouco imputados nessa região. E não faltaram esforços da igreja para isso ser possível. Assim, em meio a conflitos, agências, religiosidades e costumes, a capitania do Piauí pulsava sob diferentes formas de ser e estar no mundo.

Nesse ínterim, vila da Mocha, ponto fulcral a sobredita capitania era um centro comercial no qual as demais vilas e povoados se adensavam. Tal vila como as demais surgiu do ponto de vista ocidental de civilização⁸ a partir da construção de uma igreja nomeada Nossa Senhora da Vitória. Tal edifício foi durante variadas vezes alvo da fúria dos nativos Tapuias que habitavam a região. Esse conflito, como fato longe de ser isolado, serve de exemplo de como essa convivência entre esses vários mundos cruzados não era uma situação simples e pacífica, ou mesmo natural, mas um complexo emaranhado de diversidades. Foi nesse campo que as vidas das irmãs escravizadas Josefa Linda e Joana Pereira se cruzaram com a da forra Cecília Rodrigues. Às três mestiças moravam em vila da Mocha, quando em momentos distintos Cecília as abordou com o intuito de convidá-las a conhecer um ritual que costumava praticar. O convite tinha como proposta conhecer uma entidade na qual Cecília denominava ora Homem, ora Tundá e que proporcionaria as escravizadas, experiências sexuais de valoroso prazer, fim único dessa relação.

As irmãs, cujo tiveram parte da sua vida contada na confissão de Joana Pereira ao padre Manoel da Silva, pareceram não hesitar diante do pomposo convite. Aquele contato, era, pois, parte

⁶ “O termo ‘sertanejo’ possuía no início século XVII a função estrita de designar populações coloniais que habitavam territórios relativamente afastados da orla atlântica. O termo não assinalava então um tipo cultural ou regional específico. Assim, a significação do termo remetia, precisamente, a uma determinação geográfica. O radical, do qual a expressão derivava – sertão – remetia então a um locus inexplorado ou pouco conhecido, habitado pelo gentio, por quilombolas ou renegados” MACÊDO, Tairone Zuliani de. *As origens e evoluções etimológicas dos termos sertão e sertanejo*. In: Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação em História PUC-Go/UFGo, VI. 2013, Goiânia. Anais. Goiânia: UFG/PUC-Go, 2014. p.1-10.

⁷ Civilizar passava por tornar os habitantes das coloniais súditos e fiéis do rei, portanto, incorporá-los dentro de um sistema de mundo do colonizador.

⁸ Essa afirmativa parte do princípio de que já existiam tribos indígenas assentadas na região, assim como fazendas próximas. Tanto que após erguida, houve desavenças com ambos os grupos que lá residiam. Ver em: MELO, Claudio. *Obra Reunida*. Teresina: Academia Piauiense de letras, 2019.

de uma grandiosa rede de mulheres na qual a rigidez da escravização não impediu de realizarem suas vontades. E, com isso, subverterem a ordem, através dos supramencionados agenciamentos e exerceram relativa liberdade mental e corporal. Essa afirmativa da qual lançamos mão parte dos seguintes ditames contidos na confissão de Joana: “Esta cerimônia local da igreja com a qual se ajuntava a formalidade de infinitas blasfêmias heréticas, chama deserção inteira de toda a fé, não como quer, mas com infinitas arrenegações das coisas da fé, e adorações juntamente ao que ela Cecília chamava Homem e nunca demônio, por respeito a tal homem e desprezo ao verdadeiro Deus.” Nesse trecho atribuído a Joana, ela ressalta o teor supostamente “herético” de seus atos e com isso a consciência de uma religião que se pretendia dominante através da presença da igreja e da figura dos sacerdotes e vigários da região.

Nesse mesmo espaço vemos a dualidade entre o conhecimento da doutrina cristã e o descumprimento desta através de ritos que a negam e a confrontam. Afirmção compreendida através do que Joana chama de “deserção inteira de toda a fé” com o “desprezo do verdadeiro deus” e “adoração ao Homem”. Sobre essa dualidade, o historiador Ronaldo Vainfas⁹ ao estudar sobre bigamia no mundo cristão compreende que tais atitudes fazem parte de um complexo de reafirmação da doutrina cristã. Assim, ele argumenta que apesar do ato de casar-se segunda vez estando viva a primeira esposa ser visto do ponto de vista eclesiástico como uma ação contra dogmática, o facto de querer casar-se e realizar os atos sacramentais exigidos pela igreja estaria atrelado a um profundo envolvimento com essa doutrina. Neste sentido, ao emparelharmos essa assertiva com o ritual aqui tratado, percebemos que mesmo que tais comportamentos funcionem para afirmar-se perante a sociedade através de um status social normativo,¹⁰ tal situação acaba por legitimar o estado dominante do catolicismo.

Posto isso, embora Cecília e suas aprendizas Joana e Josefa escolhessem realizar um ritual cuja seus elementos tanto se opunha, como escarneava o credo católico, fazia parte do processo utilizar de ícones da religião e proferir palavras de cunho pejorativo aquela doutrina. Bem como descreve Custódia Abreu, uma escravizada de nação Guegue que também comungava do supramencionado ritual, na seguinte descrição:

Foi logo depois de jogar com as imagens em terra, buscar um relho, isto é, um açoite de correias: chegou e logo começou (dizendo, que fosse eu tendo sentido para aprender; pois estas eram as cerimônias para entrar e ter com aquele tão

⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹⁰ O casamento no século XVIII além da função religiosa de união de duas almas em prol da reprodução, era também uma aliança de negócios que uniam famílias pela manutenção de um poder econômico e social. Assim, casar-se era qualificado como um *bem* - status social - alcançável. Ver em: NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 - 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

destro homem, e que sabia fazer tantas coisas, e desonestidades) açoitar, e foi açoitando a imagem de cristo; e da virgem senhora dizendo e pondo-lhe infinitos nomes, e blasfêmias heréticas e do inferno: chamando a nosso senhor, moleque, atrevido, corno, dando ao diabo e a puta que o pariu, arrenegando dele e de toda a sua raça, arrenegando do seu céu, da sua igreja e de todos os que estavam dentro dela, e de quem o gerou, dos seus santos da sua corte do céu, arrenegando da sua confissão, dos padres que confessam, da sua missa, e dos seus padres que diziam e arribavam (isto é, que levantavam ao levantar da santa hóstia, não nomeava hóstia, mas isto entendia pela palavra arribar) arrenegando do batismo, e dos padres que batizavam: estas eram em suma as blasfêmias contra cristo, e batendo sempre com o açoite ou relho.¹¹

Durante o trecho citado, Custódia conta ao padre Manoel da Silva em sua confissão sobre seus primeiros contatos com o dito ritual. Custódia, aprendera com Josefa Linda sobre ele e durante seu relato menciona o açoite as imagens de Cristo e Maria, sagradas a doutrina católica, como pontos fulcrais a invocação do ser desejado. Junto a isso, ela menciona os ditames depreciativos no qual dirige as imagens, bem como palavras de negação aos credos, dogmas e sacramentos católicos, tais como: o batismo, a confissão, a comunhão, a transubstanciação e a virgindade de Maria. O último tema, inclusive contrasta com o objetivo motor do ritual, a saber, o uso do corpo através do sexo. Tudo isso era feito enquanto as escravizadas batiam com relhos nas imagens dos santos, como se estivessem batendo neles próprios. Nesse momento elas assumem para si a persona senhorial das quais quase sempre eram vitimadas, visto a condição de escravidão nas quais viviam.

Diante disso, vislumbramos como esse ritual que se pretende uma oposição ao catolicismo acaba por se apropriar dos entes e simbologias católicas para ser possível. Esse emaranhado torna se ainda mais profundo quando ao confessarem seus atos, Custódia Abreu e Joana Pereira, tomam para si a figura do ser invocado e o traduzem através dos signos que lhe são conhecidos, assimilados, na figura do demônio, como observamos na seguinte passagem do testemunho de Joana: “havia no mesmo ponto de chamar por esse nome e vocábulo = Tundá = : o qual vocábulo nem eu lhe sei bem decifrar a significação inteira e cabal; mas julgo ser nome do demônio”.¹² Posto isso, ao julgar ser o demônio a figura na qual mantinham relações, as escravizadas Cecília e custódia acabam por encerrar o ritual no interior do imaginário católico. Nessa esteira, a associação com a figura do demônio muito provavelmente foi o que fez o padre missionário Manoel da Silva enviar estas confissões ao Santo Ofício, qualificando as previamente como idolatria.

O fato é, seguindo os rastros daquilo que traçamos até aqui, é possível percebermos como um determinado quadro possibilitou, e até incitou, a realização destes rituais. Quadro esse que se refere a pontos em comum que atravessam as participantes deste ritual que foram por nós

¹¹ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127

¹²ANNT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127

conhecidas através das confissões de Joana Pereira e Custódia Abreu. Notamos, pois, que todos os envolvidos, tanto os responsáveis por invocar o Ser, como divulgá-lo disseminando o ritual, são mulheres. Também nos foi notório que a maioria destas (embora não todas) eram pessoas entendidas como “desclassificadas”, geralmente atravessadas pela escravização. A primeira reafirmada durante o seguinte trecho do relato de Joana Pereira:

O congresso é numeroso de mulheres trazidas como suponho da mesma sorte de várias partes de terras distantes, mas eu não as conheço, nem lhes sei os nomes. No congresso há mulheres de todas as cores e castas. Também aparece homens: nas estes julgo não serem homens; mas demônios em figura humana. Fora de nós quatro; as mulheres que ali se ajuntam e eu conheço são Mariana, filha da mestra Cecília: Aniquinha mulher branca, solteira, e que já mostra ser de idade: a uma mulata chamada Maria Joséph que dizem na Moucha ser ela casada, mas não sei de donde ela tinha vindo para a Moucha: estas as que ali conheço moradoras na Moucha: todo a mais congresso de tantas mulheres não conheço, nem sei o nome, nem donde vem ter a esse lugar do Enforcado.¹³

Esse recorte transcrito pelo padre Manoel da Silva acerca da confissão de Joana Pereira, se refere a participação desta em um encontro que Joana nomeia de “congresso”, no qual várias mulheres se reúnem para praticarem sexo, cada qual com um ser invocado. Assim a esse trecho denota uma série de questões que vão desde a supremacia feminina na participação do ato, como a diversidade dessas mulheres envolvidas. Apesar de não conhecer a todas aquelas que ali assistiram e que ela enfatiza serem muitas, Joana consegue visualizar haver uma diversidade na qualidade dessas mulheres. Posto isso, brancas, mulatas e provavelmente pretas e índias dividiam um ambiente não hierarquizado em prol de objetivos comuns. Bem como comenta o historiador Ronaldo Vainfas, no seguinte trecho de seu livro *Trópico dos Pecados*: “O universo mágico em que viviam as mulheres solidarizava-as, irmanava-as para além das hierarquias sociais, conferindo-lhes ainda um poder valorizado e respeitado socialmente. Mas as mulheres do passado longe estiveram de qualquer “consciência grupal”, mesmo que a linguagem dos filtros e das orações nos indiquem o contrário, isto é, um desejo geral de serem amadas e valorizadas pelos homens”.¹⁴

Assim, Vainfas alerta sobre as complexidades dessas relações, as quais as aspirações pessoais e os desejos comuns se conectam. Neste sentido, não é só o anseio por determinada liberdade que une tais mulheres, mas o patriarcalismo e a misoginia que as sujeitavam. Dessa maneira, através do uso do ritual essas mulheres usaram seu corpo e desfrutaram do seu sexo quando desejavam até serem condicionadas pela estrutura normalizadora a confessar seus desejos como erros doutos.

¹³ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127.

¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997. p.168.

A parte disso, apesar de não haver aparentemente uma hierarquia social tal qual as divisões de classe e raça na qual se funda a sociedade ocidental, havia no referido congresso uma organização através da figura de liderança de Cecília. Aspecto incitado a partir do seguinte trecho: “estamos dilatado espaço no tal lugar do enforcado, donde está já como superiora de todo o congresso a mestra Cecília sentada em um como banco, ou tripeça. Chegamos, a ela vamos todas quatro tomar a bênção.” Neste sentido, Cecília é responsável por receber o ritual e é referenciada pelas demais evocando bênçãos às recém-chegadas. Ela também é responsável pela abertura e encerramento dos simultâneos rituais acometidos no congresso, como vemos na fala atribuída a Joana Pereira: “depois de a mestra Cecília dizer em voz alta para todo o congresso estas palavras: = entremos na nossa vida nova =. Feitos os cerimoniais, se fazem as torpezas cada um com o seu, e de todas as sortes universais: o que passo por mim julgo passar pelos demais [...]. Ao despedir de tal lugar do Enforcado para irmos cada uma para sua instância donde tinham vindo; dizia a mestra Cecília estas palavras = acabou-se a nossa vida nova, bem nós podemos ir embora”. Conjecturamos em meio a essas assertivas, que a importância de Cecília nesse topo organizacional do Congresso se dá através da característica hereditária do rito, cujo nos propomos comentar no seguinte tópico. Por isso, inferimos a Cecília uma espécie de ponto genealógico de onde partira as disseminações do referido ritual. Disseminação essa que trataremos a seguir sob a lócus da “herança”, por se tratar da transmissão um legado, embora não consanguineamente, mas por sujeitos de mesmo gênero.

“NO CONGRESSO HÁ MULHERES DE TODAS AS CORES E CASTAS”: UMA HERANÇA RITUAL

A característica hereditária do ritual que tencionamos a arguir, tem como elemento principal a figura de Cecília, mestra de várias mulheres que assumiram a patente de incorporação desse rito e superiora do supramencionado congresso. Cecília é citada dezenove vezes durante as confissões de Joana Pereira e Custódia Abreu. Por exercer esse papel de liderança, tanto como iniciadora de Joana e Josefa, como aparente líder de toda uma comunidade de mulheres que comungavam dos mesmos desejos. Assim, conjecturamos que na capitania de São José do Piauí havia signos de pertença que escoavam além dos limites territoriais das fazendas e vilas, ou mesmo das pertenças a determinada raça e classe, bem como supramencionado na seguinte passagem “O congresso é numeroso de mulheres trazidas como suponho da mesma sorte de várias partes de terras distantes, mas eu não as conheço, nem lhes sei os nomes. No congresso há mulheres de todas as cores e castas”. Assim, o ritual possibilitava uma união transversal entre diversas mulheres em prol da satisfação de seus desejos sexuais.

Procuradas por Cecília quando tinham cerca de doze anos, provavelmente a idade com que as jovens da época começavam a se relacionar, Joana e Josefa aceitaram ser aprendizas de Cecília. As jovens incorporaram os rituais para a sua vida e, além disso, passaram a professar tal ensino, convidando outras mulheres a fazerem parte dessa comunidade, cuja individualidade e a comunhão andavam ladeados. Embora não seja citado como parte do conluio, essa tentativa de disseminação é repetida por parte significativa das participantes, de maneira que passamos a entender como um item essencial ao ritual, tanto per si, como para sua manutenção e perpetuação. Assim a hereditariedade do rito, funcionava tanto como um ato de manutenção do ritual, como de firmamento de amizades, afetos e alianças. Posto isso, Joana assume esse ato de partilha na seguinte passagem:

Depois de eu vir da vila da Moucha para as Cajazeiras, com má intenção e para induzir contei por via de conto diante de três pessoas desta casa de meu senhor Capitão Mor, a saber diante de duas escravas da casa, uma chamada Izabel Maria, outra Margarida Barbosa e outra moça branca de casa, e ainda parenta do dito Capitão Mor, filha de uma sua sobrinha Anna Maria, e de seu defunto marido Joseph de Almeida, chamada Maria Leonor que eu tinha ouvido, que lá na Moucha, havia mulheres, que tomavam Tundá com o Demônio: e que para tomarem haviam de ir bater com as partes preposterias na porta da igreja: e que logo haviam de ir para as covas de algum defunto e que ali vinha o demônio em figura de bode com is ceri cum illis preposter. Mas não dizia mais, nem mais eu contava e o contava como de ouvido por me encobrir, nas a intenção e fim era pra ver se alguma inclinava para isso.¹⁵

Segundo essa fala atribuída a Joana Pereira, ela buscava em seu círculo social pessoas que se interessassem em aderir a tais costumes. Tudo isso sem deixar de lado o cuidado necessário para não ser denunciada. Na situação acima descrita, Joana Pereira relata que ao mudar-se para Vila da Mocha procurou entre as mulheres que coabitavam sua nova residência alguém com quem pudesse partilhar seus segredos e costumes, assim, partilhar o ritual não era apenas um ato enxuto acerca da reprodução de um comportamento, mas uma possibilidade de promover alianças em local estranho e quase sempre opressivo (dado que não podemos esquecer do sistema escravista e patriarcal no qual essas mulheres estavam imersas).

No momento citado, Joana Pereira não encontra a aliança ao qual procurava, no entanto, essa sorte não atingiu Josefa Linda cujo habitava a casa de José Pereira desde antes da chegada de Joana e logo nos primeiros dias pôde confiar a Custódia Abreu suas aspirações, tal como conta a própria Custódia em sua confissão:

¹⁵ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127

Apenas esta chegou, que foi um dia ao pôr do sol, desde o ponto, que chegou, se fez logo a dita Josepha Linda muito minha amiga e camarada, vendo-me Índia, e como de gênio mais singelo por Índia vermelha. Logo depois do primeiro recebimento a primeira coisa, que me pediu foi, que eu nunca havia de dizer nada a ninguém: e começou logo por modo de um conto, ou história: que ela na Moucha em sua casa vivia muito a sua vontade; e que lá tinha um homem muito destro e que não parecia com os mais homens, que este tinha e exercitava com as mulheres muitas e várias sortes e atos torpes; e que sabia fazer coisas incríveis; e que se eu ouvisse havia de ficar com a boca aberta; que ela podia andar com quem quer sem outra gente o saber, ainda que estivesse ao pé: e logo me foi convidando se eu queria também andar a ver me com esse homem. Respondi-lhe eu que sim; pois ela me dizia que sabia o modo, com que eu podia andar com ele: e que eu queria me ensina-se (por logo sentir em mim desejo).¹⁶

Nessa esteira, com todo cuidado para que seu segredo não fosse descoberto por terceiros, assim como fez Joana Pereira, Josefa apresentou seu Homem a Custódia. Ao contar para Custódia sobre ele, Josefa não poupou adjetivos com a finalidade de seduzir a moça aos anseios, o que conseguiu de fato. Assim, durante anos partilhou com ela suas vontades, inclusive a mesma entidade invocada, bem como expõe Custódia: “Em figura brutal se deitava entre nós ambas muitas vezes na cama, e nós nuas. A meia-noite, cantava o galo, era no canto dito em figura humana. Mandava-me a minha mestra; e quando eu ia ficava ela na cama; acabava eu; ia ela”.¹⁷ Posto isso, vemos como esse ritual ligava essas mulheres através de seus desejos, criando a partir disso não só alianças, mas verdadeiros laços de afeição e companheirismo. Assim, por anos a fio Josefa e Custódia dividiam o labor dos trabalhos suscitados pelo ambiente escravagista, mas também os segredos de suas transgressões a religião e o regozijo da consumação de suas vontades carnisais.

Malgrado a isso, Custódia não foi a única aprendiz de Josefa Abreu, muito embora a indígena não mencione em sua confissão conhecer outras que comungam dos atos de sua mestra. No entanto, é de nosso conhecimento que Thereza e Agostinha, ambas mulatas também eram pupilas de Josefa Linda, bem como Joana denúncia na seguinte passagem:

Depois que vim comprada da Moucha para esta fazenda das Cajazeiras, distante da Vila da Moucha mais de sessenta ou setenta léguas; e para donde minha irmã Josepha Linda tinha vindo também comprada dois anos antes: a vim achar mais com duas discipulas, uma chamada Thereza Mulata também escrava do Capitão Mor dito meu senhor e esta tal Thereza filha do Pai João, e de sua mulher Leonor, todos escravos; e a outra segunda discípula, chamada Agostinha Mulata, filha esta de Luzia, mulher solteira: escravas mãe e filha de mesmo Capitão Mor. Estas duas discipulas da minha irmã Josepha Linda já mestras pelo que parece do conteúdo.¹⁸

¹⁶ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127.

¹⁷ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127.

¹⁸ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127.

Como visto na citação superposta Josefa Linda em cerca de dois anos – tempo intermediário entre o momento em que ela foi comprada por José Bacelar das mãos do senhor Pitomba e o novo cambio entre tais senhores no qual Joana foi negociada – a mestiça conseguiu pelo menos três adeptas ao ritual entre as escravizadas de seu senhor. Posto isso, percebemos como tal ritual vai se alargando paulatinamente, ganhando adeptas, portanto, se fortalecendo. Como em um efeito cascata cada uma de dessas discípulas em maior ou menor grau tendem a se tornarem novas mestras. Assim, durante o supradito trecho Joana apresenta Thereza e Agostinha como “já mestras”, entretanto, não podemos afirmar se com essa assertiva ela quis legar as moças como especialistas nesse conhecimento, ou se ambas já possuíam também pupilas.

Entretanto, em face de tudo que foi exposto notamos a tomada de espaço do rito e os efeitos dele na vida pessoal dessas mulheres. Como podemos constatar no seguinte mapa:

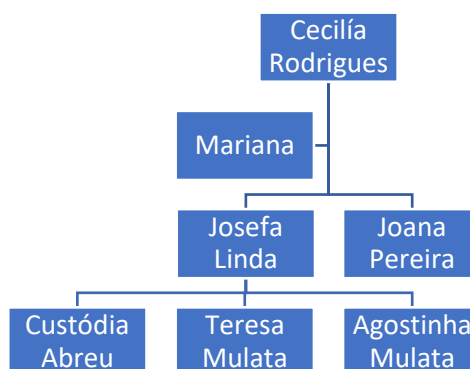


Figura 1: Gráfico genealógico da herança ritual. Autoria nossa.

No esquema traçado acima no qual constam sete das nove mulheres cultuadoras do ritual e que foram nomeadas durante as confissões de Joana Pereira e Custódia Abreu. Como vimos, cinco dessas mulheres são escravizadas da casa de José Bacelar, por tanto, pertencentes a fazenda de Cajazeiras, na freguesia de Parnaguá. Mariana, ao contrário das demais não é escravizada, mas filha de Cecília Rodrigues. Mariana familiarizada com o ritual através da sua mãe a acompanhava durante o congresso, e como ela provavelmente também tinha seu próprio Homem com quem desfrutava os prazeres carnais. A ligação entre Mariana e Cecília era consanguínea, mas o estado de *mãe* da segunda era muito mais fluído e abarcava àquelas com quem decidira partilhar seu secreto costume. Assim Joana Pereira não se exime de chamá-la por mãe Cecília, como vemos no seguinte estrato: “Um mês antes me contou a dita mãe Cecília, que o demônio tinha torpezas com as

mulheres: E que se eu queria falar e ter com ele, ela me ensinaria. Aceitei eu, como rapariga de nenhum miolos; e por outra parte de costumes de pouca, ou nenhuma boa educação”.¹⁹

Nessa esfera, aquilo que trazemos enquanto proveniência dos ritos diz respeito a essa teia que, além do alcance do objetivo principal – a prática sexual –, diz respeito a capacidade de construção desta comunidade de mulheres que usam “livremente” o seu corpo para satisfazer suas próprias vontades, assim como a criação e fortalecimento de uma aliança com outras mulheres cujos desejos o patriarcalismo não conseguiu suprimir. Assim, as solidariedades eram aguçadas através do flerte com uma frecha de liberdade que as atingia.

Sobre essas solidariedades surgidas no mundo Colonial, Ronaldo Vainfas através de Ilana Novinsky sustenta que “o mundo masculino da Colônia, praticamente impermeável às mulheres em seu aspecto formal”, deu-lhes a oportunidade, “em certa medida, de criar um mundo feminino, expressado em laços de solidariedade e amizade entre vizinhas, amigas e parentes, nos expedientes alternativos de esperança e num poder informal e difuso [...]”.²⁰ O mesmo acontecia sobre os casos de homo afetividade masculinas no século XVI, estudados por Luiz Mott, nos quais “a clandestinidade, segredo e discrição a que deviam se submeter, forçava-os a uma certa coalescência e cumplicidade que neutralizava as barreiras de raça e mesmo de hierarquia social”.²¹

Contudo, o mesmo autor reitera que tais solidariedades nem sempre se sustentavam as pressões misóginas da sociedade. O argumento trazido por Vainfas é corroborado através de nossa pesquisa, a medida que entendemos que apesar do ritual disseminado entre as moças da Capitania do Piauí, tê-las unido através de interesses e desejos comuns não foi suficiente para evitar a denúncia das mestras por parte das pupilas ao padre confessor.

CONCLUSÃO

Ao debruçarmo-nos sobre o período de povoamento da capitania de São José do Piauí comumente encontramos escritos sobre a formação territorial, bem como sobre os fazendeiros, padres, indígenas e escravizados que o povoam. Não raro também são os referenciais dos grandes nomes daqueles que aqui fizeram sua vida. Durante essa imersão percebemos como ao homogeneizar homens e mulheres, somente as trajetórias masculinas são evidenciadas. Nas lavouras, nas casas, nos comércios e nas igrejas elas participavam ativamente da vida cotidiana da capitania. Escravizadas, forras e donas ocupavam os espaços das casas, igrejas e ambientes de

¹⁹ ANTI, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127.

²⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997. p.33.

²¹ MOTT, Luiz. *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988. p.35.

trabalho de maneira ativa. Seja cumprindo suas obrigações, seja realizando (secretamente, ou não) suas vontades.

Marcus Reis e Camila Cargnelutti²² em artigo recente comentam acerca da necessidade de uma história dos gêneros no que diz respeito das fontes inquisitoriais da América portuguesa. Durante o citado texto eles elencam a historiografia pertinente a temática e os vãos deixados por elas. Assim, ele conclui que as masculinidades e/ou feminilidades ainda são elementos tímidos ao contexto. Como os historiadores supramencionados, vimos durante nosso texto com riqueza de detalhes como o comportamento feminino em toda sua diversidade esteve atuante nas terras correspondentes ao estado do Grão-Pará e Maranhão, e mais especificamente do Piauí Colonial.

É neste sentido que Cecília, Josefa, Joana e Custódia, personagens caras a nossa pesquisa, apesar de se filiarem a um comportamento incomum, no que dizia respeito ao exercício de rituais de cunho sexual, possibilitaram nos inquietar acerca dos desejos e fazeres femininos de sua época. Posto isso, as moças por nós estudadas, independente da condição de escravizadas – da maioria – não suprimiram totalmente seus desejos. Ao contrário de outros exemplos essas mulheres não desejavam atrair os maridos, ou casar-se. Apesar de seus desejos não extrapolarem totalmente o plano da heteronormatividade, elas tinham como principal objetivo o próprio gozo. E, a partir desse gozo é possível pensarmos num flerte com uma relativa liberdade, autonomia, e/ou na própria transgressão a dogmática católica.

Posto isso, vemos que tais mulheres buscaram tanto a concretização dos seus desejos afetivos e carnisais, como o tendo alcançado, procuraram disseminar suas práticas entre seus pares, ou semelhantes de gênero. Assim, a procura por determinada autonomia não existia somente no ímpeto pessoal, mas em uma jornada transitória entre o individual e o coletivo. Dessa maneira tornando-se eventualmente estimulada. Assim, aquilo que chamamos de “herança” ritual ligava tais mulheres na perspectiva de uma manutenção cultural e perpetuação do rito.

Referências:

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.
- MACÊDO, Tairone Zuliani de. *As origens e evoluções etimológicas dos termos sertão e sertanejo*. In: Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação em História PUC-Go/UFG, VI. 2013, Goiânia. Anais. Goiânia: UFG/PUC-Go, 2014. p.1-10.

²² REIS, Marcus and CARGNELUTTI, Camila. *Silenciamentos sobre gênero na historiografia brasileira: Inquisição e feitiçaria na América portuguesa*. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 331-349, maio/ago. 2020.

MELO, Claudio. *Obra Reunida*. Teresina: Academia Piauiense de letras, 2019.

MOTT, Luiz. *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.

MOTT, Luiz. *Transgressão na calada da noite: um sabá de feitiçeras e demônios no Piauí colonial*. Texto de História, v. 4, n. 1/2, 2006.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 - 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROCHA, Carolina. *O sabá do sertão*. Paco Editorial, 2016.

REIS, Marcus and CARGNELUTTI, Camila. *Silenciamentos sobre gênero na historiografia brasileira: Inquisição e feitiçaria na América portuguesa*. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 331-349, maio/ago. 2020.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.

III.

*Mulheres,
imprensa e fontes escritas*

As dimensões educativas pela imprensa feminina e a relação com a carreira docente: revista *vida doméstica* no Rio de Janeiro (1920-1926)

Fernanda Cabral de Oliveira¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a educação feminina e a relação à formação destas para o magistério por meio de publicações da imprensa feminina no segundo decênio do século XX. Como fonte será utilizada a revista *Vida Doméstica*, que começou a ser publicada em março de 1920, sendo editada até o ano de 1963, pela Sociedade Gráfica Vida Doméstica com periodicidade mensal. O recorte temporal justifica-se por se tratar de um período na qual as políticas educacionais e o ingresso da mulher na Escola Normal e no mercado de trabalho estavam em expansão, bem como as discussões feministas e sua emancipação. Inserimo-nos no campo da história da educação e aproximamo-nos do campo da história das mulheres e dos impressos. Pretendemos compreender a relação entre a dimensão da educação na perspectiva das leituras de formação e noções de vida doméstica e a definição das profissões a elas legitimadas, como o magistério. Em especial destaque ao magistério, pois tornou-se uma carreira apoiada em valores e condutas sociais atrelada a imagem feminina. Compreendemos que, as formas de educação que integravam os conteúdos da revista nos oferecem vestígios e reflexões acerca do contexto, além de auxiliar na compreensão dos aspectos de modernidade e de civilização debatidos a época.

Abstract: This article aims to analyze women's education and the relationship to their training for teaching through publications in the women's press in the second decade of the 20th century. The source used will be the *Vida Doméstica* magazine, which began to be published in March 1920, and was published until 1963 by the *Vida Doméstica* Graphic Society on a monthly basis. The time frame is justified because it is a period in which educational policies and women's entry into normal schools and the labor market were growing/expanding, as well as feminist discussions and their emancipation. We enter the field of the history of education and approach the field of the history of women and printed matter. We intend to understand the relationship between the dimension of education from the perspective of training readings and notions of domestic life and the definition of the professions legitimized to them. Special emphasis on teaching, as it became a career based on values and social behavior linked to the female image. We understand that the forms of education that were part of the magazine's contents offer us traces and reflections about the context, in addition to helping to understand the aspects of modernity and civilization discussed at the time.

¹ Pedagoga, bolsista CAPES, mestranda em Educação pelo programa de Pós-graduação Processos Formativos e Desigualdades Sociais (UERJ/FFP). Grupo de pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa da Educação e Infância/NIPHEI, coordenada pela prof.^a Dr.^a Sônia Camara (UERJ/FFP).
E-mail: fernandaffp35@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0032384216311228>

Os impressos, em especial as revistas femininas durante a década de 1920, representaram uma importante ferramenta educativa para as mulheres da época. Mesmo não se apresentando como um tipo de revista educacional², mas continham um objetivo educacional implícito, ou seja, educação não-formal.

As revistas femininas podem ser consideradas como veículo pedagógico, pois apesar de não possuírem um caráter especificamente escolar ou de estarem diretamente ligadas à profissão docente, expressam-se como um espaço de educação não formal, permeando pelo debate de ideias pedagógicas e pela diversidade de objetivos educacionais [...] sejam eles informativos, ideológicos, doutrinários, profissionais, etc... (Santos, 2011. p.23).

A imprensa feminina assumiu um espaço de destaque a época, pois abrangia assuntos de interesse as mulheres e ao mesmo tempo as educava. Os periódicos foram vistos como ferramenta educativa dentre outras instituições e atividades concomitantes à escola durante o século XIX e XX para as mulheres. As revistas, como outros periódicos, ensinam, aconselham, propõem formas de feminilidade, indicam condutas e do que gostar³.

O objetivo desse estudo é analisar a revista a partir dos conteúdos veiculados a educação feminina, o que pressupõe também um levantamento inicial dos aspectos essenciais como histórico do impresso, objetivos, história da educação feminina no início na década de 1920 no contexto brasileiro.

A partir desse entendimento, a imprensa se configura como fonte histórica para os estudos de História da Educação. Para este estudo, selecionamos a revista *Vida Doméstica*, que faz parte do repertório de discussões que venho tecendo desde a monografia de graduação em pedagogia⁴ e que desenvolvo no mestrado em Educação.

A revista utilizada para este estudo, que circulou entre os anos de 1920 a 1963, foi selecionada por apresentar uma coleção expressiva no acervo da plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca nacional, que além de apresentar um longo ciclo de atividade editorial também se constituiu um importante periódico a época. Outro aspecto, foi que no exame do material, pudemos perceber o papel significativo da revista para construção de um ideal de mulher.

A revista a *Vida Doméstica* foi localizada pela plataforma da hemeroteca digital que possui acervos com impressos digitalizados pela Biblioteca Nacional. Foram realizadas buscas entre junho

² Revistas pedagógicas destinado a professores ou que tratavam de assuntos educacionais ou escolares.

³ LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. (org.) *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 447- 468.

⁴ Trabalho de monografia do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores/UERJ intitulada: “Mulheres no magistério primário, à luz do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro de 1862 a 1865”; sob orientação da Prof.^a Sônia Camara, 2019.

a setembro de 2021 com as palavras-chave⁵: Educadoras, 40 ocorrências; professora primária, 5 ocorrências; professora, 1549 ocorrências.

Das buscas realizadas, foram selecionados 4 artigos, que faziam referência de forma direta ou indireta sobre as professoras.

Título	Autor	Ano/ edição	Palavra-chave
A mulher e seus direitos políticos	Autoria desconhecida	Edição 89, 1925	Professora
Beleza e graça	Autoria desconhecida	edição 39, 1923	Professora
Pelo progresso feminino	Maria Rosa Moreira	edição 41, 1923.	Educadora
Mulheres que fumam	Autoria desconhecida		Professora

Quadro 1: Artigos selecionados para análise. Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de consulta direta ao impresso *Vida Doméstica* pela Hemeroteca Digital.

No exame do periódico foi possível tecer importantes reflexões para os estudos da educação feminina nos anos de 1920, sendo possível a partir de elementos constitutivos de argumentos e seleção de conteúdos perceber as concepções do que era ser mulher, mãe e professora.

A revista *Vida Doméstica*: propostas educativas femininas e características gerais

Quando pensamos em imprensa, é comum a associação ao jornal em sua forma material. As revistas também fazem parte desse universo de periódicos e se diferenciam nos aspectos materiais e objetivos de um jornal. É importante destacar que, a revista foi considerada uma forma de entretenimento, de protesto e de ensino. Nesse sentido, as revistas femininas mostravam-se uma importante ferramenta educacional.

⁵ A ferramenta de busca da hemeroteca digital permite apenas buscas por década ou por todo o ciclo de vida da revista, por isso, em buscas por palavras-chave estão inclusas a década de 1916 a 1938. No entanto, foram selecionados apenas ocorrências dentro do recorte temporal proposto nessa pesquisa (1916-1922). As palavras-chave pesquisadas seguiam a orientação da Biblioteca Nacional Digital de serem colocadas em aspas. Em alguns casos é necessário utilizar grafia da época nas buscas para melhor localização. Muitas das palavras-chave utilizadas aparecem com repetição na mesma edição.

A revista a *Vida Doméstica* assim como tantas outras de segmento feminino surgiram durante a década de 1920. Fundada por Jesus Gonçalves Fidalgo, tinha o interesse de colocar no mercado uma revista desse gênero para reforçar suas ideias, que eram fundamentadas em preceitos morais, que envolvia as atividades do lar⁶.

A incorporação em velocidade crescente de temas associados ao exercício da maternidade com base científica mostrou-se com maior evidência em *Vida Doméstica*. Anunciada como um periódico voltado para assuntos “realmente úteis” do universo doméstico familiar, em seus primeiros exemplares a revista ocupava a quase totalidade de suas páginas com receitas de adubos e rações, e sugestões de estratégias para o combate às pragas e doenças que afetavam as criações animais (Freire, 2008, p.164).

O foco era a vida no lar e a criação de animais, havia um interesse comercial do fundador da revista. O impresso possuía periodicidade mensal e apresentava ilustrações e fotografias em suas edições. Circulou durante os anos de 1920 a 1963, sendo produzida no Rio de Janeiro com redação localizada na Avenida Rio Branco.

Em seu primeiro número, publicado no mês de março, propunha tratar da vida no lar e no campo: avicultura, pecuária, o que incluía a vida ao ar livre como esportes, fotografias, para amadores; e a vida comercial, industrial, econômica e financeira (*Vida Doméstica*, 1920, p.3).

A revista em sua primeira edição descreveu seu objetivo: “Vida doméstica tratará, pois, com todo o carinho, os assuntos que se relacionem com a vida no lar que afinal, é o objetivo de todas as congênias humanas” (*Vida Doméstica*, 1920, p.5). Havia, fortemente o discurso de médicos e o reforço de concepções ligada a maternidade.

Em relação a parte material da revista, apresentava uma capa diferente em cada edição e nas páginas de folha de rosto apresentava sumário, tabela com preços e publicidade. Os exemplares poderiam ser adquiridos de forma avulsa pelo valor de 1\$000 e assinaturas pelo período de seis meses e um ano no valor de 6\$000 e 10\$000 respectivamente. A revista também expunha os valores para a publicação de anúncios e textos com valores que variavam de 20\$00 a 180\$000.

Em quarenta e três anos de produção, Santos (2011), aponta que não havia a presença de mulheres na direção do impresso, o que significa que era uma revista para mulheres escrita por homens. No entanto, é possível localizar alguns textos de autoria de mulheres, inclusive de professoras como Maria Rosa Moreira Ribeiro e Dolores Iglesias professora de bordado.

⁶ SANTOS, dos Borda Pereira Liana. Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos o jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos de 1950. Dissertação de mestrado, UERJ, 2011.



Figura 1: Pelo progresso feminino: professoras M. Rosa Moreira e Bertha Lutz. *Fonte: Revista Vida Doméstica, edição 41, 1923.*

Mesmo não sendo um impresso com muitas escritas femininas identificadas, pois possivelmente poderiam ter escritas através de pseudônimos, mas haviam textos que expressavam discussões sobre a participação de mulheres nas lutas e conquistas femininas, principalmente textos que tratavam sobre o progresso feminino.

A educação feminina e à formação destas para o magistério por meio de publicações da imprensa feminina

No exame do impresso, é possível perceber que a concepção da revista estava ligada a mulher do lar, que cuidava da família e aos filhos, um perfil que se aproximava muito do ideal desejado de uma professora primária.

A revista não tratava de forma direta sobre formação para o magistério, mas assumia a posição de que a carreira era adequada as mulheres e também se contituaia como parte da formação feminina. Destacou em um texto que “ser professora, eis umas das belas missões de que se pode orgulhar uma mulher” (Vida Doméstica, 1925, p.71).

Nesse sentido, é importante ressaltar que, a formação de professoras para magistério primário era voltado para o preparo de educadoras cuidadas, doces e zelosas, ou seja, características maternas. Isso ocorria mesmo com os avanços das discussões sobre ampliar o currículo da Escola Normal, onde propunham aprofundar aspectos científicos para a formação.

Cabe destacar que, a Escola Normal formavam professores para o ensino primário, ou seja, para crianças. Desta forma, ao a partir do final do século XIX, houve a ampliação do acesso de mulheres a esta formação, produziu um grande quantitativo professoras formadas.

É possível pensarmos a revista de em três perspectivas educacionais as mulheres. Primeiramente, como ferramenta de um ideal educativo feminino para uma boa dona de casa, mãe e esposa. Em um segundo momento, a formação da mulher para o magistério primário como extensão do lar e como carreira legitimada socialmente. Outro ponto, seria sobre a educação escolar feminina.

A partir dessas compreensões, consideramos que a revista privilegiava a formação de mulheres para o magistério, uma vez que publicou em um texto sob título “mulheres que fumam”, onde trouxe um texto que julgava ser inadequado que mulheres adotassem certos tipos de modas, destacou que “outra, uma jovem, sóbria professora de anatomia, que maneja com grande habilidade o bisturi, é contrária ao jumo, e diz: a mulher está perdendo sua natureza adotando as modas e profissões varonis” (Vida Doméstica, 1923).

É possível localizar numerosos textos e fotografias destacando formaturas, normalistas na escola, casamentos de professoras, visita de professoras em eventos sociais e educacionais. A exemplo disso, em edição publicada no ano de 1925, foram expostos a fotografia das formandas da Escola Normal (figura 3). É possível perceber que o título e as fotografias haviam apenas mulheres. Isso desmotra que revista estimulava a carreira ao publico feminino.

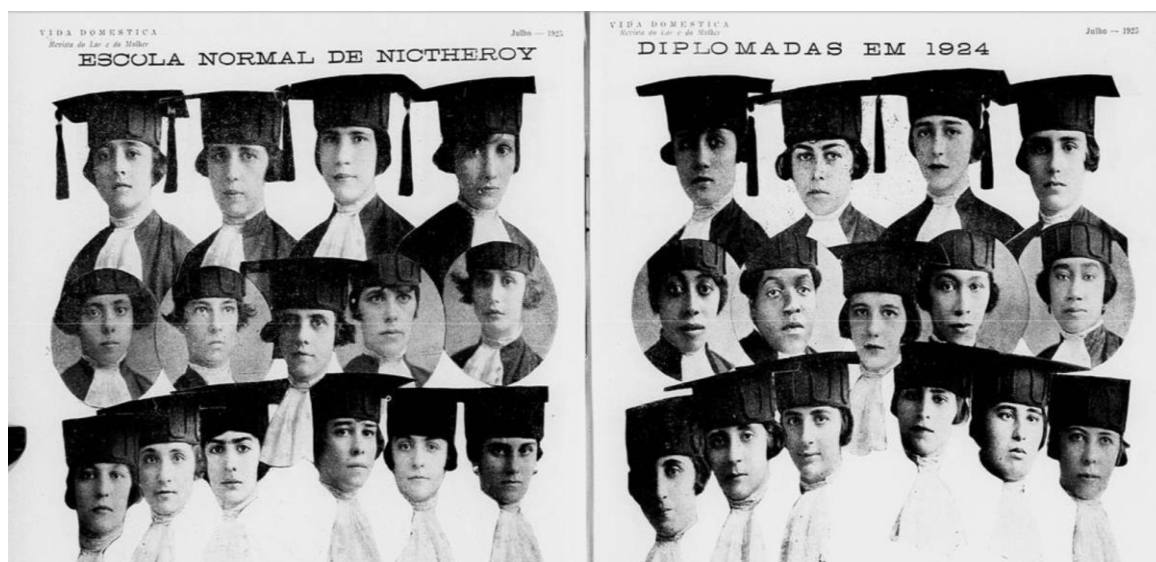


Figura 2: Escola Normal de Niterói, diplomadas em 1924

Fonte: Fotografia publicada na Revista Vida Doméstica na edição nº 90 no ano de 1925.

De modo geral, a revista apresentava um tipo de educação feminina voltada para as prendas domésticas tais como culinária, costura, bordado, dentre outras atividades. Em alguns textos publicava, o incentivo as artes para as mulheres, o que incluía desde a pintura e teatro.

Considerações Finais

A partir do estudo, é possível entender os objetivos da revista *Vida Doméstica* e perceber sua concepção de educação feminina ao retratar a vida privada da sociedade brasileira no início do século XX e a relação à formação da mulher para o magistério. Por meio de um conteúdo permeado pela temática do universo doméstico, não raro, seu posicionamento atrelado na defesa pela educação feminina aos moldes Católicos.

Realizamos uma sucinta discussão sobre os objetivos da revista *Vida Doméstica* para a educação na vida da mulher realizando exercendo um papel importante na produção de modelos para mulheres.

A dimensão educativa da revista estava atrelada as questões educativas para além da escola formal. Vale destacar que, consideramos educação para além da escolar, pois a educação se constitui-se em diversos espaços.

Articulamos as discussões de gênero a temática, pois a educação feminina por muito tempo foi desigual e restrita a vida doméstica. Portanto, é importante pensarmos a revista *Vida Doméstica* como espaço de discursos, uma vez que traz em suas páginas uma perspectiva feminina atralada ao lar e produzia modelos femininos por meio de seus textos, anúncios publicitários, dentre outros.

Fontes:

VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica. A mulher e seus direitos políticos. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830305&Pesq=%22professora%22&pagfis=4652>

VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pasta=ano%20192&pesq=%22professora%22&pagfis=1552>

VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pasta=ano%20192&pesq=%22professora%22&pagfis=1560>

VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica. Capa primeira edição. 1920. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830305&pesq=&pagfis=4>

VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica. Edição 90. 1925. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830305&Pesq=%22professora%22&pagfis=4759>

Referências:

FRANQUI, R.; PERIOTTO, M. R. *O modelo feminino na revista Fon-Fon! (1907-1958): a pedagogia da maternidade no Estado Novo*. PerCursos, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 82 -, 2016. DOI: 10.5965/1984724617332016082. Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724617332016082>.
Acesso em: 11 out. 2021.

FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. (org.) *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 447- 468.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: *Cadernos Pagu*, n. 4, p.9-28,1995.

SANTOS, dos Borda Pereira Liana. *Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos o jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos de 1950*. Dissertação de mestrado, UERJ, 2011. Disponível em:
https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10551/1/Dissert_Liana%20P%20B%20Santos_Btd.pdf

Ditadura e Feminismo: a resistência feminista presente no jornal *Nós Mulheres* (1976-1978)

Isadora Graser Marasquin¹

Resumo: O presente artigo busca explicar o contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira e o pensamento feminista da época, mais precisamente durante os anos 1970, e o surgimento da imprensa alternativa feminista, por meio do jornal *Nós Mulheres* (1976-1978). A partir de tal contexto e fonte, por meio da análise do discurso, procura-se responder à problemática de como e por que o conteúdo apresentado no jornal estudado pode ser entendido como uma forma de resistência contra o regime ditatorial.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar Brasileira; Feminismo; Resistência; Jornal *Nós Mulheres*.

Abstract: This article seeks to explain the context of the Brazilian Civil-Military Dictatorship and the feminist thinking of the time, more precisely during the 1970s, and the emergence of the alternative feminist press, through the newspaper *Nós Mulheres* (1976-1978). From this context and source, through discourse analysis, we seek to answer the problem of how and why the content presented in the newspaper studied can be understood as a form of resistance against the dictatorial regime.

Keywords: Brazilian Civil-Military Dictatorship; Feminism; Resistance; *Nós Mulheres* Journal.

Introdução

No período final da Ditadura Civil-Militar brasileira, a promessa de distensão política iniciada pelo governo de Ernesto Geisel teve influência na criação de novos meios não violentos de resistência, como os jornais alternativos. A passagem da luta armada para a resistência não violenta fez com que fosse utilizado o campo do discurso para realizar reivindicações e lutar contra a Ditadura Militar. Nesse sentido, o feminismo teve papel importante na conscientização, instrumentalização política e incentivo da resistência feminina. Por meio do jornal *Nós Mulheres*, publicado de 1976 à 1978, em São Paulo, pela Associação das Mulheres, mulheres puderam compartilhar experiências e lutas, além de discussões sobre a política e a realidade delas no Brasil.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato: isadoramarasquin@gmail.com

Para entender como o discurso presente no jornal pode ser entendido como forma de resistência e para dar fundamentação às ideias apresentadas no artigo, foi utilizado um aporte teórico que passa pelas ideias de: *campo político* de Pierre Bourdieu (2011); a *lógica da diferença e da equivalência* em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), a *não violência* e as normas e categorias de Judith Butler (2016) e o conceito de *gênero* para diferentes autoras. A partir desse aporte teórico, optou-se pelo uso da metodologia de análise do discurso para analisar as fontes.

Os objetivos do presente artigo são o de contextualizar a política da década de 1970 e o pensamento feminista do mesmo período, analisar o surgimento da imprensa alternativa e, mais especificamente, o papel do jornal *Nós Mulheres*. Conceituar as teorias citadas anteriormente e entender como se aplicam no contexto de Ditadura Militar no Brasil e, principalmente, entender de que forma e por que o discurso feminista presente no jornal *Nós Mulheres* pode ser analisado como uma forma de resistência à Ditadura.

Apesar de a Ditadura Civil-Militar Brasileira ser um assunto muito estudado no Brasil, o contexto político e social atual torna importante o retorno ao assunto, muitas vezes para fazer lembrar os acontecimentos ou combater os revisionismos tendenciosos e pouco baseados em fontes primárias – por isso, também, a importância de trazer uma análise documental para o artigo, somada à revisão bibliográfica. Além disso, segundo as historiadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 281-282) por muito tempo a importância dos estudos relativos ao campo da História das Mulheres estava ligado à exclusão das mulheres dentro das pesquisas de história, entretanto atualmente a importância ocorre pela necessidade constante de legitimar tal campo historiográfico.

O Jornal Nós Mulheres e a resistência feminista

A existência do jornal *Nós Mulheres* está inserida no período de governo de Ernesto Geisel, que governou de 1974 à 1979 e foi o quarto presidente durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. O jornal foi publicado entre os anos de 1976 e 1978, com oito exemplares, era produzido em São Paulo, publicado pela Associação de Mulheres e teve à sua frente mulheres como Cynthia Sarti, Mariza Corrêa, Maria Quartim de Moraes, entre tantas outras que, mesmo após o fim do jornal, continuaram pesquisando e produzindo conteúdos relacionados às questões de gênero e ao pensamento feminista.

Desde o fim do século XIX o feminismo já estava presente no Brasil e estava profundamente ligado à luta por direitos políticos, pela cidadania das mulheres, que culminou no movimento sufragista que reivindicava o direito ao voto feminino, obtendo vitória na década de

1930. Já a partir da década de 1960, mulheres que haviam sido exiladas ou que estavam viajando por países da Europa e dos Estados Unidos entraram em contato, muitas pela primeira vez, com o pensamento feminista. O impacto e a novidade do debate fizeram com que essas mulheres trouxessem ao Brasil os textos e as discussões de fora que abordavam o tema do feminismo. Mas o cenário brasileiro era completamente diferente do cenário de onde essas mulheres trouxeram as teorias feministas: em regimes democráticos o discurso feminista podia se ocupar de temas ainda pouco abordados e de forma mais exclusiva com temas relacionados às relações de gênero, entretanto, ao chegarem ao Brasil, se depararam com um país mergulhado em um regime de exceção e, por isso, precisaram se ocupar, além dos debates presentes nos EUA e em países europeus, com a luta pela redemocratização. Em um primeiro momento, os espaços públicos não eram uma opção para abrigar tais teorias e discussões, o que fez com que essas mulheres começassem a se reunir em suas casas para debater os temas, trazendo uma ideia de pertencimento e fazendo com que elas se identificassem umas com as outras de uma forma nova, reorganizando os agenciamentos coletivos políticos e se colocando de uma nova maneira na esfera pública (PINTO, 2003, p. 49-50).

Apesar de atualmente o feminismo ser amplamente aceito pela esquerda político-partidária e de estar incluído nas pautas dessa vertente, durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira muitos homens da esquerda não viam com bons olhos as novas reivindicações das mulheres. Para eles – e até mesmo para algumas mulheres – o feminismo era visto como um “desvio” do real propósito da luta política: a redemocratização. Por isso, o pensamento feminista brasileiro desse período está diretamente ligado à luta contra a Ditadura Civil-Militar Brasileira. A luta por direitos das mulheres não era possível separada da luta por direitos democráticos básicos (HOLLANDA, 2019, p. 15). A falta de apoio até mesmo da esquerda, fez com que os estudos feministas permanecessem, em grande maioria, em espaços privados até o ano de 1975.

Como aponta Judith Butler, a não violência é um discurso e surge sempre em um cenário onde a violência é uma possibilidade, mas escolhe-se a outra opção como forma de resistência. Em uma situação em que o sujeito que sofre a violência tem receptividade para suas reivindicações, o uso da não violência é uma possibilidade maior. Portanto, para Butler, a não violência é “um modo de resistência, especialmente quando recusa e rompe os enquadramentos por meio dos quais a guerra é forjada repetidas vezes” (BUTLER, 2016, p. 259).

O pensamento feminista também se caracterizava como parte desta resistência não violenta principalmente quando, a partir de 1975, após o fim dos anos de maior repressão da Ditadura, os Anos de Chumbo, as atividades feministas voltaram a atuar com mais força nos espaços públicos. O ano foi marcado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, o que incentivou eventos no

território brasileiro como “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que resultou na criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Segundo a historiadora Céli Regina Jardim Pinto, a “formalização é particularmente interessante porque aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público como buscava institucionalização” (PINTO, 2003, p. 57). Foi também em 1975 que teve início o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini e que, apesar de não ser um movimento feminista, mostrou a união e a força das mulheres como resistência contra o regime autoritário. Durante todo o movimento feminista ocorreram também os movimentos de mulheres que, apesar de não questionarem as relações de gênero, apresentaram diversas outras reivindicações de forma pública. Essas novas experiências das mulheres, tanto no âmbito privado quanto público, entraram em conflito com o caráter tradicional, autoritário e patriarcal reforçado pela ditadura.

A partir desse momento também houve um aumento no número de jornais alternativos no país – seja por conta do desgaste da luta armada e necessidade de outros meios de resistência, seja por conta dessa leve inclinação à abertura do governo Geisel -, inclusive de muitos jornais feministas como *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978). A partir de 1975, os jornais alternativos feministas ganharam força tanto como forma de disseminar o pensamento feminista, quanto como forma de resistência à Ditadura Militar, seja de forma explícita, seja por meio das próprias pautas feministas. Segundo Elizabeth Cardoso (2004, p. 37) na década de 1970 existiu 150 jornais alternativos no Brasil, entre os quais estavam inclusos os jornais feministas.

As violências combatidas neste momento pelo movimento feminista são tanto práticas quanto simbólicas. A violência prática realizada pelo Estado era a de torturas, perseguições, prisões, exílio e privação de direitos, enquanto a violência simbólica está relacionada à manutenção e reafirmação de modelos tradicionais e patriarcais que procuram impor o lugar da mulher e o modo de ser mulher, exemplo disso é a tirinha da primeira edição do jornal *Nós Mulheres* (n. 1, 1976, [p. 2]²), chamada "Bia Sabiá", que retrata um casal de pássaros e, a partir de seus diálogos e das ilustrações, é possível perceber que ambos trabalham fora, entretanto é responsabilidade apenas da mulher as atividades domésticas. Enquanto a esposa está lavando a louça, o marido, que está sentado lendo o jornal e reclamando da velocidade com que a esposa lava a louça, diz: "o mundo está perdido! (...) as mulheres tão com tudo, são umas folgadas e ainda vêm com esse tal de movimento feminista... Qual é?".

Nesse contexto, era esperado dos indivíduos certo modelo identitário acabado, carregado de cargas simbólicas, sendo neste estudo o caso feminino o que nos interessa, ou seja, a sociedade

² A paginação da fonte nas citações da mesma sempre estarão entre colchetes (por exemplo: “[p. 2]”) porque em seu original o jornal não traz números nas páginas, por isso, optou-se por usar o número de página do arquivo digital da fonte visando referenciar com mais precisão o conteúdo a ser recortado e apresentado.

e as diversas forças que incidem sobre ela esperavam determinados posicionamentos e ações das mulheres pré-estabelecidamente, não havendo espaço para a autodeterminação total do indivíduo. O poder simbólico, nesse caso exercido pela sociedade – pelo Estado, pela Igreja, pelos grupos sociais, etc. – sobre a vida de cada indivíduo é definido por Pierre Bourdieu em *Campo Simbólico* como:

[...] poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, s.d., p. 14-15).

Segundo Butler, somos formados por normas e categorias – não necessariamente violentas – impostas pela sociedade e convivemos com elas durante a vida até que, em algum momento, tomamos consciência delas e ocorre uma possibilidade de ruptura. A partir dessa ruptura, que nunca é completa e definitiva, passamos a viver em constante luta contra essas normas e categorias. Como não é possível acabar com as normas, podemos apenas “contestar o poder determinante desta produção” (BUTLER, 2016, p. 240). Essas normas e categorias podem ser entendidas como parte das violências simbólicas, comentadas anteriormente, cometidas pela Ditadura ao elaborar modelos ideais de pessoas e divulgar esses modelos esperando que os indivíduos se adaptassem a eles e agissem na sociedade de acordo com as normas comportamentais estabelecidas.

Um exemplo dessa luta no campo do discurso contra as violências simbólicas de imposição de normas e categorias reforçada na Ditadura é o editorial do primeiro exemplar do jornal *Nós Mulheres*, de 1976, que diz:

Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem. Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir esta função que dizem a função natural da mulher: mãe e esposa. [...] Achamos que NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. [...] NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar (NÓS MULHERES, n. 1, 1976, [p. 2]).

Com este trecho fica claro que as imposições sociais sobre o ser mulher não nasceram da Ditadura, mas eram mantidas por ela, segundo Margareth Rago “a moral dominante era

profundamente conservadora e, não raras vezes, as feministas eram atacadas como lésbicas, prostitutas, sempre com uma carga preconceituosa muito violenta” (2013, p. 231). Além disso, é possível perceber que as reivindicações feministas não estavam pautadas apenas nas questões de gênero, como a igualdade salarial, mas também em questões sociais, como a luta “por uma sociedade mais justa”, por melhores condições de trabalho e de vida, pelo fim da miséria e outros direitos sociais que escapam às questões de gênero, em um país tão desigual quanto o Brasil, a luta feminista não podia estar desvinculada da luta social.

Portanto, a imprensa alternativa assumidamente feminista também contribuiu para a divulgação do pensamento feminista como oposição ao governo, muitas vezes não de forma explícita, mas incentivando o pensamento crítico e discussões sobre assuntos cotidianos (preços dos alimentos, importância do voto, relatos de experiências de outras mulheres, questões relacionadas ao mercado de trabalho, entre outros) fazendo com que o descontentamento com o governo ficasse mais latente e se transformasse em reivindicações por melhorias do ponto de vista feminista, mas também do ponto de vista da sociedade como um todo. A utilização de um discurso no lugar da violência é importante porque em um regime não democrático uma simples discordância tem peso de resistência.

Além da ligação muito clara do movimento feminista com as bandeiras pró-redemocratização, também estava presente uma forte luta de classes influenciada pelo pensamento marxista, que acreditava que as lutas feministas das classes mais baixas não eram as mesmas da “burguesia”. Por isso, por anos as discussões sobre aborto e a sexualidade das mulheres ficaram restritas em grande medida aos espaços privados, já que as feministas de vertentes marxistas não consideravam assuntos urgentes, preferindo reunir esforços para ajudar as mulheres das periferias com temas como o custo de vida, a inserção no mercado de trabalho, falta de creches, entre outros. Entretanto, o jornal *Nós Mulheres* optou em seus exemplares pela união das diferentes vertentes, o que fez com que o jornal se tornasse muito rico em variedades de assuntos: sexualidade, política e ações sociais, por exemplo.

Pensando nessa utilização do jornal como forma de resistência política, Bourdieu entende o *campo político* como um sistema fechado e autônomo, apesar de não possuir necessariamente limites claros a todo o tempo. Trabalha de acordo com suas próprias regras e é produtor de exclusão – exclui quem não está diretamente ligado ao campo político, quem não está dentro de seu “microcosmo autônomo” (BOURDIEU, 2011, p. 195). Para entender a dinâmica de tal campo é necessário diferenciar dois agentes: o *profissional* e o *profano*. O *profissional* é o político eleito, quem trabalha diretamente com a política, enquanto os *profanos* são os eleitores, o restante dos cidadãos que apenas acompanham a política “pelo lado de fora”.

Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira, os militares controlaram o campo político utilizando a violência, as exceções, as exclusões, entre outros modos, para que pudessem concentrar a força política para si porque “uma parte muito importante das condutas políticas é inspirada por uma preocupação com a reprodução do aparelho que garante a existência política de seus membros” (BOURDIEU, 2011, p. 206). Portanto, os militares mudaram o jogo político dentro do campo, diminuindo o número dos *profissionais*, “empurrando-os” para fora da esfera política do Estado, em muitos casos obrigando-os à ilegalidade. Exemplo dessa mudança é o fechamento do Congresso, que ocorreu três vezes durante o período ditatorial - em 1966 com Castelo Branco, em 1968 com Costa e Silva e em 1977 com Geisel -, a ilegalidade de vários partidos decretada pelos ditadores e a cassação de diversos mandatos de políticos.

O tecido social envolvido nas disputas políticas do regime ditatorial era composto por diversidade e seus atores por suas individualidades, mas tais atores encontraram pontos comuns, lutas comuns, resistências comuns às opressões também comuns e, assim, formaram uma cadeia de equivalências com objetivos comuns, como o movimento feminista reuniu mulheres diferentes, mas com ideais em acordo. A ideia aqui não é a de ignorar as individualidades de cada mulher ou de ignorar as fragmentações presentes no próprio movimento feminista, mas sim pensar em como essas mulheres muitas vezes se uniram por um objetivo comum que afetava a todas. Para isso, Laclau e Mouffe dão o nome de *lógica da diferença e lógica da equivalência*:

Os atores sociais ocupam posições diferenciais nos discursos que constituem o tecido social. Neste sentido, eles são todos, estritamente falando, particulares. Por outro lado, há antagonismos criando fronteiras internas na sociedade. Frente a forças opressoras, por exemplo, um conjunto de particularidades estabelece relações de equivalência entre si. Torna-se necessário, porém, representar a totalidade da cadeia, para além dos meros particularismos ligados por laços de equivalência. O que pode representar essa totalidade? Como argumentamos, somente uma particularidade cujo corpo esteja dividido, pois sem deixar de ser sua particularidade, ela transforma seu corpo na representação de uma universalidade que a transcende (a universalidade da cadeia de equivalências) (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 40).

A criação dessas novas identidades está intimamente ligada à noção de poder. A construção de identidades ocorre no momento das práticas políticas (política não unicamente no sentido institucional e de Estado, mas nas negociações simbólicas cotidianas e o poder não são externos à identidade, mas sim fazem parte de sua construção, como explica Chantal Mouffe em seu texto *Democracia, Cidadania e a Questão do Pluralismo*:

[...] o poder não deveria ser concebido como uma relação *externa* que acontece entre duas identidades pré-constituídas, mas antes como constituinte das identidades. A prática política numa sociedade democrática não consiste na defesa dos direitos de identidades pré-constituídas, mas antes na constituição

dessas identidades mesmas, num terreno precário e sempre vulnerável (MOUFFE, 2003, p. 14).

Esse poder presente nas relações sociais e nas formações de identidades está fora do poder do Estado, mas o afeta. Os jornais alternativos são um exemplo de poder externo ao *campo político* que o afeta, sendo possível, inclusive, pensar a censura à esses jornais como uma prova de que eram uma força a ser considerada. A tiragem dos jornais alternativos era irregular e seu alcance era limitado, entretanto, se não analisarmos os jornais individualmente, mas sim como um todo, pensando no poder presente na própria existência de todos esses jornais, podemos considerar que eram produtores de uma interferência dentro do *campo político*.

A partir do editorial número 5 é possível extrair informações sobre o surgimento do jornal, como, por exemplo, de que este era o primeiro jornal criado por essas mulheres e que, desde o início, tinha a intenção de ser um jornal feminista. É possível também perceber que o jornal tinha como objetivo atingir um público amplo: "fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual" (NÓS MULHERES, n. 5, 1977, [p. 2]), para, assim, diversificar o debate. Por fim, trata sobre as dificuldades que um jornal feminista enfrentava na época, seja pela falta de financiamento, seja pela falta de liberdade de expressão imposta pelo regime autoritário ou ainda pela dificuldade em se discutir temas relacionados às mulheres e ao feminismo no contexto em que o Brasil se apresentava, mas, apesar de todas as dificuldades, entendiam a importância de seguir com esse projeto já que "enquanto houver uma mulher oprimida, não haverá liberdade" (NÓS MULHERES, n. 5, 1977, [p. 2]).

Segundo Natália Bastos, o público do jornal era, em sua maioria, "mulheres ligadas a movimentos sociais e políticos e estudantes universitárias, em sua maioria representantes da classe média dos grandes centros urbanos" (BASTOS, 2007, p. 100); a baixa tiragem dos exemplares (devido, também, ao insuficiente financiamento que recebiam) e o modo como era distribuído (passado, principalmente, entre militantes da esquerda) pode ser um dos motivos para o público ser tão restrito (BASTOS, 2007, p. 100). Entretanto, a presente análise possibilitou perceber, especialmente pelas cartas enviadas ao jornal, que o público não estava limitado apenas à cidade de São Paulo, local de sua publicação, mas, sim, que alcançava as mais diferentes cidades do Brasil, principalmente Porto Alegre, Rio de Janeiro e outras cidades do estado de São Paulo. Além disso, segundo o editorial número 5, as mulheres responsáveis pelo jornal tiveram contato com outros grupos feministas de outras cidades brasileiras, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife, possibilitando, assim, um intercâmbio de conhecimentos e experiências.

As reportagens não eram assinadas, contendo os nomes das responsáveis pelo jornal apenas no editorial, que contava com uma equipe majoritariamente feminina: seu conselho editorial

contava apenas com mulheres (com exceção do exemplar nº 6 que teve uma participação masculina) e em apenas uma edição o jornalista responsável era homem. Então, com algumas poucas exceções, pode-se dizer que o jornal era feito de mulheres para mulheres. O uso de “nós mulheres” pode ser entendido como uma forma de demonstrar essa escrita feita por mulheres para mulheres, na tentativa de criar uma coletividade ou “laços de equivalência” – referente à teoria da *lógica da equivalência e da diferença* –, mostrando as lutas e experiências comuns – entretanto sem se esquecer das particularidades e especificidades de diferentes formas de ser mulher.

O jornal buscava ser um espaço para que mulheres compartilhassem suas experiências de vida como uma forma de “bate papo” entre as diferentes pessoas (ao longo das edições, o jornal contou com entrevistas e reportagens sobre mulheres, além de publicar cartas recebidas), mas também reservava espaços para tratar sobre questões de ordem política e feminista. Grande parte das reportagens do jornal tratavam sobre a realidade de bairros da periferia de São Paulo e sobre as mulheres no mercado de trabalho, com uma preocupação com mulheres de classes sociais mais baixas, ou preocupação em se conhecer a realidade e a vida dessas mulheres. A consciência de que essas mulheres já faziam parte do mercado de trabalho, mesmo antes das mulheres da classe média apresentarem a colocação feminina no trabalho como pauta feminista, é percebida justamente por escreverem reportagens, em sua maioria, sobre as mulheres que sempre precisaram trabalhar para ajudar no sustento da família ou prover totalmente o lar.

A escolha consciente do uso do discurso feminista como forma não violenta de resistência à Ditadura presente no jornal é percebida de forma menos explícita em reportagens que tratam sobre a busca por igualdade de salários e de oportunidades, sobre o direito das mulheres, sobre as relações de gênero, entre outros, já que vai contra as normas e categorias tradicionais mantidas ou reforçadas pela sociedade autoritária da Ditadura como, por exemplo, na reportagem intitulada “Menino pode, menina não” (NÓS MULHERES, n. 5, 1977, [p. 5]), presente na quinta edição do jornal. A reportagem trata sobre como a sociedade impõe diferenças sobre o que é ser menino e o que é ser menina, como culturalmente a educação desde a infância é diferente entre meninos e meninas, buscando, segundo a reportagem, educar meninos a serem ativos e meninas, passivas.

Segundo a reportagem, o sexo vem acompanhado de um modelo de comportamento esperado e imposto pela sociedade, ou seja, do sexo masculino se espera um tipo de comportamento enquanto do feminino se espera outro e, além disso, há também uma relação de poder presente nessas relações entre o masculino e o feminino já que, segundo a reportagem, as mulheres são dominadas e oprimidas, enquanto os homens são valorizados e dominantes. A partir dessa reportagem, é possível perceber que a ideia de gênero, por mais que não se utilizem desse conceito na escrita da reportagem, está alinhada com o conceito proposto por Joan Scott de que o

gênero está ligado às cargas simbólicas e culturais impostas sobre os indivíduos dependendo de seu sexo biológico (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 290-291). Essa crítica ao modelo binário e à imposição de uma dominação masculina sobre o “ser mulher” (ou menina, neste caso) é entendida por Margareth Rago como o resultado das reflexões feministas sobre a incorporação da mulher no ambiente público, ou seja, “os feminismos criaram modos específicos de existência mais integrados e humanizados, desfazendo as oposições binárias que hierarquizavam razão e emoção, público e privado, masculino e feminino, heterossexualidade e homossexualidade.” (RAGO, 2013, p. 27).

Já na segunda edição do jornal, outro exemplo de uma resistência não tão explícita à Ditadura: “Custo de Vida: o povo está com a palavra”, reportagem sobre mulheres que se reuniram para discutir sobre o aumento do preço dos alimentos, aluguel, transporte público, etc., para exigir melhorias, juntando diferentes mulheres em torno de uma causa comum.

A partir de diferentes reportagens, é possível perceber que o objetivo do jornal era de conscientizar as pessoas de que a união e a reivindicação são o caminho para mudar a realidade, mesmo que começando pelo bairro onde vivem, exigindo melhorias, como saneamento básico, creches e segurança. É recorrente o uso de histórias pessoais de mulheres se unindo umas com as outras para, por exemplo, realizar assembleias, levar até o prefeito, ministro ou secretário, uma carta ou pedido por melhorias das mais diversas, ou então reportagens explicando quais são os direitos garantidos por lei para as mulheres, visando disponibilizar também uma bagagem jurídica para as reivindicações femininas³.

Em diferentes momentos do jornal foi destacada a importância da democracia e sobre como a emancipação feminina só seria possível em um ambiente democrático. O editorial número 3 (NÓS MULHERES, n. 3, 1976, [p. 2]), faz uma breve trajetória da democracia, voltando à Grécia Antiga e passando pela democracia moderna, explicando o significado do termo tão utilizado pelo jornal. Sempre frisando que, apesar de a democracia ser o governo do povo, é preciso pensar quem era considerado "povo" em cada contexto. Relembra que as mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil em 1934, mas os analfabetos permaneciam sem direitos políticos, o que acabava por excluir uma grande parcela das mulheres, já que eram a maioria dos analfabetos. Pensando nisso, afirmam que a democracia é fundamental na luta das mulheres, para que tenham participação na organização da sociedade e liberdade para expressar seus posicionamentos.

Além disso, outra reportagem no mesmo jornal trata sobre o *campo político* ou sobre como, mesmo de fora deste campo, as mulheres poderiam influenciar dentro dele: por meio do voto. O título da reportagem é “Eleições Municipais: saiba escolher seu candidato” (NÓS MULHERES, n.

³ Podemos citar, por exemplo, as reportagens “Direitos da Mulher” presente na primeira edição do jornal de 1976, “O salário” de 1977 e “A CLT mudou” de 1978.

2, 1976, [p. 3]) e explica um pouco sobre a realidade política brasileira. Ainda na mesma reportagem, acusam as eleições de serem pouco democráticas já que existem apenas dois partidos e os mesmos políticos conseguem manter seu poder por muito tempo. Para demonstrar a falta de democracia das eleições, citam o Ato Institucional nº 2, o Ato Institucional nº 5, o Decreto Lei 477, a Lei de Segurança Nacional e a Lei Falcão, todas de alguma forma influenciando na falta de liberdade das pessoas na participação política das eleições. Ao citar os atos e leis, demonstravam uma preocupação em ensinar às mulheres as práticas jurídicas de um governo autoritário para interferir nas eleições. Apesar disso, a intenção da reportagem não é a de desestimular as mulheres a participarem das eleições, já que finalizam a reportagem com a história de uma mulher (que concedeu uma entrevista de forma anônima) que decidiu se candidatar ao cargo de vereadora pelo MDB que disse: “os candidatos seriam pessoas que, se eleitas, defenderiam aquilo que a gente queria e não o que bem entendessem” (ibid.), incentivando que pessoas insatisfeitas com os políticos eleitos também se candidatassem para atuar de dentro do campo político contextual e no *campo político*.

Por estar muito focado na realidade da mulher no mercado de trabalho e apresentar muitas reportagens sobre trabalhos, é recorrente o tema dos sindicatos dentro dos jornais, incentivando a participação das mulheres dentro deles, o que pode ser entendido como outra forma de participação ativa das mulheres na política e na mudança da realidade como, por exemplo, ao fim da reportagem "Direitos da Mulher" (NÓS MULHERES, n. 1, 1976, [p. 6]) que afirma que o primeiro passo na luta pelos direitos é a sindicalização e explica como a mulher pode proceder caso tenha alguma reclamação de seu empregador. Segundo Alessandro Batistella (2012, p. 473-474) a partir da década de 1970 surgiu um Novo Sindicalismo, que procurava defender os trabalhadores e seus interesses. Em reportagem intitulada "O Sindicato" (NÓS MULHERES, n. 5, 1977, [p. 8-9]), na quinta edição do jornal, foi reforçada a importância do sindicato, explicando que, por mais que o Brasil estivesse vivendo um período de autoritarismo e, em parte, o sindicato fosse controlado por esse regime de exceção, o que limitava o poder de pressionar o empregador, era importante a participação dos trabalhadores dentro do sindicato, o que funcionaria como uma via de mão dupla: o trabalhador fortaleceria o sindicato e o sindicato fortaleceria a luta do trabalhador.

Com o passar das edições do jornal, principalmente a partir do ano de 1977, aumenta a quantidade de espaços reservados para questões mais diretamente ligadas ao regime autoritário brasileiro. Surgiram mais notas de repúdio à censuras de outros jornais e meios de comunicação, mais declarações de apoio à outros jornais alternativos, avisos de manifestação, mais reportagens sobre políticos cassados, sobre democracia e sobre a Ditadura (sem utilizar essa palavra, usando sempre o termo “exceção” para se referir aos atos e políticas promovidos pelo regime ditatorial).

Durante todas as edições do ano de 1977 (da quarta até sexta edição), os jornais possuíram uma seção chamada "Nacional" que tinha o objetivo de trazer breves notícias sobre os acontecimentos em território brasileiro e essa seção acabou por se tornar quase que exclusiva para tratar sobre assuntos relacionados ao regime ditatorial.

Em sua quarta edição, de 1977, na seção "nacional" (NÓS MULHERES, n. 4, 1977, [p. 4]) pequenas notícias retrataram um panorama sobre as últimas ações autoritárias da Ditadura e sobre as ações de resistência às ações autoritárias, reivindicando principalmente a liberdade de expressão: a apreensão de dois exemplares do jornal carioca Tribuna da Imprensa; a cassação de dois vereadores gaúchos do MDB; uma carta assinada por intelectuais contra a censura e solicitando a revogação do AI-5; uma greve promovida pelos motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo, que resultou em prisão de sete trabalhadores pelo DOPS; a renúncia forçada do ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes. Com uma página inteira reservada apenas para notícias sobre o regime ditatorial, o jornal pretendia informar as pessoas sobre as ações tomadas tanto de ataque quanto de contra-ataque, iniciando uma reflexão com a frase "existe efetivamente uma prática democrática no país?" (NÓS MULHERES, n. 4, 1977, [p. 4]). Pergunta essa, que foi respondida com reportagens sobre censura, cassação e prisões e com a afirmação de que só é possível uma democracia onde existe liberdade de expressão e de organização popular, da maneira que for, o que não seria possível enquanto existisse o Ato Institucional nº 5.

Em sua quinta edição, o jornal tratou sobre o fechamento do Congresso: segundo o governo, o fechamento ocorreu porque o MDB, partido de oposição, não concordava com a reforma no Poder Judiciário e, para que ela ocorresse, era necessário o fechamento do Congresso. Entretanto o MDB explicou que não concordava com a forma como a reforma estava sendo aprovada e tinha algumas exigências. Para o jornal, essa foi a forma que o governo autoritário encontrou para não precisar lidar com o poder e apoio popular que o MDB estava conquistando e para não correr o risco de perder as eleições para seu opositor.

Além disso, enquanto o Congresso estava fechado, o governo fez alterações na Constituição, mudando as regras sem a participação da população ou dos próprios políticos eleitos. Na sequência apresentaram uma manifestação, ocorrida no dia 5 de maio, promovida pelos estudantes universitários em São Paulo e reproduziram partes da carta aberta escrita pelos manifestantes. Comentaram que o movimento estava mais organizado do que nos anos anteriores e que, mesmo muitos sendo da classe média, estavam representando a vontade do povo por uma democracia e fim do regime de exceção. Por fim, um trecho sobre a censura nos rádios e televisões e como o rádio que, segundo o jornal, atingia 96% do público brasileiro caía no descrédito por conta da quantidade de censuras que sofria.

A sexta edição do jornal, em sua seção "Nacional" (NÓS MULHERES, n. 6, 1977, [p.4]), conta com um pequeno trecho intitulado "Treze anos é demais" e que cita vários setores da sociedade que se organizaram para pedir pela democracia. Dentro da seção também publicaram uma "Carta Aberta" que havia sido lida por um professor, Goffredo da Silva Telles Jr., e assinada por 93 juristas. O conteúdo da carta também girava em torno do pedido pelo fim da Ditadura e por uma democracia, finalizando com a frase: "a consciência jurídica do Brasil quer uma coisa só: o Estado de Direito Já" (NÓS MULHERES, n. 6, 1977, [p.4]). E, por fim, um texto chamado "Sem Palavras", se referindo à falta de espaço para os políticos realizarem suas campanhas por conta da Lei Falcão que proibia que os candidatos fossem aos programas de rádio e televisão para falar ao povo, e também sem palavras se referindo à população que não tinha voz na escolha do sucessor do presidente e que o autoritarismo mais uma vez seria mantido no lugar da democracia e, por isso, segundo o texto, "a Nação continuará sem palavras" (NÓS MULHERES, n. 6, 1977, [p.4]).

Portanto, a partir dos mais diversos temas, o jornal *Nós Mulheres* tocava no assunto da Ditadura Civil-Militar Brasileira e em formas de resistência às repressões e limitações dos direitos, incentivando que as mulheres se unissem para que, assim, se fortalecessem e conseguissem atingir seus objetivos.

Conclusão

Com o fim da luta armada, novas formas de resistência, principalmente não violenta, surgiram durante a segunda metade da década de 1970, inclusive por meio da imprensa alternativa que produzia jornais, muitas vezes clandestinos. As oito edições que o jornal *Nós Mulheres* publicou durante os dois anos de sua existência produziram diferentes formas de resistência à Ditadura, dos mais diversos modos. As resistências produzidas nas páginas do jornal eram tanto de forma indireta, por meio da disseminação das pautas feministas que eram contrárias ao modelo patriarcal e conservador do governo para a sociedade, modelos esses que eram mantidos e muitas vezes exaltados pelo regime ditatorial ou então por meio do incentivo às associações de bairro e sindicalização, quanto de forma mais direta por meio de reportagens sobre a importância do voto, sobre a democracia, sobre as censuras sofridas por outros jornais, sobre os mandatos cassados, entre outros. Além disso, o incentivo à participação das mulheres na política por meio da candidatura, da luta por melhores condições de trabalho e de vida também podem ser vistos como formas de resistência e de luta contra a Ditadura, visto que eram formas de ir contra quem estava no poder, que neste caso eram os militares.

O discurso feminista promovido pelo jornal teve um papel fundamental na resistência contra a Ditadura, mesmo que não em larga escala, por conta da tiragem limitada, mas serviu como forma de conscientização das mulheres que eram alcançadas por ele e serviu de palco para debates e reflexões sobre a realidade das mulheres no Brasil – realidade esta que pode não ter tido início no período do regime de exceção, entretanto era mantido por ele. Além disso, reuniu mulheres em torno de um mesmo objetivo e conduziu muitas a, depois do fim do jornal, continuar com pesquisas e publicações sobre mulheres, mesmo em um contexto ditatorial.

Todas as ações são políticas e, com base no que foi apresentado do jornal *Nós Mulheres*, é possível perceber o papel de suas reportagens na instrumentalização política das mulheres e na formação de consciência sobre questões de gênero – mesmo que sem se utilizar deste conceito. Portanto, o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira foi marcado pelas mais diversas formas de resistência às violações e repressões e as mulheres tiveram um papel central na luta pela redemocratização, sendo a imprensa alternativa e feminista apenas uma das faces dessa luta.

Fontes:

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação das Mulheres. n^{os} 1 [jun. 1976]; 2 [set.-out. 1976]; 3 [nov.-dez. 1976]; 4 [mar.-abr. 1977]; 5 [jun.-jul. 1977]; 6 [ago.-set. 1977]; 7 [mar. 1978]; 8 [jun.-jul. 1978]. Disponível em <<https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>>. Acesso em 22 abr. 2020.

Referências:

BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por Elas*: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda: Brasil anos 1960-1980. 2007. 138 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_BASTOS_Natalia_de_Souza-S.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020;

BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade. *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 1, n. 3, p. 468-484, 2012. Disponível em <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/97/75>>. Acesso em: 04 mai. 2020;

BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n^o 5, p. 193-216, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 22 abr. 2020;

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, s.d;

- BUTLER, Judith. A Reivindicação da Não Violência. In: _____. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016;
- CARDOSO, Elizabeth. Imprensa Feminista Brasileira Pós-1974. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 37-55, set./dez 2004. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300004/9445>.
Acesso em: 22 jul. 2020;
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019;
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015;
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, p. 234-241, 2003. Disponível em
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014>>. Acesso em: 23 abr. 2020;
- MOUFFE, Chantal. Democracia, Cidadania e a Questão do Pluralismo. *Política & Sociedade*. Revista de Sociologia Política, Florianópolis, p. 11-26, n. 3, out. 2003. Disponível em
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2015/1763>>. Acesso em: 23 abr. 2020;
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999;
- PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 23 abr. 2020;
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003;
- RAGO, Margareth. *A Aventura de Contar-se: feminismos, escritas de si e invenções de subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013;
- SARTI, Cynthia A. *O Início do Feminismo Sob a Ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. Conferência apresentada no XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association. Chicago, 1998. Disponível em
<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2019.

Fuga de Escravizadas(os) dos Estados Unidos para o Canadá e Imprensa negra no século XIX: O Engajamento de Mary Ann Shadd

Marcelle Carvalho¹

Resumo: Na década de 1850, a emigração da população negra dos Estados Unidos aumentou em direção ao Canadá. Sob ameaça constante de sua liberdade, intelectuais e ativistas negras(os) juntaram-se ao movimento. Mary Ann Shadd (1823-1893) foi uma dessas pessoas, mulher negra nascida livre, vinda do movimento abolicionista e com experiência como professora. Depois de dois anos na região, publicou um livreto defendendo a emigração e, ao longo da década, manteve um jornal direcionado à população negra do Canadá e dos EUA, entre inúmeras outras atividades. Esse texto busca trazer visibilidade para a contribuição de Shadd em meio a esse contexto conturbado, evidenciando as dificuldades impostas a ela, enquanto mulher e negra, determinada a participar na imprensa e nas diversas lutas sobre questões políticas, agrárias, econômicas, sociais e educacionais.

Palavras-chave: mulher negra, abolicionismo, imprensa, emigração.

Abstract: In 1850's, the emigration of the black population from the United States increased towards Canada. Under constant threat of their freedom, black intellectuals and activists joined the movement. Mary Ann Shadd (1823-1893) was one of them, a free-born black woman, coming from the abolitionist movement and with experience as a teacher. After two years in the region, she published a pamphlet defending emigration and, throughout the decade, maintained a newspaper aimed at the black population of Canada and the USA, among numerous other activities. The purpose of this article is to bring visibility to Shadd's contribution amid this troubled context, highlighting the difficulties imposed on her, as a black woman, determined to participate in the press to discuss political, agrarian, economic, social and educational issues.

Keywords: black woman, abolitionism, press, emigration.

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra, bacharela e licenciada em História, pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O atual trabalho é fruto da pesquisa de doutorado em andamento, com financiamento Capes, vinculada ao grupo de pesquisa Trabalhadores Livres e Escravos no Ceará. Diferenças e Identidades (UFC), do Grupo de Pesquisa História das Américas: fontes e historiografia (UFOP) e do Grupo de Estudo de Humanas do Brasil Contemporânea (IFAL). E-mail de contato: marcellecarvalho.historia@gmail.com

Introdução

A escravização já estruturava a maior parte da economia norte-americana no século XIX, sendo que os estados sulistas acomodavam a maior parcela da população escravizada. A elite que financiava a escravização não habitava exclusivamente no Sul, eles também se encontravam no Norte, fossem bancários ou investidores.² As forças políticas se tensionavam nos momentos de regulação de novos espaços (a serem definidos como usuários de trabalho escravizado ou livre) e as ruas registraram diversos conflitos físicos entre antiescravistas e escravagistas/pró-escravagistas.

Em 1850, os interesses escravistas conseguiram aprovar a Lei do Escravo Fugitivo, possibilitando que escravistas se deslocassem dentro dos estados livres a procura de captura de escravizados fugidos, com auxílio dos governos locais e dos habitantes, sob pena de multa aos que negassem auxílio. A liberdade tornou-se mais instável, inclusive para os que haviam nascido livres, além daqueles que haviam fugido da escravidão, pelo risco de (re)escravização. Eram cobrados documentos que comprovassem a alforria e apreendiam os que apresentavam documentos tidos como falsos, muitas vezes identificados por características físicas que não correspondiam com as apresentadas.

A imprensa pró-escravista denunciava progressivamente os casos de escravos fugidos e, por outro lado, as(os) abolicionistas, em sua maioria brancas, apoderavam-se, cada vez mais, da mídia para divulgar suas ideias. Entre essa miríade destacou-se uma mulher negra abolicionista, Mary Ann Shadd, que propôs possibilidades de emigração em busca de destinos melhores para população negra para Ontario, no Canadá. Shadd acumulava marcadores sociais que a desqualificava para a empreitada: seu gênero e sua raça e sua condição financeira. Porém, ainda assim, lutou pelo direito de ocupar o espaço público, ultrapassando os limites da domesticidade, do racismo e mostrou-se habilidosa no domínio das questões políticas, econômicas e sociais de seu país e do mundo diaspórico negro.

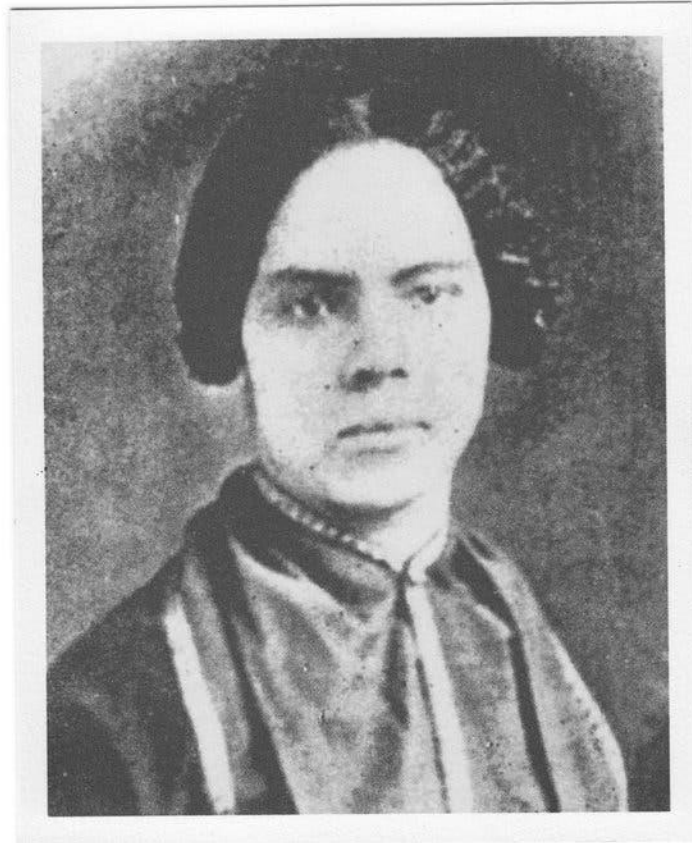
Nossa intenção é dar visibilidade para a História a partir das experiências de pessoas negras, nesse sentido, essa pesquisa assenta-se sobre os princípios da afrocentricidade, que, segundo Molefe Kete Asante: “é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos”.³

² BAPTIST, Edward. *A metade que nunca foi contada*. A escravidão e a construção do capitalismo norte-americano. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

³ ASANTE, Molefe Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93

Mary Ann Shadd

Figura 1: Fotografia de Mary Ann Shadd



Mary Ann Shadd. Library and Archives Canada, C-029977. In: *The New York Times*. June 6, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/06/06/obituaries/mary-ann-shadd-cary-abolitionist-overlooked.html>

Mary Ann Shadd nasceu livre, em 9 de outubro de 1823, em Wilmington, Delaware, nos Estados Unidos. Seus pais, Abraham Doras Shadd (sapateiro) e Harriet Parnell Shadd, eram oficialmente livres e engajados no movimento abolicionista negro⁴. Eles já eram considerados parte de uma elite negra da região e auxiliavam os escravizados que fugiam das plantações e adentravam a *Underground railroad*⁵. Aos 10 anos, mudaram-se para West Cherter, Pensilvânia, uma comunidade ao sul da Filadélfia, para dar continuidade aos estudos da filha.⁷ Depois passou seis anos estudando no Boarding School Price, que era dirigido pela Sociedade de Amigos. Depois de

⁴ FAGAN, Benjamin. *The Black Newspaper and the chosen Nation*. University of Georgia Press, 2016, 2016, p. 98.

⁵ *Underground railroad* era um Sistema de comunicação e rotas de fugas que comunicava todo o país, com destino a terras livres, fossem nos estados nortistas (onde a escravidão foi abolida) ou Canadá.

⁶ YEE, Shirley J.. Finding a Place: Mary Ann Shadd Cary and the Dilemmas of Black Migration to Canada, 1850-1870. In: *Frontiers: A Journal of Women Studies*, Vol. 18, No. 3, 1997, p. 03.

⁷ FAGAN, *op. cit.*, p. 99.

completar sua educação, voltou para Wilmington e, aos 16 anos, fundou uma escola para negros.⁸ Posteriormente trabalharia na Pensilvânia, Nova Jersey e na cidade de Nova York.⁹ Suas atividades na docência eram permeadas pelo trabalho missionário, assim como a maior parte dos educadores da época, impactados pelo movimento religioso conhecido como “Segundo Grande Despertar”^{10, 11}.

Essa base foi fundamental na formação política de Shadd, pois permitiram contato com a questão abolicionista desde a infância, que, somado ao incentivo a uma educação formal, auxiliaram-na a desenvolver habilidades necessárias à carreira ativista. Assim, teve contato com diversos intelectuais negros e com associações que a impulsionaram a trabalhar pela ascensão da população negra, conectando-a aos temas mais atuais de seu momento histórico.

Shadd foi impactada pelas ideias de Lewis Woodson, pastor e professor em Pittsburg, que pregava, nas décadas de 1830-40, a ideia de uma identidade nacional entre os negros. Woodson acreditava que a integração não funcionaria no país e sugeria como alternativas: a emigração e o (re)assentamento de comunidades negras. Seus ensaios ajudaram a promover movimentos de emigração nos anos 1850, que também impactaram outros expoentes da emigração negra que tiveram contato com Shadd, como: Henry Bibb, Samuel Ringgold Ward, James T. Holly, Henry Highland Garnet, Alexander Crummel e Martin R Delany.¹²

Em 1849, Mary Shadd escreveu um panfleto intitulado "Dicas para as Pessoas de Cor do Norte" ("Hints to the Colored People of the North"). Essa obra não possui cópias disponíveis na atualidade, somente trechos publicados no jornal *North Star*. Tais trechos apontavam seu compromisso com as causas de seu povo, elencando críticas necessárias com foco na melhoria das condições do povo negro. Em sua visão, educação, refinamento moral e autossuficiência econômica eram a base para a luta contra racismo e escravidão.¹³

Em 1850, Shadd, assim como milhares de outros(as) negros(as) livres do Norte, se sentiu profundamente impactada pela aprovação da Lei do Escravo Fugitivo. Em sua publicação, *A plea for emigration* (1852), ela condenava a legislação categoricamente:

⁸ STREITMATTER, Rodger. *Raising her voice: African-American women journalists who changed history*. The University Press of Kentucky, 1994

⁹ FAGAN, *op. cit.*, p. 99.

¹⁰O Segundo Grande Despertar foi um movimento religioso que permeou a maior parte dos abolicionistas e ativistas reformadores, enfatizando a erradicação imediata de todas as formas de pecado, ressaltando a valorização da domesticidade entre as classes urbanas mais prósperas, trazendo responsabilidades morais e sociais a classe média protestante. Porém não temos informações suficientes das leituras específicas de Shadd em suas aulas.

¹¹ YEE, *op. cit.*, p. 03.

¹²SILVERMAN, Jason H. Mary Ann Shadd and the Search for equality. In: LITWACK, Leon F.; MEIER, August. *Black Leaders of the nineteenth century*. Champaign:University of Illinois Press, 1988, p. 88.

¹³ RHODES, 1999, p. 22.

É bem sabido que o projeto de lei do Fugitivo torna inseguro todo homem de cor nortista - os livres estão sob riscos iguais de serem enviados para o sul - consequentemente, muitas pessoas, que sempre foram livres, deixarão os Estados Unidos e se estabelecerão no Canadá e em outros países, [...]¹⁴

Segundo Yee, um ano após a aprovação, aos 28 anos, Shadd decidiu emigrar para o Canadá. Ela ainda era uma mulher solteira, portanto, precisava de determinadas condições para sua migração: sua ocupação como professora, sua filiação a uma organização missionária e, segundo o patriarcado, o acompanhamento do irmão Isaac Shadd, que também participaria em atividades de apoio a comunidade negra no Canadá.¹⁵

Depois de se mudar para o Canadá, ela fundou uma escola particular integrada em Windsor, do outro lado do rio de Detroit. A escola foi inicialmente financiada pelos pais. Posteriormente Shadd passou a receber um salário da Associação Americana Missionária (American Missionary Association). Seguiu defendendo a autonomia dos negros e a recusa a ajuda filantrópica dos brancos, pois acreditava que as(os) negras(os) deveriam ser e prezar pela imagem de autossuficiência e recusar-se a qualquer mendicância para arrecadamento de fundos. Tal posicionamento político a colocou em conflito com outros intelectuais negros.

As divergências entre intelectuais negros, assim como nos EUA, foram recorrentes em solo canadense, expressos na imprensa e nas convenções. O tema da segregação se tornou fonte de discussão entre os emigrados. Shadd entrou em conflito com o casal Bibb, por ser contra a segregação das escolas. A disputa gerou editoriais escritos por ambos os lados no jornal publicado pelos Bibbs: *Voice of the fugitive*.¹⁶ Shadd e Samuel Ringgold Ward foram críticos da Sociedade Lar dos Refugiados. Eles compraram terras e criaram assentamentos negros em outros lugares, como em Sandwich e Maidstone, pois acreditavam que os negros deveriam se integrar a sociedade local. Shadd era resistente a ideia de aceitação de caridade. Henry Bibb foi um grande opositor:

Bibb favoreceu escolas segregadas; Shadd insistiu que as escolas fossem integradas. Bibb considerava o Canadá um refúgio temporário; Shadd via o Canadá como um lar permanente. Bibb supervisionou a Refugee Home Society;

¹⁴ No original: “It is well know that the Fugitive bill makes insecure every northern colored man, - free are alike at the risk of being sent south, - consequently, many persons, always free, will leave the United States, and settle in Canada, and other countries, [...]” (SHADD, Mary. *A plea for emigration, or, Notes of Canada West: in its moral, social, and political aspect; with suggestions respecting Mexico, West Indies, and Vancouver's Island, for the information of colored emigrants*. Detroit: George W. Pattinson, 1852, p.41)

¹⁵ YEE, 1997, p. 04.

¹⁶ YARHI Eli & MA, Clayton. Mary Ann Shadd. The *Canadian Encyclopedia*. Publicado em 6 de novembro de 2013. Última edição: 14 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/mary-ann-shadd?gclid=Cj0KCQjw8rT8BRCbARIsALWiOvSm_s4yofI7tMTLRGw5sRMHCT7nP3PJ7syy9HZl5xu3u0P-GXvurJ8aAovxEALw_wcB

Shadd criticou a sociedade por comprar uma propriedade e depois revendê-la aos negros a um preço mais alto.¹⁷

Shadd buscava promover a integração entre brancos e negros, fosse nas escolas, igrejas ou demais meios públicos. Ela acreditava que a Sociedade Lar dos Refugiados defendia o ideal nacionalista dividindo a comunidade negra, pois a Sociedade vendia terras somente para escravizados e não para os livres. Shadd fez uma defesa dos livres, como ela mesma, que buscavam no Canadá mais oportunidades. Os Bibbs eram mais pragmáticos e menos visionários. Eles buscavam resolver os problemas mais imediatos dos negros americanos. Shadd pretendia unificar em uma identidade racial os escravizados e os negros nascidos livres. Bibb e outros fugidos da escravidão talvez tenham visto Mary Ann como uma mulher de pele clara, privilegiada e da elite que conhecia pouco sobre as dificuldades dos negros escravizados ou fugitivos.¹⁸

Os conflitos entre Bibb e Shadd levaram a Sociedade Americana Missionária a demitir Shadd. A partir de então, ela foi obrigada a largar a carreira de professora e sobreviver dos rendimentos do jornal. Buscou apoio de Samuel Ringgold, que tinha experiência com jornalismo, foi associado de Frederick Douglas e havia fundado o *Impartial Citizen* em Syracuse, Nova York. E contou também com apoio do reverendo Alexander McArthur. Em 24 de março de 1853, a publicação do protótipo do *Provincial Freeman* saiu com Ward e McArthur listados como os editores, apesar de Shadd ter sido a principal responsável por todo o processo jornalístico. Shadd escreveu, editou os artigos e imprimiu o jornal de quatro páginas, e não apareceu como autora. Seu nome somente apareceu na sessão referente ao endereço que receberia correspondência para o jornal. O foco de Shadd era com o compromisso social, dando preferência a causa da mídia negra e divulgação de suas ideias, independente da autoria.¹⁹ A intenção declarada do *The Provincial Freeman* era:

[...] representar os 40 mil negros, libertos, fugitivos, ricos e pobres, recém-chegados ao Canadá; encorajar "a classe certa" a entrar no Canadá publicando um relato do país e suas vantagens; e desenvolver no Canadá uma sociedade para negar todas as afirmações sobre a incapacidade do Negro de viver com outras pessoas na sociedade civilizada.²⁰

¹⁷ No original: Bibb favored segregated schools; Shadd insisted that schools be integrated. Bibb considered Canada a temporary haven; Shadd saw Canada as a permanent home. Bibb supervised the Refugee Home Society; Shadd criticized the society for buying property and then reselling it to blacks at a higher price. (STREITMATTER, 1994, p. 28.)

¹⁸ RHODES, Jane. *Mary Ann Shadd Cary: The Black Press and Protest in the Nineteenth Century*. Bloomington: Indiana University Press, 1999, p. 45.

¹⁹ STREITMATTER, 1994, p. 28-29

²⁰ No original: "represent the 40000 Negroes, freedmen, fugitives, wealthy and poor, recently arrived in Canada; encourage "the right class" to enter Canada by publishing an account of the country and its advantages; and develop in Canada a society to deny all assertions regarding the Negro's inability to live with others in civilized society." (*The Provincial Freeman*. Windsor, Canada. March 24, 1853).

O *Provincial Freeman* sofreu muita instabilidade por questões financeiras e mudou de sedes 3 vezes, passando por Windsor, Toronto (chamada York) e, depois, para Chatham²¹. Shadd fez um intervalo de um ano no jornal para viajar pelos Estados Unidos e Canadá para arrecadar capital. Com exceção de Frances Ellen Watkins, poucas mulheres negras conseguiram fazer uma viagem com circuito de palestras. Ao fim de suas viagens Shadd retornou ao Canadá como uma referência na questão da igualdade racial. Em março de 1854, o *Provincial Freeman* começou a aparecer na base regular, evidenciando tensões entre a sociedade negra.²²

O ano de 1854 trouxe algumas reviravoltas para Shadd, principalmente depois do falecimento de Henry Bibb faleceu no verão. No outono, o nome de Ward foi retirado do alto cargo do jornal. Shadd passou a dividir a produção do jornal com a irmã Amelia. Sem os benefícios financeiros da associação com Ward, Shadd voltou a palestrar no Canadá e nos EUA para atender às despesas operacionais do jornal. Retornando a Toronto, deparou-se com um público que se opôs a um jornal dirigido exclusivamente por mulheres. Elas ofereciam a única imprensa negra que restou no Canada. Ela foi a procura de um editor homem para contornar a situação e encontrou o Reverendo William P. Newman, que se tornou editor nominal. E recorreu a outras mulheres negras para auxiliá-la na edição apesar dos obstáculos.²³

Shadd viajou em 1855, e participou da Convenção Nacional do Negro (National Negro Convention), na Filadélfia, e foi a primeira mulher negra a ser admitida como membro correspondente na convenção. Com seus discursos, tocou Frederick Douglas no tema da emigração dos negros para o Canadá. Circulou pelo país e convenceu outros a assinarem o jornal.

24

Quando voltou para o Canadá, mudou a sede do jornal pra Chatham, um reduto dos Bibb, com grande população negra. E continuou a pregar pela integração.²⁵ Nessa cidade, Shadd conseguiu maior auxílio para a publicação do jornal.²⁶ Chatham atraía muitos negros, tanto fugitivos quanto livres, apesar de não chegar a possuir uma população majoritariamente negra. Lá havia possibilidades para prosperar, pois possuía uma boa localização, com a bifurcação do rio Tamisa, com acesso a Detroit e distante o suficiente da fronteira, assim, considerada um espaço seguro em relação a legislação pró-escravagista estadunidense. E a construção da ferrovia

²¹ Publicado em Windsor entre 1853 e 1854, em Toronto entre 1854 e 1855 e em Chatham entre 1855 e 1857. A última edição saiu em 20 de setembro de 1857.

²² SILVERMAN, Jason H. Mary Ann Shadd and the Search for equality. In: *A Nation of immigrants: Women, workers and communities in Canadian History: 1840s-1960s*. University of Toronto Press, 1998, p. 107

²³ Dem, *ibidem*, p. 108

²⁴ SILVERMAN, 1988, p. 108.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 108.

²⁶ DAGG, Anne Innis. *The Feminine Gaze: A Canadian Compendium of Non-Fiction Women Authors and Their Books, 1836-1945*. Wilfrid Laurier Univ. Press, 2006: 275

aumentou as oportunidades econômicas para essa comunidade, principalmente no início da década de 1850, com a Great Western Railway. ²⁷O *North Star* chegou a publicar em 1855 que Chatham havia se configurado no principal assentamento dos fugitivos da escravidão, com entre cinco e seis mil habitantes, a maioria negra, que ganhou a liberdade. Com igrejas, escolas e casas confortáveis, os negros conseguiam bons empregos e aquisição de terras.

Shadd convocou as demais mulheres negras para lutar contra o racismo, sexismo e classismo em suas publicações. ²⁸ Segundo Walcott, em Chatham, as mulheres negras conseguiram se engajar num projeto muito bem-organizado, e desfrutar de papéis políticos importantes na comunidade. ²⁹

Em 1858, John Brown visitou Chatham a fim de divulgar suas ideias sobre o levante armado que planejava fazer nos Estados Unidos, em defesa da abolição e com a ajuda de escravizados e livres. A revolta foi contida e Brown foi assassinado. Porém, o discurso de Brown não se apagou nas mentes da população negra norte-americana e em Shadd, em especial. Em 1861, ela se envolveu na edição e publicação das experiências de Osborn P. Anderson, que sobreviveu ao incidente do Harpers ferry. ³⁰

O início da Guerra Civil Americana trouxe esperança para muitos negros e negras emigrados e muitos deles(as) decidiram contribuir para as lutas, depois que foi liberado oficialmente a participação de negros(as). Shadd voltou para os EUA e auxiliou no recrutamento de soldados negros para a União. Depois da guerra, continuou lutando pela ampliação de direitos civis das mulheres e lecionando em escolas. Em 1883, formou-se na Howard University, tornando-se a primeira mulher negra advogada. ³¹

Considerações finais

A trajetória de Mary Ann Shadd traz luz para diversos aspectos do cotidiano oitocentista: os empreendimentos e dificuldades das mulheres no século XIX; as opressões das interseccionalidades raciais, de gênero e de classe que a permeavam; as especificidades e dissensos entre os livres e os fugidos da escravidão. Sua persistência e determinação em participar dos meios políticos e das questões públicas foram marcantes a cada obstáculo. Sua história oferece

²⁷ TOBIN, Jacqueline L. *From Midnight to dawn: the last tracks of the Underground Railroad*. Nova York: Doubleday, 2008, p. 37.

²⁸ BRISTOW, Peggy. Whatever you raise in the ground you can sell it in Chatham: Black women in Buxton and Chatham, 1850-65. In: *We're Rooted Here and They Can't Pull Us Up: Essays in African Canadian*. University of Toronto Press, 1994, p. 69.

²⁹ WALCOTT, Rinaldo. *Black Like Who?: Writing Black Canada*. London, Ontario: Insomniac Press, 2003, p. 35.

³⁰ <http://data2.collectionscanada.gc.ca/e/e295/e007352577.pdf>

³¹ YARHI & MA, 2013.

um outro olhar para o tema racial oitocentista, com foco numa história de empoderamento, de luta, de inteligência, empatia e solidariedade entre os negros e negras. Sem reduzir a importância da consciência sobre as brutalidades da escravidão, mas alimentando a consciência da resistência organizada e direcionada.

Nosso esforço alinha-se à proposta de Molefe Kete Asante, nos Estados Unidos, bem como de Beatriz Nascimento de pensar a história a partir da perspectiva dos negros, de forma crítica, enquanto sujeitos da história.³² O foco de Nascimento se assenta sobre o Brasil, porém, aqui, amplio o escopo de modo a contemplar uma perspectiva maior, reforçando que toda experiência na diáspora é também uma referência potencial para os negros e negras brasileiros.

³² NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e intelectual*. Possibilidades em dias de destruição. Diáspora africana: editora filhos da África, 2018.

Fontes:

SHADD, Mary. *A plea for emigration, or, Notes of Canada West: in its moral, social, and political aspect; with suggestions respecting Mexico, West Indies, and Vancouver's Island, for the information of colored emigrants.* Detroit: George W. Pattinson, 1852.

DREW, Benjamin. *The refugee; or the narratives of fugitive slaves in Canada.* Related by themselves. Boston: John P. Jewett and Co.; Cleveland, Ohio: Jewett, Proctor and Wortuington. New York: Sheldox, Lamport And Blakeyax . London: TrübxeAnd Co, 1856.

The Provincial Freeman. Windsor, Canada. March 24, 1853.

Referências bibliográficas:

ASANTE, Molefe Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009.

BAPTIST, Edward. *A metade que nunca foi contada.* A escravidão e a construção do capitalismo norte-americano. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

BRISTOW, Peggy. Whatever you raise in the ground you can sell it in Chatham: Black women in Buxton and Chatham, 1850-65. In: *We're Rooted Here and They Can't Pull Us Up: Essays in African Canadian.* University of Toronto Press, 1994.

DAGG, Anne Innis. *The Feminine Gaze: A Canadian Compendium of Non-Fiction Women Authors and Their Books, 1836-1945.* Wilfrid Laurier Univ. Press, 2006.

FAGAN, Benjamin. *The Black Newspaper and the chosen Nation.* University of Georgia Press, 2016, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e intelectual.* Possibilidades em dias de destruição. Diáspora africana: editora filhos da África, 2018.

RHODES, Jane. *Mary Ann Shadd Cary: The Black Press and Protest in the Nineteenth Century.* Bloomington: Indiana University Press, 1999.

SILVERMAN, Jason H. Mary Ann Shadd and the Search for equality. In: LITWACK, Leon F.; MEIER, August. *Black Leaders of the nineteenth century.* Champaign: University of Illinois Press, 1988.

TOBIN, Jacqueline L. *From Midnight to dawn: the last tracks of the Underground Railroad.* Nova York: Doubleday, 2008.

WALCOTT, Rinaldo. *Black Like Who?: Writing Black Canada.* London, Ontario: Insomniac Press, 2003.

YARHI Eli & MA, Clayton. Mary Ann Shadd. The *Canadian Encyclopedia*. Publicado em 6 de novembro de 2013. Última edição: 14 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/mary-ann-shadd?gclid=Cj0KCQjw8rT8BRCbARIsALWiOvSm_s4yofI7tMTLRGw5sRMHCT7nP3PJ7syy9HZI5xu3u0P-GXvurJ8aAovxEALw_wcB

YEE, Shirley J.. Finding a Place: Mary Ann Shadd Cary and the Dilemmas of Black Migration to Canada, 1850-1870. In: *Frontiers: A Journal of Women Studies*, Vol. 18, No. 3, 1997. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3347171?read-now=1&seq=3#page_scan_tab_contents

Cadernos de receitas como “objetos de si”: a construção de identidades femininas nas cozinhas domésticas em São Paulo (1880-1940)

Viviane Soares Aguiar¹

Resumo: Em seu livro *A disciplina do amor*, Lygia Fagundes Telles se recordava de “cadernos caseiros” como o de sua avó, que reuniam receitas e desabafos e teriam marcado as primeiras incursões das mulheres na seara da escrita, por muito tempo dominada pelos homens. Este trabalho procura trazer para discussão a hipótese de que os cadernos de receitas tenham sido mais do que meios para o desenvolvimento da escrita e, inclusive, de uma “escrita de si”. Entende-se que, em sua materialidade, eles também podem ter atuado como “objetos de si”, constituindo subjetividades conforme foram produzidos, usados e compartilhados pelas mulheres. Uma articulação entre os estudos de cultura material e de relações de gênero embasa a análise, que abrange as possibilidades de agenciamento dos cadernos na construção de domínios e poderes que envolveram mulheres e homens, mas principalmente mulheres entre si.

Palavras-chave: cadernos de receitas; cultura material; relações de gênero; história das mulheres; subjetividade.

Abstract: In the book *A disciplina do amor*, Lygia Fagundes Telles remembered “homemade cookbooks” like her grandmother’s, which brought together recipes and outbursts and would have marked the first incursions of women in the field of writing, for a long time dominated by men. This article seeks to discuss the hypothesis that cookbooks have been more than a means for the development of writing and even of “self-writing”. It considers that, in their materiality, they may also have acted as “self-objects”, constituting subjectivities as they were produced, used and shared by women. An articulation between material culture and gender studies underlies the analysis, which encompasses the possibilities of cookbooks’ agency in the construction of domains and powers that involved women and men, but mainly women among themselves.

Keywords: cookbooks; material culture; gender relations; women’s history; subjectivity.

¹ Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo, bolsista Capes. E-mail: vivsaguiar@gmail.com.

Introdução

Assim como outros objetos produzidos e consumidos por mulheres comuns, “donas de casa”, os cadernos de receitas parecem carregar a pecha de desimportantes desde sua circulação em meio às próprias gerações das famílias. Descartados em mudanças, esquecidos no fundo dos armários, queimados em incêndios ou despedaçados pelo tempo, eles sofrem uma constante ameaça de destruição². Somente há pouco tempo, essas publicações caseiras vêm suscitando interesse como fontes históricas e, quase sempre, pelo viés de uma história da alimentação³ que ainda se sobrepõe às questões de gênero.

Neste trabalho, procuramos fazer o inverso. Os cadernos de receitas estão sob um enfoque que busca compreendê-los em sua atuação na formação de identidades de gênero e de subjetividades, mais do que em sua evidente importância para um estudo sobre as transformações das práticas culinárias. A breve análise aqui apresentada faz parte de uma pesquisa de doutorado mais ampla⁴, que enfoca a constituição de poderes domésticos a partir de certos objetos de cozinha frequentemente negligenciados como “objetos”, em especial as chaves da despensa⁵ e os cadernos de receitas.

A hipótese central é a de que a cozinha e seus objetos, por tanto tempo associados a uma identidade feminina atada ao espaço e ao trabalho doméstico, também participaram de táticas de afirmação e resistência em relação ao domínio masculino e, principalmente, em relação a outras mulheres (mães e filhas, donas de casa e empregadas, mulheres brancas e negras, ricas e pobres). Muitas usavam a culinária para obter uma renda própria, com a venda de doces e salgados, por exemplo, e insistiam em conservar métodos e receitas em que se consideravam experientes. O orgulho entrelaçado ao saber-fazer, segundo essa hipótese, pode ter gerado resistências concretas à entrada de novos equipamentos e eletrodomésticos que, além de serem representativos de uma

² PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989, p. 11-12.

³ Um dos trabalhos mais aprofundados sobre cadernos de receitas foi realizado por Elaine Morelli Abrahão, que analisou, oito “manuscritos culinários” produzidos entre 1860 e 1940 por três mulheres que viveram em Campinas. Centrada, sobretudo, em uma discussão a respeito das transformações culinárias, alimentares e sociais do período, não tem a proposta de pensar as relações de gênero ou mesmo as dicotomias entre masculino e feminino que integram o cenário dessas mudanças.

⁴ Com o título *Objetos de cozinha, objetos de si: chaves, cadernos e a construção de subjetividades e poderes femininos no espaço doméstico (São Paulo, 1890-1970)*, a pesquisa de doutorado conta com a orientação da Profa. Dra. Vânia Carneiro de Carvalho.

⁵ A singela chave de metal usada para trancar o cômodo anexo à cozinha, reservado ao armazenamento e à conservação dos alimentos, tinha especial significado entre o fim do século XIX e o início do século XX. Muito mais do que trancar aquele espaço, mediava o controle que a dona de casa exercia sobre a cozinha, as empregadas e a economia doméstica como um todo, constituindo relações de poder que embasaram, inclusive, a formação de uma metáfora frequentemente utilizada por homens para comprovar a alegada vocação “natural” das mulheres para o governo do espaço privado e doméstico.

tecnologia masculinizada, também implicavam a substituição de conhecimentos e poderes estabelecidos e transmitidos entre elas.

A análise de cadernos de receitas vem permitindo demonstrar tanto a permanência de certas técnicas e de certos gostos quanto a construção de subjetividades notáveis para além do conteúdo propriamente escrito. Neste trabalho, o foco está exatamente em discutir esta última questão, apresentando alguns dados de uma pesquisa em andamento. Com apoio dos estudos de gênero e de cultura material, os cadernos são compreendidos, aqui, como objetos de cozinha, como instrumentos empregados em práticas cotidianas, no cuidado com a nutrição e a saúde da família e no processamento dos alimentos, e, mais do que isso, também como instrumentos utilizados em uma “produção de si”.

Ainda são escassas as pesquisas que buscam analisar os cadernos de receitas como lugares de expressão das mulheres, embora esse potencial já tenha sido identificado há certo tempo. No fim da década de 1940, ao ser convidada a escrever sua autobiografia, a escritora estadunidense Alice B. Toklas sugeriu trocá-la por um livro de cozinha, convencendo o editor de que um livro de receitas seria também um livro de memórias⁶. De fato, *The Alice B. Toklas Cook Book* foi publicado em 1954, como um misto de receitas e relatos sobre sua vida. Na literatura brasileira recente, a personagem Eurídice do romance *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, de Martha Batalha, também cultivava seu caderno de receitas como um caderno de relatos, um refúgio, na verdade, de seu cotidiano normatizado e um alento de futuro: ela nutria o desejo de publicá-lo comercialmente, embora esse sonho tenha sido menosprezado pelo marido. Para a personagem, “era seu diário, aquele. O relato que fez para suportar os anos de exílio doméstico, para tornar menos opressoras as paredes daquela casa”⁷.

As pesquisadoras Mariana Vogt Michaelsen e Tânia Regina Oliveira Ramos⁸, que analisaram a presença do caderno no enredo da personagem Eurídice, vêm estudando, no campo da literatura, a potencialidade das receitas manuscritas como ficção, como uma construção narrativa. Afirmam elas que “a elaboração de novas receitas e novos sabores e o registro no caderno são marcados pela criatividade de quem cozinha e escreve. Assim, a poética das receitas é criativa e subjetiva, pois há uma marca de autoria”⁹. Partimos de um posicionamento semelhante para a análise dos cadernos

⁶ SEDLMAYER, Sabrina. Comer o passado como pão de fome: relações entre comida e literatura. *Abril – Nepa/UFF*, v. 6, n. 12, abr. 2014, p. 143.

⁷ BATALHA, Martha. *A vida invisível de Eurídice Gusmão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 30.

⁸ Além de Michaelsen e Oliveira, outras pesquisadoras que vêm se dedicando a estudar as correlações entre os cadernos de receitas e a criação de subjetividades femininas são, no Brasil, Juzelia de Moraes Silveira e Leda Maria de Guimarães (2012), e, nos Estados Unidos, Janet Theophano (2003).

⁹ MICHAELSEN, Mariana Vogt; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Ela sabia desaparecer com(o) os pedaços de cebola: mulheres, (in)visibilidades e livros de receitas. *Confluências Culturais*, v. 9, n. 2, 2020, p. 13.

em questão, considerando essas marcas de autoria, como discutiremos mais adiante, e suas possibilidades de atuação como “modos de subjetivação”.

Para Michel Foucault, estes seriam os processos que engendrariam subjetividades, em contraposição aos “modos de sujeição”, associados à submissão aos códigos normativos da sociedade. Na perspectiva dele, a “escrita de si” seria uma das formas encontradas pelos antigos, gregos e romanos, para se construírem subjetivamente, com o fim de governarem a si mesmos e de se posicionarem nas relações sociais e políticas, em um universo ainda não disciplinado pelo cristianismo. É possível arriscar, temendo o salto anacrônico, alguma relação entre os cadernos de anotações (*hypomnêmata*) usados pelos antigos para a “escrita de si” e analisados por Foucault e os cadernos dessas mulheres dos séculos XIX e XX. De forma similar, ambos constituíam uma “memória material das coisas lidas, ouvidas e pensadas”¹⁰; eram “livros de vida”, ainda que os cadernos mais recentes não servissem à meditação, como os *hypomnêmata*, mas para o registro de receitas, gastos cotidianos, gostos e preferências, preparos de medicamentos, versos e desabafos.

Como meios de subjetivação, os cadernos de receitas não resultavam de um esforço consciente e intencional para uma “narrativa de si”, ou mesmo para uma autobiografia, à exceção, certamente, daquela planejada por Alice Toklas; em vez disso, eram produtos de um trabalho constante de prática e escrita, de recorte e colagem, de reunião de documentos. Como afirma Angela de Castro Gomes¹¹, a “produção de si” não envolve apenas a escrita, mas “a constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções”. Reforçamos ainda que essa produção subjetiva se dá, nos casos aqui focalizados, por meio das interações entre sujeitos-mulheres e objetos-cadernos.

Com a intenção de superar e contestar a naturalização das dicotomias entre humanos e não humanos, sujeitos e objetos, a pesquisa da qual deriva este trabalho está alinhada aos estudos realizados no âmbito de uma antropologia do consumo que compreende a materialidade não apenas como um sistema simbólico, análogo à linguagem, mas a partir de sua capacidade de agenciamento do mundo social¹². Por englobar questões de gênero, no entanto, foi preciso articulá-las a análises já clássicas na área de estudos feministas, desenvolvidas por Donna Haraway¹³, Teresa

¹⁰ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política* (Ditos e escritos, V). Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 147.

¹¹ GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 11.

¹² Considero aqui, em especial, os trabalhos de Bruno Latour (1991) e Daniel Miller (2005), além de, no Brasil, os estudos de historiadores como Vânia Carneiro de Carvalho (2008).

¹³ HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 187-240.

de Lauretis¹⁴ e Paul B. Preciado¹⁵, que desde os anos 1980 e 1990 têm procurado abolir esses mesmos binômios, em particular no que se refere à tecnologia e à natureza, aos homens e às mulheres. Para essas autoras e esse autor, o próprio corpo, considerado por tanto tempo como matriz do sexo, como um suporte biológico e natural para o que a cultura definiria como gênero, seria uma tecnologia. Haveria uma hibridez, uma existência entrelaçada – e não separada – entre essas dimensões; estaria no corpo e em todas as coisas com que ele vivencia o mundo a interação mais profunda entre materialidade e sujeito.

Considera-se, assim, a partir dessas superações, a agência dos cadernos no reforço, por um lado, de uma identidade feminina submetida ao trabalho doméstico, nas cozinhas, e, por outro, na construção de subjetividades de mulheres que viveram em períodos diferentes, em situações sociais diversas. É por essa capacidade ativa dos cadernos em processos de subjetivação que os definimos, enfim, como “objetos de si”.

Os cadernos e as mulheres: marcas de si

Cinco cadernos de receitas, de coleções privadas, encontram-se no escopo deste trabalho: o de Maria Francisca Teixeira (1867-1963), iniciado na década de 1880; o de Anna Francisca de Almeida Moraes (1862-1947), em 1907; o de Theodosia Ribeiro de Andrade (1892-1977), em 1911; o de Lola Vollet (1902-1994), na década de 1910; e o de Iracy de Melo Souza (1923-2007), na década de 1940. O caderno de Lola não era avulso como os demais; integrava uma pequena “coleção culinária”, com outros dois cadernos, livros e livretos de receitas que acompanhavam eletrodomésticos e ingredientes industrializados.

Todas as autoras viveram, em algum momento, na cidade de São Paulo, ainda que algumas tenham começado a produzir seus cadernos quando moravam no interior do estado. Quase todas eram mulheres brancas, casadas e donas de casa em famílias nucleares, com marido e filhos, de classes altas ou médias. Exceções entre elas são Anna Francisca e Iracy, ambas de classes mais baixas. A primeira, mais conhecida como Nhanhã, era uma mulher de ascendência negra, solteira, sem filhos, e chegou a ter, entre 1900 e 1920, uma profissão além de ser dona de casa: atuou como doceira. A segunda, apesar de casada e com filhos, vinha de uma família de migrantes (a mãe,

¹⁴ LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 142-178.

¹⁵ PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

mineira; o pai, cearense) e trabalhou fora do lar, como telefonista na juventude e, depois do casamento, como funcionária pública¹⁶.

A maioria dessas mulheres comprou (ou ganhou) cadernos de folhas pautadas, muitos de capa dura, especificamente para escrever suas receitas. Nhanhã, por exemplo, adquiriu o seu exemplar provavelmente em 1907, na renomada livraria Garraux, em São Paulo, mantendo na folha de rosto o adesivo com o selo da loja. O primeiro caderno de Lola Vollet, a que ela deu início aos 15 anos de idade, em 1917, enquanto ainda vivia em Piracicaba, tinha formato bastante semelhante ao de Nhanhã; contudo, os outros dois de sua coleção, produzidos quando ela já estava casada e morando na cidade de São Paulo, a partir do fim dos anos 1930, foram improvisados em uma caderneta de empório (possivelmente, ofertada como brinde ou como um bloco de registro de compras fiadas) e em um “livro-caixa”.

Esse caderno de registro de entradas e saídas de dinheiro, identificadas sob os tópicos “dever” e “haver”, pode ter sido surrupiado da loja de materiais de construção que pertencia a seu marido, localizada nas proximidades de sua casa. Mas também pode ter sido comprado por ela mesma, para anotar as despesas da família, sendo reutilizado, mais tarde, como caderno de receitas. Desde o fim do século XIX, os manuais prescritivos femininos sugeriam, afinal, que as mulheres, responsáveis pela economia doméstica, mantivessem tais cadernos para controlar o orçamento de casa. “Capacitei-me da absoluta necessidade de um livro de assentos. [...] As contas, os recibos, as notas dos fornecedores... tudo isso está a reclamar minha atenção e o meu cuidado”¹⁷, afirmava Julia Lopes de Almeida, em seu popular *Livro das noivas*, publicado em 1897, mas constantemente reeditado nas décadas seguintes.

Theodosia e Iracy não compraram ou improvisaram os suportes que usariam para seus cadernos de receitas. Mesmo com trinta anos de diferença, essas mulheres de gerações e condições sociais diferentes – a primeira, uma descendente das elites cafeeiras; a segunda, uma descendente de migrantes – ganharam seus cadernos de seus noivos, como “presentes” de casamento. O de Theodosia o entregou a ela em 1912, com as primeiras páginas já preenchidas com algumas das receitas que ele mais gostava do repertório culinário de sua mãe; o de Iracy deixou, inclusive, uma dedicatória no verso da capa, datada de 30 de abril de 1947: “À minha querida noivinha, como bôa recordação. Aristides”¹⁸.

¹⁶ As informações biográficas das autoras dos cadernos foram complementadas por entrevistas realizadas com seus descendentes e familiares.

¹⁷ ALMEIDA, Julia Lopes de. *Livro das noivas*. Rio de Janeiro: Typographia Francisco Alves, 1914 [1896], p. 129-130.

¹⁸ Caderno de receitas de Iracy Melo e Souza (1923-2007), iniciado em 1947. (Coleção particular)

A noção de que o caderno de receitas poderia ser um presente de homens para mulheres, de noivos para noivas, evidencia sua condição de marco material da passagem da vida de solteira para a de casada. Em um conto em que narra algumas memórias de sua família, incluindo a de um caderno que havia pertencido à sua avó, Lygia Fagundes Telles pontua que, quando mocinhas, as mulheres escreviam seus pensamentos e seus segredos em diários; quando casadas, “restava o recurso do cadernão do dia a dia, onde, da mistura com os gastos da casa cuidadosamente anotados e somados no fim do mês, elas ousavam escrever alguma lembrança ou uma confissão que se juntava na linha adiante com o preço do pó de café e da cebola”¹⁹.

Assim que iniciavam o caderno de receitas – essa era a norma –, as mulheres iam aperfeiçoando a vocação de cuidar da família, tida como inata e diretamente associada ao ato de alimentar e nutrir marido e possíveis filhos. “Desde a mais tenra idade manifestam-se na menina vestígios de seu destino. Enquanto os irmãos se entregam a ruidosos brinquedos, está ella occupada em arranjar o quarto e a cosinha”²⁰, constatava Vera Cleser, em 1902. Em 1956, um manual doméstico assinado por certa Dona Leopoldina ainda considerava que não se poderia ter uma refeição ideal com discussões à mesa e “comida sem sabor”. Por isso, “a dona de casa terá de saber cozinhar e servir à mesa”²¹.

Por um longo período, essa foi a expectativa idealizada para uma identidade feminina construída em torno de uma categoria homogeneizante de *Mulher*, com características e funções predeterminadas e pressupostas, que, no entanto, as *mulheres*, em sua pluralidade, iam driblando ou resignificando no cotidiano, conforme tomavam posse de seus cadernos ou os construíam do zero. O verbo “construir” não corresponde, aqui, a uma força de expressão: esses cadernos eram, de fato, construídos pelas mulheres, que organizavam as páginas a seus modos, criavam ornamentos para a capa e o miolo, recortavam imagens e receitas de periódicos para montar suas próprias colagens.

O trabalho de manter um caderno de receitas assemelhava-se ao de alinhar uma colcha de retalhos – costurar e cozinhar (*coser* e *cozer*) eram, afinal, as principais atividades domésticas associadas às mulheres. Bilhetinhos, fotografias, bulas de remédio ou pedaços de papel com endereços e números de telefone apareceram entre as páginas dos cadernos analisados, fazendo deles, como já sugerido, arquivos femininos. Ao longo do século XX, conforme a circulação de impressos crescia, mais exemplares serviram de base para um verdadeiro patchwork de recortes de

¹⁹ TELLES, Lygia Fagundes. *A disciplina do amor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 16-17.

²⁰ CLESER, Vera A. *O lar doméstico: conselhos práticos sobre a boa direcção de uma casa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert & C., 1902, p. 1-2.

²¹ DONA LEOPOLDINA. *Manual da dona de casa*. São Paulo: Companhia Brasil Editora, 1956, p. 19.

receitas de jornais, revistas, livretos de eletrodomésticos e folhetos e rótulos de ingredientes industrializados.

Iracy, que ganhou seu caderno do noivo em 1947, não só fez esse tipo de colagem, anexando a ele imagens de pratos e de cenas de cozinha extraídas de anúncios publicitários, como também editou e transcreveu nas primeiras páginas uma série de reportagens sobre a cozinha ideal publicada pela famosa Helena Sangirardi em sua coluna “Lar doce lar” na revista *O Cruzeiro*²². Sem mencionar a fonte, ela precedeu sua coleção de receitas com esse longo texto e o ilustrou com imagens recortadas de outras publicações, como se estivesse diagramando sua própria coluna em uma revista.

Ao contrário de muitos livros escritos por mulheres e comercialmente publicados de forma anônima – um meio de ocultamento que visava à autoproteção contra críticas ou à precaução diante de familiares conservadores que discordariam dessa atividade –, os cadernos de receitas produzidos no cotidiano sempre levavam suas assinaturas, em letra cursiva e caprichada, na folha de rosto ou no verso da capa. Esta era uma maneira de assegurar a recuperação deles em caso de perda, por exemplo. Mas, antes disso, era também uma forma de registrar propriedade e de requerer reconhecimento: aquele espaço autografado delimitava um domínio pessoal e todo o conteúdo ali criado e arquivado tinha autoria própria, pertencia a alguém, com nome e sobrenome.

Tal conteúdo, como já sugerido, nem sempre incluía apenas receitas. Dois cadernos dentre os analisados continham também poesias copiadas de outros autores e de autoria própria. Na década de 1880, morando em uma fazenda na região de Campinas, Maria Francisca usou o verso da capa para treinar sua caligrafia a bico de pena, desenhando com cuidado as letras maiúsculas do alfabeto. Nas páginas que se seguiram, foi anotando no dia a dia poemas de que gostava e de lavra própria. Eles dividiam as folhas pautadas com receitas de doce de leite e bons-bocados.

Algumas décadas mais tarde, em 1917, Lola Vollet deu início a seu primeiro caderno de receitas recorrendo a um processo similar. Nas páginas, ela intercalava receitas de cocada crespa e rosquinhas e versos: “Dá-me um beijinho; oh bem de mansinho: dê! Um beijo é graça que a mais não passa”. Nesses dois casos, em especial, os cadernos constituíram meios para uma criação literária que se coadunava com a criação culinária. É possível analisar isso de duas formas. Por um lado, a escrita poética pode ter manifestado, ali, a criatividade e os sentimentos de desafogo de uma situação de opressão ligada à escrita culinária, à convencional circunscrição do trabalho das mulheres às cozinhas. Por outro, alinhando-se às já citadas Mariana Vogt Michaelsen e Tânia Regina Oliveira Ramos, pode-se constatar que ambas as expressões, poética e culinária,

²² Os textos transcritos foram publicados originalmente no artigo “Coisas para uma casa”. Cf. *O Cruzeiro*, 16 fev. 1946, p. 72. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

demarcadas nesses cadernos pessoais, permitiam o desenvolvimento da escrita e de encontros “consigo mesma”, construindo, a partir disso, gostos, individualidades e desejos – como o da referida personagem Eurídice Gusmão, em seu íntimo intuito de se tornar autora de um livro de receitas devidamente publicado e comercializado.

Embora não houvesse (ou ainda não tenhamos conseguido acesso a) um manual exclusivo para a escrita ou a utilização de cadernos de receitas, regras tácitas sobre sua produção, seu manuseio e sua circulação foram se sedimentando entre as mulheres. Se não havia um formato fixo a se seguir na anotação das receitas – cada mulher o fazia a seu jeito, em textos corridos ou escritos em tópicos, por exemplo –, certamente existia uma generalizada convenção no que se referia às fontes das receitas compiladas. Elas deveriam ser copiadas da imprensa e do repertório de mulheres próximas, como indicava o manual *Lar feliz*, publicado no Brasil em 1916:

À boa dona de casa nunca deve faltar um livro de receitas culinárias, mas um livro que ella mesma o faça. E que dificuldade haverá n'isso? É bastante que ella vá colando em um caderno as boas receitas que encontrar pelos jornaes e revistas, e que copie aquellas que lhe fornecerem as amigas. Assim cada senhora possuirá um livro de cozinha todo seu, reflectindo seu gôsto. De tal modo é que se formam as grandes quituteiras.²³

Ainda que cada mulher tivesse um “livro de cozinha todo seu”, no momento de se transcrever preparos transmitidos por outras mulheres, havia uma obrigação implícita de se anotar, ao lado dos títulos das receitas alheias, o nome daquelas que as criaram ou as cederam – como “amanteigados da Celeste”, “bolo de fubá de Zulmira” e “pudim de laranja de Maria Rita, Botucatu”, no exemplar de Nhanhã.

No caderno que lhe foi apresentado pelo noivo em 1911, Theodosia reservou algumas páginas para a considerável transcrição de “um caderno da madrinha” e para as “receitas de D. Eulalia Vaz”. Professora de culinária do Instituto Profissional Feminino, Eulalia Vaz (1862-1946) havia publicado, em 1901, *A sciencia no lar moderno*, um livro que, como muitos da época, combinava uma série de receitas às prescrições para os cuidados com a ordem e a limpeza das cozinhas, em um momento em que a ideia de modernização das residências, assim como do espaço urbano, estava embasada em discursos médico-higienistas e na imagem de uma dona de casa que, nessa sociedade medicalizada, tinha a missão de preservar o universo privado das sujeiras, das imoralidades e corrupções públicas²⁴.

²³ LAR FELIZ: Manual de economia doméstica, de jardinagem, de avicultura, etc. para uso de jovens mães e de todos quantos amam seu lar. São Paulo: Livraria Agrícola da Chacara e Quintaes, 1916.

²⁴ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 104.

Em 1918, a publicação chegou à quinta edição²⁵, e sua constante divulgação nos periódicos que circulavam em São Paulo mostra que teve considerável popularidade. Por meio de alguma conhecida ou durante uma de suas estadias na capital, Theodosia, que morava na cidade de Franca, teve acesso ao livro²⁶, mas por algum motivo não o comprou: preferiu emprestá-lo e se dedicar a transcrever, uma a uma, quase todas as receitas do capítulo “Doces”, deixando de lado apenas as versões de Eulalia para o bolo inglês e o pão de ló, que, em seu caderno, já apareciam de outras formas, e a seção “Iguarias”, que abrangia pratos como arroz de forno e feijoadada, ou seja, comidas para almoços e jantares.

A transcrição de um livro em sua quase totalidade dentro de um caderno de receitas revela a proficuidade das práticas de empréstimo e de difusão dessas publicações entre as redes sociais das mulheres. Como já constatou Daniela Magalhães da Silveira, em seu estudo sobre o oitocentista *Jornal das Famílias*, os periódicos femininos não circulavam apenas entre aquelas que tinham dinheiro suficiente para pagar por suas assinaturas: “considerar a leitura em voz alta, algumas formas precárias de letramento e a questão do empréstimo ajuda, de forma mais ampla, a entender a duração, por exemplo, do *Jornal das Famílias* e de *A Estação*”²⁷.

Se os livros publicados eram intercambiados, também o eram os próprios cadernos de receitas. Anna Francisca, a Nhanhã, uma mulher de ascendência negra que nunca se casou, viveu desde a juventude com a família da irmã, Maria Luiza, conhecida como Mariquinha. Madrinha de um de seus sobrinhos, Mário de Andrade, que se tornaria o famoso escritor modernista, Nhanhã vivenciou com eles tempos difíceis entre os anos 1900 e 1910, especialmente quando o cunhado, marido de Mariquinha, morreu subitamente em 1917. Ambas intensificaram, então, o trabalho que já exerciam como doceiras, preparando, em uma cozinha equipada com fogão a lenha e forno de barro no quintal da casa no Largo do Paçandu, encomendas para eventos da sociedade paulistana.

Em seu caderno, iniciado em 1907, Nhanhã anotava receitas de doces e quitandas que preparava para a família e também profissionalmente. Renomada na cidade, assim como sua irmã²⁸, ela preparava famosas receitas que eram tão cobiçadas quanto o caderno que usava para registrá-las. Emprestá-lo parecia ser algo comum, mas, nem sempre, ela podia contar com o cuidado das leitoras. Por isso, em certo momento, passou a anotar na margem superior de algumas páginas

²⁵ VAZ, Eulalia. *A ciência no lar moderno*. São Paulo: s.e., 1918 [1901].

²⁶ Theodosia teve contato com a quarta edição do livro de Eulalia Vaz, publicada em 1912, sem referência à editora.

²⁷ SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *O trabalho feminino no espaço doméstico: gênero e classe no Jornal das Famílias. Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jul./dez. 2015, p. 691.

²⁸ Em depoimento concedido nos anos 1990, Gilda de Mello e Souza, prima de Mário de Andrade viveu com a família entre as décadas de 1930 e 1940, registrou que a tia-avó, Mariquinha, era uma “conceituadíssima doceira, ou talvez a mais da cidade”, dotada de uma fama que entendemos poder se estender à irmã, Nhanhã, com quem trabalhava nas encomendas. Depoimento de Gilda de Mello e Souza sobre Mário de Andrade, ago. 1992 (Acervo IEB/USP).

avisos importantes: “é proibido rasgar folhas” e “cuidado com as folhas!!!”. Em outro ponto, justificou os alertas: “P. S. Faltam cinco paginas que alguém, com preguiça de copiar, rasgou e carregou-as, ignorando-se o fim dellas. Miserere-nobis Valha-nos Santo Anastacio”²⁹.

Como um instrumento de trabalho e um objeto de si, o caderno tinha grande importância para Nhanhã. Era nele que ela registrava seus saberes (e os saberes de outras) e, assim, se via no direito de demonstrar sua indignação com alguém que teve “preguiça de copiar”, isto é, não seguiu as normas tácitas estabelecidas para o empréstimo de publicações femininas. Diante disso, ela teve de criar e registrar uma regra explícita, por meio da qual reivindicava respeito e atenção com a integridade daquilo que ela delimitava como seu e que a constituía, enfim, pessoal e profissionalmente.

Por meio dos cadernos, as mulheres escreviam e produziam a si mesmas, mas também estavam cientes da possibilidade de atingirem um público composto de outras mulheres, da família e da vizinhança. Os cadernos revelam que essas trocas embasavam sua própria existência: eram esperadas e pressupostas por qualquer autora. Além disso, a implícita regra de atribuir autoria às receitas intercambiadas evidencia o orgulho que muitas mulheres tinham não só ao criá-las, mas ao serem solicitadas a cedê-las para outrem. Nem que não fossem nunca preparadas, o fato de estarem registradas fazia com que se transmitissem de mãos em mãos, de geração em geração, por quem quer que manuseasse aquele caderno.

O sentimento de orgulho ao cozinhar era incentivado pelos manuais domésticos. A publicação da fictícia Dona Leopoldina, provavelmente um pseudônimo para uma junta de editores homens ou mulheres responsáveis por compilar os conselhos e as sugestões do manual, requisitava que suas leitoras respondessem a um questionário para se certificarem de que eram boas de dona de casa ou para se aperfeiçoarem em direção a esse ideal. Entre as perguntas, estava lá: “julgam-na as pessoas da família como a melhor ‘cozinheira’ do bairro?”³⁰. Ser afamada por cozinhar bem era, pois, um requisito para ser uma boa dona de casa. Mas o sentimento de orgulho e de reconhecimento pelo trabalho na cozinha, ainda que restrito a um grupo de pessoas dentro do círculo familiar e do espaço do bairro ou da vizinhança, gerava poderes: incitava, por exemplo, a possibilidade de se obter renda a partir dessa “fama”, além de uma autoafirmação que se colocava como reação ou resistência à comum despersonalização da identidade da Mulher, sempre diluída

²⁹ Caderno de receitas de Anna Francisca de Almeida Leite Moraes, iniciado em 1907. (Coleção privada)

³⁰ DONA LEOPOLDINA, op. cit., p. 23.

ou fundida junto ao espaço doméstico, associando-se à família que representava e contrapondo-se à extrema individualização dos homens³¹.

Os cadernos e a interseccionalidade: quem escreve, quem cozinha?

Analisados, aqui, em sua materialidade e em seu conteúdo extra-culinário, os cadernos de receitas, para além de aludirem à submissão das mulheres a um sistema patriarcal, também agenciaram subjetividades e poderes que não podem ser ignorados. Tais poderes, constituídos na domesticidade, expressaram-se de maneira ainda mais marcante entre as próprias mulheres que conviviam nas cozinhas. Fundado em hierarquias de raízes escravocratas, o trabalho doméstico nas casas brasileiras foi, por longo período, realizado por empregadas remuneradas, que executavam as tarefas (em especial, as mais pesadas), e por donas de casa/patroas, que desempenhavam certas funções (como preparar doces e conservas), supervisionavam as demais e também podiam escrever cadernos de receitas.

O simples fato de os cadernos terem sido manuscritos, presumindo também a leitura, indica que eram objetos produzidos por mulheres com algum acesso à educação básica, ou seja, pertencentes a estratos médios e, sobretudo, altos da população. Segundo Susan Besse³², em 1890, apenas 22,1% das mulheres que viviam na cidade de São Paulo sabiam ler e escrever – um número que aumenta para 52,1% em 1920 e só ultrapassa com folga a metade da parcela feminina da capital em 1940 (67,5%). Dois dos exemplares mais antigos aqui abordados pertenceram, de fato, a mulheres brancas e das elites cafeeiras, Maria Francisca e Theodosia, que nasceram e se casaram em fazendas no interior do estado. De ascendência negra e vinda de classes mais baixas, tendo de inclusive trabalhar como doceira nas primeiras décadas do século XX, Nhanhã foi mesmo uma exceção.

A nítida dificuldade de se ter acesso, hoje, a cadernos femininos advém de um apagamento histórico de objetos ligados ao cotidiano das mulheres “comuns”, de forma geral, como afirmou a já antes mencionada Michelle Perrot. Ainda assim, surgem com menos dificuldade exemplares escritos por mulheres brancas e das elites. Isso não significa que mulheres negras e/ou pobres não

³¹ Para Vânia Carneiro de Carvalho, no espaço doméstico, a identidade dos homens seria definida por um movimento “centrípeto”: ao redor deles, os objetos os “buscariam” para qualificar e individualizar sua figura substantiva. De forma diversa, a identidade das mulheres seria constituída de maneira “centrífuga”. Ao compartilharem as características físicas e emocionais a elas associadas com a casa, em especial com os objetos de decoração, as mulheres tenderiam a se camuflar/fundir com o ambiente que as rodeava, em um processo de despersonalização, contraposto ao de extrema individualização dos homens. Cf. CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008, p. 43.

³² BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999, p. 126.

produziam seus próprios cadernos ou que não construíam, de outras formas, seus repertórios culinários, suas subjetividades e resistências. Mas demonstra que o conhecimento e o saber-fazer delas foram ainda menos valorizados do que o das mulheres brancas e/ou ricas, embora tenham sido as fontes anônimas ou ocultas de boa parte dos cadernos e livros de receitas publicados entre os séculos XIX e XX.

Em sua pesquisa sobre livros de culinária comercialmente editados e publicados por três mulheres argentinas entre 1880 e 1920, Paula Caldo chega a uma conclusão importante: membros das elites, essas autoras sabiam escrever e conheciam os trâmites de editoras na época, mas não, necessariamente, detinham o saber culinário. Este pertencia às cozinheiras de ofício, muitas vezes analfabetas, que ditavam seus preparos, enquanto as “senhoras” os escreviam: “el vínculo asimétrico cocinera-escritora operó en la trastienda de esta región del mercado editorial destinada al público femenino. Una asociación escasamente plasmada en la prosa de los textos”³³. Caldo conclui que uma relação de poder operava na produção desses livros, que, em maioria, ocultavam a participação dessas mulheres no processo.

Assim como no contexto argentino, a persistente presença de cozinheiras e empregadas multitarefas nas casas de São Paulo (e em outras partes do Brasil) pode estar registrada nesses cadernos, mesmo que não de forma explícita. Como “objetos de si”, na acepção que procuramos definir e demonstrar neste trabalho, os cadernos agenciaram a construção de subjetividades e de poderes possíveis, nutridos por mulheres “comuns”, que não se destacaram pelo esforço de romper com a ordem vigente, mas que, nem por isso, a consentiram. Por outro lado, no entanto, os próprios cadernos constituíram-se como objetos de um poder quase sempre restrito a mulheres brancas e pertencentes a classes médias e altas da sociedade em São Paulo, pelo menos até meados do século XX. O saber-fazer de mulheres negras e/ou pobres que também atuaram nas cozinhas permaneceu, de modo geral, implícito ou excluído dessas publicações caseiras.

Ao serem analisados em sua materialidade, os cadernos abrem brechas para interpretações que vão além da formação de identidades de gênero, tocando estruturas interseccionais, marcadas pela sobreposição de discriminações por classe social, raça, geração. A interação entre sujeitos e cadernos (e outros objetos de cozinha) produziu, enfim, não apenas um sistema opressivo, mas uma complexa trama de relações de poder e resistência, envolvendo a demarcação e o reforço das diferenças de gênero e das próprias mulheres entre si.

Referências:

³³ CALDO, Paula. *Un cachito de cocinera*. Rosario: Casagrande, 2017, p. 145.

- ABRAHÃO, Elaine Morelli. *História da alimentação: cadernos de receitas e práticas alimentares* (Campinas, 1860-1940). Campinas: Pontes, 2018.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.
- CALDO, Paula. *Un cachito de cocinera*. Rosario: Casagrande, 2017.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política* (Ditos e escritos, V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 142-178.
- LATOUR, Bruno. The Berlin Key or how to words with things. In: GRAVES-BROWN, P. M. *Matter, materiality and Modern culture*. Londres: Routledge, 1991.
- MICHAELSEN, Mariana Vogt; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Ela sabia desaparecer com(o) os pedaços de cebola: mulheres, (in)visibilidades e livros de receitas. *Confluências Culturais*, v. 9, n. 2, p. 9-22, 2020.
- MILLER, Daniel. Extracts from material culture and mass consumption. In: BUCHLI, Victor. *Material culture: critical concepts in the social sciences*. Londres: Routledge, 2004.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.
- PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- SEDLMAYER, Sabrina. Comer o passado como pão de fome: relações entre comida e literatura. *Abril – Nepa/UFF*, v. 6, n. 12, p. 141-152, abr. 2014.
- SILVEIRA, Daniela Magalhães da. O trabalho feminino no espaço doméstico: gênero e classe no Jornal das Famílias. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 689-706, jul./dez. 2015.

SILVEIRA, Juzelia de Moraes; GUIMARÃES, Leda Maria de. Investigando femininos nas receitas do dia a dia. *In: Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas*. Rio de Janeiro: ANPAP, 2012.

THEOPHANO, Janet. *Eat my words: reading women's lives through the cookbooks they wrote*. New York: St. Martin's Press Macmillan, 2003.

Fontes:

Obras impressas

ALMEIDA, Julia Lopes de. *Livro das noivas*. Rio de Janeiro: Typographia Francisco Alves, 1914 [1896], p. 129-130.

BATALHA, Martha. *A vida invisível de Eurídice Gusmão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CLESER, Vera A. *O lar doméstico: conselhos práticos sobre a boa direcção de uma casa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert & C., 1902.

DONA LEOPOLDINA. *Manual da dona de casa*. São Paulo: Companhia Brasil Editora, 1956.

LACERDA, Brazilia Oliveira Franco de. *Dias ensolarados no Paraíso: memórias (1887-1966)*. São Paulo: Chão Editora, 2020.

LAR FELIZ: Manual de economia doméstica, de jardinagem, de avicultura, etc. para uso de jovens mães e de todos quantos amam seu lar. São Paulo: Livraria Agrícola da Chacara e Quintaes, 1916.

TELLES, Lygia Fagundes. *A disciplina do amor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

VAZ, Eulalia. *A sciencia no lar moderno*. São Paulo: s.e., 1918 [1901].

Manuscritos:

ANDRADE, Theodosia Ribeiro de (1892-1977). *Caderno de receitas (1911-?)*. (Acervo Museu Histórico de Franca)

MORAES, Anna Francisca de Almeida (1862-1947). *Caderno de receitas (1907-?)*. (Coleção privada)

SHIMADA, Lola Vollet (1902-1994). *Caderno de receitas (1917-?)*. (Coleção privada)

SOUZA, Iracy de Melo (1923-2007). *Caderno de receitas (1947-?)*. (Coleção privada)

TEIXEIRA, Maria Francisca (1867-1963). *Caderno de receitas (1884-?)*. (Coleção privada)

IV.

*Mulheres,
produção intelectual e história*

Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva: Historiadora?

Elen Biguelini¹

Resumo: Ao longo do século XIX, em Portugal, um número cada vez maior de mulheres passou a escrever como forma de sustento. A obra de Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva (1792-?) é mais um destes textos de autoria feminina do oitocentos que foram esquecidos. Bonnie Smith ao analisar textos de outras mulheres que escreveram história lembra que estes textos eram vistos como amadores. Não seriam consideradas por seus pares de qualquer outra forma que não palavras produzidas para entretenimento de suas autoras, que não teriam o mesmo cuidado que aqueles de autoria masculina. A obra de Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva, no entanto, demonstra que mulheres também tinham interesse na história e se debruçavam sobre fontes e documentos para a escrita de seus textos historiográficos.

Palavras-chave: historiografia; história das mulheres; Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva; século XIX; Portugal.

Abstract: Throughout the XIX century an ever-growing number of women started to use writing as a means of live hood in Portugal. Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva's (1792-?) work is another one of these texts that were presented to the world during the XIX century and then soon forgotten. Her work, mostly poetry, surprises for its historiographic content. Bonnie Smith analyzed the work of history written by women in this period and showed that those texts were viewed by their colleagues as amateur, nothing but words produced as entertainment to their writers and not as carefully written as the work of men. Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva's work shows, however, that women did have interest in history and valued sources and documents in order to write their historiographic papers.

Keywords: historiography; women's history; Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva; XIX century; Portugal.

O século XIX foi um período no qual a historiografia avançou rapidamente. Como interesse de homens estudiosos, a história tornou-se tanto passatempo quanto profissão de diversos homens poderosos em Portugal. Mas as mulheres em sua grande maioria não tinham

¹ Doutora em Altos Estudos pela Universidade de Coimbra, Mestre em Estudos Feministas pela Universidade de Coimbra. Historiadora pela UFPR. Membro do CHSC- UC. Historiadora independente. Lattes <http://lattes.cnpq.br/7901831350406469> elen.biguelini@hotmail.com

acesso aos estudos, fossem os mais básicos possíveis, fossem os universitários. Assim, não era normal que mulheres escrevessem história.

Claramente, elas eram também público leitor de descobertas históricas e textos importantes, quando sabiam ler: ou ainda disfrutavam das descobertas arqueológicas que foram feitas no período, bem como de visitas a castelos e outras edificações e localidades históricas. Tinham acesso a histórias (e estórias) contadas sobre a vida dos reis e outros nobres, ouviam os relatos da bíblia nas missas. Algumas, com uma pouca educação permitida a elas durante o século XIX, tinham acesso a textos de história de seu país e da vida de santos.

Assim, não era um tema completamente alienado da vida feminina. No entanto, também não era uma temática considerada feminina ou apta aos ouvidos das jovens meninas.

Apesar disso, Elen Biguelini fez uma compilação de textos de autoria feminina durante o século XIX e encontrou entre eles alguns textos sobre história, dentre eles a obra de Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva (1792-?) (BIGUELINI, 2017).

Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva, vida

A poetisa nasceu em Lisboa no dia 29 de setembro de 1792². Era filha do capitão Desidério José Mâncio Ribeiro da Silva e de sua esposa Ana Maria da Anunciação Ferreira. Casou-se com António Joaquim de Oliveira Guimarães em 7 de janeiro de 1825³ e desconhece-se quando faleceu.

Seu pai era membro da Legião Lusitana de Junto, ou seja, lutou ao lado dos invasores franceses durante a Invasão Francesa à Portugal. Logo, assim como outros que estiveram neste lado da batalha, foram presos após a expulsão daquela que foi a terceira invasão napoleônica à Portugal.

A autora teve uma vasta obra poética que oscila entre a escrita poética memorialista e a homenagem a figuras de poder militar. Assim, a autora consegue ficar dentre os parâmetros do que era aceito para uma mulher. No entanto, ao escrever uma poesia memorialista acaba por descrever acontecimentos históricos e políticos. Mas não se permitiu parar nestes textos, tendo escrito também o que consideramos uma verdadeira obra de historiografia sobre as guerras napoleônicas, como será visto.

²ANTT, Registo de batismo da freguesia de Lisboa, São Julião. Livro 06-b, fl.49v

³ANTT, Registos de casamento da Freguesia de Lisboa, São Julião. Livro 05-c, fl. 63.

Mulheres no século XIX português

Enquanto o século XVIII representou um avanço na forma como a sociedade observava as mulheres, em especial devido a *Querelle des femmes* e às senhoras que presidiam salões, o século XIX foi um momento de regresso na forma como mulheres eram aceitas pela sociedade. Muitos historiadores discorrem sobre as visões da ciência, da igreja e da jurisdição sobre a feminilidade, que no século XIX colocavam as mulheres em uma posição de subalternidade, subserviência e incapacidade intelectual. Ou seja, os discursos da medicina, igreja e das leis transformavam-nas em seres incapazes, que necessitavam de um homem para tudo.⁴ Não é à toa, então, que muitos textos de autoria feminina sobre a feminilidade reclamavam estas questões, como é o caso de Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges.

Em especial em Portugal, um país fortemente católico e desta forma com homens e mulheres que valorizavam a castidade acima de tudo, a posição social das mulheres era relacionada a sua sexualidade, ou melhor, a sua habilidade de ter filhos. Assim, eram mães, esposas e irmãs. Não cabia a elas serem seres pensantes que discutissem questões relevantes para o país – ainda que durante grande parte da virada entre os séculos XVIII e XIX tivessem rainhas como suas governantes.

Assim, sua educação não demandava conhecimentos superiores àqueles que cabiam a uma senhora, dona de casa e mãe. Isto independia da posição social destas mulheres, visto que isto acontecia tanto para as jovens vendedoras de ostras nas cidades litorâneas, quanto para as mais importantes fidalgas da capital.

Apesar disto, demonstrando justamente que esta inferioridade era existente apenas no imaginário dos homens que comandavam e ou criavam as regras sociais, muitas senhoras tentaram se desvencilhar destas imposições sociais que lhes proibia o conhecimento. Nota-se, no entanto, que esta procura pela educação se deu majoritariamente por figuras femininas de poderio social e econômico superior. Afinal, como teria uma lavadeira a capacidade de estudar, quando nem mesmo a filha do morgado mais próximo tinha acesso as letras?

Em 1878, conforme Rui Cascão, 80% da população portuguesa era analfabeta (CASCÃO, 2011, p. 228). Ainda que muitos jornais tivessem passado a circular ao longo do século XIX, eles eram lido pelas classes mais elevadas da sociedade e, na maioria, por homens. As informações eram passadas em leituras em voz alta em meio aos grupos, por meio de narrações e ou fofocas.

⁴ A historiografia sobre o assunto é vasta, nomeamos aqui a obra de Jean Delumeau, que discorre especialmente sobre o discurso da Igreja (1989). Especificamente sobre as mulheres portuguesas vide a obra das grandes historiadoras portuguesas Irene Vaquinhas (2011) e Maria Antónia Lopes (1989).

Os jornais e periódicos passavam de mão em mão e, para aqueles com acesso à elas, as cartas entre familiares serviam como verdadeiros informativos.

Assim, o conhecimento das letras era extremamente raro entre as mulheres. No entanto, é também o século XIX o momento no qual as escolas femininas (bem como as escolas para crianças do público em geral) começavam a surgir em Portugal. A historiadora Irene Vaquinhas se debruçou extensamente sobre uma escola em específico, localizada próximo a cidade de Coimbra, o Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Nesta instituição jovens eram ensinadas toda uma gama de disciplinas que as transformariam na esposa ideal. Segundo a historiadora “o ensino no Real Colégio Ursulino esforçava-se por inculcar nas raparigas o amor pela religião e pela virtude, pela disciplina e pelos hábitos de trabalho, assim como respeito pelos superiores, de modo a formar ‘verdadeiras mães de família, piedosas e devotas’” (VAQUINHAS, 2011, p. 100). Para isso aprendiam temáticas como cálculos básicos para o cuidado com as despesas do lar, história portuguesa e história religiosa, vulgar (o português coloquial) e costura.

Nota-se, que o ensino da história era restrito aquilo que interferiria diretamente em suas vidas: a história oficial de seu país, incumbindo assim nelas o patriotismo e a serviência a família real; e a história religiosa, ou seja, a história segundo os padrões aceitos por uma ordem religiosa (a ordem das Ursulinas) e segundo a Igreja: a vida de Jesus, de Maria e de outras figuras religiosas.

Aprendiam, sim, a ler e escrever. Mas este aprendizado tinha como objetivo a melhor educação de seus futuros filhos homens, e não a capacidade de se expressar pela língua escrita.

Algumas famílias da alta fidalguia, no entanto, tinham como hábito ensinar suas filhas a ler e escrever. Dentre estas encontra-se a família da ilustre poetisa marquesa de Alorna (1750-1839).

Vagarosamente, no entanto, mais e mais mulheres de elite (e se enfatiza aqui o fato de que são mulheres de uma elite social e econômica) começaram também a escrever. A já citada tese de Elen Biguelini apresenta um grande número de textos e autoras que publicaram em Portugal durante a primeira metade do século XIX, contabilizando um total de 94 nomes femininos relacionados a publicação e ou escrita (BIGUELINI, 2017). Muitas destas com textos únicos ou cartas a periódicos, mas também uma grande percentagem destas como merecedoras do título de autora. Dentre estas àquela aqui tratada.

Historiadoras?

Mas antes de falar da obra de D. Margarida Mância, é preciso compreender a forma como as historiadoras do período eram compreendidas pela sociedade e pela própria historiografia.

Bonnie Smith tem uma interessante obra sobre a forma como a história via o trabalho feminino como precarização e amadorismo. Em *Gênero e História: homens e mulheres e a prática da história*, a autora coloca exemplos de mulheres que produziram história, em especial durante o século em que viveu D. Margarida Mância, mas tiveram seus textos como reduzidos a amadores por uma ciência em crescimento, mas elitista, masculina e branca. Assim, a hegemonia masculina no campo historiográfico não era questionada por mulheres que pesquisavam e escreviam de uma forma diferente. Segundo Bonnie Smith, presas a este campo superficial "as mulheres têm sido vistas como incapazes de alcançar a profundidade necessária para a história ou o autoconhecimento." (SMITH, 2003, p.17). Logo, seus textos são considerados inferiores por aqueles que 'comandam' de certa forma o que é o saber historiográfico.

Para compreender a história feita por Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva é preciso conhecer o quê era a historiografia do século XIX: sem método, feita por juristas, teólogos, banqueiros e burocratas como passatempo. Não tinha um estilo determinado, podendo ser incluso a poesia (SMITH, 2003, p.49 e 50). Assim, a obra desta portuguesa se adequa dentro dos quesitos do que seria história no período. Smith lembra que naquele momento "[o] gênio histórico acarreta necessariamente uma série de emoções, estados psíquicos e sentimentos corpóreos que os historiadores de hoje têm rejeitado na sua bem-exercida busca pelo conhecimento histórico" (SMITH, 2003, p. 55).

Joana Margarida Mância nunca foi chamada de historiadora, mas em suas obras podemos ver todas estas características. Mas, para além disto, é de seu uso de fontes primárias que observamos uma pesquisa historiográfica. Bonnie Smith lembra que o acesso a estas fontes não era dado às mulheres. Não poderiam utilizar os mesmos locais de pesquisa que homens, não teriam permissão para sentarem-se nas pequenas salas de pesquisa individual da Biblioteca Joanina, ou gerir bibliotecas inteiras como fizeram outros historiadores portugueses do XIX. Assim, D. Joana Margarida utilizou-se do que pode na escrita de sua obra.

Segundo Bonnie Smith,

O conhecimento amador era uma rede, um emaranhado de materiais surpreendentemente distintos, que a maioria dessas escritoras batalhava para conseguir dentro de um ambiente que não apenas desprezava o intelecto das mulheres como também tramava para impedir qualquer trabalho intelectual que elas almejavam executar (SMITH, 2003, p. 147).

Assim viviam, como outras autoras do período, em uma posição social ambígua; entre o público e o privado: fugindo de padrões sociais do que era esperado de uma mulher.

É preciso compreender que, assim como na literatura como um todo, "[a] linguagem histórica reproduzia a linguagem de uma masculinidade universalizada- isto é, uma masculinidade

que funcionava acima do reino de contingências, tais como o gênero em si." (SMITH, 2003, p. 300). Ou seja, a historiografia era um campo visto como essencialmente masculino, e àquelas que se aventuravam por ele estavam invadindo, bem como praticando metodologias equivocadas. A ironia de não existir então uma metodologia correta, não pode ser ignorada, pois justamente aquilo que era "feminino" passou a ser visto como inferior, relegando o trabalho destas mulheres a uma camada inferior, que vendia mais, mas que não era considerada parte da ciência da história.

Joana Margarida memorialista

Em toda a obra da autora se pode perceber um tema que, embora não sendo objetivo de sua obra, acaba por ser central em seus textos: a guerra Napoleónica e as Invasões Francesas a Portugal.

A autora começou a escrever cedo, perto dos seus 16 anos. Possivelmente a necessidade familiar após a perda paterna teriam sido a justificativa para tal. Assim, quando publica seu primeiro compilado de poemas, *Obra poetica de D. Joanna Margarida Mancia Ribeiro da Silva, em que descreve a sua vida (1815)* a perda paterna é ainda marcante para sua autora. Nas quadras *‘Em que a Authora descreve a sua vida’*, presentes neste livro, D. Joana Margarida faz uma homenagem a seus pais, ao mesmo tempo que a descrição dos fatos de sua vida, de uma forma rimada.

O texto frequentemente menciona seus pais e o sentimento paterno/materno. Descreve também a forma como o pai foi obrigado a participar na guerra. A autora não menciona para qual exercito seu pai teria sido recrutado, mas o contexto histórico nos permite compreender: ele lutou no exercito de Junot, o invasor francês.

Jean-Andoche Junot, 1º Duque de Abrantes (1771-1813) foi o general francês escolhido por Napoleão para comandar Portugal durante a chamada terceira Invasão Francesa, ou seja, a terceira tentativa do imperador francês de dominar a península ibérica. Foi, também, a invasão final, seguida de mais uma perda francesa e retirada.

A autora menciona a frequência com que seu pai era retirado dos abraços familiares. Sua mãe inclusive opta por o seguir, junto a seus filhos, em uma destas partidas. Não há, no entanto, menção a posição de seu pai no exército francês para além de sentimentos de sua falta. D. Joana Margarida não comenta sobre ter ele lutado à favor dos inimigos portugueses. Junot aparece no texto, mas apenas como o vilão que invadiu Portugal:

190.
Era o Junot em Lisboa,
O que Sylla foi em Roma;

Phalaris na tyrannia,
Na lei igual a Mafoma.

191.
Parece que o sangue humano
Por gosto via correr;
E ao desgraçado povo
Gostava de ouvir gemer. (SILVA, 1815, 39)

Possivelmente, a imagem de ter sido aquele que obrigou seu pai a ser retirado do seio familiar tenha sido um agravante no sentimento hostil da autora para com os franceses em geral – um sentimento comum aos portugueses da primeira metade do século XIX.

Com a ausência paterna e a necessidade causada pelos sete filhos, sua mãe a encaminha para ser educada por uma tia. A jovem sempre foi estudiosa e “desejosa de talento” (SILVA, 1815, p. 16). Lia textos de história e se entretinha com heróis de outrora. Com apenas 12 anos já se descreve como capaz de compreender a real situação de sua família. Assim, aos 16 já publica seu texto com o objetivo de auxiliar sua mãe monetariamente com o tratado com os muitos filhos.

Joana Margarida pesquisadora de história

Mas D. Joana Margarida não era apenas memorialista. Sua obra *Invasão da Rússia, destruição do exercito francez na memorável campanha de 1812. Resumo histórico traduzido livremente, e adicionado com observações e notas extrahidas dos Officios Ministeriais públicos, e colhidos pelo testemunho ocular de pessoas sensatas, e fidedignas* (1817) é o texto que levanta o questionamento. Seria esta senhora uma historiadora ou, no mínimo, uma pesquisadora de história?

Lembra-se que, segundo Bonnie Smith, a escrita histórica permeava o sentimento. Atualmente, relacionar o que um historiador sente ao passado que se analisa é um grande crime para a historiografia em geral. No período, no entanto, era o comum. Assim, por mais que o texto apresente o quê para olhos contemporâneos seria um claro preconceito para com os franceses, bem como um ódio claro a figura de Napoleão, isto era aceitavam em textos de história do período.

Sublinha-se também a data de publicação da obra, 1817, apenas cinco anos após o acontecimento relatado. No entanto, a autora descreve as circunstâncias em uma mistura de relato jornalístico e texto histórico, apesar da proximidade do acontecimento; criando um certo distanciamento entre si e o objeto do texto. Apesar de seu claro interesse pessoal nas Invasões

Francesas em Portugal, a autora não as menciona. O foco são a avareza de Napoleão, que em seu desejo de poder teria matado a seus próprios homens. Esta é a hipótese de sua análise, assim como sua conclusão.

Desta forma, D. Joana Margarida Mância utiliza termos que descrevem esta figura poderosa de forma negativa: Napoleão é “author de tantas, e tão espantosas desgraças”, “cruel invasor”, que tem “cega impetuosidade” e “soberbas esperanças”. Por fim, “o auctor de tantos males”, um verdadeiro “genio do mal” (SILVA, 1817, p. 10, 6, 23, 63, 97 e 110, respectivamente).

Os militares franceses eram apenas outra vítima da vil figura, “os Francezes, victimas em todas as circunstâncias, da cegueira do Chefe, que seu cruelíssimo destino lhes havia dado” (SILVA, 1817, p.26). Enquanto os russos eram os heróis que haviam livrado toda a Europa do “Conquistador”. A cidade de Moscou fora “victima inútil da incommensuravel ambição, e o orgulho” napoleônicos (SILVA, 1817, p. 80).

Mas o texto não é unicamente uma grande forma de descrever a vilania do imperador francês. Pelo contrário, D. Joana Margarida se utiliza de todas as fontes primárias que pode encontrar. Não afirma se teve contato com elas em seu original russo e francês, mas acreditamos que teria traduzido estes textos. De qualquer forma, transcreve completamente alguns destes, enquanto menciona outros.

O livro é a transcrição dos acontecimentos em uma ordem cronológica, adicionada das transcrições e análises de sua autora. Notas de rodapé permeiam toda a obra e, embora a autora não faça citações segundo os modelos atuais, informa os autores das cartas e declarações oficiais, bem como suas datas. Infelizmente não informa quais seriam os jornais que teria tido acesso ou como este acesso foi alcançado, mas considerando que neste período os periódicos viajavam entre as mãos dos intelectuais e de suas redes de academias (MOTA, 2010), não é estranho que ela tenha tido este acesso. Conhecendo também que parte da educação formal de uma jovem menina compreendia a língua francesa (que era tão comum em Portugal a ponto de existirem jornais em francês para o público feminino) e outras jovens senhoras escritoras também conheciam mais de uma língua para além do português chamado vulgar⁵, concebe-se que ela pode realmente ter tido acesso às suas fontes em sua linguagem original.

Suas fontes eram extremamente variadas. Dentre elas encontramos declarações oficiais de gerais e oficiais em ambos os lados da guerra, como por exemplo uma declaração russa de 6 de julho de 1812 (SILVA, 1817, p.11-12) e uma francesa do próprio Bonaparte, de 22 de junho (SILVA, 1817, p. 13-14); cartas de militares relatando os acontecimentos, como por exemplo a

⁵ Nomeadamente Maria Peregrina de Sousa (1809-1894), folhetinista autodidata de francês, inglês e italiano; e Ana Henriqueta Fromment da Mota e Silva (c. 1788-c.1851), que teve uma vasta obra de tradução de originais em diversas línguas.

carta do Conde Platoff ao General Feld de 17 de novembro (SILVA, 1917, p.92); estatísticas as mais variadas: desde o soldo dos militares, até os números de presos, prisioneiros e soldados, óbitos e nascimentos em Moscou, dados geopolíticos desta mesma localidade, e listagens transcritas das funções exercidas pelos prisioneiros de guerra (SILVA, 1817, 108, 55-56, 57-59, 107).

O texto se assemelha, inclusive, a textos historiográficos contemporâneos quanto a sua quantidade de notas de rodapé. A autora explica informações e acontecimentos por meio desta estratégia e apresenta, inclusive, páginas com textos de rodapé mais compridos do que àqueles na página em si.

Assim, pode-se afirmar com certeza que houve, por parte de sua autora, atenção e cuidado com os detalhes na elaboração de sua obra.

Ainda assim, da mesma forma como as obras analisadas por Bonnie Smith, foi considerado por muitos anos um texto amador. Tendo tido possivelmente o mesmo trabalho de pesquisa, porém com pior acesso a fontes primárias, o texto da autora é sim um trabalho historiográfico. Responde-se assim à pergunta criada no título deste texto: Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva: historiadora!

Obras de Joana Margarida Mância Ribeiro da Silva

Collecção Nova de Poesias. Lisboa: Imprensa Régia, 1812-1813.

Composições Poéticas em elogio a sua magestade o Sr. D. Pedro IV. Lisboa: Imprensa Regia, 1826.

Elogio ao Illmo e Ex^{mo} Senbor Wellesley, General Chefe das Tropas Britanicas. Lisboa: Imprensa Regia, 1813.

Invasão da Russia, destroço do exercito francez, na memorável campanha de 1812. Resumo histórico traduzido livremente, e addicionado com observações e notas extrahidas dos Officios Ministeriaes públicos, e colhidos pelo testemunho ocular de pessoas sensatas, e fidedignas. Lisboa: Imprensa Regia, 1817.

Obra poetica de D. Joana Margarida Mancia Ribeiro da Silva, em que descreve a sua vida. Lisboa: Imprensa Regia, 1815.

Poesias Lyricas. Lisboa: Imprensa Régia, 1820.

Poesias Ternas. Lisboa: Imprensa Régia, 1826.

Referências:

Fontes manuscritas:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo de batismo da freguesia de Lisboa, São Julião.
Livro 06-b.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registos de casamento da Freguesia de Lisboa, São Julião. Livro 05-c.

Fontes impressas:

SILVA, Joana Margarida Mância Ribeiro da. Invasão da Rússia, destroço do exercito francez na memorável campanha de 1812. Resumo histórico traduzido livremente, e addicionado com observações e notas extrahidas dos Officios Ministeriais públicos, e colhidos pelo testemunho ocular de pessoas sensatas, e fidedignas. Lisboa: Imprensa Regia, 1817.

SILVA, Joana Margarida Mância Ribeiro da. Obra poetica de D. Joana Margarida Mancia Ribeiro da Silva, em que descreve a sua vida. Lisboa: Impressão Regia, 1815.

Referências:

BIGUELINI, Elen. *Tenho escrevinhado muito'. Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850)*. Tese (doutoramento em Altos Estudos em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

CASCÃO, Rui. O quadro doméstico. In. VAQUINHAS, Irene (coord.) *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

DELUMEAU, Jean. *A história do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989[1978].

LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, Espaço e Sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

MOTA, Isabel Ferrerira da. *Etiqueta e redes académicas nas cortes setecentistas de Portugal e Espanha*. In. *Revista da História das Idéias*. vol 31. Coimbra, 2010.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens e mulheres e a prática da história*. São Paulo: Edusc, 2003.

VAQUINHAS, Irene. *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Julieta Kirkwood e a escrita da História das Mulheres

Iasmin do Prado Gomes¹

Resumo: A seguinte comunicação almeja investigar como as produções de Julieta Kirkwood, a precursora da segunda onda do feminismo chileno, corroboraram para a escrita da História das Mulheres no Chile. Para tal, utilizaremos como fonte a revista católica *Mensaje* e a obra da autora de maior destaque “Ser política no Chile: as feministas e os partidos políticos”, publicada em 1986. Kirkwood foi uma cientista política e socióloga que atuou na construção de organizações feministas no contexto da ditadura militar de Augusto Pinochet. A intelectual socialista entendia que a democracia estava diretamente relacionada à democratização da condição da mulher. Seus estudos refletiram sobre as categorias de gênero e classe na História do Chile e consistiram em grande referência para outras mulheres que encontraram no feminismo um instrumento de resistência ao autoritarismo da estrutura militar.

Palavras-chave: Julieta Kirkwood; Histórias das Mulheres; Feminismo; Mensaje; Chile.

Abstract: The following communication aims to investigate how the productions of Julieta Kirkwood, the precursor of the second wave of Chilean feminism, contributed to the writing of the History of Women in Chile. To do so, we will use as a source the catholic magazine *Mensaje* and the work of the most prominent author “Ser política en Chile: las feministas y los partidos”, published in 1986. Kirkwood was a political scientist and sociologist who worked in the construction of feminist organizations in the context of Augusto Pinochet's military dictatorship. The socialist intellectual understood that democracy was directly related to the democratization of the condition of women. Her studies reflected on the categories of gender and class in the History of Chile and were a great reference for other women who found in feminism an instrument of resistance to the authoritarianism of the military structure.

Keywords: Julieta Kirkwood; History Of Women; Feminism; Mensaje; Chile.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto
Iasminpgomes@hotmail.com

Breve biografia de Julieta Kirkwood

Julieta Kirkwood foi uma cientista política e socióloga, considerada a precursora da segunda onda do feminismo chileno. Nasceu em 1937 em Santiago, Chile, e morreu em 1985, vítima de um câncer. Pertenceu à primeira geração de mulheres que tiveram amplo acesso à educação secundária no país, estudou na Universidade do Chile e atuou em movimentos estudantis. Em 1972, ingressou na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLASCO). Já no início da década de 1980, desenvolveu três trabalhos que constituem em importantes referências da teoria feminista chilena e latino-americana: *Ser política no Chile: as feministas e os partidos políticos*, *Tecendo Rebeldias* e *Feminários*.

O feminismo do qual Kirkwood foi precursora era altamente político e lutou ativamente contra a ditadura militar no Chile. Uma de suas frases mais famosas, “Não há democracia, sem feminismo”, inspirou mulheres que participaram desse movimento e possibilitou que ambas refletissem sobre como o autoritarismo centralizado na figura do líder patriarcal, Augusto Pinochet, se relacionava com a opressão sofrida pelas mulheres nos âmbitos público e privado. Além disso, contribuiu para a fundação de organizações e programas de docência feministas. Entre as instituições que atuou temos: o Círculo de Estudos da Mulher que posteriormente se tornou Casa da Mulher a Morada e Centro de Estudos da Mulher (CEM), o MEMCH83 (Movimento Pró-Emancipação da Mulher Chilena) e o Departamento Feminino da Coordenadora Nacional Sindical. Ademais, escreveu para a revista *Fúria* e para o *Boletim do Círculo de Estudos da Mulher*.

Movimento Feminista Chileno

Como já mencionado, Julieta Kirkwood, corroborou para a construção de organizações feministas. Uma delas foi o Círculo de Estudos da Mulher, criada em 1979, a instituição objetivava construir um programa de docência feminista. O Círculo realizou seminários, debates e encontros e publicou o periódico "Boletim" que ajudava em sua divulgação de ações e saberes feministas. Era subsidiado pela Academia de Humanismo Cristão que foi fundada em 1975 pelo Cardeal Raúl Silva Henríquez e aspirava subsidiar estudos das ciências sociais censurados pelos militares.

Em 1983, a intelectual auxiliou na formação do MEMCH83 (Movimento Pró Emancipação da Mulher Chilena) que propunha um resgate histórico do movimento de mesmo nome fundado em 1935. O MEMCH da década de 1930, conquistou o direito ao voto feminino em 1949 e foi lembrado pelas mulheres componentes de movimentos feministas que lutaram

contra a ditadura militar. O resgate histórico buscava inserir essas organizações coletivas na História do Chile e conceber mulheres como agentes históricos. Julieta defendeu a recuperação da História das Mulheres em “Ser política no Chile: as feministas e os partidos políticos”.

La recuperación de la historia femenina no escrita, desde una perspectiva que asuma su virtual liberación, nos permitirá entender mejor el por qué y el cómo de su opresión y emprender la búsqueda de los significados y los mecanismos de autosustentación de dicha opresión (KIRKWOOD, 1986, p.27).

Também em 1983, ano marcante para a segunda onda do feminismo chileno, foi criado o slogan “Democracia no país e em casa”. Através dele, os movimentos feministas indicaram que a democracia do país e da condição da mulher era algo central em suas reivindicações. Lutar por democracia nas esferas públicas e privadas consistia em entender que os papéis de gênero existentes no âmbito privado se relacionavam com as figuras que ocupavam cargos públicos - em sua maioria, homens cis, brancos, heterossexuais e sem deficiência. Assim, essas sujeitas entenderam que o pessoal era político e discutiram ideias que contribuiriam para o rompimento com a dicotomia público-privado, afinal, ambas as esferas estavam conectadas e não opostas.

O Movimento Feminista Chileno aqui abordado foi dividido em três fases: nos anos iniciais enfatizou a defesa da vida e luta por justiça para com os indivíduos que tiveram os direitos humanos violados pela ditadura militar. Entre fins da década de 1970 e início da de 1980 surgiram os primeiros grupos feministas e encontros de mulheres da América Latina e do Caribe, etapa caracterizada por início de problematizações exclusivamente femininas. Já entre 1982 e 1986, realizou forte mobilização contra a repressão do Estado, ampliou o contato com o feminismo latino-americano e contou com grandes coordenadoras de grupos de mulheres. Como salientado por Sepúlveda (2013), “No es aventurado decir que sus prácticas de resistencia están en la base del proceso de re-democratización vivido en el país.”²

Ser política no Chile: as feministas e os partidos

“Ser política no Chile: as feministas e os partidos” foi publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) em 1982 e reeditado em 1986, um ano após a morte de Julieta Kirkwood. É a primeira obra que compilou os escritos da autora e foi editado novamente

² SEPÚLVEDA, Vanessa. *Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la ditadura de Pinochet (1973-1990)*. Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género N° 8 (Primavera-Verano 2013), p. 98. Disponível em www.uc3m.es/cuadernoskore.

na década de 1990 com o subtítulo *Los nudos de la sabiduría feminista*. O prólogo desses volumes é intitulado *Por qué este libro y el rollo personal*. Nele, a socióloga destacou o sexismo presente nas ciências, a força dos movimentos feministas de seu espaço-tempo e as relações entre movimentos sociais e partidos políticos. Questões que foram mais aprofundadas nos seis capítulos que completaram o livro: A formação da consciência feminista, A mulher no fazer político chileno, Encontro com a história, Triunfo, crises e caída, Tempos difíceis e Tempo de mulheres.

É válido destacar que a estudiosa era socialista e acreditava na relação entre teoria e prática cotidiana, assim como outras mulheres que participaram ativamente do movimento feminista e estabeleceram contatos com partidos políticos socialistas e comunistas. Na obra utilizada como fonte deste trabalho, Kirkwood escreveu que a teorização por si só não seria capaz de eliminar a dominação imposta pelo sistema capitalista e que o processo geral de liberação social acarretaria em novas formas de dominação. Dessa forma, a ação concreta e a organização coletiva seriam essenciais para o enfrentamento das opressões.

El texto da cuenta de las principales líneas de investigación desarrolladas por la autora: la participación política de la mujer, la historia del feminismo en Chile y los problemas de la identidad sexual y de los géneros a través de los sectores sociales. Kirkwood establece en estos artículos los principios del trabajo feminista, considerado como “investigación-acción” cuyos objetivos apuntan tanto a lo mediato (movimientos sociales) como a lo inmediato (teorización, diálogo académico, discusión de problemáticas). Asimismo, trata el conflicto entre la dimensión social y la política del feminismo e intenta definir los límites entre ambas, condición necesaria para dar respuesta al “complejo problema de quién será quien asuma y exprese con legitimidad los ejes de la emancipación” (p.20). (MEMORIA CHILENA).

A autora questionou a dificuldade das ciências sociais, no que diz respeito à, inclusão em suas análises de um problema que era considerado privado - a condição da mulher, o fato de muitos movimentos populares não conseguirem pensar categorias como gênero e a insuficiência da resolução do conflito de classes, no que tange à, eliminação de todos os problemas da sociedade chilena. Além disso, apontou que existiam contradições entre os estudos universais da ciência e da cultura burguesa ocidental e as experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres chilenas. E falou sobre a importância da articulação dos setores sociais emergentes que lutavam por transformação e emancipação política.

Apontar as contradições entre universalidade e particularidade era necessário para o entendimento de histórias não escritas de mulheres e outros distintos setores e classes. Vale lembrar que Julieta elaborou um programa de docência feminista que levou em consideração as categorias de gênero e classe e a materialização da teoria na prática cotidiana. Para a sua concretização, seria imprescindível a formação da consciência feminista e o resgate histórico da

História das Mulheres no Chile. Sobre a primeira, a intelectual disse que existia um vasto tempo entre a denúncia, a tomada de consciência e a elaboração teórica-objetiva da condição de opressão.

Feministas em Mensaje

Fundada em 1951 pelo jesuíta Padre Hurtado, *Mensaje* é uma revista que circula no Chile até os dias atuais e tem como objetivo informar ao leitor uma perspectiva cristã a respeito da realidade nacional e mundial. Foi publicada de maneira mensal e bimestral pelo Centro Bellarmino, criado por Hernán Larraín Acuña, diretor e maior editorialista do impresso de 1959 a 1974, o ano de sua morte. Larraín era padre e membro da Companhia de Jesus, organização da qual Padre Hurtado também fez parte. O periódico apoiou o Primeiro Encontro dos Cristãos pelo Socialismo (CPS), evento que ocorreu em Santiago antes do golpe contra Salvador Allende e defendeu a luta de classes como compromisso cristão. Ao que tudo indica, não foi fechado durante a ditadura militar, o que diz muito sobre os indivíduos envolvidos em sua criação e circulação: personagens de grande influência dentro da Igreja Católica, talvez a única instituição com poder suficiente para confrontar a estrutura militar que sustentava o autoritarismo de Estado. *Mensaje* é um produto da aproximação entre socialismo e Igreja Católica proporcionada pela Teologia da Libertação e a influência da Democracia Cristã na sociedade chilena.

Nesse contexto, intelectuais feministas e socialistas tiveram contato com instituições eclesiais e corroboraram para com as lutas contra a ditadura militar de Augusto Pinochet, seja através de impressos, partidos políticos, manifestações e grupos de formação de consciência. O Círculo de Estudos da Mulher, por exemplo, foi subsidiado pela Academia de Humanismo Cristão e teve um boletim financiado por ele. Receber a tutela de uma instituição forte como a Igreja Católica era uma forma de impedir que essas mulheres fossem jogadas aos “leões da ditadura”. Além da proteção, tal apoio consistiu em uma ferramenta de propagação e potencialização de saberes e pautas feministas.

Os estudos de Julieta Kirkwood e outras intelectuais que atuaram no Círculo e demais espaços de divulgação de teoria feminista possibilitaram que a história do feminismo chileno fosse escrita e que mulheres se entendessem enquanto agentes históricos, fato observado em *Mensaje* a partir de um mapeamento realizado nos números da revista publicados de 1973 a 1990. As autoras presentes no impresso se preocuparam em nomear pensadoras, fundamentar suas discussões teóricas por meio da ciência e materializá-las na prática cotidiana.

No texto “Mulheres em Movimento” de Patricia Verdugo - jornalista com trajetória de luta contra Pinochet e a ditadura militar chilena - foi explicitada a ideia de que “não existe sociedade democrática sem a democratização da condição de mulher” comum aos feminismos da época. O escrito foi publicado na seção “sociedade” da edição de julho de 1986 e teve três páginas. A autora, se preocupou em citar lideranças e organizações feministas e mostrar o empenho de mulheres na defesa dos direitos humanos. Ela destacou a obra “A outra metade do Chile”, organizada por Angélica Meza, a mesma contou com análises e testemunhos de sujeitas que discutiram pautas feministas de seu tempo, entre elas, Ana Vásquez, Claudia Serrano, Elena Caffarena, Isabel Allende e a própria Kirkwood. O título, sinalizava que as mulheres correspondiam à metade do público eleitoral chileno, ou seja, suas diversas formas de atuação e manifestação política não poderiam ser ignoradas. Um dos objetivos do livro era discutir a participação feminina na política durante momentos da história chilena. Meza era jornalista e para esse trabalho também entrevistou três políticos com a finalidade de analisar seus posicionamentos a respeito da inserção feminina em determinados espaços públicos.

É digno de nota que um dos grandes debates das agentes inseridas nos movimentos feministas envolvia a dicotomia feminista-política; era discutido se elas deveriam se filiar aos partidos políticos ou não e se caberia ao feminismo existir como organização autônoma, sem ligação direta com associações de esquerda. Patricia Verdugo, evidenciou muito bem essa discussão em seu texto e para solidificá-la, citou uma frase do prólogo da obra de Angélica Meza onde a autora disse que o feminismo não era divisão. Posteriormente, escreveu sobre como a ditadura militar gerou sofrimento para a grande maioria dos chilenos e caracterizou o governo de Pinochet como “autoritarismo patriarcal”. Ademais, acrescentou que, as mulheres que se identificavam como “políticas” poderiam entender como as denúncias das “feministas” também criticavam as opressões vivenciadas pelos homens. A seguir, a jornalista mostrou como o slogan “Democracia no país e em casa” representava um conjunto de ideias importantes para todo um coletivo.

Y la lucha libertadora tiene una meta que el slogan feminista resume en: “Democracia en el país y en la casa”. Algo así como que la suma de personas democráticas con conductas consecuentes en sus hogares y espacios de trabajo es la única garantía de un país, de una sociedad, en la construcción de una estable real y profunda democracia. Y esto, que podría parecer de perogrullo, está en el nudo central del planteamiento de las mujeres en sus luchas: dejar de disociar el mundo de lo privado con el mundo de lo público (VERDUGO, 1986, p.249, *Mensaje*).

No último tópico do texto, “Presença editorial”, um trecho de “Ser política no Chile: as feministas e os partidos” foi citado e Julieta Kirkwood foi concebida como liderança intelectual do

feminismo chileno mesmo após a sua morte. As palavras destacadas na citação corresponderam à uma breve introdução de Kirkwood sobre a sua obra cujo intuito era realizar uma leitura feminista da História das Mulheres no Chile. A preocupação de Patricia Verdugo em destacar nomes, organizações, dados e livros fomentou a ideia de que a escrita e a prática consistiram em instrumentos de ação para que mulheres existissem publicamente e fossem concebidas como agentes históricos.

Em 1988, “Feminários”, de autoria de Julieta, apareceu em *Mensaje* na seção “livros” e foi divulgado juntamente com outras obras. Uma resenha sobre o impresso foi escrita por Sonia Montecino que pontuou que o mesmo foi dividido em quatro partes: sexo e gênero, feminismo e rebeldia, relação entre a mulher e a história e docência feminista e que a sua estrutura se organizava como um livro de docência sobre o feminismo. Como conclusão, escreveu que Kirkwood foi uma mulher latino-americana que possibilitou que outras mulheres pensassem sobre a sua própria história e cultura.

Já em 1990, ano limite do mapeamento realizado para este trabalho, *Mensaje* publicou na seção “sociedade” da edição de setembro um texto de cinco páginas intitulado “Uma aproximação histórica: sobre a vocação política das mulheres” de Mariana Aylwin. No escrito, a historiadora, analisou a integração de mulheres chilenas na esfera política e a complexa estrutura de poder constituída para que os cargos públicos fossem ocupados por indivíduos pertencentes ao gênero masculino. Além disso, investigou a participação política das chilenas no âmbito político formal e as políticas estatais destinadas às mulheres.

No decorrer do texto, Aylwin trouxe um questionamento sobre o período nomeado por Kirkwood como “Silêncio Feminista”. Segundo a socióloga, esse se iniciou com a pouca expressiva mobilização das feministas chilenas após a conquista do voto feminino em 1959 e terminou em 1973 com a eclosão de movimentos feministas contra a violação aos direitos humanos protagonizada pelos militares. O recorte temporal que compreendeu o fenômeno foi caracterizado por um momento em que os interesses das mulheres estavam restritos aos partidos políticos que, na maioria das vezes, não se importavam com as reivindicações femininas. Para a Mariana Aylwin, a influência das mulheres no interior dos partidos políticos durante o “Silêncio Feminista” ainda era pouco estudada. A autora argumentou que as mulheres militantes realizaram um papel importante nos períodos eleitorais e muito provavelmente foram responsáveis por iniciativas estatais que englobavam mulheres e crianças.

As relações destacadas entre as feministas em *Mensaje* e os escritos de Julieta Kirkwood não foram as únicas existentes no periódico. Neste trabalho, foram abordados textos em que a

intelectual foi diretamente ou indiretamente citada, porém, a investigação realizada localizou semelhanças com as ideias da pensadora em diversas análises escritas por feministas atuantes no impresso. O que não significa que não existiram outras estudiosas que inspiraram as feministas chilenas, muito pelo contrário, como apontado, outras teóricas também foram nomeadas e investigadas. A seguinte comunicação buscou refletir sobre como a liderança intelectual em questão inspirou e proporcionou aberturas para que outras acadêmicas, militantes e feministas atuassem na defesa e valorização da escrita da História das Mulheres no Chile. A recepção do público e do corpo editorial da revista, no que tange, aos textos escritos pelas sujeitas aqui destacadas não foi alvo desse estudo, pois ultrapassa os seus objetivos.

Considerações finais

Nota-se que os escritos e a militância de Julieta Kirkwood foram importantes para a constituição do feminismo chileno enquanto campo de conhecimento das ciências sociais e movimento político caracterizado pela intensa luta por democracia. A sua atuação como acadêmica consiste em contribuição para as teorias feministas e marxistas chilenas e latino-americanas e referência para as pesquisadoras que estudam gênero na atualidade, este trabalho é um exemplo do legado de seus escritos para as demandas do tempo presente.

Segundo Francesca Gargallo (2010), uma das maiores estudiosas dos feminismos da América Latina, Kirkwood é uma das referências da teoria feminista no continente americano por sua originalidade e influência exercida sobre o pensamento feminista de *Nuestra América*. A filósofa também afirmou que intelectuais como Urania Ungo do Panamá e Dora Barrancos da Argentina têm se apoiado na produção teórica da autora “*como un paradigma de la resistencia política feminista a las dictaduras y al patriarcado en América Latina*”³ Assim como influenciou mulheres de seu espaço-tempo, Julieta influencia pesquisadoras, feministas e militantes nos dias atuais, o que solidifica a ideia apontada por Patricia Verdugo em 1986, a acadêmica continua sendo uma líder intelectual mesmo após a sua morte.

É válido ressaltar que em outubro de 2019, teve início no Chile um processo histórico intitulado *Estallido Social* onde diversos setores da sociedade foram para as ruas denunciar o neoliberalismo existente no governo do atual presidente, Sebastián Piñera. Diversos grupos de mulheres estavam na linha de frente das manifestações, entre eles, os compostos por mapuches. Essas mulheres defenderam os direitos de seus povos e a criação de um Estado plurinacional que

³ AQUEA, Cherie. *Marxismo y feminismo – Julieta Kirkwood, una socióloga intrusa en la filosofía chilena a las puertas de integrar el canon de la Filosofía de Liberación Latinoamericana*. Utopía y Praxis Latinoamericana, vol. 24, núm. 85, pp. 164-177, 2019. Disponível em <https://www.redalyc.org/jatsRepo/279/27961112009/html/index.html>.

busque romper com as heranças coloniais presentes no país. Uma das conquistas decorrentes das lutas desses grupos foi a escrita de uma nova Constituição com paridade de gênero, algo que chamou a atenção internacional. A Constituição que vigora no Chile nos dias atuais foi redigida em 1980 por Augusto Pinochet e apresenta traços de seu governo autoritário.

Os movimentos feministas chilenos ocuparam manchetes de jornais do mundo todo com a performance “Un violador en tu camino” e trouxeram à tona debates que conectam o atual contexto de seu país e a ditadura militar iniciada em 1973. Qual o legado de Julieta Kirkwood para esses grupos de mulheres? Quais são as contribuições e limites de suas teorias? A intelectual estudou a História do Chile a partir das categorias de gênero e classe, porém hoje as discussões que envolvem categorias como a de raça também são centrais para a compreensão das histórias de povos que habitam o território conhecido como América Latina.

O apontamento realizado no parágrafo anterior tem como objetivo salientar que assim como toda teoria, a de Julieta apresenta contribuições e limitações para se pensar as organizações de mulheres do tempo presente. Fato que nos permite indagar sobre a importância da heterogeneidade que persiste nos diversos grupos de mulheres que participaram do *Estallido Social* e das temáticas anti-coloniais expostas por acadêmicas como a mapuche, Elisa Loncon, presidenta da Assembleia Constitucional que redigirá a escrita da nova Constituição do Chile. O encontro com a história defendido por Kirkwood em “Ser política no Chile: as feministas e os partidos”, pode se dar de múltiplas formas e através de teorias e práticas de diversas sujeitas que corroboram para a escrita e reescrita da História das Mulheres do Chile a partir de novos conceitos e categorias.

Referências:

AQUEA, Cherie. *Marxismo y feminismo – Julieta Kirkwood, una socióloga intrusa en la filosofía chilena a las puertas de integrar el canon de la Filosofía de Liberación Latinoamericana*. Utopía y Praxis Latinoamericana, vol. 24, núm. 85, pp. 164-177, 2019. Disponível em <https://www.redalyc.org/jatsRepo/279/27961112009/html/index.html>.

LARGO, Eliana. 50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto. 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. Ed.1, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017, pp.99-135.

MARQUES, Gabriela. *As feministas na Igreja Católica: uma análise do Circulo de Estudios de la Mujer na Academia de Humanismo Cristiano do Chile (1979-1983)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de

História – ANPUH, São Paulo, 2011, pp.1-15. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300857132_ARQUIVO_GabrielaMirandaMarquesST56.pdf SEPÚLVEDA, Vanessa. *Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la ditadura de Pinochet (1973-1990)*. Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género N° 8 (Primavera-Verano 2013). Disponível em www.uc3m.es/cuadernoskore.

WOITOWICZ, K. PEDRO. J. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. Ano X, n. 21, 2º. Semestre, 2009, pp. 43-55.

Fontes:

Exemplares de *Mensaje* publicados durante o período de 1973 a 1990 e disponíveis no repositório digital da revista;

“Ser política no Chile: as feministas e os partidos” de Julieta Kirkwood, publicado em 1986 e disponível no site “Memória Chilena”.

Sites:

Círculo de Estudios de la Mujer. Memória Chilena, disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-95075.html>

Julieta Kirkwood y los saberes feministas (1937-1985). Memória Chilena, disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3494.html>

Ser política en Chile: las feministas y los partidos. Memória Chilena, disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-95085.html>

“A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil” e “Mulheres, militância e memória”: Contribuições de duas obras para o rompimento dos silêncios

Paula Ribeiro Ciochetto¹

Resumo: A partir da perspectiva da História das Mulheres, este artigo tem por objetivo discutir as contribuições de duas obras lançadas respectivamente no ano de 1996 e 1997, sobre a atuação e resistência das mulheres militantes de esquerda na luta contra a ditadura civil-militar, instaurada no Brasil a partir do golpe de 1964. Assim, “A Resistência da Mulher à Ditadura Brasileira” e “Mulher, Militância e Memória”, contribuíram para os rompimentos dos silêncios acerca da participação das mulheres naquele contexto.

Palavras-chave: Mulheres; Ditadura Civil-Militar Brasileira; Silêncios, Resistência.

Abstract: From the perspective of Women's History, this article aims to discuss the contributions of two works released respectively in 1996 and 1997, on the performance and resistance of militant women leftist in the struggle against the civil-military dictatorship, established in Brazil after the 1964 coup. Thus, “A Resistência da Mulher à Ditadura Brasileira” and “Mulher, Militância e Memória” contributed to breaking the silences about participation of women in that context.

Keywords: Women; Brazilian Civil-Military Dictatorship; Silences, Resistance.

Introdução

A historiadora Michelle Perrot, na obra “As mulheres ou silêncios da História”, afirma que às mulheres foi reservada a partilha desigual da memória e da História, configurando um oceano de silêncios. O silêncio era considerado comum para o feminino. Assim, elaboraram-se, ao longo do tempo, inúmeras normatizações acerca do corpo e do comportamento feminino.

Subsistem, [...], muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncios, ligado a partilha desigual dos traços, da memória, e ainda mais, da História, este relato que por muito tempo “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento.²

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Bolsista CAPES/DS. E-mail: paulaciochetto@gmail.com.

² PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 09.

Assim, as mulheres foram idealizadas como filhas, esposas, mães, consideradas destinadas a maternidade, devendo estar sob a tutela de um homem, seja o pai, o marido ou o líder religioso. E ainda, deveriam estar confinadas no espaço privado do lar, sendo a esfera pública considerada espaço de ação dos homens. Nesse sentido, as mulheres eram “mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre [...]”.³

No que se refere a escrita da História, esta privilegiava o masculino, invisibilizando as mulheres enquanto sujeitos. Deste modo, a História das Mulheres, que teve seu advento “na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois”,⁴ ampliou o campo de análise historiográfica, inserindo as mulheres como sujeitos da História. Compreendendo-se as mulheres como agentes que tiveram ação ao longo do tempo sobre suas vidas e sobre as sociedades, ainda que em meio as representações e estereótipos. Logo, a escrita da história que tem o masculino como universal passou a ser questionada, assim como as representações, normatizações e silêncios.

A partir deste entendimento, dos silêncios e de seu rompimento, aborda-se duas obras que contribuíram para a visibilidade acerca das mulheres que lutaram contra a ditadura civil-militar vigente no Brasil a partir do golpe de 1964 até o ano de 1985, marcada por sucessivos ditadores e diversos atos institucionais, permeados por tortura, morte, desaparecimentos, exílio, censura, perseguição e espionagem aos opositores. Entende-se que a história da repressão e da resistência à ditadura civil-militar brasileira, também foi primeiramente escrita no masculino, porém, como salienta Ana Maria Colling, “sabemos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização”.⁵

Nesse sentido, pensando as mulheres que lutaram contra a ditadura e pela redemocratização, Colling publicou no ano de 1997, a obra “A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil”, em que questionava:

Como a repressão constrói o sujeito “mulher subversiva”, através de seus discursos? Existe um modelo de “mulher subversiva” para a repressão? Há continuidades em seu discurso (da repressão), aparecendo igual para todas as mulheres, ou efetuaram-se cortes diversos? A “mulher subversiva” aparece como anormalidade, nos discursos da repressão, em relação ao trabalho,

³ Ibid., p. 11.

⁴ Idem. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 19.

⁵ COLLING, Ana Maria. As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: 2004, p. 07.

comportamento, moral, religião, política...? O discurso da repressão em relação a “mulher subversiva” é somente dela ou atinge as demais camadas da sociedade? A questão de gênero perpassa a repressão?⁶

Um ano antes, havia sido publicada outra obra, que também versava sobre as mulheres que resistiram à ditadura civil-militar brasileira. Este é o trabalho da antropóloga Elizabeth Xavier Ferreira, “Mulheres, Militância e Memória”, que teve o objetivo de resgatar a trajetória de vida das militantes.

Ambas pesquisas são frutos de dissertações de Mestrado. A primeira defendida em 1994, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e a outra, em 1996, no Programa de Antropologia Social do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Colling e Ferreira, trazem as mulheres como sujeitos históricos em suas pesquisas. As militantes estavam diametralmente opostas ao ideal de feminilidade construído ao longo dos séculos e perpetuado por religiões e manuais de comportamento. Sendo que os mecanismos de poder pertenciam aos homens, no caso, militares e civis que ocupavam os setores do Governo, comandados pelos ditadores que se sucederam ao longo de 21 anos, e mesmo ao término da ditadura, permaneceu como o masculino.

De acordo com Ferreira, somente por entre aqueles anos, em que ela escreve sua obra, que “a versão oficial sobre aquele momento [...] começa a assimilar a de outros participantes – principalmente a daqueles cuja contribuição para os acontecimentos daquele período é inquestionável”.⁷ A autora continua:

A exclusão dos relatos desses agentes sociais do processo de reconstrução histórica dos 21 anos da ditadura militar aponta claramente para a relação de poder que está sempre em jogo no curso da produção de memória e no da construção histórica. [...] acreditei ser relevante trabalhar com depoimentos de indivíduos que tiveram participação ativa nos acontecimentos, mas que, de certa forma, estão fora da história.⁸

Do mesmo modo, Colling afirma que “muitas dessas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se os silêncios historicamente construídos, já que a história oficial tem sido parcial, silenciando ou escondendo os sujeitos”.⁹ A historiadora aponta que

⁶ Idem. *A resistência da mulher à ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos: 1997, p. 17.

⁷ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 15.

⁸ Ibid.

⁹ COLLING, Ana Maria. Op. Cit., p 10.

muitas pesquisas sobre o período já haviam sido realizadas até aquele momento, porém, “o espaço da mulher dentro dele ainda não foi definido”.¹⁰

Na busca por preencher estas lacunas, ambas se utilizaram de entrevistas com mulheres que haviam sido militantes em organizações clandestinas de esquerda, que lutaram contra a ditadura civil-miliar brasileira, sendo também ex-presas políticas. Colling¹¹ realizou entrevistas de história oral com seis mulheres, e alguns homens pertencentes a partidos e organizações de esquerda, que também haviam sido presos pela polícia da repressão. Além disso, utilizou algumas fontes dos Arquivos da Repressão, provenientes do Departamento do Serviço de Ordem Política e Social (DOPS), do Rio Grande do Sul. Com este conjunto de fontes, procurava demonstrar como se construiu o sujeito político “mulher subversiva”.¹²

Para sua obra Ferreira¹³ realizou entrevistas com treze mulheres, sendo entrevistado também um advogado que defendeu cerca de mil presos políticos, e os pais de uma militante, que “mesmo tendo sido absolvida pela Justiça Militar, acabou morrendo nas mãos da tortura”.¹⁴

Tais fontes de pesquisa possibilitaram o acesso a trajetória dessas mulheres na militância contra a ditadura, evidenciar suas relações com os partidos e organizações de esquerda, a repressão que as atingiu, a prisão, a experiência da clandestinidade, e como retomaram após recuperarem a liberdade.

A partir dos depoimentos, Colling afirma:

A decisão de assumir a militância política em tais organizações expressa a vontade radical das mulheres de se tornarem protagonistas ativas da história. Todos os depoimentos demonstraram que foi um ato de consciência, que superava o simples repúdio à ditadura militar. As mulheres militantes buscavam uma sociedade mais justa.¹⁵

Ainda que compartilhando o mesmo ideal, as militantes apresentavam heterogeneidade em suas experiências. Ferreira aponta que entre as treze mulheres por ela entrevistadas, constava

[...] todas com passado estudantil, embora com diferenciada atuação política neste meio – três eram filhas de empresários, outras duas vinham de família de poucos recursos financeiros, uma morou com a família no meio de camponeses

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

¹³ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

¹⁴ Op. Cit., p. 18.

¹⁵ COLLING, Ana Maria. Op. Cit., p. 49.

e depois em um bairro proletário, enquanto as outras vinham de famílias de classe média.¹⁶

A origem familiar e a classe econômica, segundo a autora marcam a experiência subjetiva dessas mulheres. Colling¹⁷ aponta que dentre as seis mulheres que entrevistou, apenas uma não ingressou na militância através do movimento estudantil, e que este se deu através de uma greve realizada na indústria em que trabalhava, no caso, era uma operária. Nota-se assim, a importância do Movimento Estudantil na vida destas mulheres, sendo um meio de atuação e inserção política e social.

A atuação destas mulheres estava em consonância com o contexto em que viviam, e participavam de organizações e partidos que estavam na clandestinidade e ilegalidade. Nesse sentido:

No campo da esquerda tudo começou com o PCB, até que uma cisão interna deu origem ao PCdoB. Ao mesmo tempo nascia a Ação Popular (AP), de origem cristã, e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) [...]. [...] Partido Operário Revolucionário (PORT). [...]. Tanto a AP como a POLOP receberam militantes oriundos da Ação Católica, Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), reflexo do fortalecimento da esquerda católica dentro do movimento estudantil. Até 1964 a AP elegeu todos os presidentes da União Nacional dos Estudantes.¹⁸

Ressalta-se que alguns destes partidos e organizações foram fundados em período anterior ao do golpe de 1964, e outros estruturados após este momento, incluindo ainda a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Fração Bolchevique Trotskista (FBT), entre outras, para citar as que frequentemente estão presentes nas duas obras. Cabe ainda apontar que muitas dessas organizações e partidos surgiram a partir de dissidências.

Deste modo, considerando a participação das mulheres em diversas organizações e partidos de esquerda, a partir das duas obras em questão, é possível fazer alguns apontamentos sobre alguns aspectos específicos e comuns às duas pesquisas.

Apontamentos sobre prisões, torturas e violências

Considerando o contexto do período, a prisão de acordo com Colling,

¹⁶ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit., p. 69.

¹⁷ COLLING, Ana Maria. Op. Cit.

¹⁸ Ibid., p. 29.

[...] era uma possibilidade permanente para os militantes de esquerda. [...]. Todas as mulheres entrevistadas foram aprisionadas pelos organismos repressivos, o que não quer dizer que todas as mulheres militantes tenham estado na prisão.¹⁹

Do mesmo modo, todas as entrevistadas por Ferreira²⁰ haviam sido presas por motivos políticos. Destaca-se os relatos de práticas de torturas físicas, psicológicas e sexuais. As mulheres entrevistadas pela antropóloga haviam sido presas entre os anos de 1965 e 1979, no DOPS de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. Sendo que Ferreira também adentra na trajetória das mulheres quando foram transferidas para presídios femininos comuns. Das treze entrevistadas, todas sofreram tortura psicológica e doze sofreram tortura física, sendo que duas não estavam engajadas na luta armada nem pertenciam a qualquer organização de esquerda quando foram detidas.

O advogado Modesto da Silveira, que também foi entrevistado pela autora, aponta que “na realidade tratava-se de sequestro, porque eram prisões arbitrárias, clandestinas (na maioria dos casos sem registro) e por tempo conveniente aos interrogatórios, que geralmente acabavam em sessões de tortura”.²¹

O corpo das mulheres era o alvo privilegiado das ações dos agentes do Estado que cometiam a tortura, este era exposto, objetificado, havendo a tentativa de sua desqualificação devido as relações e hierarquias de gênero construídas social e culturalmente, e aquilo que era esperado do comportamento feminino. “É na prisão que vai se estabelecer uma relação direta entre os agentes da repressão e as mulheres. Uma relação direta de poder, baseada no exercício da violência, da tortura e da humilhação, sem qualquer intermediação da lei e do direito”.²²

Em relação as mulheres entrevistadas por Ferreira, cabe destacar: Hercília foi exposta encapuzada e nua como objeto de estudo para práticas de tortura, e afirmou que “o medo de voltar a ser torturada é pior que tudo”.²³ Milena afirmou que “o medo da morte não era seu principal medo (nem, diz ela, da maioria dos presos); o que os apavorava era a possibilidade de mutilação ou de ser tocado em algum ponto frágil ou secreto”.²⁴

¹⁹ Ibid., p. 53.

²⁰ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

²¹ Ibid., p. 145.

²² COLLING, Ana Maria. Op. Cit., p. 78.

²³ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit., p. 145.

²⁴ Ibid., p. 147.

Em relação as entrevistadas por Colling, entre as seis, todas sofreram tortura psicológica, e em duas foram usados métodos físicos. Sendo presas em cidades como Porto Alegre, São Paulo, e no estado da Bahia, entre as décadas de 1960 e 1970. Em relação as mulheres militantes,

Era preciso que se entendesse que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, com virilidade e não com feminilidade. O homem cometia um pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas a mulher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino.²⁵

Assim como as práticas relatadas pelas mulheres entrevistadas por Ferreira, foi recorrente nos depoimentos coletados por Colling²⁶ a afirmação de ameaças de tortura física, de estupro, de prisão e tortura aos familiares. Uma das práticas utilizadas, como apontado anteriormente era a nudez e a vendagem dos olhos, causando anulação da visão e isolamento.

De acordo Colling, as mulheres que foram torturadas, relataram que “uma das piores torturas era a nudez acompanhada da venda nos olhos. Elas lembram, tanto tempo depois, o quanto isso as desestruturava, as fragilizava”.²⁷ Fato que também é resultado dos padrões morais e da socialização a que são submetidos homens e mulheres. Considerando que durante a ditadura civil-militar brasileira ambos passaram por diversas formas de violência e tortura, porém são atingidos em sua subjetividade de formas diferentes, assim como no seu corpo, considerando as hierarquias, papéis e relações de gênero construídas e presentes na sociedade. Logo:

Parece que percebendo a intimidade da mulher, ou recolhendo saberes já colocados na sociedade, a repressão vai agir sobre esse corpo desnudo. Conhecendo esta relação da mulher com sua nudez, o torturador, sempre masculino, sabe que não é preciso tocá-la. Sons, e ruídos, manifestações da presença, frente a mulher desnuda e privada de visão, são suficientes para amedrontá-la e violentá-la.²⁸

Diversos relatos atestam humilhações por serem militantes e mulheres. Colling²⁹ aponta que havia a tentativa de desqualificar a atuação feminina, e segundo uma das entrevistadas, “a repressão ficava perplexa e curiosa em saber que razão leva uma mulher a tomar uma atitude

²⁵ COLLING, Ana Maria. Op. Cit., p. 80.

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid., p. 89.

²⁸ Ibid., p. 90.

²⁹ Ibid.

dessas, de se imiscuir em atividades que não são suas, e a primeira versão é a de que um homem a introduziu neste meio”.³⁰

Com este discurso a repressão buscava ainda retirar o poder de agência e autonomia das militantes, como se estivessem naquele lugar em função de algum homem, e neste sentido a autora aponta que as mulheres também eram acusadas de estarem em busca de homens para se relacionar: “Para a repressão, a mulher militante será definida sempre como ‘a puta comunista’”.³¹ No relato exemplifica-se: “eles usam uma expressão que é constante, eles não usam teu nome, eles usam a expressão ‘puta comunista’”.³² Havia ainda a ideia de que estavam envolvidas na militância por serem lésbicas, evidenciando ainda mais o conservadorismo e preconceitos dos agentes do Estado envolvidos na repressão.

Em relação as entrevistadas por Ferreira,³³ a questão da maternidade foi ressaltada em alguns exemplos, sendo que uma mulher sofreu aborto ao ser torturada, outra foi torturada estando grávida de seis meses, e outra engravidou como resultado de um estupro dentro das instalações da PE no Rio de Janeiro, sofrendo abordo em sequência. Houve o caso ainda da militante que teve os filhos levados para assistir as sessões de tortura em si e no esposo, que também estava preso.

Nesse sentido, entende-se que a repressão sobre as mulheres poderia incidir sobre seu corpo, mas também em seus filhos, mesmo que estes pudessem ainda estar em seu ventre; em sua família, em seu trabalho, em seus companheiros.

Ferreira também afirma:

Várias descrevem a reação de asco que despertavam em seus inquisidores e o conseqüente abuso verbal – sempre referente a sua condição de mulher – a que eram sistematicamente submetidas durante os interrogatórios. Elas estão sempre nas mãos de agente do sexo masculino e sofrem todos os vexames nas mãos de alguém que lhes é diferente. Acontecia, por exemplo, menstruem inesperadamente durante uma sessão de tortura.³⁴

Pode-se entender a menstruação como uma característica orgânica do corpo, mas que naquele contexto poderia demarcar a feminilidade e o discurso construído acerca da fragilidade feminina. Ainda em relação aos abusos sexuais, Ferreira destaca que encontrou várias reações entre as entrevistadas, sendo duas opostas:

³⁰ Ibid., p. 102.

³¹ Ibid., p. 84

³² Ibid., p. 104.

³³ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

³⁴ Ibid., p. 155.

[...] a essa questão temos, de um lado a banalização da experiência – nas palavras de uma delas: “[...] não era nada que água e sabão não pudesse lavar [...]” – e de outro, a revelação de uma radical. Nesse caso, a ex-presa política engravidara, não tendo jamais conseguido pensar em ter um filho depois disso, embora não tenha se tornado estéril; nunca superou o trauma que sofrera.³⁵

A tortura tanto física e psicológica a qual alguém é submetido, produz desdobramentos na vida das pessoas, algumas relataram que sentia mesmo passado o tempo, medo de cometerem suicídio ou da loucura, pois como uma militante afirmou: “a violência sofrida não acaba, ela volta com as lembranças”.³⁶

As relações familiares, clandestinidade, relações afetivas e ser mulher na esquerda

No que se refere as relações familiares, o rompimento poderia se dar em razão do deslocamento para outras regiões do país ou exterior para atividades relacionadas a militância. Por outro lado, poderia haver aproximação, como no caso dos pais que passaram a defender e entender a ação das filhas após sua prisão.

No que se refere a clandestinidade, enquanto experiência comum a mulheres e homens militantes de esquerda, Ferreira³⁷ aponta que ocorria a troca do nome, e criava-se novas redes sociais, em que se evitava ao máximo falar da vida anterior, como medida de proteção a si e aos demais. Nesse sentido pondera:

Um constante processo de redefinição de identidade é uma das características principais do tipo de sociedade que se querem inserir as organizações de esquerda. Entretanto, a forma exacerbada desse processo, nessas circunstâncias, põe em jogo a integridade psíquica e social dos que interagem na clandestinidade. Ao assumirem novos dados de identificação, esses atores não se deslocam de sua biografia anterior, mas, por outro lado, incorporam, em alguma medida, traços do novo perfil. Essa transformação provoca uma radical mudança no status social para a maioria dos militantes clandestinos, exigindo deles uma grande capacidade de adaptação às novas e precárias condições de vida. A própria situação de troca ou de acumulação de “identidades” confere uma outra dimensão ao processo de reconstrução, com efeitos perturbadores sobre a personalidade individual e social desses indivíduos.³⁸

³⁵ Ibid., p. 104.

³⁶ Ibid., p. 180.

³⁷ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

³⁸ Ibid., p. 61.

Assumir nova identidade, era de acordo com Ferreira, um dos ajustes de realidade dos mais insólitos, pois seria “[...] o desaparecimento do ‘mundo legal’, primeiro passo para a desesperada luta pela sobrevivência”.³⁹ As entrevistadas apontaram que na clandestinidade novas redes de sociabilidade foram criadas, e que ela não significava isolamento total.

No que se refere aos relacionamentos afetivos, Colling afirma:

Todas as mulheres entrevistadas estabeleceram relações amorosas com seus companheiros militantes. Este aspecto, [...], decorre da condição de clandestinidade em que ocorria a militância e o relativo isolamento social a que foram submetidas as organizações de esquerda.⁴⁰

Nesse sentido, Ferreira⁴¹ também apontou as questões envolvendo a vida afetiva das militantes, afirmando que para algumas as condições em que viviam não interferiram nas suas relações, tanto sexuais, quanto afetivas; muitas mantiveram relacionamentos estáveis, e algumas casaram, tiveram filhos na clandestinidade e na prisão. Destaca-se uma militante que optou pelo celibato naquele momento de sua vida.

É interessante a visão que as militantes tinham de outras mulheres, sendo que para uma entrevistada:

[...] havia três grupos de mulheres: as da direita, as alienadas e nós, as deusas. Ela identificava estas três posições na universidade. Enquanto algumas mulheres estavam dispostas a lutar contra a ditadura militar, outras apenas buscavam ascensão social, independente do tipo de sociedade.⁴²

A questão estética é evidenciada nas falas das mulheres, afirmando que não expressavam aspectos da feminilidade, aqui entende-se a construção do que seria feminino, pois apresentavam superioridade intelectual, mas por outro lado, outra afirma que as militantes de certa forma, sentiam certa inveja das outras mulheres, por estas ao apresentarem os atributos de feminilidade, chamarem a atenção dos homens. Porém, para as militantes, o cuidado com a aparência não cabia na realidade em que viviam⁴³.

³⁹ Ibid., p. 60.

⁴⁰ COLLING, Ana Maria. Op. Cit., p. 71.

⁴¹ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

⁴² COLLING, Ana Maria. Op. Cit., p. 67.

⁴³ Op. Cit.

Neste aspecto há que se destacar a afirmação: “A inveja ou a rivalidade apontam para uma tese fundamental: a mulher militante negava-se enquanto mulher como forma de ocupar os espaços nas organizações de esquerda que se caracterizavam pelo domínio masculino”.⁴⁴

Seria uma tentativa de assexualização da mulher, com o objetivo de serem vistas somente como militantes, e não mais carregar os atributos considerados, a partir de construções sociais e culturais, como femininos, a exemplo da fragilidade, sensibilidade em detrimento da razão.

Por outro lado, Colling⁴⁵ ao entrevistar homens militantes, aponta que apesar dos esforços das mulheres em serem vistas apenas como militantes e não como militantes mulheres, seus companheiros as viam como mulheres. Exemplo disso, são os relacionamentos estabelecidos.

Sobre a questão da mulher nas organizações, Ferreira afirma que as militantes tinham que além “de provar sua competência individualmente, superar as marcas determinadas por sua posição na estrutura de gênero, cujo hierarquia as aparta da esfera pública”.⁴⁶ Assim uma de suas entrevistadas afirma que havia machismo, mas também havia solidariedade, já outra aponta que a mulher ocupava uma posição de subalterna, e para atingir postos de comando era preciso ser masculinizada.

As entrevistadas por Ferreira apresentam a tentativa de controle das organizações sobre aspectos de suas vidas como namoro, casamento e gravidez, esta que era considerada como um perigo a mais para o grupo. Uma das mulheres teve ordem de fazer aborto, um casal pediu permissão para casar, outra enfrentou a organização e teve dois filhos durante a clandestinidade. Para as militantes entrevistadas, esta postura era conservadora e tradicional, e a autora aponta: “a postura ideológica nem sempre correspondia ao código moral imposto aos membros de organização de esquerda”.⁴⁷

Sobre os padrões morais existentes dentro da esquerda, entende-se:

A sociedade como um todo não vê com bons olhos esta mulher que quebra valores seculares. Os próprios partidos de esquerda onde elas militavam não tinham a preocupação de analisar e resolver as relações de gênero, presentes também dentro das organizações. As próprias mulheres não tinham uma clara compreensão de como deveriam se constituir como sujeitos políticos, porque também não tinham as relações de gênero bem definidas. Daí sua intenção de se assexualizar dentro dos partidos, na sua militância. As organizações de

⁴⁴ Ibid., p. 69.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit., p. 137.

⁴⁷ Ibid., p. 139.

esquerda reproduzem o discurso da sociedade, e, neste discurso, que não incorpora as relações de gênero, há a reprodução do poder masculino.⁴⁸

Em relação ao chamado feminismo de “segunda onda” que adentra no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, reivindicando o fim do patriarcado, o direito ao corpo e ao prazer, lutando pelo direito ao aborto e igualdade salarial, este não está presente nas falas das entrevistadas por Ferreira, e afirmam que “em nenhum momento elas se consideraram engajadas em um movimento revolucionário cuja ação política possivelmente se desdobraria em conquistas feministas, nem buscavam especialmente este resultado”.⁴⁹ Das treze entrevistadas apenas uma afirmou que se sentia frustrada com o comportamento da esquerda em geral “no tocante as relações entre os sexos dentro das organizações e com a postura machista de determinados militantes”.⁵⁰

A partir dos testemunhos, Ferreira percebe que mesmo sendo as questões de gênero também de cunho político, elas não tiveram o mesmo impacto que a situação socioeconômica do país naquele período.

No processo de conscientização política por que passaram, essas mulheres não incluíram de modo objetivo, uma avaliação sobre a condição das mulheres ou sobre o significado, para esta condição, de sua participação na luta armada.⁵¹

Porém, a resistência das mulheres a ditadura civil-militar brasileira, foi fundamental também para que posteriormente se refletisse sobre as relações de gênero em organizações e partidos. O protagonismo feminino contribuiu para o rompimento dos silêncios em múltiplos sentidos.

Considerações Finais

As mulheres entrevistadas pela historiadora Ana Maria Colling e pela antropóloga Elizabeth F. Xavier Ferreira, romperam com o esperado para o comportamento feminino, se inseriram na vida pública, questionando e se opondo a ditadura e tudo o que ela representava. Passaram por rompimentos de laços, clandestinidade, tortura, prisão, exílio. Assim pensar a

⁴⁸ COLLING, Ana Maria. Op. Cit., p. 105-106.

⁴⁹ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit., p. 192.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid.

trajetória de vida das mulheres militantes perpassa por estes aspectos, sendo que houve por parte dos agentes do Estado, a construção da “mulher subversiva”, considerada duplamente desviante.

Destaca-se a partir do exposto, que a repressão age de forma diferente em homens e em mulheres, os efeitos produzidos também são outros e possuem ligação com as relações de gênero. Sobre o corpo feminino, recaiu a repressão, sendo necessário considerar a afirmação constante de que algumas mulheres para serem legitimadas nos grupos de esquerda, passaram por um processo de masculinização, para serem vistas como militantes e não como mulheres, sendo o termo carregado de sentidos.

As obras aqui referidas se fazem de fundamental importância para o compreendermos a atuação das mulheres e sua resistência, assim como a atuação dos agentes do Estado na repressão. Assim, se constituíram como referências para as pesquisas desenvolvidas posteriormente, e continuam sendo fundamentais para quem procura pensar acerca da resistência da mulher à ditadura civil-militar brasileira.

Referências:

COLLING. Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos: 1997.

_____. As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: 2004.

FERREIRA. Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, Militância e Memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PERROT. Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005,

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 19.

V.

Mulheres e política

**Presidentas latino-americanas e a mídia misógina:
Dilma Rousseff e Cristina Kirchner descrevem como foram noticiadas
durante seus respectivos mandatos enquanto chefes de Estado**

Adriana Silvestrini Santos¹

Resumo: A mídia hegemônica brasileira e a argentina utilizaram de seus recursos para desclassificar duas Presidentas latino-americanas, eleitas e reeleitas democraticamente pelo povo. Dilma Rousseff, mandatária do Brasil no período de 2010 a 2016, e Cristina Kirchner governante da Argentina de 2007 a 2015, relataram em livros as experiências desrespeitosas pelas quais passaram em função de notícias e imagens misóginas publicadas na imprensa. Este artigo resgata alguns depoimentos das Presidentas e problematiza as relações de gênero no campo político e midiático. *Sinceramente* (KIRCHNER, 2019) e *Sempre foi sobre nós* (ROUSSEFF, 2021) são as principais referências deste texto, que é fruto das investigações da pesquisa *Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner: enquadramentos de gênero e política nas imagens e manchetes nas capas dos jornais Folha de S. Paulo e Clarín*.

Palavras-chave: Presidentas. Dilma Rousseff. Cristina Kirchner. Mídia. Misoginia.

Abstract: The brazilian and argentine hegemonic media used their resources to disqualify two latin american Presidents, democratically elected and re-elected by the people. Dilma Rousseff, Brazil's ruler from 2010 to 2016, and Cristina Kirchner, Argentina's ruler from 2007 to 2015, reported in books the disrespectful experiences they went through due to misogynists news and images published in the press. This article recovers some of the Presidents' testimonies and discusses gender relations in the political and media field. *Sinceramente* (KIRCHNER, 2019) and *Sempre foi sobre nós* (ROUSSEFF, 2021) are the main references of this text, which is the result of research *Presidents Dilma Rousseff and Cristina Kirchner: gender and political framing in images and headlines on newspaper covers Folha de S. Paulo and Clarín*.

Keywords: Presidents. Dilma Rousseff. Cristina Kirchner. Media. Misogyny.

¹ Mestranda em Divulgação Científica e Cultural do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/IEL/Unicamp). Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: dri.silvestrini@gmail.com

Introdução

Desde o primeiro momento que foram declaradas oficialmente como Presidentas² de suas respectivas nações, Dilma Vana Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner sabiam que ocupar o cargo político mais alto de uma nação – função criada para o exercício dos homens – não seria uma tarefa fácil e por muitas vezes passariam por situações constrangedoras. Cada uma compartilhou essas inquietações em seu primeiro discurso no dia da posse de seu primeiro mandato.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! (ROUSSEFF, 2015)³

Sei que faltam muitas coisas, sei que teremos que corrigir outras. Estou convencida de que o conseguiremos com o esforço e o trabalho de todos os argentinos. Além disso – porque você sabe que a sinceridade é um dos meus atributos – sei que talvez me custe mais porque sou mulher, porque você sempre pode ser uma trabalhadora, pode ser um profissional ou uma mulher de negócios, mas sempre nos custará mais. Estou absolutamente convencida. (KIRCHNER, 2007, tradução nossa)⁴

Dilma Rousseff, mandatária do Brasil no período de 2010 a 2016, e Cristina Kirchner, governante da Argentina de 2007 a 2015, relataram em livros as experiências desrespeitosas pelas quais passaram em função de notícias e imagens misóginas publicadas pelos meios de comunicação de seus respectivos países. Este artigo tem o objetivo de resgatar alguns depoimentos das Presidentas e problematizar as relações de gênero no campo político e midiático. Porém, antes dessa breve análise é fundamental contextualizar o recente caminho que as mulheres no mundo percorreram e ainda o fazem para conquistar o posto de Presidenta de um país, ainda um privilégio para poucas.

² Neste artigo utiliza-se o termo Presidenta. O Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis informa que: Presidenta é o feminino de Presidente; mulher que é chefe de governo de um país de regime presidencialista; mulher que exerce o cargo de Presidente de uma instituição; mulher que preside algo. As nomenclaturas Presidenta, Presidentas ou Presidente sempre serão grafadas em letra maiúscula como sugere a relevância do cargo.

³ Declaração feita por Dilma Rousseff em seu discurso de posse em seu primeiro mandato como Presidenta do Brasil em 1º de janeiro de 2011.

⁴ Texto original: “Sé que faltan muchas cosas, sé que tendremos que corregir otras. Estoy convencida de que lo vamos a poder hacer con el esfuerzo y el trabajo de todos los argentinos. También – porque saben, que la sinceridad es uno de mis datos proverbiales – sé que tal vez me cueste más porque soy mujer, porque siempre se puede ser obrera, se puede ser profesional o empresaria, pero siempre nos va a costar más. Estoy absolutamente convencida”. Declaração feita por Cristina Kirchner em seu discurso de posse em seu primeiro mandato como Presidenta da Argentina em 10 de dezembro de 2007.

A participação delas em espaços de tomadas de decisões políticas é novidade em comparação com os homens. Em 1893 a Nova Zelândia⁵ foi o primeiro país que permitiu a mulher ir às urnas. Nas últimas décadas do século XIX, as europeias e as estadunidenses encabeçaram a luta pela igualdade na participação política por meio do movimento sufragista. Na América Latina a situação era ainda mais complicada. Simone de Beauvoir ao narrar sobre o direito ao voto, considerado a primeira luta feminista, apontou que “os países latinos, como os países orientais, oprimem a mulher pelo rigor dos costumes mais do que pelo rigor das leis”⁶. Os anos posteriores confirmaram a análise de Beauvoir feita no final da década de 40 do século passado. O primeiro país da região a incluir as mulheres no eleitorado foi o Equador (1929). Na sequência vieram Brasil (1932), Argentina (1947) e demais nações do bloco. Somente em 1967 o Paraguai permitiu o voto feminino, sendo o último país da América Latina a reconhecer a paridade política. Ou seja, uma conquista que tem apenas 54 anos. O caso mais tardio em todo o mundo até esse momento são os Emirados Árabes quando somente em 2015 as mulheres conquistaram esse direito⁷.

Com o passar do tempo e dos acontecimentos, as mulheres decidiram que não bastava apenas votar, elas também queriam ser votadas, inclusive para ocupar o cargo de chefe de Estado ou de Governo. Somente na era contemporânea que as mulheres conquistaram o direito de disputar cargos políticos. Em 1940, a russa Khertek Amyrbitovna Anchimaa-Toka, educadora e militante pelo Partido Revolucionário do Povo foi eleita a primeira mulher Presidenta de um país no mundo. Ela governou Tuva – atualmente uma república da federação russa – de 1940 a 1944⁸. Isso significa que há apenas 81 anos uma mulher tornou-se governante de uma nação a nível global.

Trinta e quatro anos depois de uma lacuna considerável, novamente uma mulher chegou à Presidência. Desta vez a América Latina, mais precisamente a Argentina, ganhou destaque no mapa mundial político. María Estela Martínez de Perón, mais conhecida como Isabelita Perón, se tornou a primeira governante de um país latino-americano. Ela era vice na chapa de seu marido, Juan Domingo Perón, eleito Presidente. Com a morte dele, Isabelita assumiu o governo argentino de 1974 a 1976.

No total, até a atualidade, a América Latina já teve 12 Presidentas. Entre os 20 países que pertencem ao bloco, 10 já foram governados por mulheres eleitas ou interinas. A Argentina e a

⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: Almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 297-303.

⁶ BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo, v.1: Os fatos e mitos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016 [1949], p. 183.

⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: Almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 297-303. De todos os países latino-americanos, optei por colocar somente o primeiro e último no qual as mulheres conquistaram o direito ao voto. E os países citados neste artigo.

⁸ ALEXANDER A.C., BOLZENDAHL C., JALALZAI F. *Introduction to Measuring Women's Political Empowerment Across the Globe: Strategies, Challenges, and Future Research*. In: Alexander A., Bolzendahl C., Jalalzai F. (eds) *Measuring Women's Political Empowerment across the Globe*. Gender and Politics. Palgrave Macmillan, Cham (2018, p.p 1-25)

Bolívia tiveram duas mulheres em cada país ocupando o cargo de chefes de Estado. A partir da primeira década do século XXI, as latino-americanas passaram a chamar a atenção no cenário político na América Latina e, conseqüentemente, no mundo. Em um total de 12 anos, de 2006 a 2018, a região teve sempre pelo menos uma mulher como mandatária.

No ano de 2014, especificamente durante os meses de março, abril e maio, quatro Presidentas governaram simultaneamente suas nações. Foram elas: Cristina Kirchner (Argentina), Dilma Rousseff (Brasil), Laura Chinchilla (Costa Rica) e Michelle Bachelet (Chile). O enquadramento de manchetes e imagens proposto pela mídia sobre as mulheres latino-americanas ocupando o cargo político mais alto de seus países justifica o interesse da elaboração da pesquisa *Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner: enquadramentos de gênero e política nas imagens e manchetes nas capas dos jornais Folha de S. Paulo e Clarín*. Esta investigação, em andamento, deu origem a esse artigo. Durante o estudo das Presidentas nos meios de comunicação, me deparei com o termo *violência política sexista*, cunhado por Marlise Matos⁹.

Não há dúvidas de que os homens políticos e/ou presidentes também são alvos de tratamentos humilhantes durante suas candidaturas e seus mandatos. Todavia, nem de longe tal tratamento é comparável com o que tentamos demonstrar que acontece com as mulheres quando elas ocupam cargos políticos. O tipo de violência e de abuso político cometido contra elas aciona, de modo indiscutível, a variável gênero, e o fenômeno evidencia o desejo de sustentação do mandato masculino de dominação da representação política. Seja para desqualificar, menosprezar, humilhar, seja mesmo para tentar eliminar a figura feminina do lugar e do exercício de poder político, o contorno de violência aqui ganha a marca sexista. E isso se dá, justamente, pelo enquadramento estruturalmente patriarcal de nosso jogo político que, invariavelmente, deseja a sustentação do mandato de poder dos homens¹⁰.

Tanto a mídia hegemônica brasileira quanto a argentina utilizaram de seus recursos para desclassificar as Presidentas sul-americanas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, eleitas e reeleitas democraticamente para comandar suas respectivas nações. Elas mesmas relataram os abusos que sofreram da mídia misógina¹¹.

Ao longo dos seis anos que Dilma Rousseff atuou e respondeu como Presidenta do Brasil, muitas capas de jornais e revistas a desrespeitaram como mulher, comparando-a a bruxas e

⁹ MATOS, Marlise. *Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia*. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (org.). *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p.117.

¹⁰ MATOS, Marlise. *Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia*. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (org.). *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p.136.

¹¹ Segundo o Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis, a palavra misoginia é de origem grega e significa: antipatia ou aversão mórbida às mulheres.

históricas. O mesmo aconteceu com Cristina Kirchner em seus oito anos como Presidenta da Argentina. Ser chamada de bipolar e louca pela mídia local era recorrente. Por isso se faz necessário contar, mesmo que de modo muito breve, a história de cada uma delas.

Dilma Rousseff: bruxa e histérica

Filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da fluminense Dilma Jane Coimbra da Silva, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947 na capital mineira Belo Horizonte. Em 2010 foi eleita e em 2014 reeleita Presidenta do Brasil, concorrendo ao cargo como candidata do Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente aos 73 anos, a primeira e única – até esse momento – mulher a governar o Brasil, mora em Porto Alegre, cidade que adotou desde jovem.

Durante o Ensino Médio conheceu o movimento estudantil na capital mineira e integrou a ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista - Política Operária). Na organização, ela encontrou o jornalista Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, com quem se casou em setembro de 1967, mesmo ano em que entrou para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

O decreto do AI-5¹² fez com que Dilma, Claudio e outras(os) companheiras(os) comessem a viver e lutar na clandestinidade. A vida nômade não sustentou o casamento. Em 1969, Dilma conheceu Carlos Franklin Paixão de Araújo, seu segundo marido. No dia 16 de janeiro de 1970, Vanda, Luíza ou Estela – codinomes usados por Dilma na organização – estava cercada pela polícia militar. “Nos 22 dias seguintes, Dilma Rousseff conheceria o inferno da tortura, aonde se chegava cruzando a cancela do DOI-Codi¹³ na rua Tutóia”¹⁴. Dilma foi torturada com palmatória, choques elétricos pelo corpo, xingamentos, fome, frio e abandono. Depois de passar dois anos e dez meses no presídio Tiradentes, na capital paulista, ela voltou para casa aos 25 anos.

Nos anos seguintes Dilma Rousseff se dedicou à campanha de Anistia e ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Ela ocupou os cargos de Secretária da Fazenda e diretora-geral da Câmara Municipal, ambos em Porto Alegre. Com o retorno da democracia no Brasil, ela participou da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto em 1989. No segundo turno, Dilma apoiou o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido

¹² O Ato Institucional nº 5, conhecido como AI-5, foi um decreto emitido pelo governo militar de Artur Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968. O AI-5 é entendido como o marco que inaugurou o período mais sombrio da ditadura brasileira.

¹³ DOI-CODI é uma sigla utilizada para se referir aos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e aos Centros de Operações e Defesa Interna (CODI), órgãos criados no contexto da ditadura militar que vigorou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

¹⁴ AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem – A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011, p. 65.

dos Trabalhadores (PT), que acabou perdendo a eleição para Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Dilma começou a cursar doutorado em Economia no ano de 1998 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas não defendeu sua tese. Ela ocupou, uma vez mais, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Filiou-se ao PT e em 2002 foi convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). No governo Lula, Dilma Rousseff tornou-se ministra de Minas e Energia.

Com a saída de José Dirceu, em 2005, Lula escolheu Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil. No início de 2009, um ano antes de entrar na campanha presidencial, ela iniciou tratamento contra um câncer nos gânglios. No dia 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixou o Governo Federal para se candidatar à Presidência do Brasil. Em 13 de junho, o PT oficializou a candidatura da ex-ministra.

A candidata estreante enfrentou o experiente político José Serra, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em uma campanha eleitoral acirrada, no segundo turno das eleições, em 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff, aos 62 anos, foi eleita a primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos.

Ser a primeira Presidenta do Brasil teve um custo alto. Dilma Rousseff recebeu um dos piores tratamentos públicos, sendo insultada em estádios de futebol lotados na ocasião da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014, além de ter sua imagem em adesivos de apelo sexual que incitavam o crime de estupro. Mesmo assim, Dilma Rousseff venceu de novo nas urnas em 2014. Aécio Neves, do PSDB, foi o adversário inconformado com o resultado das eleições. A partir de então, ele, os outros adversários políticos de Dilma e a mídia hegemônica iniciaram uma caçada contra a Presidenta. Inclusive tentaram emplacar o que ficou conhecido como “terceiro turno”¹⁵ das eleições de 2014.

A conspiração que levou ao golpe sempre dependeu de manipulação de informações pela mídia e de um componente misógino que era acolhido sem questionamento. A rigor, não é exagero dizer que o processo golpista teve início no exato instante – 20h27m53s do dia 26 de outubro de 2014 – em que a Globo News anunciou oficialmente a minha vitória na eleição. Minutos depois, a bancada de jornalistas da emissora já discutia a possibilidade de um impeachment.¹⁶

¹⁵ Ver mais sobre o “terceiro turno” em: JÚNIOR, João Feres; SASSARA, Luna de Oliveira. *O terceiro turno de Dilma Rousseff*. Scielo Brasil, [s. l.], Dezembro 2016.

¹⁶ ROUSSEFF, Dilma. *A misoginia e a manipulação da mídia*. In: D’ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós*. 1ª edição. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021, p.56.

Em 31 de agosto de 2016 ocorreu o golpe parlamentar disfarçado de impeachment¹⁷. Marlise Matos defende o posicionamento de que o impeachment não passou de golpe em pelo menos três grandes vertentes. “Foi um golpe parlamentar; foi um golpe jurídico e constitucional e também foi um golpe midiático”¹⁸. Dito isso, Dilma Rousseff foi afastada definitivamente da Presidência da República em seu segundo mandato.

Cristina Kirchner: bipolar e égua

Nascida em 19 de fevereiro de 1953, na cidade argentina de La Plata, Cristina Fernández de Kirchner foi, aos 54 anos, a primeira Presidenta mulher eleita na história argentina¹⁹. Quatro anos mais tarde, Cristina Kirchner se reelegeu para o cargo com 54,11% dos votos. Nestas duas eleições, Cristina Kirchner representou o partido político Frente para la Victoria (FPV), criado em 2003 a partir de uma coalizão política argentina de orientação peronista.

Na juventude, na Universidad Nacional de la Plata, inicialmente matriculou-se para a carreira de psicóloga, mas poucos meses Cristina Kirchner se transferiu para a área de Direito. Em 1979, obteve o título de advogada. Em março de 1975 se casou com Néstor Kirchner, um militante peronista que conheceu na universidade²⁰.

O casal ativista se mudou para Río Gallegos, cidade de origem dos Kirchner, poucos meses antes do golpe de Estado do general Jorge Videla, em 24 de março de 1976. Na madrugada de 6 de janeiro de 1976, por ordem do Exército, a polícia deteve o casal Kirchner junto a um casal de amigos. Néstor e Cristina ficaram presos por 17 dias. Ele foi levado para a Seccional Primera de Policía e ela para a Seccional Tercera de Policía para Mujeres.

A carreira política de Cristina começou em 1989, ao se eleger como deputada em Santa Cruz. Depois seguiu como legisladora nacional, senadora por Santa Cruz e também por Buenos Aires, primeira-dama de 2003 a 2007 e Presidenta duas vezes, de 2007 a 2011 e de 2011 a 2015.

¹⁷ Dilma Rousseff foi acusada de praticar uma manobra contábil, conhecida como “pedaladas fiscais”, e após investigação não houve comprovação de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo em benefício próprio. Ficou evidente que o processo de impeachment se tratava de uma decisão política: a derrubada da Presidenta.

¹⁸ MATOS, Marlise. *Mídia, Misoginia e Golpe*. 1ª edição. Brasília: FAC-UnB, 2016, p. 220.

¹⁹ Conforme citado na Introdução, a primeira a ocupar o cargo na Argentina foi María Estela Martínez, conhecida como Isabelita Perón, que assumiu a presidência da Argentina de 1974 a 1976 após a morte de seu marido Juan Domingo Perón.

²⁰ Néstor foi presidente da Argentina de 2003 a 2007. A união dele com Cristina durou 35 anos, até o dia 27 de outubro de 2010 com a morte súbita dele.

Em 10 de dezembro de 2019, Cristina, aos 66 anos, foi eleita vice-presidenta da Argentina no atual governo de Alberto Fernández.

No livro *Sinceramente* (2019), no qual Cristina Kirchner escreveu suas memórias e experiências, o quinto capítulo tem como título *Una yegua en el gobierno (2007-2011)*. Na Argentina, *yegua*²¹ (égua, em português) é um termo usado pejorativamente para se referir a uma mulher muito atraente, perversa ou perigosa. Cristina contou que ela recebeu esse apelido dos empresários da agropecuária por conta do conflito em relação a nova resolução sobre as retenções de soja. No início dos anos 1950 o mesmo ocorreu com Eva Perón. Segundo o escritor Tomás Eloy Martínez, os militares se referiam à Evita como “esa mujer” e nos bastidores eles apelavam para apelidos sexistas como “la yegua o la potranca”²².

Mídia misógina brasileira e argentina

Embora sofra influências do modo de operação das imprensas escritas estadunidense e europeia, o jornalismo no Sul Global também apresenta suas particularidades.

As bases do jornalismo sul-americano apresentam características distintas: enquanto nos países de língua espanhola, a imprensa remonta ao período colonial, no Brasil, o desenvolvimento sucedeu a vinda da família imperial portuguesa, em 1808, determinando um caminho de início tardio e marcado por muitas peculiaridades, como o fato de ter prosperado no cenário de uma monarquia cercada por regimes republicanos no resto do continente. Esse contraste não afasta, porém, algumas semelhanças que persistem mesmo no início da segunda década do novo milênio. As relações vitais entre imprensa e poder, especialmente a partir dos movimentos emancipacionistas, perduram, em maior ou menor grau, entre as nações sul-americanas.²³

O que é noticiado pela mídia influencia na construção da agenda pública, ou seja, os assuntos divulgados nos meios de comunicação passam a ocupar os pensamentos dos indivíduos que também vão discuti-los em diferentes espaços, tornando-os assim temas relevantes e merecedores de atenção²⁴.

Foram inúmeras as capas de jornais e revistas do Brasil e da Argentina que evidenciaram a misoginia. A seguir, são apresentadas seis delas com os conteúdos que as equipes jornalísticas

²¹ Yegua: 1. Mujer muy atractiva, exuberante y provocadora. / 2. Mujer malvada, maliciosa, perversa, dañina o peligrosa. (Del esp. yegua: hembra del caballo). Oscar Conde. Diccionario etimológico del lunfardo, Buenos Aires, 2004.

²² MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Santa Evita*. Buenos Aires: Planeta, 1995.

²³ SILVEIRA, Mauro César. *Em busca de uma visão mais abrangente da história do jornalismo e o exemplo argentino do grupo Clarín*. FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.1, n°1, p. 7, 2014.

²⁴ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia: *Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.23.

definiram como relevantes e que mereceram a atenção quando as Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner se tornaram notícias.

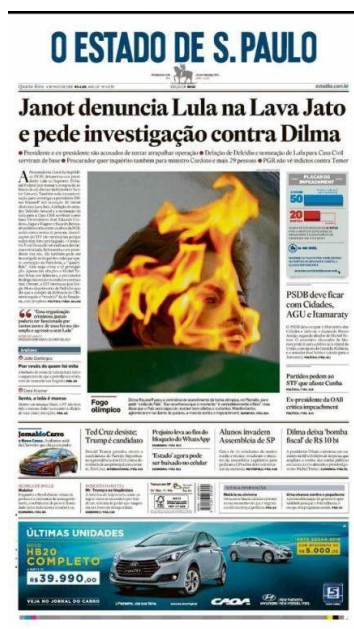


Figura 1 – Capa O Estado de S. Paulo²⁵



Figura 2 – Capa IstoÉ²⁶

A capa do jornal diário O Estado de S. Paulo (Figura 1) de 4 maio de 2016 publicou a foto do rosto da Presidenta em chamas na cerimônia de lançamento da pira olímpica em Brasília.

Uma foto publicada no Estadão, na cerimônia de lançamento da pira olímpica, exhibe uma sobreposição de imagens que cria a ilusão de ótica segundo a qual a minha cabeça estaria em meio a chamas. A imagem fazia lembrar, aos mais atentos, a condenação à que eram submetidas, na Idade Média, as mulheres acusadas de bruxaria por afrontar os dogmas e a servidão feminina impostos por um mundo em que apenas os homens, da aristocracia e do clero, mandavam e tinha direitos.²⁷

A revista semanal IstoÉ (Figura 2) publicou, na sua edição de 06 de abril de 2016, uma reportagem de capa com o título em letras garrafais: “As explosões nervosas da Presidente”.

No caso de outra capa daquela época, da revista IstoÉ, nem era preciso recorrer a analogias históricas para perceber a forte agressão misógina. A revista inventou, da foto de capa à última linha de texto, a acusação de que eu havia me tornado emocionalmente desequilibrada. A imagem da capa era uma fraude para sustentar o insulto: uma foto em que eu gritava, de fato, comemorando em um estádio um gol da seleção brasileira, e que, cortada em close do meu rosto, fazia com que parecesse uma reação histórica de descontrole em outro ambiente.²⁸

²⁵ Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160504-44759-nac-1-pri-a1-not>

²⁶ Fonte: https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/

²⁷ ROUSSEFF, Dilma. *A misoginia e a manipulação da mídia*. In: D’ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós*. 1ª edição. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021, p.58.

²⁸ ROUSSEFF, Dilma. *A misoginia e a manipulação da mídia*. In: D’ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós*. 1ª edição. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021, p.58 e 59.



Figura 3 – Capa do Caderno A Posse Presidente Dilma na Folha de S. Paulo²⁹

As normas da Língua Portuguesa e a manifestação pública de Dilma Rousseff em querer ser chamada no gênero feminino não foram suficientes para o jornal diário Folha de S. Paulo (Figura 3) rever as regras de seu Manual de Redação, que informa aos jornalistas que não é permitido usar a palavra Presidenta³⁰. Portanto, Dilma Rousseff foi e ainda é Presidente para o jornal paulistano.

Ricardo Amaral revelou em seu livro que quinze dias depois da eleição de 2010, o cerimonial do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) consultou Dilma Rousseff sobre a forma de tratamento que ela preferia receber nos convites para a cerimônia de diplomação: Presidente ou Presidenta?

Durante a campanha, Dilma recebeu pareceres de filólogos indicando que as duas formas eram aceitas no idioma português; usar uma ou outra seria uma questão de gosto, ou de costume. João Santana captou em suas pesquisas que a forma feminina causava “um certo estranhamento” entre as pessoas. Disciplinada, Dilma manteve a forma presidente em seu material de propaganda. Mas agora... acabou! A adoção da forma feminina para os convites da diplomação foi o primeiro ato oficial da nova Presidenta da República.³¹

²⁹Fonte: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18530&anchor=5526299&origem=busca&originURL=&pd=45a705b40f4d3a197847103f7b8291f6>

³⁰ Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo, 2018, pág. 146

³¹ AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem – A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011, p. 302.



Figura 4 – Capa Noticias³²

Nos dois mandatos como Presidenta, Cristina Kirchner sofreu violência política sexista por parte dos meios de comunicação e de também das pessoas misóginas. “Bipolar”, “louca”, “histérica”, “puta”, “mulher fatal” foram outros insultos que acompanharam a trajetória da governante. A revista semanal argentina chamada *Noticias de la semana*, mais conhecida como Revista *Noticias* é a com mais incidências de insultos contra Cristina Kirchner. A capa (Figura 4) intitulada *El Goce de Cristina* (O Prazer de Cristina), de 7 de setembro de 2012, diz que ela se mostra cada dia mais despreocupada e sensual.

Muitas vezes penso que todas as ofensas da revista *Noticias* da editora Perfil, cujo dono é Jorge Fontevecchia, talvez correspondam não só a determinações políticas, mas a profundas questões pessoais do próprio Fontevecchia, que muitas vezes me pediu uma reportagem que nunca concordei. A verdade é que naquilo que publicaram foram piores que o Héctor Magnetto, do *Clarín*, porque atacaram diretamente a minha condição de mulher³³. (tradução nossa)

³² Fonte: <https://noticias.perfil.com/noticias/general/2012-09-07-el-goce-de-cristina.phtml>

³³ Texto original: “*Muchas veces pienso que todos los agravios de la revista Noticias de la editorial Perfil, y cuyo dueño es Jorge Fontevecchia, tal vez se corresponden no sólo a determinaciones políticas, sino a profundas cuestiones personales del propio Fontevecchia, quien muchas veces me pidió un reportaje al que nunca accedí. La verdad es que con las cosas que publicaron fueron peores que Héctor Magnetto, de Clarín, porque atacaban directamente mi condición de mujer*”. KIRCHNER, Cristina Fernández de. *Sinceramente*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2019, p.165.



Figura 5 – Capa Noticias³⁴



Figura 6 – Capa Noticias³⁵

Em 12 novembro de 2006, o mesmo periódico já questionava a saúde mental de Cristina. Na capa (Figura 5) a manchete era: “Cristina Kirchner: Você está em tratamento psiquiátrico?”. Em sua autobiografia, a governante revelou que, a partir dessa data, a revista Noticias promoveu violentas e misóginas ofensas contra ela. “Não foi por acaso, foram ataques planejados e sistematizados”³⁶.

Outra capa misógina comentada por Cristina Kirchner é a de julho de 2007 (Figura 6) que trazia como chamada principal “O enigma de Cristina, transtorno bipolar e um novo governo”, sobre a imagem de primeiro plano de seus olhos vidrados. Na época, Cristina Kirchner já sabia que ia ser candidata à Presidência e ela contou que assim que a revista foi para às bancas, Miguel Núñez, porta-voz da Presidência, entrou em seu gabinete com uma expressão perplexa, perguntando se ela já havia visto a capa de Noticias. Cristina Kirchner disse que não e questionou o que havia nela. Núñez respondeu que o periódico dizia que Cristina era bipolar.

Fique tranquilo que não sou bipolar; quem é bipolar é minha irmã. Mas não se preocupe, os bipolares são muito inteligentes. Repare que Newton e Einstein também o eram”, tranquilizei-o e nomeei um monte de gente que também era bipolar. “Minha irmã, que é bipolar, é completamente brilhante e intuitiva; são

³⁴ Fonte: <https://noticias.perfil.com/noticias/politica/2019-05-10-cristina-kirchner-bipolar-nolocala.phtml#lg=1&slide=0>

³⁵ Fonte: http://3.bp.blogspot.com/4qEULkqK8oU/UFNwEgHIOII/AAAAAAAAAV8/prlf1uSPyI8/s1600/Noticias_08.jpg

³⁶ KIRCHNER, Cristina Fernández de. *Sinceramente*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2019, p. 163.

“pessoas muito sensíveis”, eu disse a ele e continuei com o que estava fazendo em meu escritório³⁷. (tradução nossa)

Conclusões finais

Apesar dos progressos das últimas décadas com debates mais consistentes e aceitação da democracia paritária, ainda há muito o que refletir a partir das dimensões de gênero e raça para o avanço na ocupação das mulheres em espaços de poder. Dilma Rousseff e Cristina Kirchner refletiram sobre isso durante e depois de ocuparem o cargo de Presidenta.

A misoginia e, em muitos casos, o machismo truculento contra mim nunca receberam da imprensa a devida repreensão. Com raríssimas exceções, nem das mulheres jornalistas. Aliás, um dos autores da reportagem falsa da IstoÉ foi uma mulher, que era jornalista naquela revista. A escritora Simone de Beauvoir afirmou, com enorme antecedência, que “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos.”³⁸

Enquanto escrevo, penso com dor que, apesar de ter sido a primeira mulher eleita presidente da história, nenhuma voz feminista se levantou para condenar o ataque por causa de minha condição de mulher. Veja, não estou dizendo para defender o governo, nem as políticas, nem qualquer pessoa em particular, mas sim o gênero que foi atacado como tal³⁹. (tradução nossa)

Diante dessas e outras tantas capas de jornais e revistas misóginas, além de outros materiais circulantes como adesivos, memes, charges, panfletos etc., qual mulher se sentiria encorajada em entrar para a carreira política no Brasil e na Argentina? Marlise Matos destaca que “se esse é o tratamento dado à principal figura política do país...é possível então imaginarmos o que, cotidianamente, acontece com as vereadoras, prefeitas, deputadas estaduais ou federais e senadoras eleitas”⁴⁰.

Em 2021, Manuela d’Ávila – ex-vereadora, ex-deputada e candidata à vice-presidência do Brasil em 2018 – organizou uma coletânea de textos escritos por 15 corajosas mulheres, incluindo

³⁷ Texto original: “Quedate tranquilo que no soy bipolar; la que sí es bipolar es mi hermana. Pero no te hagas problema que los bipolares son muy inteligentes. Fijate que Newton y Einstein también lo eran”, lo tranquilicé y le nombré un montón de personas que también eran bipolares. “Mi hermana, que es bipolar, es completamente brillante e intuitiva; son personas muy sensibles”, le dije y continué con lo que estaba haciendo em mi oficina”. KIRCHNER, Cristina Fernández de. *Sinceramente*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2019, p. 163.

³⁸ ROUSSEFF, Dilma. *A misoginia e a manipulação da mídia*. In: D’ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós*. 1ª edição. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021, p.59.

³⁹ Texto original: “Mientras escribo, pienso con dolor que a pesar de haber sido la primera mujer electa presidenta de la historia, no se alzó ninguna voz feminista para condenar el ataque por mi condición de mujer. Ojo, no digo para defender el gobierno, ni a ninguna política, ni a ninguna persona em particular, sino al género que era agredido como tal”. KIRCHNER, Cristina Fernández de. *Sinceramente*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2019, p.166.

⁴⁰ MATOS, Marlise. *Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia*. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (org.). *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p.136.

ela mesma, que compartilharam suas duras experiências como representantes eleitas para um cargo político no Brasil. No livro *Sempre Foi Sobre Nós – Relatos da violência política de gênero no Brasil*⁴¹, o prefácio é assinado por Anielle Franco, ativista e irmã da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), assassinada no dia 14 de março de 2018 na cidade do Rio de Janeiro quando voltava de um debate sobre mulheres negras. Anderson Gomes, motorista de Marielle, também foi vítima de tal brutalidade. Até o fechamento deste artigo os mandantes do crime não foram identificados.

Referências:

- ALEXANDER A.C., BOLZENDAHL C., JALALZAI F. *Introduction to Measuring Women’s Political Empowerment Across the Globe: Strategies, Challenges, and Future Research*. In: Alexander A., Bolzendahl C., Jalalzai F. (eds) *Measuring Women’s Political Empowerment across the Globe*. Gender and Politics. Palgrave Macmillan, Cham (2018, p.p 1-25)
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*, v.1: Os fatos e mitos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016 [1949].
- D’ÁVILA, Manuela (organizadora). *Sempre Foi Sobre Nós – Relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021
- JÚNIOR, João Feres; SASSARA, Luna de Oliveira. *O terceiro turno de Dilma Rousseff*. Scielo Brasil, [s. l.], Dezembro 2016.
- MATOS, Marlise. *Mídia, Misoginia e Golpe*. 1ª edição. Brasília: FAC-UnB, 2016. (págs. 220-232)
- MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Santa Evita*. Buenos Aires: Planeta, 1995.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia: *Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ROUSSEFF, Dilma. *A misoginia e a manipulação da mídia*. In: D’ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós*. 1ª edição. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: Almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 297-303.

⁴¹ D’ÁVILA, Manuela (organizadora). *Sempre Foi Sobre Nós – Relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. O livro traz também depoimentos de Dilma Rousseff sobre a perseguição que ela sofreu da mídia misógina e o caso de assédio sexual sofrido pela deputada estadual Isa Penna (PSOL-SP) pelo então deputado Fernando Cury (Cidadania-SP), que apalpou os seios dela durante uma sessão da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) em dezembro de 2020. Poucos meses após o lançamento da coletânea, no dia 2 de julho de 2021 Manuela d’Ávila, organizadora do livro, tornou público que um pai de um colega de escola de sua filha, tirou uma fotografia da menina e a imagem circulou nos grupos que incentivam ódio nas redes sociais. Desde então, Manuela tem recebido ameaças de estupro contra Laura, de apenas 5 anos, e também, de novo, de assassinato contra ela.

SILVEIRA, Mauro César. *Em busca de uma visão mais abrangente da história do jornalismo e o exemplo argentino do grupo Clarín*. FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.1, nº1, p. 6-23, jan.-jun., 2014.

Fontes:

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem – A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

KIRCHNER, Cristina Fernández de. *Sinceramente*. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2019.

Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo, 2018, pág. 146.

Periódicos:

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo. 2011.

ISTOÉ, São Paulo, 2016.

NOTICIAS DE LA SEMANA, Buenos Aires, 2006, 2007 e 2012.

O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo. 2016

Mulheres, política e representação: uma análise do perfil das deputadas da bancada feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988

Bibiana Terra¹

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o perfil político das deputadas que compuseram a Bancada Feminina durante o último processo constituinte brasileiro, que ocorreu entre 1987 e 1988 e a sua atuação durante os trabalhos da Constituinte. Nas eleições realizadas em novembro de 1986, para a Assembleia Nacional Constituinte, uma das características mais significativas foi o número de mulheres que conseguiram ser eleitas, tendo sido eleitas 26 mulheres para o cargo de deputadas. Assim, essa pesquisa busca apresentar um trabalho de reconstituição histórica, haja vista que investiga o perfil das mulheres que foram eleitas naquele período. Para tanto, é utilizada como metodologia a pesquisa de natureza exploratória, por meio de adoção do método bibliográfico.

Palavras-chave: Feminismo; movimentos feministas; bancada feminina; constituinte de 1988; assembleia constituinte.

Abstract: The present research has as general objective to analyze the political profile of the deputies who made up the Women's Bench during the last Brazilian constituent process, which took place between 1987 and 1988, and their performance during the work of the Constituent Assembly. In the elections held in November 1986 for the National Constituent Assembly, one of the most significant characteristics was the number of women who managed to be elected, with 26 women having been elected to the position of deputies. Thus, this research seeks to present a work of historical reconstruction, as it investigates the profile of women who were elected in that period. Therefore, exploratory research is used as a methodology, through the adoption of the bibliographic method.

Keywords: Feminism; Feminist Movements; Women's bench; 1988 Constituent; Constituent Assembly.

¹ Mestra em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia, pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera - Uniderp. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc Minas). Advogada, professora e pesquisadora. Currículo lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8782214638502017> E-mail para contato: bibianaterra@yahoo.com

Introdução

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e constitui um marco no processo de redemocratização do país². A elaboração da primeira Constituição do Brasil pós-ditadura militar contou com uma expressiva participação da sociedade civil organizada em movimentos sociais, desde a pressão pela abertura de uma nova Assembleia Constituinte até a possibilidade de apresentação de emendas populares e audiências públicas no âmbito das subcomissões temáticas. Dentre esses atores da sociedade civil, um exemplo que se destacou foram os movimentos de mulheres e feministas.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o perfil político das deputadas que compuseram a Bancada Feminina durante o último processo constituinte brasileiro, que ocorreu entre 1987 e 1988 e a sua atuação durante os trabalhos da Constituinte. Nas eleições realizadas, em novembro de 1986, para a Assembleia Nacional Constituinte, uma das características mais significativas foi o número de mulheres que conseguiram ser eleitas. Para a legislatura de 1987-1991, que contava com funções constituintes, de forma inédita no país, foi possível perceber a presença de uma Bancada Feminina.

Foram eleitas, para a Câmara dos Deputados, 26 mulheres, não tendo contado com nenhuma senadora. Assim, elas representavam 5,7% do Congresso e, diante disso, é possível compreender que em 1986 houve um significativo avanço na representação feminina na Câmara dos Deputados.³ Assim, essa pesquisa busca apresentar um trabalho de reconstituição histórica, haja vista que investiga o perfil das mulheres que foram eleitas naquele período. No entanto, a pesquisa não se restringe apenas a apresentar os perfis das deputadas, pois o trabalho ainda busca analisar a participação das mulheres durante aquele período.

A realização do trabalho justifica-se pela importância que é inerente aos estudos que versem quanto a temática da história das mulheres e da igualdade de gênero, bem como pela necessidade de trabalhos que discutam a participação feminina na constituinte frente a questões específicas que lhe são concernentes. Para tanto, é utilizada como metodologia a realização de pesquisa de natureza exploratória, por meio de adoção do método bibliográfico, vez que este diz respeito à parte

² Este artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla e que foi realizada para a dissertação de mestrado “A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: O movimento feminista e a participação das mulheres no processo constituinte de 1987-1988” desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), sob a orientação do professor Dr. Cícero Krupp da Luz, entre o período de fevereiro de 2019 até março de 2021.

³ PINTO. Céli Regina Jardim. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas. In: SAFFIOTI. Heleieth. MUÑOZ-VARGAS. Monica (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília: Unicef, 1994.

dedicada à contextualização teórica do problema e a sua relação com o que já tem sido investigado a seu respeito.

1. A formação da Bancada Feminina para a Assembleia Constituinte e o perfil das suas deputadas eleitas

A partir de intensas mobilizações, e com um alto nível de atuação, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – órgão de representação feminina mais importante durante o período da Assembleia Nacional Constituinte – conseguiu influenciar na composição de uma Bancada Feminina. Apesar de o Brasil ser um país ainda muito conservador no que tange à presença de mulheres na política, no ano de 1986, devido às campanhas realizadas pelo movimento feminista, pelo CNDM e também por diversas mulheres da sociedade civil, o número de mulheres eleitas para o Congresso cresceu consideravelmente, sendo a maior Bancada Feminina já composta na política brasileira até aquele período.⁴ Foram eleitas, para a Câmara dos Deputados, 26 mulheres,⁵ não tendo contado com nenhuma senadora.⁶ Elas representavam 5,7% do Congresso,⁷ a saber:

1. Abigail Feitosa – PMDB/BA
2. Anna Maria Rattes – PMDB/RJ
3. Benedita da Silva – PT/RJ
4. Beth Azize – PSB/AM
5. Beth Mendes – PMDB/SP
6. Cristina Tavares – PSDB/PE
7. Dirce Tutu Quadros – PTB/SP
8. Eunice Michiles – PFL/AM

⁴ TERRA. Bibiana de Paiva Francisco Beraldo Borges de Sant’Ana. *A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: O Movimento Feminista e a Participação das Mulheres no Processo Constituinte de 1987-1988*. 2021. 326p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito Do Sul de Minas. Pouso Alegre, 2021.

⁵ Nas pesquisas realizadas para a dissertação, na análise da formação dessa bancada feminina, foram encontrados registros com diferentes números citados durante os pronunciamentos parlamentares, sendo apontada até a eleição de 29 deputadas constituintes. Isso se dá porque 26 delas foram eleitas como titulares e outras 3 assumiram o mandato durante o período dessa legislatura. No entanto, de modo quase absoluto, entende-se que a bancada feminina foi composta por 26 mulheres. No mais, a presente pesquisa considerou a bancada feminina a partir da lista fornecida pelo site da Câmara dos Deputados e do portal da Constituição Cidadã, que indica a eleição de 26 parlamentares para aquele momento.

⁶ Eva Blay, feminista conhecida, cientista política e militante, foi eleita como primeira suplente do Senador Fernando Henrique Cardoso, tendo assumido o mandato por diversos períodos. Ela foi presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e, durante sua atuação no Senado apresentou vários projetos visando interesses das mulheres. In: COSTA. Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

⁷ PINTO. Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

9. Irma Passoni – PT/SP
10. Lídice da Mata – PCdoB/BA
11. Lúcia Braga – PFL/PB
12. Lúcia Vânia – PMDB/GO
13. Márcia Kubitschek – PMDB/DF
14. Maria de Lourdes Abadia – PFL/DF
15. Maria Lúcia – PMDB/AC
16. Marluce Pinto – PTB/RR
17. Moema São Thiago – PDT/CE
18. Myriam Portella – PDS/PI
19. Raquel Cândido – PFL/RO
20. Raquel Capiberibe – PMDB/AP
21. Rita Camata – PMDB/ES
22. Rita Furtado – PFL/RO
23. Rose de Freitas – PMDB/ES
24. Sadie Hauache – PFL/AM
25. Sandra Cavalcanti – PFL/RJ
26. Wilma Faria Maia – PDS/RN⁸

Diante disso, é possível compreender que em 1986 houve um significativo avanço na representação feminina na Câmara dos Deputados, que passou a contar com 26 representantes.⁹ No entanto, conforme alerta Céli Regina Jardim Pinto, esses dados devem ser analisados com bastante cautela. A autora compreende ser razoável admitir que o avanço da presença das mulheres nas legislaturas seja relacionado com os movimentos feministas, devido às campanhas do CNDM naquele período, no entanto, é preciso compreender que isso não significa que as deputadas eleitas tinham qualquer vínculo com esse movimento ou que elas se identificassem como feministas e defendessem as pautas desses movimentos.¹⁰ Assim, a pesquisa ressalta que afirmar a formação de

⁸ A lista com todas as deputadas da Bancada Feminina da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 pode ser encontrada no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituuintes/copy_of_index.html. Acesso em: 06 mai. 2020.

⁹ Em realidade, foram eleitas 26 parlamentares para a Constituinte, no entanto, apenas 25 deputadas atuaram efetivamente durante os trabalhos da Assembleia, pois uma delas, Beth Mendes, afastou-se como constituinte para assumir o cargo de Secretária da Cultura do Estado de São Paulo, em 1987.

¹⁰ PINTO. Céli Regina Jardim Pinto. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas. In: SAFFIOTTI. Heleieth. MUÑOZ-VARGAS. Monica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília: Unicef, 1994.

uma Bancada Feminina durante a constituinte não significa afirmar que naquele momento havia uma bancada feminista.

Sobre o perfil da Bancada Feminina, dentre as 26 deputadas eleitas, elas representavam 16 Estados do país, entre eles, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Goiás e Distrito Federal – Brasília.¹¹ As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste foram as que mais elegeram mulheres para a Constituinte, contando com 7, 8 e 7 deputadas, respectivamente. Enquanto as regiões Sul e Sudeste, onde o feminismo era mais difundido, levaram apenas 1 e 3 mulheres, respectivamente.¹²

Além da variação geográfica, também é possível observar uma diversificação em termos de legenda partidária. As 26 deputadas constituintes estão distribuídas em nove diferentes partidos políticos. Desse modo, onze delas eram do PMDB; seis do PFL; duas do PT; duas do PDS; e PDT, PSB, PSC, PTB e PCdoB elegeram uma deputada cada um. O PMDB foi o partido que mais elegeu mulheres (42,3% do total das 26 eleitas), em segundo lugar foi o PFL, que conseguiu eleger 6 mulheres (23,1%). Somando esses dois partidos, sozinhos, eles representaram quase dois terços das mulheres eleitas para a Assembleia Nacional Constituinte.¹³

Sendo assim, numa análise partidária, pode-se compreender que os partidos de esquerda, que eram considerados “partidos pequenos”, foram os que mais enviaram mulheres à Constituinte em relação ao conjunto de bancadas. Os partidos PT, PC e PSB tinham 15% de sua composição feminina (ou seja, conseguiram eleger quatro mulheres), o PTB tinha 11% (o que representa que elegeu duas deputadas para sua bancada), o PDT tinha 4% (apenas uma mulher eleita em sua bancada) e o PSB tinha 6% (conseguiu eleger duas mulheres constituintes).¹⁴

Além disso, conforme aponta o perfil biográfico das deputadas constituintes, para a legislatura de 1987-1991, muitas das mulheres eleitas que começaram nos grandes partidos, ou seja, que conseguiram se eleger em uma legenda forte, sem que já tivessem uma carreira política prévia, somente o conseguiram por influência externa. Nesse sentido, elas “foram, de fato, eleitas através do apoio que lhes foi prestado por uma figura masculina com prestígio e influência no campo político”.¹⁵

¹¹ TABAK. Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

¹² PINTO. Céli Regina Jardim Pinto. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas. In: SAFFIOTI. Heleieth. MUÑOZ-VARGAS. Monica (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília: Unicef, 1994.

¹³ TABAK. Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

¹⁴ RODRIGUES. Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

¹⁵ RODRIGUES. Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987. P. 69.

Conforme os perfis das constituintes, pode-se compreender que quatro delas foram eleitas devido às influências de seus maridos. Além delas, duas outras deputadas foram eleitas devido ao nome de seus pais, sendo elas Dirce Tutu Quadros e Marcia Kubitschek, ambas filhas de ex-presidentes da República. As duas mulheres constituintes jamais haviam participado de qualquer movimento social ou de algum tipo de militância partidária, pelo contrário, elas passaram longos anos de suas vidas morando no exterior. Em suas campanhas eleitorais, elas não apresentaram nenhuma plataforma política que pudesse levar à compreensão de que elas tinham algum compromisso com as demandas apresentadas pelo movimento feminista.¹⁶

Diante disso, de modo geral, o recrutamento das mulheres deputadas constituintes se deu de forma clássica, qual seja, através das famílias de políticos, por sua popularidade advinda dos meios de comunicação social, devido ao histórico partidário, entre outras.¹⁷ No entanto, também houve aquelas deputadas que já contavam com fama política própria, resultado de mandatos ou cargos políticos que exerceram anteriormente à constituinte. Entre elas, Sandra Cavalcanti, do PFL, eleita pelo Rio de Janeiro, Ana Maria Rattes, do PMDB, também eleita pelo Rio de Janeiro, e Benedita da Silva, do PT, do mesmo estado. Essas eram mulheres que já exerciam política e, no momento da Assembleia Nacional, já tinham seus nomes considerados como lideranças em suas comunidades.¹⁸

Além disso, nesse total de 26 deputadas eleitas para a Assembleia Nacional Constituinte, apenas algumas se identificavam previamente com as reivindicações do movimento feminista. Algumas delas, inclusive, participavam dele e eram militantes. Isso pode ser considerado como algo novo no Congresso Nacional Brasileiro, considerando que foram eleitas mulheres de diferentes regiões do país e com diferentes ideologias, partidos e posicionamentos políticos diversos.¹⁹ No entanto, apesar de todas as diferenças entre essas mulheres deputadas eleitas – sejam essas de foro pessoal, por região ou partido – esse era um momento até então inédito na história do Brasil, pois essa era a primeira vez em que uma Bancada Feminina era formada no Congresso Nacional. Nesse sentido, a partir das intensas articulações dos movimentos feministas, dos movimentos de mulheres e, principalmente, a partir do CNDM, elas se agrupariam enquanto bancada para desempenhar os seus trabalhos na nova Assembleia Nacional Constituinte que estava então instaurada.

2. A atuação da Bancada Feminina durante os trabalhos da constituinte

¹⁶ TABAK. Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

¹⁷ PINTO. Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹⁸ TABAK. Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

¹⁹ TABAK. Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

A Bancada Feminina, apesar de minoritária dentro da constituinte – elas eram apenas 26 mulheres dentro de um contingente de mais de 500 homens – conseguiu se concentrar, de modo bastante estratégico, nas subcomissões temáticas e, assim, conseguiu chamar atenção para as suas demandas. Diferentes representantes do movimento feminista, bem como dos movimentos de mulheres, além das integrantes do CNDM conseguiram se fazer presentes nesses momentos da ANC e assim garantir que as reivindicações da população feminina fossem consideradas pelos constituintes.²⁰

Conforme analisado anteriormente, a Câmara de Deputados, com mandato de 1987 a 1991, teve como primeira função, logo após a sua posse, a participação junto à Assembleia Nacional Constituinte. Do total dos deputados federais eleitos para aquele pleito, somente 5,7% deles era composto de mulheres, o que resultava em 26 deputadas federais. Esse foi apenas o primeiro dos desafios que o movimento feminista brasileiro teve que enfrentar naquele momento, a baixa representatividade política das mulheres. Outro desafio era a quase inexistência de diálogo das representantes constituintes com o movimento feminista, pois quase nenhuma delas, até então, se identificava com esse movimento ou tinha algum envolvimento com a defesa dos direitos das mulheres.²¹

Assim, é importante destacar que, mesmo com o seu caráter bastante inovador para a época, nem todas as mulheres que compuseram a Bancada Feminina se declaravam feministas. Ainda que seja correto compreender que o movimento feminista, principalmente através do CNDM, tenha influenciado nas eleições de mais mulheres, isso não quer dizer que tenham sido eleitas mais mulheres feministas. Apesar disso, naquele momento, a partir do desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da ANC, as constituintes passaram a ter em comum a noção de um olhar mais progressista em relação às mudanças necessárias para alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O surgimento dessa Bancada Feminina, certamente, não foi algo planejado, tendo ocorrido posteriormente à eleição das mulheres que a compuseram. Isso porque, apesar de elas serem mulheres muito diferentes e não terem qualquer envolvimento anterior com o movimento feminista, durante os trabalhos da constituinte, elas acabaram por se unir. Essa atuação conjunta pode ser compreendida como mérito delas mesmas, bem como daquelas que mobilizavam as pautas feministas na sociedade civil e também do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

²⁰ TERRA. Bibiana de Paiva Francisco Beraldo Borges de Sant’Ana. *A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: O Movimento Feminista e a Participação das Mulheres no Processo Constituinte de 1987-1988*. 2021. 326p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito Do Sul de Minas. Pouso Alegre, 2021.

²¹ TERRA. Bibiana de Paiva Francisco Beraldo Borges de Sant’Ana. *A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: O Movimento Feminista e a Participação das Mulheres no Processo Constituinte de 1987-1988*. 2021. 326p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito Do Sul de Minas. Pouso Alegre, 2021.

Todos eles foram fundamentais para que passasse a haver uma ação conjunta da Bancada Feminina.²²

Foi justamente por elas serem minoritárias em um ambiente eminentemente masculino que surgiu uma identidade comum na sua atuação política. E essa identidade foi fundamental para que elas atuassem conjuntamente no período da constituinte, tendo sido importante para ampliar a efetividade da sua atuação. Assim, pelo menos nas temáticas mais gerais, compreendidas como pautas comuns, elas conseguiriam atuar conjuntamente, mesmo com suas diferenças ideológicas e partidárias.²³

A despeito da heterogeneidade de suas origens geográficas, de suas ideologias político-partidárias, de suas formações profissionais e de suas motivações – pois, conforme foi analisado, elas eram mulheres muito diferentes – as deputadas constituintes que compunham a Bancada Feminina lograram êxito em unir-se em torno de um esforço de maior importância naquele momento específico: a luta contra a discriminação e o reconhecimento dos direitos sociais das mulheres brasileiras, especialmente o direito à igualdade, perante a lei, entre homens e mulheres.²⁴

Os movimentos feministas brasileiros, no período da constituinte, enquanto ator social interessado na redemocratização do país e, mais que isto, enquanto movimento comprometido com a ampliação da cidadania das mulheres brasileiras, compreendeu e decidiu, levando em conta o momento histórico em que elas viviam, e consciente de sua responsabilidade e capacidade mobilizadora, conforme é possível compreender a partir de sua atuação durante a campanha Mulher e Constituinte, articular esforços para inscrever não apenas nas páginas da história do Brasil, mas do próprio texto constitucional brasileiro, as demandas específicas das mulheres, convertidas em direitos constitucionais.

Naquela época, “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher” era um dos *slogans* que protagonizava as faixas, panfletos, cartas, cartazes, jornais feministas e reuniões de grupos de mulheres e feministas que, através da campanha “Mulher e Constituinte”, articulada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, desde 1986, tinha como seu principal objetivo mostrar que a mobilização das mulheres brasileiras era fundamental para o período de redemocratização do país e para a ampliação e garantia constitucional de seus direitos e de sua cidadania. Esse era o momento

²² TERRA. Bibiana de Paiva Francisco Beraldo Borges de Sant’Ana. *A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: O Movimento Feminista e a Participação das Mulheres no Processo Constituinte de 1987-1988*. 2021. 326p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito Do Sul de Minas. Pouso Alegre, 2021.

²³ BIROLI. Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

²⁴ TERRA. Bibiana de Paiva Francisco Beraldo Borges de Sant’Ana. *A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: O Movimento Feminista e a Participação das Mulheres no Processo Constituinte de 1987-1988*. 2021. 326p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito Do Sul de Minas. Pouso Alegre, 2021.

que o movimento feminista tinha para imprimir a sua marca no novo texto constitucional que passava a ser redigido.²⁵

Esse foi um período em que o movimento feminista trabalhou intensamente na defesa dos direitos das mulheres. Suas articulações se evidenciam, por exemplo, pelas atividades dos grupos de reflexão e conscientização, diversas campanhas em prol da eleição de constituintes mulheres, campanhas em defesa da inserção dos direitos das mulheres no novo texto constitucional, promovidas pelos grupos de mulheres, movimentos e CNDM, e pela articulação e participação coesa nos mais variados momentos da constituinte, a exemplo das audiências públicas nas subcomissões temáticas, coleta de assinaturas, defesa de emendas populares, entre outras.²⁶

Essa estratégia de abordagem e de convencimento dos parlamentares constituintes acabou ficando nacionalmente conhecida como “*Lobby do Batom*”, e este pode ser compreendido como um movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária em que os direitos das mulheres estivessem constitucionalmente resguardados.²⁷

Sendo assim, apesar de esse termo ter sido cunhado com o objetivo de menosprezar o trabalho desempenhado pelas mulheres no Congresso, o próprio movimento acabou por apropriar-se do título, usando-o a seu favor e transformando em algo que desse visibilidade política. A união desse grupo em torno da aprovação de suas demandas fez do “*Lobby do Batom*” um dos grupos mais bem articulados dentro da Assembleia Nacional, onde a desigualdade de gênero impôs uma presença constante das mulheres nas discussões constituintes e uma grande pressão sobre os congressistas pela incorporação das demandas contidas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.

O “*Lobby do Batom*” acabou por se constituir em um intenso movimento de sensibilização dos deputados e senadores constituintes acerca da importância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade guiada por um texto constitucional que fosse verdadeiramente democrático. Houve, naquele momento, um amplo trabalho do movimento feminista, representado sobretudo pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com as

²⁵ LUZ. Cícero Krupp da. TERRA. Bibiana de Paiva. "Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher": A participação do movimento feminista no processo constituinte de 1987 e 1988. In: Carla Rosane da Silva Tavares Alves, João Pedro de Carvalho Silvello, Nariel Diotto, Roana Funke Goularte, Solange Beatriz Billig Garcês. (Orgs.). *Pesquisa e Sociedade: Linguagens e Práticas Contemporâneas*. Cruz Alta: Editora Ilustração, 2021.

²⁶ LUZ. Cícero Krupp da. TERRA. Bibiana de Paiva. "Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher": A participação do movimento feminista no processo constituinte de 1987 e 1988. In: Carla Rosane da Silva Tavares Alves, João Pedro de Carvalho Silvello, Nariel Diotto, Roana Funke Goularte, Solange Beatriz Billig Garcês. (Orgs.). *Pesquisa e Sociedade: Linguagens e Práticas Contemporâneas*. Cruz Alta: Editora Ilustração, 2021.

²⁷ PITANGUY. Jacqueline. *As mulheres e a Constituição de 1988*. Disponível em: <http://cepia.org.br/wp-content/uploads/2017/11/nov089.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

deputadas constituintes, para a organização e articulação das demandas a serem propostas e votadas na Assembleia Constituinte. Esta foi uma atuação extremamente nova para a época, já que foi a primeira vez na história brasileira em que foi criado um grupo suprapartidário de constituintes que ofereceram apoio intenso e contínuo à Bancada Feminina.

Considerações Finais

Devido à atuação das mulheres, é possível compreender que, apesar de sua heterogeneidade, a Bancada Feminina teve sucesso na identificação de pontos de interesse em comum, tendo apresentado uma série de propostas que unificavam a posição daquele grupo de deputadas em relação não apenas a questões especificamente femininas, mas também a outros temas de caráter mais geral. Essa articulação conjunta foi muito importante para que fossem aprovadas várias das demandas apresentadas pelas mulheres, que certamente não obteriam o mesmo sucesso caso tivessem envidado esforços de forma isolada.

Nesse sentido, a partir da análise do perfil da Bancada Feminina da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988, pode-se concluir que elas corresponderam a um grupo, em sua maioria, de mulheres com formação superior, jovens, com um auto posicionamento ideológico de centro ou de centro-esquerda, sem exercício político anterior e que contavam com algum grau de parentesco político. Além disso, a pesquisa também concluiu que a atuação conjunta da Bancada Feminina durante a Constituinte resultou em importantes êxitos para as mulheres brasileiras, sendo que no que diz respeito a questões relacionadas ao reconhecimento dos direitos das mulheres, elas tiveram muitas de suas reivindicações atendidas e que foram contempladas pela Constituição Federal promulgada em 1988.

Houve então uma atuação de cunho suprapartidário das parlamentares femininas, marcada pela presença e contribuição de um grande número de mulheres nas audiências públicas das subcomissões temáticas e também na defesa de emendas populares. Conforme analisado através dos debates ocorridos na constituinte, as articulações do CNDM com as deputadas mulheres durante esse período foram muito importantes, podendo ser considerada uma novidade no cenário político brasileiro. Além disso, essa foi a primeira vez, na história do país, em que houve a criação de um grupo suprapartidário de deputadas constituintes que se articularam e ofereceram apoio à causa das mulheres.

Referências:

- BIROLI. Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- COSTA. Ana Alice Alcântara. *As donas no poder*. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.
- LUZ. Cícero Krupp da. TERRA. Bibiana de Paiva. "Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher": A participação do movimento feminista no processo constituinte de 1987 e 1988. In: Carla Rosane da Silva Tavares Alves. João Pedro de Carvalho Silvello. Nariel Diotto. Roana Funke Goularte. Solange Beatriz Billig Garcês. (Orgs.). *Pesquisa e Sociedade: Linguagens e Práticas Contemporâneas*. Cruz Alta: Editora Ilustração, 2021.
- PINTO. Céli Regina Jardim. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas. In: SAFFIOTI. Heleieth. MUÑOZ-VARGAS. Monica (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; NIPAS; Brasília: Unicef, 1994.
- PINTO. Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PITANGUY. Jacqueline. *As mulheres e a Constituição de 1988*. Disponível em: <http://cepia.org.br/wp-content/uploads/2017/11/nov089.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- RODRIGUES. Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.
- TABAK. Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.
- TERRA. Bibiana de Paiva Francisco Beraldo Borges de Sant'Ana. *A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: O Movimento Feminista e a Participação das Mulheres no Processo Constituinte de 1987-1988*. 2021. 326p. Dissertação de mestrado. Faculdade de Direito Do Sul de Minas. Pouso Alegre, 2021.

Dilma Rousseff, a trajetória de uma mulher política

Tatiana Scali Abritta¹

Resumo: O século XX testemunhou a emergência da mulher no protagonismo da luta por direitos políticos, equidade de direitos civis e econômicos e o controle de seus corpos. Apesar da emancipação da mulher, no bojo da cultura visual a representação imagética seguiu como entrave à identidade feminina. Ainda hoje, primeiro quartel do século XXI, num cenário político e social de desigualdades de gênero é um ruído e tanto para as estruturas machistas do poder político que uma mulher tenha sido eleita e reeleita presidenta da República do Brasil. É a partir da narrativa de fotografias de Dilma Rousseff como ministra, como candidata e depois como presidenta da República no exercício do poder nas capas do jornal, *O Globo*, que o presente trabalho tem como objetivo analisar essas imagens e compreender a manipulação das questões de legitimidade e gênero na figura da presidenta.

Palavras-chave: Dilma Rousseff, representação, gênero, fotojornalismo.

Abstract: The 20th century witnessed the emergence of women in the fight for political rights, equity of civil and economic rights and the control of their bodies. Despite the emancipation of women, in the midst of visual culture, imagery representation continued as an obstacle to female identity. Even today, in the first quarter of the 21st century, in a political and social scenario of gender inequalities, it is quite a noise for the macho structures of political power that a woman has been elected and re-elected president of the Republic of Brazil. And it is from the narrative of photographs of Dilma Rousseff as minister, as candidate and later as president of the Republic in the exercise of power on the covers of the newspaper, *O Globo*, that this work aims to analyze these images and understand the manipulation of issues of legitimacy and gender in the figure of the president.

Keywords: Dilma Rousseff, representation, genre, photojournalism.

¹ Mestra em Artes, Cultura e Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Moda, Cultura de Moda e Arte também pela UFJF, graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú/UEVA; e-mail: taticaliabritta@yahoo.com.br

Introdução

A sociedade brasileira no início do século XXI viveu a experiência de eleger democraticamente a primeira mulher, Dilma Vana Rousseff, para ocupar o cargo da presidência da República. Nesse mesmo período, esse feito histórico ocorreu em outros países da América do Sul, em que também foi possível testemunhar a chegada de duas outras mulheres ao cargo máximo de exercício de poder de seus países, a médica chilena Michelle Bachelet e a advogada argentina Cristina Kirchner. Cada uma delas protagonizou inclusive o feito da reeleição, Bachelet cumpriu mandatos de 2006 a 2010, e de 2014 a 2018; Kirchner de 2007 a 2011, e de 2011 a 2015; e Rousseff de 2010 a 2014, e de 2015 a 2016.

A conquista histórica dessas mulheres políticas provocou também efeitos sem precedentes ao sistema político vigente, o que conseqüentemente produziu um novo paradigma. No caso brasileiro, especificamente, como fazer a cobertura fotojornalística sobre a ascensão e o governo de uma mulher, no caso, Dilma Rousseff na presidência de seu país. E seria necessário adequar à cobertura foto-jornalística inaugurando uma nova forma para se registrar, enquadrar e narrar o exercício do poder por uma mulher? Como sua imagem pública seria construída através da narrativa das fotografias estampadas nas capas de um dos grandes jornais de circulação nacional, *O Globo*?

Dilma Rousseff, a representação da mulher politicamente perigosa

Na história recente do Brasil, mais especificamente falando da Nova ou Terceira República, após 25 anos em que se cumpriram mandatos presidenciais masculinos, uma mulher foi eleita democraticamente para Presidenta da República. Retrocedendo no tempo em toda a história republicana nacional para se analisar esse feito, 120 anos (naquele ano de 2010), este se torna ainda mais notável. Um feito histórico. Foi eleita em 31 de outubro de 2010 com 55.752.529 votos concorrendo pelo Partido dos Trabalhadores. Em 2008, quando ainda era ministra do governo Lula, e seu nome estava incluído em pesquisas de intenções de voto, “era tratada quase como piada por boa parte dos políticos e analistas, (...) que seria como tentar eleger um poste” (Amaral, 2011: 176).

De fato, naquele momento, Dilma Rousseff não era conhecida pela população brasileira, mas estava muito longe de ser um poste. A então ministra do governo possuía uma relevante biografia política cuja trajetória se iniciava ainda na juventude como estudante secundarista. Atuou na luta e resistência contra o regime militar, sobreviveu a ignominiosa tortura e ao cárcere político. Reconstruiu sua vida em Porto Alegre na década de 1970, onde se formou em economia pela

UFRGS, participou do movimento pela Anistia, foi uma das fundadoras do PDT, assessora parlamentar e teve uma carreira na burocracia estatal no Rio Grande do Sul. Rousseff foi muitas vezes apresentada pelos meios de comunicação como um mero quadro técnico do governo Lula sem experiência política alguma, o que contradiz com sua biografia.

Quanto a sua representação imagética, Dilma Rousseff enquanto ministra de Estado, e presidenta do Brasil esteve presente nas páginas internas e capas do periódico *O Globo* desde janeiro de 2003. Dessa maneira, foi possível aferir quais características foram atribuídas à Dilma Rousseff e em que período - quando esteve à frente dos ministérios de Minas e Energia e da Casa Civil enquanto sua imagem pública estava sendo construída pelos jornais antes de ser eleita presidenta, além das mudanças em seu visual que foram feitas antes das eleições de 2010.

Esse processo de construção de imagem pública foi analisado por Leila Bárbara e Maria Carmem Aires Gomes (2013) no artigo *A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais*. As autoras analisaram como a mulher política que se tornaria a primeira presidenta eleita foi representada através de processos verbais na mídia, do que falavam sobre a mulher política em questão, e ainda do que Dilma dizia sobre si mesma. E concluíram que,

Muitas vezes, essas opiniões se associam não às características sócio - culturais tradicionalmente atribuídas à mulher (doação, sacrifício e afetividade), mas à do homem (competição, luta e racionalização/tecnicismo) e talvez seja esse deslocamento que cause estranhamento àqueles que a representam como uma mulher política austera, reforçando a imagem da mulher-política combatente, “sargentona”, mandona, chefe. Sensibilidade, ternura, emoção, pureza não surgem como atributos e qualificadores da “natureza” feminina de Dilma Rousseff-ministra, mas sim traços de rispidez, austeridade e agressividade, caracterizando uma imagem de sujeito-político-mulher, com potencialidades masculinas. (Barbara; Gomes, 2013: 76).

O discurso midiático analisado pelas autoras, associado ao fotojornalismo, se mostra afinado na construção da representação imagética de Dilma Rousseff, ao se analisar as imagens produzidas da ministra. Não se pode ignorar que já havia uma narrativa construída sobre a imagem da mulher política antes de sua eleição e reeleição à presidência da República.

Essa narrativa imagética, é o resultado da linguagem fotojornalística, que se caracteriza pela obtenção de imagens espontâneas, singulares ou informais de acontecimentos como batalhas, protestos, desastres. Como o controle que o fotógrafo tem sobre o desenrolar das ações, sobre as circunstâncias ou sobre a luminosidade é mínimo, exige-se dele um alto grau de percepção ao momento decisivo, como o chamou Henri Cartier-Bresson, ou linguagem do instante (Sousa, 2000). Foi através do fotojornalismo que aconteceu a descoberta da fotografia como meio de

comunicação e “à ilusória crença de que a câmera não mente, ou seja, que de algum modo ela representava a verdade real” (Hobsbawm, 2009: 191).

Por sua potência e capacidade de criação de narrativas visuais, o fotojornalismo, tem um papel de protagonista na história política contemporânea do Brasil. Essa força de criação, enquadramento e desconstrução na elaboração de imagens de governantes masculinos atravessou o século XX e permanece atuante no século XXI. Porém, e quando se trata da primeira mulher Presidenta do país? Como se comportou um dos maiores jornais de circulação nacional, O Globo? Que fotojornalismo foi produzido da representação imagética acerca de uma mulher exercendo o poder na esfera mais alta de comando do país?

Nas páginas internas do jornal *O Globo*, em 19 de janeiro de 2003, no caderno de economia, trazia uma matéria destinada a traçar o perfil da ministra de Minas e Energia, numa entrevista obtida por telefone e que utilizou fotografias de um outro momento de Dilma. Na escolha das fotografias para a matéria, Dilma Rousseff aparece como uma ministra austera, a gestora mandona. Ainda estava no início do primeiro governo Lula e a representação imagética já estava ajustada ao discurso da mulher-política combatente que foi sendo reafirmado no decorrer dos anos.

Aqui a palavra precedeu a representação imagética na elaboração que se deu através da cobertura fotojornalística de Dilma Rousseff. Nesse caso específico, foi através da palavra guerrilheira, mais precisamente ex-guerrilheira. Esta foi a representação que, por meio da palavra, marcou o início da construção de sua imagem pública. A representação que ecoava de seu passado militante contra a Ditadura Militar.



Figura 1: Dilma Rousseff ministra de Minas e Energia. Caderno de Economia do jornal O Globo. Fotógrafo: Marco Antônio Teixeira. Data: 19/01/2003. Fonte: Acervo O Globo – 19/01/2003 - Acesso: 15 abril 2019 - Disponível: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Dilma+ministra+de+minas+e+energia>

A representação da guerrilheira, ou da mulher “politicamente perigosa” (PINSKY, 2016: 539) que emergiu nos anos 1970, e foi atualizada em Dilma quando ela recebeu o convite para comandar o Ministério de Minas e Energia. A imagem da ex-presa política, guerrilheira ou terrorista para os agentes da Ditadura esteve presente antes mesmo da ficha falsa do DOPS ser publicada na capa da Folha de S. Paulo no ano de 2009. Em 2003, logo quando tomou posse no ministério, o jornal *O Globo* publicou uma matéria com uma entrevista com a ministra. O título da matéria: *O poder de fogo de uma ex-guerrilheira*; as imagens utilizadas na matéria eram de Dilma durante seu discurso de posse, e não da entrevista que havia sido concedida pelo telefone.

A partir do gestual capturado pelo fotógrafo na sua característica do instantâneo e nas opções dos ângulos escolhidos, as imagens da ministra em sua linguagem corporal de gesticular livremente e sua expressividade facial marcante enquanto falava foi uma fonte inesgotável para novas fotografias que permitiram essa inferência com a mulher combativa, destemperada, a guerrilheira.

Nos anos de 2009 e 2010, Jakson Alencar (2012) aferiu que no jornal Folha de S. Paulo as características atribuídas, naqueles anos respectivamente a Dilma Rousseff foram de uma mulher de diversas caras, devido à intervenção estética e ao tratamento contra o câncer, e uma candidata sem preparo para os debates, em diversas matérias publicadas sobre Rousseff. O que induzia os leitores a identificarem na imagem de Dilma uma ministra, candidata e política inconsistente, volúvel e despreparada para governar.

Aqui se faz necessário pontuar e analisar a relação entre a manchete e a mensagem fotográfica. Jorge Pedro Sousa (2000) analisa que “para se abordar o fotojornalismo tem-se que pensar numa combinação de palavras e imagens” (Sousa, 2000: 11), considerando-se que as primeiras devem complementar as segundas contextualizando-as nessa elaboração. O caráter foto jornalístico da fotografia é a notícia: “o texto jornalístico – seja ele textual, ou visual – reconta a realidade através de um formato próprio, organizando os acontecimentos e transformando-os em informação e notícia” (Mello Brandão Tavares; Ferreira Vaz, 2005:129). Para além de relatos corriqueiros, as notícias produzidas numa empresa privada jornalística, como *O Globo*, são o resultado final de um processo que compreende um jogo de disputas e negociações.

Esse jogo de disputas que envolve a construção da imagem pública de Dilma Rousseff, que ficou marcado pela associação em 2003 da então ministra como ex-guerrilheira no jornal *O Globo*, dialoga diretamente com o passado de militante política contra a Ditadura desconhecido pela sociedade. Ao utilizar o termo ex-guerrilheira o periódico atualizava em Dilma a representação da mulher politizada, e por isso mesmo, perigosa. De acordo com a historiadora Carla Pinsky, foram as militantes do campo político da esquerda que combateram a Ditadura assim como o capitalismo e que na década de 1980 se

engajaram, nas lutas pela “igualdade na diferença”, pela maior penalização da violência sexual, pelo fim das discriminações, contra o aumento do custo de vida e a favor da democracia e meio ambiente trouxeram luz a figura da “mulher politizada”, comprometida com as causas do seu tempo (Pinsky, 2016: 539).

A representação original da mulher politicamente perigosa fora forjada pela Ditadura civil militar ao constranger para a clandestinidade forçada através do AI-5, todas e todos que se opunham ao regime². E ao capturar os inimigos políticos, produzir uma documentação também imagética dos mesmos. Nesse sentido, a fotografia de Dilma Rousseff, produzida pelos agentes da Ditadura na ficha do DOPS – Departamento ou Delegacia de Ordem Política e Social, pertence ao gênero ‘*mugshot*’, que numa tradução livre do inglês seria retrato falado ou foto de ficha policial. Os registros fotográficos, ‘*mugshots*’, atendiam a função de “fichar, documentar e condenar os resistentes políticos” que com o transcorrer do tempo e da memória coletiva da ditadura se materializariam na prova irrefutável que comprovariam todos os crimes praticados pelos militares.

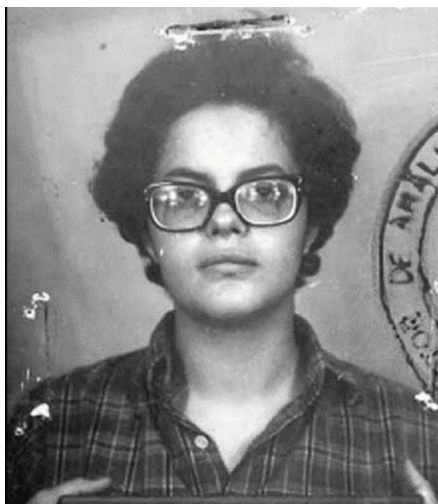


Figura 2: O ‘*mugshot*’ ou fotografia de ficha policial de Dilma Rousseff no DOPS. Fonte: Arquivo DOPS – Acesso: 13 setembro 2019. - Disponível: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/>

Entretanto, quando O Globo traz em sua manchete, O poder de fogo de uma ex-guerrilheira, a foto de Dilma Rousseff como presa política era desconhecida da maior parte da população. Por isso, o jornal atualiza a representação da mulher politicamente perigosa. Essa imagem só iria se tornar conhecida

² O AI-5, Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, foi um conjunto de 17 decretos ou atos institucionais implementados pela ditadura militar do Brasil (1964-1985). E vigorou por uma década. “O documento contava doze artigos e vinha acompanhado de uma Ato Complementar nº38 que fechava o Congresso Nacional por tempo indeterminado. O AI-5 suspendia a concessão de *habeas corpus* e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que os julgamentos de crimes políticos fossem realizados por tribunais militares, sem direito a recurso. (...)O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de validade” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 455).

em 2009, quando o jornal Folha de S. Paulo publicou em sua capa uma ficha do DOPS atribuída à ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. A ficha trazia em seu conteúdo uma diversidade de ações armadas que ela e as organizações clandestinas de esquerda às quais pertencera haviam praticado. E ilustrava uma reportagem a respeito da atuação da VAR-Palmares em 1969, cujo título propiciava a inferência de que a ministra seria partícipe ou uma das mandantes: Grupo de Dilma planejava sequestrar Delfim Netto, que fora ministro nos governos dos generais ditadores, Costa e Silva, Médici e Figueiredo.

Segundo Ricardo Amaral (2011), a ministra chefe da casa civil entrou em contato com o jornal contestando a matéria e afirmando se tratar de uma ficha falsa. A Folha de S. Paulo cerca de duas semanas após o episódio reconheceu ter se equivocado ao publicar documentos que haviam sido recebidos via e-mail, mas não reconheceu que se tratava de uma fraude. “Autenticidade da ficha de Dilma não é provada” foi o título da retratação (Amaral, 2011: 188) afirmando que não podiam assegurar o conteúdo da ficha, mas também não seria possível rechaçar a mesma - ainda que o material recebido pelo jornal tivesse sido periciado por duas equipes da Unicamp e da Unb e que ambos os laudos atestassem que se tratava de uma fraude ordinária e havia sido produzida a partir de computação gráfica.



Figura 3: Na capa do jornal Folha de S. Paulo, de 5 de abril de 2009, uma ficha do DOPS atribuída à ministra Dilma Rousseff. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo – 05/04/2009 - Disponível:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17863&keyword=PAULO&anchor=5198296&origem=busca&originURI>
Acesso: 17 fevereiro 2020.

A ficha falsa trazia fotos reais de Dilma do período de sua prisão política, e fazia parte do conteúdo de um site chamado Ternuma – Terrorismo Nunca Mais. O site foi criado por um grupo de militares e civis frequentadores do Clube Militar do Rio de Janeiro. Que é mais um, dentre outros grupos descontentes com a narrativa histórica e jornalística sobre o governo militar após o fim da Ditadura. Tentam reescrever a história e a memória social do período refutando todos os depoimentos, relatórios, livros, documentários e documentos sobre torturas e desaparecimentos de opositores do regime,

corrupção e demais índices de fracasso econômico e baixos índices do desenvolvimento em que os militares entregaram o Brasil à sociedade civil. Acusam a mídia, partidos de esquerda e movimentos sociais de denegrir a imagem das Forças Armadas perante a população brasileira. Eles seriam os verdadeiros representantes da democracia - os opositores é que tentaram impor uma ditadura comunista no país.

Cabe ressaltar a discrepância entre a ficha falsa produzida por defensores da Ditadura Militar do site Ternuma e a ficha original do DOPS, bem como a óbvia intenção de macular o passado de Dilma Rousseff. Enquanto a falsificada traz a fotografia de Dilma após sua prisão e tortura na Oban, a ficha verdadeira apresenta fotografias de Dilma como uma jovem moça de classe média como tantas de sua geração. Essas fotos guardam o trabalho de investigação da repressão sobre a jovem militante obrigada a viver na clandestinidade sob diversas identidades falsas.



Figura 4: Na primeira imagem se vê uma foto de Dilma jovem, na ficha verdadeira no acervo da Comissão Estadual da Verdade de MG. Ao lado, a ficha falsa produzida pelo site Ternuma. Fontes: Divulgação COVEMG/MG e Blog Transparência Política/ reprodução – 11/03/2011 - Disponível: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/veja-fotos-das-fichas-de-dilma-e-pimentel-na-ditadura-militar-13122017> e <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/dilma-rousseff/dilma-usa-ficha-falsa-em-video-oficial-de-campanha,682412948ad08410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html> Acesso: 17 fevereiro 2020.

Com a ficha falsa seria possível legitimar perante a opinião pública uma prisão política e colocar em questão a veracidade do testemunho sobre a tortura de uma inimiga do regime identificada como perigosa terrorista. Segundo Jakson Alencar (2012), a ficha falsa produzida pelo grupo Ternuma, antes de ganhar destaque na capa do jornal Folha de S. Paulo, já circulava em sites e correntes de e-mails apócrifos.

De acordo com Maria Cláudia Badan Ribeiro (2018), a representação do estereótipo do guerrilheiro pressupõe armas em punho. O que não existe nas fotografias de Dilma Rousseff no contexto da Ditadura Militar e em nenhum outro. Dilma fez parte da direção das organizações clandestinas de

esquerda nas quais atuou primeiramente no setor de comunicação, produzindo jornais e mantendo contato com sindicatos. E depois na reestruturação das organizações políticas clandestinas em que foi liderança, e ainda no campo da inteligência planejando ações para levantar fundos. Ela também recebeu treinamento paramilitar no exterior e aprendeu a manipular armamentos, mas devido a miopia rigorosa nunca atuou em ações armadas como assaltos a bancos e sequestros.

Há uma peculiaridade nas maneiras encontradas por mulheres brasileiras ao resistir e combater a repressão. Em sua pesquisa, Ribeiro (2018) identificou que durante a Ditadura houve diversas formas de militância política, que apontam “para a existência de uma complexa rede de oposição à ditadura civil-militar tecida por mulheres” (Ribeiro, 2018: 14). Mulheres que no campo oposto ao da vanguarda da guerrilha, urbana e rural, também escaparam do estereótipo do guerrilheiro. Elas atuaram tanto como membros das organizações políticas clandestinas de esquerda, quanto como simpatizantes da causa e quase foram apagadas nos registros históricos do período.

Ao produzirem uma ficha falsa de Dilma Rousseff como uma perigosa guerrilheira, que foi publicada na capa de um dos grandes jornais brasileiros, havia a intenção associar a imagem da ministra ao status de criminosa. Exatamente num período que se avizinhava das eleições presidenciais.

A imagem de Dilma Rousseff, na ficha falsa do DOPS, condensada apenas no seu ‘*mugshot*’, enfeixa em si a representação da transgressão e da ousadia de enfrentar a Ditadura e toda uma cultura conservadora patriarcal, os valores defendidos pelo regime. Isso também potencializou o medo e o ódio dos agentes da repressão que empregaram a barbárie da tortura para aniquilar as organizações políticas de esquerda, a luta armada e a dignidade daquelas que atreveram a interferir nos rumos políticos do país.

Em 2014 a fotografia do tipo ‘*mugshot*’ da ficha criminal de Dilma Rousseff dos arquivos do DOPS foi reapropriada e ressignificada em sua campanha à reeleição. A imagem e a própria ficha falsa forjada pelo grupo Ternuma foi incorporada no vídeo com o ‘*jingle*’ da campanha, Dilma Coração Valente. O fato foi inclusive noticiado pela imprensa na época.

A campanha de Dilma incorporou no seu repertório imagético o desenho do artista Sattu Rodrigues que se inspirou na fotografia e fonte primária (Kosoy, 2014) da ficha do DOPS de Rousseff. A imagem de Rodrigues, fonte secundária (Kosoy, 2014), transformou-se num ‘*avatar*’ da campanha de Dilma nas redes sociais como a identidade da presidenta no meio digital. Ao utilizar a imagem da idealista Dilma Rousseff na juventude, durante o cárcere político, a campanha ressignificou a ficha falsa que reforçava o discurso da Ditadura de que os inimigos do regime seriam terroristas, guerrilheiros perigosos inimigos da pátria.

Da imagem criada por Rodrigues, foram criados dezenas de ‘*avatars*’ que geraram um fenômeno de identificação do eleitorado e da militância com Rousseff e seu passado de luta pela liberdade e democracia. A partir do *avatar* e todas as suas variáveis, a militância e o eleitorado puderam produzir

material de campanha, camisetas e bandeiras, além de serem usados nas próprias redes sociais. Homens e mulheres de todas as idades, ao se identificarem com a candidata e sua trajetória pessoal de luta, podiam ter a impressão de proximidade com Dilma. Os ideais da candidata, sua altivez nas fotografias do cárcere político e propostas de campanha, promoviam não apenas identificação, mas pertencimento a uma coletividade com aspirações em comum de todas as gerações e extratos sociais.



Figura 5: Avatar da campanha de Dilma Rousseff à reeleição em 2014. Fonte: Muda Mais – 22/10/2014 - Acesso: 09 julho 2020. Disponível: https://www.facebook.com/pg/mudamais/photos/?ref=page_internal

A primeira presidenta nas capas de O Globo

Enquanto presidenta, Dilma Rousseff esteve presente por 181 vezes nas capas do jornal *O Globo* no decorrer do primeiro e segundo mandato. Essas imagens durante a realização da pesquisa para a dissertação de mestrado foram agrupadas a partir de elementos e padrões que se repetem nas fotografias de acordo com o método histórico-semiótico utilizado por Ana Maria Mauad (2005).

Essas séries possibilitam ver, no conjunto, os temas e os sujeitos que são recorrentes ou que estão ausentes nas fotografias. As imagens são apreendidas como imagens-testemunho (Burke, 2016); elas, ao serem interrogadas como evidências históricas, contribuem para uma análise em que o acontecimento é apreendido em toda sua espessura política, social e cultural (Vovelle, 1997). “A imagem se tornou parte integrante da elaboração de um discurso, que não pode prescindir dela” (Vovelle, 1997, p. 31); dessa forma, as fotografias de capa de *O Globo*, não apenas narram o exercício de poder da presidenta, como também constroem e desconstruem sua imagem pública e sua legitimidade para o exercício do cargo no comando do país.

A categoria de fotografias de capa do jornal *O Globo* “Dilma se transforma em outra coisa” não foi encontrada na análise de imagens pelos elementos que se repetem (Mauad, 2005). As imagens aqui selecionadas são categorizadas pelo que as imagens produzem em termo de representação sobre a

presidenta Dilma Rousseff. Essas duas fotografias estão em ordem cronológica para que se observe como a imagem da presidenta ao longo dos anos foi, num crescente, sendo construída e desconstruída. Observa-se como as características a ela atribuídas desde os tempos de ministra do governo Lula são levadas ao extremo num processo de violência política nunca visto com homens que ocuparam o cargo, até aniquilar sua legitimidade e humanidade.

A fotografia de capa dessa série é do dia 06/10/2012, figura 6, quando Dilma Rousseff aparece sozinha numa exposição de obras do pintor italiano Caravaggio no Palácio do Planalto admirando a pintura Medusa Murtola. A cena era uma oportunidade, ou momento decisivo (Sousa, 2000), perfeito para o fotojornalista. Ao olhar para a pintura, o escudo ganha o sentido de um espelho, e Dilma transforma-se em outra coisa: na Medusa decapitada. Mary Beard (2018) afirma que Dilma Rousseff não foi a única ou a primeira mulher política a sofrer essa comparação. “O rosto de Angela Merkel foi inúmeras vezes superposto à imagem de Caravaggio” (Beard, 2018: 80), assim como Theresa May, primeira ministra do Reino Unido e a ex-Secretária de Estado Hillary Clinton, quando se candidatou à presidência dos EUA. Como se percebe, “transformar”, ou desconstruir Dilma Rousseff em Medusa, não perpassa por uma questão política ideológica de o jornal O Globo ser contrário ao da presidenta. Trata-se fundamentalmente de uma questão de gênero: Merkel e May são de partidos políticos conservadores de direita e Hillary Clinton é uma liberal de direita, e receberam o mesmo tratamento imagético violento.

Mary Beard (2018) ressalta que a decapitação da Medusa permanece até os dias atuais como um “símbolo cultural da oposição ao poder feminino” (Beard, 2018: 80). Para Peter Gay (1988), no decorrer da história, as representações do medo da mulher assumiram diversos formatos, como o da Medusa, que sempre esteve associada pelo simbolismo da decapitação à castração pelos “perigos que ela representa para a virilidade do homem” (Gay, 1988: 150), pois os “direitos pretendidos pelas mulheres equivaliam à mutilação dos homens” (Gay, 1988: 155). Mulheres poderosas sempre foram vistas como perigosas desde o século XIX pelo homem burguês vitoriano (Gay, 1988), e essa mentalidade patriarcal ainda vigora na classe alta e nas classes médias (López; Weinstein, 2012). Logo, Dilma Rousseff foi transformada na própria Medusa pelo fotojornalista e estampou a capa do jornal *O Globo*. Sua eleição representava em todos os sentidos uma ameaça aos homens políticos que sempre ocuparam e controlaram o acesso de mulheres ao espaço político.



Figura 6: Dilma em exposição de arte

Fonte: Gustavo Miranda/O Globo, 06/10/2012 - Acesso: 14 abril 2019. Disponível: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020121006>

A última capa dessa série fotográfica é do dia 20/02/2016, figura 7, quando Dilma Rousseff recebe, no Palácio da Alvorada, o patriarca Kirill, da Igreja Ortodoxa Russa - informa a legenda de letras pequenas abaixo da foto. Essa foto alcança um alto nível de violência política de gênero, pois o corpo feminino da presidenta parece desconfigurado, seccionado ou metamorfoseado. Por meio da fotografia, Dilma finalmente se transforma por completo em outra coisa. O ângulo escolhido pelo fotógrafo e a sobreposição da silhueta do líder religioso com sua peculiar indumentária, à silhueta de Dilma Rousseff constrói uma outra figura. A expressão facial no rosto da presidenta caminhando ao ar livre no verão sendo encoberta pelo *koukoulion*, o cocar da indumentária tradicional do patriarca da Igreja Ortodoxa, dado que o topo do *koukoulion* se parece com a cúpula de uma igreja católica romana com uma cruz no alto, simbolizando o mundo cristianizado e o mal suplantado. É possível inferir que Dilma está demonizada, ou seja, que se transformou em outra coisa. As duas manchetes negativas da capa reforçam a inferência que os problemas econômicos do país e o retorno do senador Delcídio (expulso do PT ao Senado podendo implicá-la e seu governo em denúncias) é que afetavam e transtornavam a presidenta. Isso pioraria a crise política que teria desfecho com a consolidação do golpe parlamentar de 2016, afastando-a definitivamente do governo.



Figura 7: Dilma e o patriarca Kirill. Fonte: André Coelho/O Globo 20/02/2016 - Acesso: 27 abril 2019
Disponível:<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160220>

Conclusão

Verificou-se que a narrativa imagética do periódico O Globo se realizou num crescente de violência política de gênero contra a presidenta, à medida que o Golpe de Estado caminhava para se consolidar. Nas duas últimas fotos pertencentes à categoria “Dilma se transforma em outra coisa”, observa-se como com o passar do tempo, a legitimidade de Dilma não é questionada e desconstruída apenas com inferências acerca de características verbais a ela atribuídas. As fotografias vão transformando seu corpo feminino em outra coisa, até que este é completamente desfigurado.

Quanto aos novos paradigmas imagéticos criados pelo periódico sobre uma mulher exercendo o poder, constata-se que o encontrado foi uma renovação ou atualização de velhas formas de enquadrar a mulher emancipada seja no discurso da palavra escrita, seja no discurso imagético nas charges e nas fotografias como fora feito com as sufragistas e feministas da primeira onda. Ressurge na figura de Dilma, a mulher agressiva, violenta, desprovida de feminilidade, que ameaça o *status quo* masculino do poder. O que levanta questões quanto a real possibilidade da consolidação de um *impeachment* sem crime de responsabilidade, e a narrativa do mesmo, se quem estivesse ocupando o cargo da presidência da República fosse um homem. A narrativa do Golpe de Estado parlamentar de 2016 contra Dilma Rousseff, naturalizado e legitimado pelo *O Globo*, e diversos outros meios de comunicação ainda é sustentado como *impeachment* sem crime de responsabilidade. Mesmo que os diversos atores políticos

que participaram do processo na época, venham confessando a trama ardilosa e os conchavos articulados.

Ao se considerar o papel preponderante dos veículos de comunicação como partícipes protagonistas da formatação e disseminação de visões de mundo, é possível compreender o protagonismo do jornal *O Globo*, na construção do acontecimento, da narrativa visual, do imaginário coletivo e da memória social do país. Principalmente por este ser integrante do oligopólio de informação do Grupo Globo, em que um meio de comunicação valida o outro, ao repercutir de modo semelhante o mesmo fato, legitimando as notícias publicadas nos diversos veículos de comunicação do grupo, buscando assegurar uma suposta imparcialidade para o público. As imagens de Dilma, produzidas pelo fotojornalismo foram fundamentais para que o jornal, que se constitui como uma entidade da classe empresarial, construísse uma imagem pública desfavorável à presidenta e favorável ao alinhamento ideológico e de classe do Grupo O Globo, opositor ao governo de Rousseff.

O presente trabalho buscou contribuir para uma compreensão a respeito da primeira presidenta do Brasil eleita democraticamente e como sua imagem pública foi construída e desconstruída num complexo processo de violência política e de gênero. Processo esse em que diferentes atores e segmentos sociais disputaram e ainda disputam a narrativa sobre sua figura, seu governo e principalmente a respeito do Golpe de Estado que a retirou do poder, ainda hoje intitulado pelo jornal *O Globo*, como *impeachment*. Mesmo que publiquem em suas páginas, *impeachment* sem crime de responsabilidade. Uma fórmula repetida pedagogicamente de nomear e rememorar o que pode suceder, quando uma mulher ousa ocupar o cargo máximo da política nacional, que voltou a ser ocupado e controlado por homens oriundos das velhas oligarquias.

Referências:

- ABREU, Alzira Alves de. *Desafios da notícia: o jornalismo brasileiro ontem e hoje*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- ALENCAR, Jacson Ferreira de. *A ditadura continuada: fatos, factoides e partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff*. São Paulo: Paulus, 2012.
- AMARAL, Ricardo. *A vida quer é coragem*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BEARD, Mary. *Mulheres e poder: um manifesto*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Campinas: Edusc, 2016.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- LÓPEZ, A. Ricardo; WEINSTEIN, Barbara (editors). *The Making of the Middle Class*. Durham and London: Duke University Press, 2012.
- MAUAD, Ana Maria. *Foto-ícones, a história por detrás das imagens? Considerações sobre a narratividade das imagens técnicas*. In: *Imagens na História*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 197 - 212.
- MELLO BRANDÃO TAVARES, Frederico de; FERREIRA VAZ, Paulo Bernardo. *Fotografia jornalística e mídia impressa: formas e apreensão*. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n° 27, agosto, 2005, p. 125 – 138. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550183014.pdf>
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN**. São Paulo: Alameda, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. In: *Na Caverna de Platão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história*. São Paulo: Ática, 1997.

“O talento não tem sexo”: Júlia Lopes de Almeida e a defesa das mulheres no meio artístico”

Mariana Schulmeister Kuhn¹

Resumo: Entre o fim do século XIX e o início do XX, Júlia Lopes de Almeida foi uma das escritoras brasileiras de maior destaque. Autora de uma série de romances, contos, crônicas e manuais, ela também se preocupava em refletir sobre a atuação das mulheres na sociedade de sua época. Diante disso, o objetivo principal deste artigo é identificar as principais ideias desta autora a respeito da presença feminina no meio artístico, a partir da conferência nominada “A mulher e a arte”, escrita entre os anos de 1926 e 1934. Além disso, este artigo também busca analisar a própria atuação de Júlia Lopes de Almeida no meio literário do século XX, suas principais realizações e dificuldades encontradas. Este estudo será realizado por meio da análise da fonte acima citada e através de uma revisão bibliográfica, com obras pertinentes ao assunto, dentre as quais se destacam De Luca (1999), Amed (2010) e Fanini (2018).

Palavras-chave: Literatura; gênero; mulheres.

Abstract: Between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, Júlia Lopes de Almeida was one of the most outstanding Brazilian writers. Author of a series of novels, short stories and manuals, she was also concerned about the woman space in the society of her time. Therefore, the main purpose of this article is identify the most important ideas of this author about the feminine presence in the artistic way, from the conference entitled “A mulher e a arte” written between 1926 e 1934. In addition, this study also seeks to analyse the performance of Júlia Lopes de Almeida in the literary way, her main achievements and difficulties that she faced. To do this work will be used the source quoted above and a literature review, with works pertinent to the subject, among which De Luca (1999), Amed (2010) and Fanini (201).

Keywords: literature; gender; women.

1. Uma mulher das letras: Júlia Lopes de Almeida e o meio literário

Ser mulher entre o final do século XIX e início do XX, no Brasil, não era uma das tarefas mais fáceis. Afinal de contas, haviam expectativas muito bem delimitadas acerca dos papéis que as senhoras deveriam ocupar na sociedade. O casamento e a maternidade eram caminhos vistos como "naturais" e aquelas que buscavam alternativas diferentes não eram bem-vistas pela sociedade. Diversos campos do saber contribuíram para formar a representação desta mulher ideal, dentre eles a própria medicina. De acordo com Martins, neste período havia

[...] uma imagem moralmente superior da mulher se o seu corpo cumprisse as funções sociais do casamento, da maternidade e da educação dos filhos, mas se a mulher não controlasse seus desejos e se entregasse ao mundanismo e ao desregramento, facilmente ultrapassaria a tênue fronteira entre a normalidade e a patologia, como tão

¹ Doutoranda do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: mari_schul@hotmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8894780001979594>.

incansavelmente os médicos vão alertar ao abordar temas como masturbação e prostituição².

Para evitar que as jovens se desviassem da conduta considerada correta, era essencial que fossem bem-educadas desde muito cedo. A aprendizagem das prendas domésticas e dos saberes essenciais para o desempenho das funções de esposa e mãe eram incutidos nas meninas desde a infância. A educação acadêmica não era muito incentivada, pois considerava-se que as mulheres não eram naturalmente dotadas para as tarefas do intelecto. De acordo com Rohden³ existia até mesmo a concepção de que o esforço empregado nos estudos poderia prejudicar o desenvolvimento das funções reprodutivas femininas.

Este contexto bastante limitador das tarefas e funções das mulheres não impediu que surgissem muitos talentos femininos de destaque. Embora o meio literário fosse dominado sobretudo por homens, uma personalidade importante que marcou presença no cenário brasileiro, com suas habilidades de romancista e dramaturga, foi Júlia Lopes de Almeida.

Júlia, ao contrário de muitas escritoras de sua época, tais como “Narcisa Amália, Francisca Julia e Emília Moncorvo” que “partilharam de dificuldades financeiras, vivendo modestamente”, desfrutou de condições que possibilitaram sua futura trajetória de autora. Segundo Amed ela “teve apoio financeiro e intelectual por parte de seus pais desde o início de sua carreira, pois dispunha de confortável condição financeira além de compartilhar, em casa, de valores humanistas”⁴.

De saúde bastante frágil, ela não frequentou o colégio e aprendeu a ler com sua irmã mais velha, Adelina. Além disso, “teve professores particulares de francês e inglês, aprendeu música com sua mãe, e orientações literárias com seu pai”⁵. Seu apreço pelas letras desenvolveu-se cedo através da composição de versos, os quais mantinha escondidos, por medo de ser repreendida. Quando porém, suas produções foram lidas por seu pai, este, reconhecendo o talento literário da filha, convidou-a para redigir uma crítica teatral para o jornal *Gazeta de Campinas*, marcando o início das atividades da jovem como escritora. A atuação de Júlia na imprensa, no entanto, não se restringiu a este evento de estreia, pois durante toda a sua vida esteve ligada a periódicos. Jornais como “A Bruxa, Almanaque Literário de São Paulo, A Estação, A Família, Ilustração Brasileira, A

² MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino:** a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

³ ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença:** sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2001, P. 133.

⁴ AMED, J. P. Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 36, 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300931506_ARQUIVO_TextoparaANPUHJussaraP.Amed.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

⁵ *Ibid.*, p. 2.

mensageira, Revista do Brasil”⁶ foram alguns dos veículos informativos que contaram com seus artigos.

No plano da vida pessoal, Amed⁷ registra que Júlia se casou em 1887 com o também escritor Filinto de Almeida, com o qual estabeleceu não apenas uma relação matrimonial, mas também uma parceria literária, já que ambos tinham apreço pelas letras e pelos assuntos a ela relacionados. Após o enlace, ela publicou em forma de folhetim uma de suas mais importantes obras – *Memórias de Marta* – a qual foi transformada em livro pela Casa Durski Editora. Além deste romance, a autora produziu vários outros, já que este foi o gênero em que mais aplicou seus esforços. Dentre a sua produção artística, destacam-se os seguintes: *A viúva Simões* (1897), *A falência* (1901), *A intrusa* (1908), *Cruel amor* (1911), *Correio da roça* (1913), *A Silveirinha* (1914), *A família Medeiros* (1919) e *A casa verde* (1932). Também escreveu Contos: *Contos infantis* (1886), *Traços e iluminuras* (1887), *Ánsia eterna* (1903), *Histórias da nossa terra* (1907), *Era uma vez* (1917), *A isca – quatro novelas* (1992). Por fim, deixou crônicas publicadas como: *Livro das noivas* (1896), *Livro das donas e donzelas* (1905), *Eles e elas*, (1910), um livro sobre jardinagem, *Jardim florido* (1922) e ainda, traduções de contos e conferências.

Outra área em que destacou foi a dramaturgia. De acordo com Fanini⁸, a autora produziu, ao longo de sua vida, quinze textos teatrais, dos quais apenas quatro foram representados: *A herança*, *Doidos de Amor*, *Nos jardins de Saul* e *Quem não perdôa*. Além destes, há ainda *O caminho do bem*, “*A última entrevista*, *A senhora marquesa*, *Vai raiar o sol*, *As duas irmãs*, *Laura*, *O dinheiro dos outros*, *O broche*, *Aquela noite*, *Os humildes* e *As urtigas*”⁹, os quais foram encontrados em forma de manuscritos, no arquivo pessoal da escritora.

Uma atenta observação sobre a trajetória de Júlia nos faz perceber que ela se destacou em seu contexto como uma mulher que muito produziu e que também foi reconhecida pelo trabalho que desenvolveu. Entretanto, muitas foram os percalços enfrentados para que este espaço fosse conquistado, pois as mulheres que insistiam em inserir-se no meio literário da época, nem sempre eram bem-vistas e acolhidas.

Esta “hostilidade” para com a presença feminina no meio artístico e literário fez-se sentir em alguns momentos da vida de Júlia. O primeiro manifestou-se na dificuldade da autora, devido a sua condição de mulher, de frequentar “reuniões realizadas por seus pares nos cafés e confeitarias”¹⁰. À esta interdição, ela respondeu com uma solução bastante inovadora. Juntamente

⁶ Ibid., p. 12.

⁷ Ibid., p. 3.

⁸ FANINI, M. A. Júlia Lopes de Almeida em cena: notas sobre seu arquivo pessoal e seu teatro inédito. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo n.17, p. 95-114, dez. 2018.

⁹ Ibid., p. 100

¹⁰ FANINI, M. A. **A (in)visibilidade de um legado**: seleta de textos dramaturgicos inéditos de Júlia Lopes de Almeida. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016, p. 26.

de seu esposo, Júlia criou em sua própria casa um espaço para encontros literários, fazendo com que o local ficasse popularmente conhecido como “Salão Verde” ou “Casa Julinto”. Frequentado por uma série de intelectuais do período, a residência passou a ser um ponto de encontros e discussões.

Uma segunda situação que evidencia claramente o caráter machista da sociedade em que Júlia vivia, foi a da (im)possibilidade de sua inserção na Academia Brasileira de Letras. Fanini¹¹, explica que, em 1897 quando estava ocorrendo a organização desta instituição, ocorreu a sugestão do nome de Júlia para ocupar uma das cadeiras dedicadas aos imortais da Literatura. Entretanto, este fato nunca chegou a se concretizar, pois sob a justificativa de que a ABL seguiria os princípios da sua congênera francesa - *Académie Française de Lettres* – alegou-se que somente intelectuais homens pederiam estar entre os escritores selecionados. Na tentativa de aplacar a constrangedora situação, Filinto de Almeida foi admitido entre os ilustres letrados.

Tais casos deixam claro que, para as mulheres, adentrar no meio literário e ir contra as expectativas sociais da época, era muito difícil. Fanini aponta que muitas que contornaram os obstáculos impostos e conseguiram certo destaque, eram vistas como “excepcionais, casos isolados, pontos fora da curva”¹². A sociedade daquele período descreditava das capacidades femininas e julgava praticamente impossível que uma mulher pudesse desenvolver atividades de forma tão satisfatória quanto um homem.

Júlia, diante desta sociedade excludente, não se deixava silenciar. Ela se preocupava intensamente com o lugar das mulheres na sociedade e se exasperava com a condição de desigualdade que lhes era imposta. Ao longo de sua carreira ela se envolveu em discussões sobre a “questão da defesa da educação feminina, mas também do divórcio e do sufrágio universal”. Além disso, “organizou-se ao lado de militantes como Bertha Lutz e representou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em eventos nacionais e internacionais”¹³.

Sua própria escrita também refletia suas preocupações. Em várias de suas obras ela discutiu criticamente sobre o matrimônio, a maternidade e sobre situações complexas, mas que eram praticamente “naturalizadas” naquela época, tal como o crime passionnal – em geral cometido por homens contra mulheres¹⁴.

¹¹ Ibid., p. 18

¹² Ibid., p. 19.

¹³ RAGO, M.; TREVISAN, G. S. “A mulher e a arte” e a crítica feminista de Júlia Lopes de Almeida. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 67, n.1, p. 347-352, jan./jun. 2019, p. 348.

¹⁴ Esta temática é discutida pela autora na peça *Quem não perdôa*, publicada e encenada em 1912 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. A obra conta a história de Ilda, que é assassinada pelo esposo Gustavo, após ser flagrada em situação de adultério.

Foi buscando defender o direito das mulheres de ocupar novos espaços sociais que Júlia Lopes de Almeida escreveu o texto “A mulher e a arte”. O discurso, sem data, mas que de acordo com estimativas foi escrito entre os anos de 1926 e 1934, revela alguns posicionamentos da autora em relação à presença feminina na arte. De forma bastante evidente ela coloca-se contra os preconceitos de gênero existentes em seu contexto, apresenta as conquistas já obtidas por muitas artistas e denuncia também as precárias condições de inserção das mulheres no meio.

Nas páginas que se seguem o objetivo é analisar alguns trechos desta produção, a fim de compreender algumas das ideias desta autora a respeito da presença feminina na arte e na sociedade.

2. “A mulher e a arte”: Júlia Lopes de Almeida e as ideias feministas

Sempre muito atenta às transformações sociais de seu contexto, Júlia Lopes de Almeida além de pensar sobre as questões políticas e as reformas urbanísticas que marcaram o início do século XX brasileiro, também elaborou algumas ideias a respeito da presença feminina no âmbito das artes. Tais concepções estão parcialmente expressas na conferência “A mulher e a arte”¹⁵, obra de 16 páginas que não foi publicada pela autora, mas que se encontra em seu acervo na Academia Brasileira de Letras.

Segundo Rago e Trevisan¹⁶ por meio deste texto, a romancista e teatróloga “pensa sobre os incômodos e desafios das mulheres diante de um mundo que as nega o lugar da criação artística, mas também trata de suas conquistas e reconhecimentos públicos, que se tornavam cada vez mais frequentes”. Já no início desta produção, Júlia expressa o descontentamento que sentia com a falta de espaço destinado ao sexo feminino para a expressão de suas habilidades. De acordo com a autora,

Por mais imperiosa que seja a vocação das mulheres na arte, quando a professam ficam quasi sempre em meio do caminho. Aos nomes rutilantes de uma Vigée-Lebrun, de uma Rose Bonheur, de uma George Sand, ou Mm. Acherman, Ada Negri, Grazia Deledda, Selma Lôngerloff e poucos mais, faz fundo uma onda imensa de outros nomes representativos de merecimentos verdadeiros e de tenazes esforços, mas que não chegaram nunca a atingir o zenith da arte e raramente alcançaram mesmo nivelar-se aos maiores artistas masculinos seus contemporâneos¹⁷.

¹⁵ Alguns trechos do texto “A mulher e a arte” transcritos neste artigo podem conter palavras que possuem uma grafia diferente das normas ortográficas atuais, pois optou-se por manter as características originais da fonte estudada.

¹⁶ RAGO, M.; TREVISAN, G. S. Op.Cit. p. 348.

¹⁷ ALMEIDA, J. L. A mulher e a arte. In: RAGO, M.; TREVISAN, G. S. “A mulher e a arte” e a crítica feminista de Júlia Lopes de Almeida. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 67, n.1, p. 347-352, jan./jun. 2019, p. 353.

Ainda segundo Júlia, para uma mulher obter metade do sucesso de um homem, seria necessário “despender o décuplo do esforço”, mesmo tendo ela as mesmas habilidades e vontade de produzir. A explicação para tamanha diferença nos resultados obtidos por ambos os sexos estaria, de acordo com a autora, no fato de os homens receberem, desde cedo, melhor preparação intelectual e ainda contarem com a simpatia do público, estímulo este necessário para qualquer artista.

De Luca¹⁸ explica que a situação da educação feminina no Brasil neste período ainda era desalentadora, pois, ao contrário da instrução masculina, as lições passadas às meninas eram “rudimentares”. De acordo com Verona “à menina ensinavam-se as primeiras letras, os trabalhos de agulha e os princípios de piano”. As que iam adiante e frequentavam o denominado “ensino secundário” recebiam “basicamente instrução moral e religiosa, noções de leitura, escrita e gramática, princípios de aritmética, além de costura, bordado e outros misteres de educação domésticas”¹⁹.

Embora a educação das mulheres fosse bastante precária e não fornecesse uma preparação acadêmica profunda, Júlia destaca em seu texto, que os conhecimentos artísticos ensinados às meninas, estavam cada vez mais sendo vistos com seriedade. A autora pontua que, a “pintura, música ou declamação”, antes, não eram estudadas por amor à arte, mas sim como meras “prendas de salão” exercidas durante a mocidade e abandonadas logo que a jovem obtinha estabilidade através de um casamento adequado. Porém, segundo Almeida esta concepção estava progressivamente se modificando, pois cada vez mais as mulheres percebiam que a arte não “é aparato, não é brinquedo, não é luxo só para os momentos efêmeros da sociedade, mas outra coisa bem poderosa, bastante forte para encher uma existência inteira, consolá-la nos dias de amargura, fazê-la irradiar nos de felicidade”²⁰.

Esta mudança de percepção sobre a arte fez surgir, com o passar do tempo, inúmeros talentos femininos na literatura, na música, no teatro e em diversos ramos artísticos. Para estas mulheres que ousaram ocupar espaços antes majoritariamente masculinos o caminho não foi fácil, e se obtiveram certo reconhecimento, este foi conquistado “à força do talento, que não tem sexo”²¹, e de muita persistência.

Naquele contexto, havia uma série de preconceitos a respeito da mulher artista. O primeiro deles relacionava-se às concepções vigentes na época a respeito das diferenças existentes entre os

¹⁸ DE LUCA, L. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 275-299, 1999, p. 290.

¹⁹ VERONA, E. M. **Da feminilidade oitocentista**. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 38.

²⁰ ALMEIDA, J. L. Op.Cit. p. 356.

²¹ *Ibid.*, p. 354.

sexos. Segundo Verona²² enquanto homens eram associados às ideias de força, inteligência, dignidade e da vida pública, as mulheres eram vistas como seres fracos, emotivos, belos e pertencentes ao meio privado. Por terem supostamente uma “constituição mais delicada”, considerava-se que elas eram mais influenciáveis e suscetíveis aos chamados “perigos da imaginação”, presentes sobretudo em obras literárias consideradas licenciosas ou em outras produções artísticas que defendiam valores diferentes dos considerados adequados para as moças.

Partindo desta teoria, o contato excessivo com a arte seria, supostamente, prejudicial para a mulher, pois estimularia nela pensamentos impróprios e desejos não condizentes com a sua posição social. Júlia, entretanto, opunha-se a tais pensamentos. De acordo com a escritora, os “perigos da imaginação” não eram adquiridos por meio da arte, mas eram, algo de nascença. Além disso, para esta autora, a arte não era a vilã nesta situação, mas antes uma aliada, pois a mulher que praticasse qualquer atividade artística extenuaria todas as suas forças em sua prática e não teria tempo e condições de desenvolver más ideias, ilusões e fantasias.

Nesta mesma linha de pensamento, outra pré-concepção que Júlia buscou desconstruir é a que considerava a artista como uma desertora do lar, e portanto, como alguém que não cumpria com as funções consideradas “naturais” para seu sexo – o do matrimônio, da maternidade e do cuidado com a casa. De acordo com Júlia tal ideia não poderia ser mais descabida, pois para que a pintora, a escultora, a escritora, pudessem bem desenvolver seu trabalho, precisavam justamente “fechar-se no remanso da sua casa, entre objetos que lhe sejam familiares, na fidelidade das coisas a que se habituou”²³. Reforçando ainda a compatibilidade da arte com a figura feminina, a escritora aponta que pintando ou esculpindo, a mulher empregaria todos os seus esforços e sentidos, mas que tecendo ou fiando – atividades consideradas adequadas às donas de casa – “a imaginação vagabunda [estaria] livre para a construção de enredos pessoais ou a criação de devaneios”²⁴. Desta forma, a arte seria mais do que adequada a mulher, o que se confirmava na própria figura de Júlia, que ficou conhecida, em sua época como uma “conciliadora entre a carreira literária e o papel materno”²⁵.

Uma vez defendido o direito das mulheres de se dedicar a arte, Júlia também faz uma análise sobre as áreas em que elas mais se destacavam. Se na literatura e na interpretação algumas encontravam certa proeminência, na composição musical, eram, na visão da autora, incompetentes.

²² VERONA, E. M. Op.Cit. p. 99.

²³ ALMEIDA, J. L. Op.Cit. p. 367.

²⁴ Ibid., p. 368.

²⁵ TREVISAN, G. S. A escrita feminista de Júlia Lopes de Almeida. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/341901/1/Trevisan_GabrielaSimonetti_M.pdf. Acesso em 03 ago. 2021, p. 61.

Porém, o local em encontravam real espaço para desenvolverem suas habilidades era o teatro. Júlia explica que esta supremacia feminina na dramaturgia, ocorria por um motivo muito simples:

[...] no teatro ela é precisa ao homem. Nesse campo ele nem se arreceia da sua concorrência nem lhe discute a competência, dá-lhe a mão, chama-a a si. É uma igual. Sentindo-se num elemento em que não é considerada como intrusa, a mulher no palco expande-se á vontade e chega a conquistar as mais altas e mais brilhantes posições²⁶.

Observa-se pelo discurso da romancista que, o sucesso das mulheres na arte teatral justificava-se não somente pelo talento que elas possuíam na arte de representar. O principal motivo que explicava a expansão feminina no teatro era o fato de neste espaço elas terem sua presença permitida e bem vista pelos homens. Nota-se assim, como as possibilidades das mulheres neste contexto ainda eram muito limitadas. Elas dependiam do apoio do homem e da sua legitimação para conseguirem exercer uma função pública e obterem sucesso.

Em outro momento do texto, Júlia inclusive pontua que, esta necessidade de aprovação da mulher pelo homem e a disparidade de condições oferecidas aos sexos foi reponsável pelo obscurecimento de muitos talentos. Ela cita, como exemplo a poetisa Madame Ackerman que, “recitava tanto o seu talento, que o seu proprio marido viveu e morreu a seu lado ignorando que ela fizesse os magnificos e profundos versos”. De acordo com a escritora, o caso dela não era o único, pois haviam “muitos talentos femininos que o mesmo pavor sufoca ou que a falta de meio propicio deixa na completa ignorancia das suas proprias aptidões”²⁷.

Contudo, haviam aquelas que, graças à boas oportunidades e ambientes estimulantes, tiveram um destino diferente. Marie Curie, é apontada por Júlia como um exemplo de mulher que devido ao contato, desde cedo, com “retortas, alambiques e todos os aparelhos do gabinete de física”, desenvolveu o gosto pela ciência e mais tarde fez importantes descobertas científicas. Porém, seu caso era uma exceção, pois se como muitas moças,

Mdm. Curie tivesse sido criada longe das preleções e dos devotamentos de um professor, talvez não tivesse chegado a compreender todas as disposições do seu talento e vivesse sofrendo desse mal ignorado, indefinivel, que perturba a alma de todos os predestinados a serem alguém e que não chegam a ser coisa nenhuma²⁸.

Diante da observação dos exemplos femininos que conseguiram seu espaço e daqueles que nunca foram realmente reconhecidos, Júlia demonstra um desejo incessante de trazer à luz o máximo número de mulheres notáveis de sua época e de outras. Ela diz:

²⁶ ALMEIDA, J. L. Op.Cit. p. 365.

²⁷ Ibid., p. 366-367.

²⁸ Ibid., p. 367.

Tivesse eu poder e força evocativa para fazer deslizar diante dos vossos olhos sossegados a longuíssima prossição de mulheres artistas de todos os tempos! Iria busca-las pela mão às lages frias dos conventos, aos salões doirados dos palacios, ou às humildes cosinhas das aldeias, onde como a mulher de Tomás Carlile, faziam pão nas horas desertas e silenciosas da noite...²⁹

Este empenho da autora, evidencia o grande anseio que ela possuía de esclarecer, de uma vez por todas, que a mulher possuía habilidades e inteligência, merecia ser reconhecida por elas e ter condições de desenvolvê-las em par de igualdade com os homens. Era claro seu posicionamento contra o machismo de seu contexto e o apoio que dava às causas femininas.

Apesar de todas às críticas que fazia às desigualdades de gênero de sua época e de sua clara defesa dos direitos das mulheres, Júlia, muitas vezes não é percebida como feminista. De Luca³⁰ explica que isso ocorre devido à sua “linguagem amena e pouco combativa” e também em razão de algumas atitudes contraditórias da autora, que ao mesmo tempo em que redigia livros críticos à maternidade e aos papéis femininos, escrevia manuais de comportamento e boas práticas à mulheres.

Antes porém de confinar Júlia ao rol de escritoras não feministas ou de julgá-la até mesmo como conservadora, é preciso se atentar a alguns detalhes. Em primeiro lugar, é preciso analisar suas ideias, produções e posturas em relação à época da qual ela fazia parte. Embora ela acreditasse em algumas concepções hoje consideradas inadequadas em relação à mulher e fosse sutil em suas críticas, seus posicionamentos eram inovadores para um contexto ainda muito desigual e resistente à atuação pública das mulheres. Além disso, segundo De Luca, sua forma branda de se posicionar pode ser encarada como estratégica:

Foi justamente graças às suas pouco agressivas intervenções que a escritora teve acesso garantido à grande massa de leitores distribuídos pelos mais diferentes extratos sociais. Propostas de cunho mais revolucionário iriam bani-la da grande imprensa, principal meio de comunicação de massa da época – condenando-a a permanecer confinada às páginas dos periódicos de circulação restrita e minúscula tiragem, como já ocorrera com sua antecessora Josefina Álvares de Azevedo³¹.

Desta forma, pode-se dizer que “Júlia Lopes realizou, através de seus escritos, o “feminismo possível” dentro do quadro histórico-social específico de sua época”³². Suas ideias, ainda que nos pareçam conformistas e até mesmo pouco revolucionárias se comparadas às grandes conquistas

²⁹ Ibid. p. 363.

³⁰ DE LUCA, L. Op.Cit. p. 298.

³¹ Ibid., p. 298-299.

³² Ibid., p. 298.

atuais, foram essenciais para a discussão a respeito do espaço que as mulheres ocupavam no meio social do século XX e, como a sua realidade precisava ser imediatamente transformada.

Considerações finais

A desigualdade de condições entre homens e mulheres não é um assunto novo a ser discutido. Muito já se escreveu e falou a respeito da necessidade de uma sociedade mais igualitária, que ofereça uma vida digna e de respeito para todas as pessoas, independente de sua identificação. Porém, um olhar para os séculos XIX e XX nos é útil para compreender algumas das origens dos preconceitos e estigmas que ainda nos cercam a respeito deste assunto.

Naquele contexto, concebia-se que o feminino e o masculino eram “naturalmente” diferentes e que, este último, era dotado de capacidades intelectuais mais avantajadas, e por isso, detentor dos espaços de poder e de atuação pública. Ancorando-se nesta justificativa, as mulheres tiveram retiradas de si as possibilidades de desenvolver-se academicamente, de ocupar espaços e de serem reconhecidas como desenvolvedoras de uma produção de qualidade igual, ou até mesmo superior, a dos homens.

Júlia Lopes de Almeida, em meio à esta situação, se destacou como uma das muitas mulheres de seu contexto, que buscavam transformar tais concepções. Através de posicionamentos brandos e movimentos bem calculados, ela conseguiu inserir-se no meio artístico do período e postular a respeito dos talentos femininos, da necessidade de participação da mulher no meio público e sua educação. Evidentemente que não se pode ignorar que ela desfrutava de uma situação privilegiada e que possibilitava seu desenvolvimento como escritora, uma vez que procedia de família mais ou menos abastada, havia recebido uma instrução humanista, e contou com o apoio de familiares – e mais tarde de seu esposo – para seguir na carreira literária.

Porém, não se pode negar que os pensamentos desta autora foram importantes para seu período. Por meio de seu texto “A mulher e a arte” ela deu voz à muitas jovens e senhoras de sua época, que se sentiam frustradas pela falta de oportunidades e de reconhecimento de suas aptidões e capacidades. Além disso, por meio de numerosos exemplos buscou evidenciar que, muitos dos preconceitos existentes sobre a presença feminina na arte e em outras atividades, não passavam de parcas desculpas para evitar que elas também tivessem seu espaço.

Referências Bibliográficas

AMED, J. P. Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 36, 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300931506_ARQUIVO_TextoparaANPUHJussaraP.Amed.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

AMED, J. P. Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). 2010. **Tese** (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08102010-163035/pt-br.php>.

DE LUCA, L. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 275-299, 1999.

FANINI, M. A. **A (in)visibilidade de um legado**: seleta de textos dramaturgicos inéditos de Júlia Lopes de Almeida. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016.

FANINI, M. A. Júlia Lopes de Almeida em cena: notas sobre seu arquivo pessoal e seu teatro inédito. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo n.17, p. 95-114, dez. 2018.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

RAGO, M.; TREVISAN, G. S. “A mulher e a arte” e a crítica feminista de Júlia Lopes de Almeida. **História**: Questões & Debates, Curitiba, volume 67, n.1, p. 347-352, jan./jun. 2019.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2001.

TREVISAN, G. S. A escrita feminista de Júlia Lopes de Almeida. **Dissertação** (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/341901/1/Trevisan_GabrielaSimonet_i_M.pdf. Acesso em 03 ago. 2021.

VERONA, E. M. **Da feminilidade oitocentista**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

Fontes

ALMEIDA, J. L. A mulher e a arte. In: RAGO, M.; TREVISAN, G. S. “A mulher e a arte” e a crítica feminista de Júlia Lopes de Almeida. **História**: Questões & Debates, Curitiba, volume 67, n.1, p. 347-352, jan./jun. 2019.